

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

GABRIEL PEREIRA CASTRO

**O DADO LINGUÍSTICO E OS FATORES HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS: O QUE
MOSTRA O LÉXICO DOS *JOGOS E DIVERSÕES INFANTIS* ACERCA DO
PROCESSO DE POVOAMENTO DO MARANHÃO**

São Luís
2022

GABRIEL PEREIRA CASTRO

**O DADO LINGUÍSTICO E OS FATORES HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS: O QUE
MOSTRA O LÉXICO DOS *JOGOS E DIVERSÕES INFANTIS* ACERCA DO
PROCESSO DE POVOAMENTO DO MARANHÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Maranhão.

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do
Português Brasileiro.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Conceição de Maria de
Araujo Ramos.

São Luís
2022

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Castro, Gabriel Pereira.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos :
o que mostra o léxico dos jogos e diversões Infantis
acerca do processo de povoamento do Maranhão / Gabriel
Pereira Castro. - 2022.

224 f.

Orientador(a): Conceição de Maria de Araujo Ramos.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2022.

1. Geolinguística. 2. Léxico dos jogos e diversões
infantis. 3. Projeto ALiMA. 4. Variação lexical no falar
maranhense. I. Ramos, Conceição de Maria de Araujo. II.
Título.

GABRIEL PEREIRA CASTRO

**O DADO LINGUÍSTICO E OS FATORES HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS: O QUE
MOSTRA O LÉXICO DOS JOGOS E DIVERSÕES INFANTIS ACERCA DO
PROCESSO DE POVOAMENTO DO MARANHÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Letras da
Universidade Federal do Maranhão.

Linha de Pesquisa: Descrição e Análise do
Português Brasileiro

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Conceição de Maria de
Araujo Ramos

Aprovada em ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Conceição de Maria de Araujo Ramos
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Orientadora

Prof. Dr. Alcides Fernandes de Lima
Universidade Federal do Pará – UFPA

Prof.^a Dr.^a Georgiana Márcia Oliveira Santos
Universidade Federal do Maranhão – UFMA

Prof. Dr. Luís Henrique Serra
Universidade Federal do Maranhão – UFMA
Suplente

À Luzinete, minha mãe.

AGRADECIMENTOS

À Luzinete, minha mãe e razão de tudo, que me formou e me ensinou sobre justiça, sobre igualdade e sobre todas as coisas que sei, minha fonte de bondade, amor, esperança. Que mesmo frente todas as dificuldades, nunca deixa de acreditar no que fomos, no que somos e no que seremos.

À minha família, em especial: ao meu irmão João Vitor, pela lealdade e disposição em me ajudar em tudo que preciso, ao meu Tio Elivaldo, pelos conselhos e inspiração, e a Lipe, por sempre estar presente.

À AdriaNNe, minha companheira de vida, que me mostra todos os dias que a vida pode ser bonita, por me inspirar com palavras e atitudes.

À professora Conceição, minha orientadora desde a iniciação científica, pela gentileza e compreensão durante todo esse trabalho, pela partilha de conhecimentos e por me mostrar que todo trabalho de orientando e orientador é sempre melhor quando feito a quatro mãos.

À Layene, Mariana e Ju Presidenta, pessoas especiais que conheci em minha trajetória na UFMA, constantes em minha vida até hoje, e que ao longo deste processo me ajudaram no que precisei.

Aos meus colegas de ALiMA e hoje amigos: Edson, Thaiane, Laryssa e Nádia.

Aos meus amigos de escola, também os mais antigos: Ronald, Josias e Edlan.

Aos meus amigos Andreza Luana, Ellen e Danilo, pessoas que conheci em momentos diferentes na UFMA, e que se tornaram muito importantes, cada um à sua maneira, em minha formação.

A todos do ALiMA, em especial, aos professores Luís, Georgiana e Mendes, que muito contribuíram com a minha formação profissional e pessoal.

Aos professores Silvana e Alcides, por contribuírem com meu trabalho na qualificação e na defesa final, respectivamente.

A todos os informantes do ALiMA, que compartilham conosco sua história, suas vivências e suas memórias. Sem eles, esses trabalhos seriam impossíveis.

Ao meu pai, João Marques (em memória).

O DADO LINGUÍSTICO E OS FATORES HISTÓRICO-GEOGRÁFICOS: O QUE MOSTRA O LÉXICO DOS JOGOS E DIVERSÕES INFANTIS ACERCA DO PROCESSO DE POVOAMENTO DO MARANHÃO

Este estudo inter-relaciona dados de natureza geolinguística e dados históricos, concernente ao processo de povoamento do Maranhão, sob a perspectiva da variação lexical. O Estado, com assinala Trovão (2008), é oriundo de duas frentes distintas de ocupação, com características próprias, que geraram uma sociedade com padrões socioculturais distintos entre norte e sul. Considerando essa realidade, o trabalho se fundamenta na Dialectologia e na Geolinguística Pluridimensional e ainda na Lexicologia e objetiva investigar, com base nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA, se a distribuição diatópica das variantes lexicais, na área semântica *jogos e diversões infantis*, reflete o processo de povoamento do Maranhão e se é possível traçar linhas de isoléxicas que contribuam para melhor explicar o presente com base no passado, no fato histórico. A hipótese central da dissertação parte da ideia de que os municípios que se situam na porção maranhense abrangida pela Frente de Povoamento do Sertão ou Pastoril, oriunda do interior nordestino, revelam, no léxico, uma proximidade com o Piauí e a Bahia, distanciando-se, assim, dos municípios da outra porção cujo processo de povoamento se deu via Frente Litorânea. Para o exame dessa hipótese, foram selecionadas as 16 questões da área em estudo, questões 168 a 183 do Questionário Semântico-Lexical – QSL, adotado pelo ALiMA, e as respostas a elas dadas pelos 68 informantes do Projeto ALiMA. O *locus* da pesquisa compreende os 16 municípios que compõem a rede de pontos de inquérito do ALiMA; estes pontos recobrem todas as mesorregiões do Estado. Os resultados obtidos apontam diferenças lexicais no âmbito dos jogos e brincadeiras infantis que podem levar à conclusão de que essas diferenças evidenciam reflexos do processo de ocupação do Estado, resultado das diferentes frentes de povoamento. As denominações obtidas para os conceitos presentes nas questões 168, 176 e 183 ilustram esse fato. Alguns itens, no entanto, como *pipa* e *peteca*, apresentam usos uniformes, sem condicionamento dos processos povoadores do Maranhão. A observação da variação lexical no eixo da diatopia também assinalou indícios da posição intermediária que o Maranhão, e mais particularmente sua capital, São Luís, ocupa entre as regiões Norte, tendo em vista que se vincula à colonização da Amazônia, como afirma Nascentes (1953), e Nordeste. Como produto final, tem-se 17 cartas lexicais, sendo 16 diatópicas e uma isoléxica, que explicitam a diversidade linguística.

Palavras-chave: Variação lexical no falar maranhense. Léxico dos jogos e diversões infantis. Projeto ALiMA. Geolinguística.

LINGUISTIC DATA AND HISTORICAL-GEOGRAPHIC FACTORS: WHAT THE LEXICON OF CHILDREN'S GAMES AND ENTERTAINMENT SHOWS ABOUT THE POPULATING PROCESS OF MARANHÃO

This is a study that interrelates data of a geolinguistic nature and historical data, concerning the population process of Maranhão, from the perspective of lexical variation. The State, as Trovão (2008) points out, comes from two distinct fronts of occupation, with their own characteristics, which generated a society with distinct sociocultural patterns between north and south. Considering this reality, this work is based on Dialectology and Pluridimensional Geolinguistics and also on Lexicology and aims to investigate, based on data from the Projeto Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA, if the diatopic distribution of lexical variants, in the semantic area of games and children's amusements, reflects the process of populating Maranhão and if it is possible to draw isolexic lines that contribute to better explain the present based on the past, on historical fact. The central hypothesis of the dissertation starts from the idea that the municipalities that are located in the portion of Maranhão covered by the Settlement Front of Sertão or Pastoral, coming from the northeastern interior, reveal, in the lexicon, a proximity to Piauí and Bahia, thus distancing themselves from the municipalities of the other portion whose settlement process took place via the Coastal Front. For the examination of this hypothesis, the 16 questions of the area under study, questions 168 to 183 of the Semantic-Lexical Questionnaire – SLQ, adopted by ALiMA, were selected, and the answers to them given by the 68 informants of the ALiMA Project. The research locus comprises the 16 municipalities that make up the network of ALiMA inquiry points; these points cover all the mesoregions of the State. The results obtained point to lexical differences in the context of children's games and games that can lead to the conclusion that these differences show reflections of the State occupation process, a result of the different settlement fronts. The names obtained for the concepts present in questions 168, 176 and 183 illustrate this fact. Some items, however, such as the kite and the shuttlecock, are used in a uniform way, without conditioning the population processes of Maranhão. The observation of lexical variation in the diatopia axis also indicated evidence of the intermediate position that Maranhão, and more particularly its capital, São Luís, occupies between the North regions, considering that it is linked to the colonization of the Amazon, as stated by Nascentes (1953), and Northeast. As a final product, there are 17 lexical letters, 16 diatopic and one isolexic, which make explicit the linguistic diversity.

Keywords: Lexical variation in Maranhão speaking Lexicon of children's games and entertainment. ALiMA Project. Geolinguistics.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A Colonização Portuguesa.....	37
Figura 2 - O Sertão de Pastos Bons	42
Figura 3 – Localização de São Luís.....	45
Figura 4 – Localização de Raposa	47
Figura 5 – Localização de Pinheiro	50
Figura 6 – Localização de Turiaçu	52
Figura 7 – Localização de Carutapera	55
Figura 8 - Localização de Imperatriz.....	57
Figura 9 – Localização de Carolina	59
Figura 10 – Localização de Balsas	61
Figura 11 – Localização de Alto Parnaíba.....	63
Figura 12 – Localização de São João dos Patos	65
Figura 13 – Localização de Caxias.....	67
Figura 14 – Localização de Brejo.....	69
Figura 15 – Localização de Araiões.....	71
Figura 16 – Localização de Bacabal.....	73
Figura 17 – Localização de Codó.....	75
Figura 18 – Localização de Tuntum	77
Figura 19 - Planilha de arquivamento de dados	95
Figura 20 - Tabela de organização para a cartografia	96
Figura 21 - Interface do Programa <i>Qgis</i>	96
Figura 22 - Construção da Base Cartográfica.....	97

CARTAS LINGUÍSTICAS

Carta Linguística 1 – Rede de Pontos do ALiMA.....	83
Carta Linguística 2 - Carta base do ALiMA.....	88
Carta Linguística 3 - Base cartográfica do nosso estudo (Adaptada do ALiMA).....	98
Carta Linguística 4 – Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>peteca</i>	106
Carta Linguística 5 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>borroca</i>	114
Carta Linguística 6 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>papagaio</i>	120
Carta Linguística 7 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>curica</i>	124
Carta Linguística 8 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>cerol</i>	129
Carta Linguística 9 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>baladeira</i>	133
Carta Linguística 10 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>chucho</i>	140
Carta Linguística 11 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>Gangorra</i>	147
Carta Linguística 12 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>balanço</i>	153
Carta Linguística 13 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>esconde-esconde</i>	163
Carta Linguística 14 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>pega-pega</i>	171
Carta Linguística 15 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>mancha</i>	179
Carta Linguística 16 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>cambalhota</i>	187
Carta Linguística 17 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>pata-cega</i>	191

Carta Linguística 18 - Carta isoléxica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>pata-cega</i>	193
Carta Linguística 19 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>ciranda</i>	198
Carta Linguística 20 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para <i>amarelinha</i>	204

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Rede de pontos de inquérito do Projeto ALiMA	82
Quadro 2 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 169	102
Quadro 3 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 170	108
Quadro 4 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 172	115
Quadro 5 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 174	121
Quadro 6 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 173	125
Quadro 7 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 171	130
Quadro 8 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 180	134
Quadro 9 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 181	141
Quadro 10 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 182	149
Quadro 11 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 175	155
Quadro 12 – Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 177 ...	165
Quadro 13 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 178	173
Quadro 14 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 168	180
Quadro 15 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 176	188
Quadro 16 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 179	194
Quadro 17 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 183	199

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 169 ... 103
- Gráfico 2 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 170 ... 110
- Gráfico 3 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 172 ... 116
- Gráfico 4 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 174 ... 122
- Gráfico 5 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 173 ... 127
- Gráfico 6 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 171 ... 131
- Gráfico 7 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 180 ... 136
- Gráfico 8 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 181 ... 144
- Gráfico 9 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 182 ... 150
- Gráfico 10 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 175 . 158
- Gráfico 11 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 177 . 169
- Gráfico 12 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 178 . 178
- Gráfico 13 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 168 . 185
- Gráfico 14 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 176 . 189
- Gráfico 15 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 179 . 195
- Gráfico 16 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 183 . 201

LISTA DE SIGLAS

ALAP	Atlas Linguístico do Amapá
ALERS	Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil
ALiB	Atlas Linguístico do Brasil
ALiMA	Atlas Linguístico do Maranhão
Alpa	Atlas Linguístico da Paraíba
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PB	Português Brasileiro
PM	Perguntas Metalinguísticas
QFF	Questionário Fonético-Fonológico
QMS	Questionário Morfossintático
QP	Questões de Pragmática
QSL	Questionário Semântico-Lexical
TDS	Temas para Discursos Semidirigidos
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Fundamentos Linguísticos	22
2.1.1 O entrelaçamento entre Dialectologia e História	22
2.1.2 Dialectologia tradicional e Dialectologia moderna	22
2.1.3 A Geolinguística.....	25
2.1.4 As interseções com a Sociolinguística	26
2.1.5 A abordagem Geossociolinguística.....	27
2.1.6 O Léxico e a Diversidade Linguístico-Cultural	28
2.2 Fundamentos Históricos	30
2.2.1 Os processos povoadores do Maranhão	30
2.2.1.1 A Frente Litorânea.....	33
2.2.1.2 A Frente Pastoril.....	39
2.2.2 Contextualização histórico-geográfica e socioeconômica	44
2.2.2.1 São Luís – MA 01.....	45
2.2.2.2 Raposa – MA 02.....	47
2.2.2.3 Pinheiro – MA 03	49
2.2.2.4 Turiaçu – MA 04	52
2.2.2.5 Carutapera – MA 05	54
2.2.2.6 Imperatriz – MA 07	56
2.2.2.7 Carolina – MA 08.....	59
2.2.2.8 Balsas – MA 09	60
2.2.2.9 Alto Parnaíba – MA 10.....	62
2.2.2.10 São João dos Patos – MA 11	64
2.2.2.11 Caxias – MA 12.....	66
2.2.2.12 Brejo – MA 13.....	68
2.2.2.13 Araiões – MA 14.....	70
2.2.2.14 Bacabal – MA 16.....	72
2.2.2.15 Codó – MA 17	74
2.2.2.16 Tuntum – MA 18.....	77
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	80
3.1 O Projeto ALiMA	80
3.1.1 A rede de pontos.....	80
3.1.2. Os informantes	84

3.1.3 Os instrumentos metodológicos	84
3.1.4 A cartografia dos dados	87
3.2 O corpus de nossa pesquisa	90
3.2.1 A seleção das questões	90
3.2.2 Procedimentos de análise dos dados	91
3.3 Cartas linguísticas	94
3.3.1 Organização dos dados, o processo de cartografia e o programa <i>QGIS</i>	94
4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	100
4.1 Por que os jogos tradicionais?	100
4.2 Jogos e diversões infantis no Maranhão: o que mostra o léxico acerca do processo de povoamento do Estado	101
4.2.1 O Maranhão joga <i>peteca</i>	101
4.2.2 <i>Buraco, borroca e casinha</i>	107
4.2.3 No céu do Maranhão vemos <i>pipas</i> e <i>papagaios</i>	115
4.2.4 E quanto as <i>curicas</i> do Maranhão?	121
4.2.5 Vou passar <i>cerol</i> na linha	125
4.2.6 O Maranhão atira com uma <i>baladeira</i>	130
4.2.7 <i>Chucho</i> e <i>peixe</i> , brinquedo e brincadeira	134
4.2.8 <i>Gangorra</i>	141
4.2.9 <i>Balouço</i>	148
4.2.10 <i>Esconde-esconde</i>	154
4.2.11 A brincadeira do <i>trisca</i>	164
4.2.12 <i>Tem que manchar</i>	172
4.2.13 <i>Carambela, carambola</i> e <i>carambolar</i>	180
4.2.14 <i>Pata-cega</i> vs. <i>cobra-cega</i>	188
4.2.15 <i>Sapatinho branco</i>	194
4.2.16 O Centro-Norte pula <i>amarelinha</i> e o Centro-Sul, <i>macacão</i>	199
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	206
REFERÊNCIAS	209
ANEXOS	215

1 INTRODUÇÃO

A variação linguística é um dos traços característicos de todas as línguas naturais. Mesmo num país como o Brasil, com dimensões continentais e com um processo diversificado de ocupação e povoamento, não necessitamos de um conhecimento especializado para perceber que nossa forma de falar é um traço distintivo das regiões que compõem o País.

Entretanto, se essa diversidade linguístico-cultural no seio da língua que nos une, o Português Brasileiro (PB), é facilmente perceptível pelos falantes em geral, suas causas não o são, e as perguntas básicas que se põem aos estudiosos do assunto e que estes vêm tentando responder focam em dois pontos cruciais: (i) as causas dessa diversidade na unidade e (ii) os traços demarcadores de cada região e estado.

Sob o rótulo de Dialetoлогия, temos a disciplina que busca refletir sobre essas questões e respondê-las. Tendo como objetivo básico investigar a variação linguística, isto é, os diversos dialetos que compõe uma língua, a Dialetoлогия considera a distribuição diatópica, porém sem perder de vista que todos os falantes se inserem em um espaço físico e, a partir daí, estabelecem relações sociais as mais variadas possíveis, situando-se, portanto, também no espaço social.

Os processos históricos de formação e povoamento dos espaços físicos, ou seja, a forma de organização do que hoje concebemos, em se tratando do Brasil, por exemplo, como estados e municípios, geralmente nos dá pistas sobre a língua e sua diversidade de usos, o que nos possibilita identificar e demarcar possíveis áreas dialetais. Em outras palavras, ao longo da história do Brasil, observamos a existência de espaços geográficos que compunham, em algum momento, uma determinada divisão política, ainda que isso não represente “[...] uma uniformidade e simetria que estamos hoje habituados a ver nas administrações contemporâneas” (PRADO JUNIOR, 1961, p. 298), e que depois, por razões diversas, principalmente de natureza política, se desmembraram formando novos territórios menores, como é o caso do atual estado do Maranhão, hoje estado do Nordeste, que já formou um mesmo território administrativo com a porção do Brasil que, atualmente, corresponde ao Pará, estado do Norte. Trata-se do território denominado, no período colonial, Estado do Maranhão e Grão-Pará¹, que surgiu, segundo Oliveira (2010), com a finalidade de intensificar as ações e tornar a colonização do norte do Brasil mais plena.²

¹ Este grande território passou por algumas transformações de ordem administrativa, como, por exemplo, a troca da capital do Estado, de São Luís, para Santa Maria de Belém; nesse momento em que há a troca da capital, há também a inversão do nome do Território, que passa a se chamar “Grão-Pará e Maranhão” (OLIVEIRA, 2010).

² Os processos históricos ora abreviados nesta introdução são retomados na Seção 2, subseção 2.2, que trata, entre outros tópicos, dos processos históricos que resultaram no hoje estado do Maranhão.

A porção territorial que constitui o atual estado do Maranhão foi formada, como assinalam Cabral (2008) e Trovão (2008), a partir de dois processos de povoamentos, bastante diferentes entre si, tanto em relação às características, como em relação ao tempo. A primeira frente de povoamento, também chamada Frente Litorânea, inicia em 1612, tendo como ponto de partida a Ilha de São Luís, litoral maranhense (como sugere o próprio nome da frente), e daí seguindo em várias direções rumo ao continente. Essa frente teve sua viabilidade garantida pelo Governo Português (CABRAL, 2008), que tinha intenção de ocupar o território que, há época, era de sua posse.

Já a segunda frente de povoamento, conhecida como Frente Pastoril, surge no sertão nordestino, na Bahia, em 1730 e penetra no Maranhão pelo Sul, expandindo-se por uma vasta área denominada *Pastos Bons*³, território composto basicamente por uma paisagem amena e tranquila (daí a motivação toponímica) ideal para a criação de gado, elemento norteador da frente e que representava a principal atividade econômica do lugar. Essas duas frentes, divergentes entre si, respondem pelo povoamento e formação do Estado.

Esse processo histórico de povoamento das terras maranhenses suscitou as questões que norteiam esta pesquisa: (i) tendo como base a rede de pontos do Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA) e considerando-se as diferentes frentes de povoamento do Maranhão, é possível atestar diferenças, no nível lexical, entre os municípios maranhenses? (ii) é possível traçar áreas dialetais no interior do Estado, que reflitam seu processo de povoamento?

Nossa ideia é trilhar a rota das frentes de povoamento, para, a partir delas, verificar se existem diferenças linguísticas, no nível lexical, entre os municípios surgidos a partir de cada uma das porções do Maranhão. É fato consabido que fatores externos, conforme já mencionado, de natureza geográfica, histórica, por exemplo, impactam nas escolhas linguísticas de que lançamos mão todos os dias. É por essa razão que nossa hipótese é a de que os municípios que se situam na porção maranhense abrangida pela frente de povoamento do sertão ou pastoril, oriunda do interior nordestino, revelam, no léxico, uma proximidade com o Piauí e a Bahia, distanciando-se, assim, dos municípios da outra porção cujo processo de povoamento se deu via frente litorânea.

Neste estudo, que se centra no léxico, para investigar a diversidade linguística, duas perguntas surgem de imediato: a que se deve essa escolha? por que verificar essa hipótese com base no léxico?

³ Na Seção 2, Subseção 2.2, essa explicação se dá de forma mais detalhada, bem como é explicado quais municípios surgiram a partir dessa frente de povoação, detalhando aqueles que compõem o *locus* do ALiMA.

As respostas a tais indagações extrapolam a mera afinidade do pesquisador com esse nível de análise linguística, perpassando, portanto, por questões concernentes ao próprio léxico, pois é o nível lexical, dentre os demais níveis linguísticos, aquele em que mais facilmente percebemos traços de variação e mudança, e essa característica coloca o léxico em posição privilegiada para se observar a variação linguística. Isso se deve por ser o léxico um sistema aberto, flexível; as palavras, seu componente fundamental, passam por sucessivos processos de desuso, ressemantização e/ou neologismo.

O interesse pela investigação acerca da variação linguística em solo maranhense não é novo. Mesmo com vários estudos que versam sobre as mais diversas perspectivas, entre eles em âmbito lexical, ainda não há um trabalho sistemático e na linha do que ousamos empreender, que tenha como ponto de partida as frentes de povoamento, buscando verificar se elas apontam, na língua, condicionantes concernentes à história da formação do Maranhão ou se caminhamos em vias de maior homogeneidade, proporcionada, também, pelo desenvolvimento dos meios de comunicação (televisão, rádio), o acesso à internet mais democrático, a produção de livros didáticos no eixo Sul-Sudeste, que passam a influenciar os falares de outras regiões. Nossa ideia, assim, é contribuir de alguma maneira para o preenchimento dessa lacuna.

Partindo dessas considerações, nossos objetivos são:

- i. Investigar, com base nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão, se a distribuição diatópica das variantes lexicais reflete o processo de povoamento do Maranhão;
- ii. Descrever a variação lexical no campo semântico *jogos e diversões infantis* na área geográfica estudada;
- iii. Examinar a viabilidade de traçar isoglossas, com base no estudo do léxico, que reflitam o processo de povoamento do Maranhão.

Com vistas a fazer essa investigação de cunho lexical, selecionamos o Questionário Semântico-Lexical (QSL), usado pelo ALiMA, especificamente, a área semântica⁴ *Jogos e diversões infantis*. São três pontos específicos que norteiam nossa escolha por esse campo temático.

O primeiro deles diz respeito à exclusão das áreas semânticas ligadas a atividades agropastoris, para que não existisse qualquer tipo de influência em relação aos dados, uma vez que, em tese, os municípios cujo processo de ocupação se deu via a Frente Pastoral teriam mais

⁴ Optamos por manter a terminologia adotada pelo ALiB e pelo ALiMA, *área semântica*, mesmo não desconhecendo as questões que se põem quando o que está em foco é um questionário cuja dimensão é *onomasiológica*, isto é, parte do conceito para as diferentes formas que podem designá-lo, o que levaria, portanto, a uma estruturação do tipo *campo lexical*. Para maiores informações a respeito da pertinência de uso do termo *campo lexical*, ver, dentre outros trabalhos, Silva (2006).

familiaridade com a temática, tendo em vista que esta atividade econômica se encontra diretamente relacionada com essa frente.

O segundo ponto diz respeito a duas questões que, embora de natureza diversa, convergem ao assinalar o importante papel dos jogos e brincadeiras tradicionais. Trata-se, por um lado, do fato de essa área semântica oferecer subsídios para uma melhor compreensão da realidade linguístico-cultural de uma comunidade, tendo em vista, como assinalamos mais adiante, que resgata informações de nossa memória cultural e histórica que se manifestam na língua que falamos. Por outro lado, há que se considerar o caráter universal desses jogos e diversões infantis e, para além disso, o fato de constituírem atividades intrínsecas à criança em seu processo de desenvolvimento e formação. As brincadeiras e jogos tradicionais são uma das primeiras formas de socialização da criança. Entretanto, vêm perdendo lugar para outras formas de entretenimento, em considerável velocidade, à medida que, por um lado, principalmente nos grandes centros urbanos, a rua, espaço privilegiado de muitas dessas brincadeiras e jogos, vem sendo ocupada pela violência e, por outro lado, o avanço da tecnologia tem possibilitado a criação de muitos jogos atrativos, que, em geral, são jogados num espaço interior, dentro de casa, uma sociedade que vem se tornando cada vez mais digital.⁵

O terceiro ponto diz respeito a estudos anteriores e evidências empíricas, que apontaram sensíveis variações, principalmente no domínio do léxico, condicionadas pelo espaço geográfico em municípios cujo povoamento se deu via a Frente Pastoral, demonstrando, conseqüentemente, uma aproximação com formas lexicais usadas na Bahia. Dentre esses estudos, destacamos o de Ramos *et al* (2005) e o de Ramos, Bezerra e Rocha (2011), que já demonstram a possibilidade de investigação com base em pistas deixadas pelas frentes de povoamentos do Estado, pistas essas que buscamos com este estudo.

A fim de alcançarmos os objetivos explicitados anteriormente, nossa dissertação se encontra organizada da forma a seguir explicitada.

Nesta seção introdutória, apresentamos as considerações iniciais de nosso estudo, a contextualização do tema e os motivos que justificam cada uma das escolhas que fizemos no processo de delimitação do tema.

Na seção 2, nosso referencial teórico, dividimos em dois momentos: os fundamentos linguísticos e os fundamentos históricos. No primeiro momento, tratamos da Dialectologia, área em que se insere nosso estudo, bem como a Geolinguística, método usado para investigação da variação dialetal. Tecemos, ainda, comentários acerca da interseção entre Dialectologia e

⁵ A questão concernente às brincadeiras e aos jogos infantis e sua importância social são retomadas na subseção 4.1.

Sociolinguística, e, por fim, sobre a abordagem Geossociolinguística. Já no segundo momento, aprofundamos as questões concernentes às frentes de povoamento do Maranhão, buscando encontrar subsídios nos fatos históricos, que nos ajudem a melhor compreender e explicar os dados geolinguísticos com que trabalhamos. Apresentamos características específicas de cada um dos processos povoadores do Estado, bem como elencamos, considerando a rede de pontos de inquérito do ALiMA, as áreas territoriais que são atualmente municípios e que surgiram ou são resultado direto de cada um dos movimentos de ocupação e povoamento do Maranhão. Por fim, tratamos do léxico, objeto de nosso estudo, enfocando sua relevância para um conhecimento mais aprofundado da realidade linguístico-cultural de uma comunidade.

Na seção 3, os procedimentos metodológicos, detalhamos o passo a passo de nosso estudo, com vistas a alcançar nossos objetivos de pesquisa. Tratamos do ALiMA – rede de pontos, os informantes, os instrumentos metodológicos, a cartografia dos dados – e ainda do *corpus* de nossa pesquisa, da seleção das questões, dos procedimentos de análise dos dados, das cartas linguísticas e do programa para sua elaboração, o QGIS.

Na seção 4, nos dedicamos integralmente à análise e discussão dos dados. Começamos por apresentar breves considerações acerca da importância dos brinquedos e das brincadeiras infantis como subsídios para a investigação da realidade linguístico-cultural de uma comunidade, tendo em vista que nos possibilitam resgatar informações presentes em nossa memória cultural e histórica que têm reflexos na língua que usamos. Na análise, propriamente dita, focamos a variação linguística e a forma como ela se manifesta nos municípios que compõem nosso estudo, buscando responder às questões norteadoras de nossa pesquisa.

Na seção 5, sintetizamos as principais ideias apresentadas ao longo da dissertação e que nos permitem chegar a algumas pistas que correlacionariam a variação linguística e os processos povoadores do Maranhão.

Por fim, nas referências, apresentamos todas as fontes citadas nesta pesquisa. Na sequência, temos os apêndices e anexos, com documentos e informações complementares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentamos, nesta seção, as bases teóricas que dão suporte ao nosso estudo. Dessa forma, observamos nos tópicos que seguem, os fundamentos linguísticos e os fundamentos históricos de nossa pesquisa.

2.1 Fundamentos Linguísticos

Este tópico é dedicado aos pressupostos teóricos que seguimos na produção deste trabalho. Enfocamos, portanto, a Dialetoлогия, a Geolinguística, a interseção Dialetoлогия/Sociolinguística, a abordagem Geossociolinguística e, por último, abordamos aspectos concernentes à Lexicologia.

2.1.1 O entrelaçamento entre Dialetoлогия e História

Conforme já aludimos, nosso estudo cruza dados linguísticos com fatos históricos dos movimentos povoadores que deram origem ao Maranhão, pois nosso objetivo é verificar se a distribuição diatópica das variantes lexicais reflete o processo de povoamento do Maranhão. O interesse por relacionar essas duas áreas não é novo, sobretudo no âmbito da Dialetoлогия, área que, por tradição, investiga traços e particularidades concernentes à história das línguas e por consequência dos povos.

Ao longo dos tempos, Dialetoлогия e História caminham lado a lado; os estudos dialetológicos-implicaram e ainda hoje implicam o entrelaçamento de língua e história. Esse entendimento é reforçado por Altenhofen (2006), que explica que essa relação ainda é bastante verificada nos estudos contemporâneos e que esse fato causou importantes consequências na evolução da Dialetoлогия enquanto ciência. Ainda de acordo com Altenhofen (2006, p. 167), uma dessas consequências consiste na “[...] identificação de fatores histórico-geográficos do passado para explicar a variação linguística em dado momento da sincronia, no presente”.

2.1.2 Dialetoлогия tradicional e Dialetoлогия moderna

Quando nos debruçamos mais atentamente sobre os estudos da Dialetoлогия, logo percebemos algo que parece ser consenso entre os que sobre essa área já teceram comentário: a evolução do que se tem chamado de Dialetoлогия **Tradicional** em direção a uma Dialetoлогия **Moderna** (pluridimensional). Para elucidarmos essa questão, é necessário que voltemos um tanto ao passado para acompanhar o trajeto, ainda que brevemente, da Dialetoлогия ao longo dos anos, bem como os entendimentos que foram ganhando forma, as modificações pelas quais passou a disciplina até chegar ao estágio em que se encontra na atualidade. Reforçamos que não é nosso interesse apresentar uma retrospectiva pormenorizada com todas as obras e fases pelas

quais os estudos dialetológicos passaram, interessa-nos mais apresentar pontos-chave para o entendimento dessa evolução.

De maneira geral, hoje a Dialetologia pode ser definida como: “[...] um ramo dos estudos linguísticos que tem por tarefa identificar, descrever e situar os diferentes usos em que uma língua se diversifica, conforme sua distribuição espacial, sociocultural e cronológica” (CARDOSO, 2010, p. 15). Dessa definição, depreendemos que o foco da Dialetologia incide sobre os usos linguísticos e sua diversidade, e que o reconhecimento dos espaços socioculturais constitui uma área de interesse dos estudos dialetológicos. Desse modo, os limites entre Dialetologia e Sociolinguística são traçados por uma linha tênue, já que em ambas se faz presente, como veremos adiante, o enfoque diatópico e sociolinguístico. Entretanto, o caráter eminentemente diatópico, que sempre orientou os estudos dialetológicos, levou Elizaincín (2010, p. 16) a definir a Dialetologia como a “[...] ciencia de la variación espacial de las lenguas”⁶. Esse recorte nos ajuda a explicar a evolução da Dialetologia: os primeiros estudos dialetológicos priorizavam a diatopia da língua, deixando em segundo plano outras possibilidades de análises com base em fatores sociais. Mas essa visão foi sendo modificada e redesenhada, sobretudo por intermédio da geolinguística, método para captura da variação linguística, e também pela relação cada vez mais estreita com a Sociolinguística.

O entendimento da Dialetologia como “ciência da variação espacial das línguas” requer que tenhamos muita clareza com relação a dois conceitos fundamentais nessa área: *língua* e *dialeto*. Nesse sentido, Coseriu (1982)⁷ afirma que:

[...] hay, entre “lengua” y “dialecto”, diferencia de estatus histórico (real o atribuido): un “dialecto”, sin dejar de ser intrínsecamente una “lengua”, se considera como subordinado a otra “lengua”, de orden superior. O, dicho de otro modo: el término *dialecto*, en cuanto opuesto a *lengua*, designa una lengua menor distinguida dentro de (o incluida en) una lengua mayor, que es, justamente, una lengua histórica (un “idioma”). Una lengua histórica – salvo casos especiales – no es un modo de hablar único, sino una “familia” histórica de modos de hablar afines e interdependientes, y los dialectos son miembros de esta familia o constituyen familias menores dentro de la familia mayor. (COSERIU, 1982, p. 11-12)⁸

⁶ Tradução nossa: “Ciência da variação espacial das línguas”.

⁷ Nessa obra, intitulada *Sentido y tarea de la dialetologia*, Coseriu examina o conceito de *dialeto* em relação aos conceitos de *nível* e *estilo de língua*, objetivando estabelecer o sentido específico da Dialetologia.

⁸ Tradução nossa: “[...] há, entre ‘língua’ e ‘dialeto’, diferença de *status* histórico (real ou atribuído): um ‘dialeto’, sem deixar de ser intrinsecamente uma ‘língua’, se considera como subordinado a outra ‘língua’, de ordem superior. Ou, dizendo de outro modo: o termo *dialeto*, enquanto oposto a *língua*, designa uma língua menor distinta dentro de (ou incluída em) uma língua maior, que é, justamente, uma língua histórica (um ‘idioma’). Uma língua histórica – salva casos especiais – não é um modo de falar único, mas uma ‘família’ histórica de modos de falar afins e interdependentes, e os dialetos são membros desta família ou constituem famílias menores dentro da família maior”.

Em síntese, da afirmação de Coseriu é possível inferir que a *língua* é um sistema linguístico, resultado de um processo histórico, evolutivo, e que o *dialeto* é um sistema linguístico menor incluído num sistema maior. Ou ainda, em palavras do próprio Coseriu (1982, p. 17), “[...] la única condición para un ‘dialecto’ es que se trate de un sistema de isoglossas incluido en una lengua histórica”⁹. Convém aclarar que *isoglossas* são linhas imaginárias, virtuais traçadas num mapa para indicar os limites de uso, de ocorrência de um determinado traço ou fenômeno linguístico. Isto é, para delimitar uma área, unindo áreas comuns ou separando áreas distintas.

Postos os três conceitos basilares da Dialetoлогия, podemos afirmar que este ramo da Linguística persegue sempre os dialetos de uma língua, e que, nesse processo, estão implicados o reconhecimento dos dialetos, suas características, sua área de expansão, seus falantes.

Com o avançar dos anos, os estudos dialetológicos também avançam e evoluem. Surge, dessa forma, a necessidade de também refinar os métodos de captura da variação linguística, e isso se deu muito em função da ideia de estudar não apenas as áreas rurais, mas também as áreas urbanas e, conseqüentemente, o confronto rural/urbano, entre diferentes tipos de informantes.

No que concerne ao Brasil, Nascentes (1952 e 1953), Ferreira e Cardoso (1994) e Mota e Cardoso (2006) situam em 1826 o primeiro estudo dialetológico no País, de autoria de Domingos Borges de Barros (Visconde de Pedra Branca); na sequência, os autores traçam um segundo marco com a publicação de o *Dialeto Caipira*, de Amadeu Amaral, em 1920. Para Callou (2010), no entanto, o trabalho de Amadeu Amaral é o primeiro estudo dialetológico publicado no Brasil que relaciona a língua e o meio social, uma vez que antes disso só se tinha conhecimento das publicações de glossários esparsos. Essa preocupação com a relação entre língua e meio social daria o tom dos estudos dialetológicos desde então.

Em seus primórdios, e aqui podemos mencionar a obra de Amadeu Amaral citada como exemplo, a Dialetoлогия muito se preocupou com um tipo muito específico de estudo, aquele relativo a comunidades rurais isoladas, que guardassem uma língua mais “pura”, livre da influência de áreas urbanas mais desenvolvidas, almejando, desse modo, registrar o léxico do de um tipo social muito característico, o chamado “informante perfeito”, a quem Zágari (2013, p. 52) se refere como **HARAS**, isto é, um **H**omem, **A**dulto, **R**urícola, **A**nalfabeto e **S**edentário. O autor segue afirmando que esses estudos possuem seu valor à medida que servem para registrar uma fala que, caso contrário, seria perdida, mas que essa visão muito particular para

⁹ Tradução nossa: “[...] a única condição para um ‘dialecto’ é que se trate de um sistema de isoglossas incluído numa língua histórica”.

essas comunidades restringia os estudos da Dialetologia, pois limitar-se “[...] ao campo equivalia a um esquecimento quase total das formas usadas pela maioria da população, aglomerada nos grandes centros urbanos e nas pequenas cidades do interior.” (ZÁGARI, 2013, p. 52). Com o passar do tempo, porém, essa visão foi sendo ampliada, o que suscitou a necessidade de buscar apurar e desenvolver formas e métodos para a captura dessa variação, agora não restrita aos espaços rurais.

2.1.3 A Geolinguística

A Geolinguística surge no bojo da Dialetologia, sendo concebida como um método específico para as análises dialetológicas, mas, ao menos em um primeiro momento, via-se restrita à orientação espacial, dessa forma, por vezes, a Geolinguística era observada no processo de cartografia. A partir do interesse da Dialetologia pelos espaços urbanos, a Geolinguística, enquanto método, precisou se adequar e se reestruturar. Convém ressaltar que Dialetologia pode se servir de outros métodos para análise, mas é, talvez, a Geolinguística, o método atualmente mais empregado e, segundo Elizaincín (2010, p. 17), “recomendado” para capturar a variação linguística. De forma geral, em grossa definição, a Geolinguística seleciona e captura o dado linguístico e compete à Dialetologia analisar este dado apresentado, nas mais diversas variáveis e estratificações, pela Geolinguística, esta, porém, não tem a função de fazer análise linguística.

Na empreitada de capturar a variação linguística, são competências da Geolinguística: “su sofisticada batería de técnicas de recolecciones de los datos, ordenamiento y representación cartográfica”¹⁰ (ELIZAINCIN, 2010, p. 17). Assim compete à Geolinguística a preparação de instrumentos para a captura do dado, como questionários, métodos e técnicas de entrevista; a preparação e organização dos informantes em grupos estratificados de forma ordenada; a cartografia dos dados linguísticos, entre outras questões que visem a uma melhor apresentação dos dados para que a Dialetologia possa se servir e ter à disposição dados bem apresentados para as análises linguísticas.

O método geolinguístico reorganizado, reformulado, tem lugar de destaque na Dialetologia Moderna, sendo empregado exaustivamente em alguns dos processos acima mencionados; os resultados apresentados dão base para análises mais precisas considerando as mais diversas variáveis; afinal, os dados de outras naturezas também influenciam na variação espacial, por essas razão, as análises que cruzam os mais diversos dados socioculturais com os

¹⁰ Tradução nossa: “Sua sofisticada bateria de técnicas e recolhimento dos dados, organização e representação cartográfica”.

dados geográficos dão a tônica de uma sociedade mais diversa e plural. Nesse sentido, os novos estudos dialetológicos que observamos como, por exemplo, o Atlas Linguístico do Brasil – ALiB, um atlas nacional, e o Atlas Linguístico do Maranhão – ALiMA, um atlas estadual, são atlas que já relacionam as mais diversas variáveis e que permitem uma análise pluridimensional sobre o dado linguístico.

2.1.4 As interseções com a Sociolinguística

A Dialetoлогия é a ciência que se preocupa com variação linguística condicionada a um contexto geográfico sendo, por excelência, *horizontal*, já a Sociolinguística se preocupa com os fatores sociais que condicionam a variação (idade, sexo, escolaridade, entre outros), ocupando-se primordialmente com a variação *vertical*. O que se sabe, no entanto, segundo Chambers e Thrudgil (1994), é que os dialetos são tanto espaciais quanto sociais, e essa ideia tem norteado a feitura de atlas modernos, os pluridimensionais que têm o enlace, também, entre Dialetoлогия e Sociolinguística.

A Sociolinguística é posterior aos estudos dialetológicos, mas surge em seu bojo. William Labov, a quem se credita como o fundador da Sociolinguística Variacionista, era um conhecido dialetólogo. Vemos, desse modo, que desde o seu surgimento a Sociolinguística via-se atrelada à Dialetoлогия. Essa aproximação, no entanto, é tida de forma natural. Brandão (2013, p. 363)¹¹ afirma que “[...] a sociolingüística, impôs-se inevitavelmente. Abriram-se novas perspectivas, novos caminhos”. Os estudos sociolinguísticos se impuseram de tal forma que já era esperado que os estudos que tratassem da variação linguística buscassem relacionar os dois vieses de análise, o espacial, da Dialetoлогия, e o social, da Sociolinguística.

Dada a aproximação existente entre as duas áreas, alguns autores ponderam que essas áreas chegam a ser vistas como sinônimas, ou sendo a Sociolinguística uma espécie de Dialetoлогия urbana. Corvalan (1988, p. 8 apud Cardoso, 2010, p. 26) pontua que “Sociolinguística e dialetoлогия se tem considerado até certo ponto sinônimas uma vez que ambas as disciplinas estudam a língua falada, o uso linguístico e estabelecem as relações que existem entre certos traços linguísticos e certos grupos de indivíduos [...]”; Callou (2010, p. 34), por sua vez, argumenta que “Os métodos da dialetoлогия tradicional rural sofrem uma adaptação a fim de possibilitar o levantamento da linguagem de grandes centros urbanos, mais

¹¹ Nesse estudo, a autora detalha todos os procedimentos que foram seguidos para se realizar o Atlas Etnolingüístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro - APERJ que, em verdade, nunca viria a ser concretizado, a autora pondera que se pensava em um atlas monodimensional, mas que, no decorrer do processo, a sociolinguística impôs-se sendo impossível ignorar sua existência.

diversificados, em princípio, vindo, conseqüentemente, a dialetologia urbana a confundir-se com a sociolinguística”.

A ideia óbvia que aqui defendemos é relacionada ao consenso entre alguns autores, como podemos citar Calllou (2010) e Altenhofen (2013), que Dialetologia e Sociolinguística não são áreas opostas, mas complementares, como se uma fosse a extensão da outra. Desse modo, podemos dizer que Dialetologia e Sociolinguística

[...] não se excluem mutuamente, pela razão simples de que não existe espaço sem sociedade, como também não existe sociedade sem espaço. O que deve ser ressaltado, portanto, é que o termo *geolinguística* implica tanto a noção de sociedade, quanto o termo *sociolinguístico* pressupõe determinado recorte do espaço geográfico. (ALTENHOFEN, 2013, p. 33).

Como podemos perceber, a partir da afirmação de Altenhofen (2013), essas duas áreas já compartilham muita das características, sendo até mesmo difícil dissociar as duas e tem-se tornado cada vez mais tênue a fronteira que as separa.

2.1.5 A abordagem Geossociolinguística

O termo Geossociolinguística começa a ser empregado desde de 1996, pelo grupo de trabalhos do Laboratório de Linguagens da Universidade Federal do Pará, segundo reivindicação dos próprios membros. Convém explicitar que a Geossociolinguística não se refere a uma teoria, mas a uma abordagem, muito maior do que o enlace entre Geolinguística e Sociolinguística (como pode sugerir o nome), essa abordagem, desse modo, busca relacionar toda uma gama de dimensões possíveis ao estudo linguístico, com o propósito claro de mais bem descrever os usos linguísticos, Razky (2021), em conferência proferida no Simpósio de Estudos Dialetais e Sociolinguísticos, afirma que:

A Geossociolinguística engloba toda essa grande tarefa, que eu chamo de contínuo linguístico, quando você fala do contínuo linguístico, você não pode parar apenas numa metodologia linguística. Você precisa chamar atenção a uma concatenação de metodologias e de trabalhos que possam ajudar a desvendar o mistério da diversidade linguística (RAZKY, 2021).

A Geossociolinguística busca agrupar os três aspectos linguísticos, a linguística interna, centrada na estrutura da língua, em aspectos mais tradicionais, a linguística externa, que já busca correlacionar os aspectos linguísticos e sociais e, por fim, linguística interna, externa e tecnologia, que engloba todos os aspectos anteriores somados as possibilidades criadas pelos avanços tecnológicos, como, por exemplo, os estudos em linguística computacional. (LIMA, RAZKY, OLIVEIRA, 2021).

A Geossociolinguística abre uma série de possibilidades e permite uma expansão a respeito da forma de pensar a língua, não mais em áreas fechadas, mas de maneira

pluridimensional, investigando todas as possibilidades possíveis para se descrever a realidade de um país complexo e diverso socioculturalmente.

Essa abordagem mais ampla parece ser uma evolução até mesmo lógica. Ao longo dos tempos as pessoas mudam, as sociedades se alteram e, logicamente, as relações entre áreas, ciências também sofrem transformações, algumas relações são construídas, outras são desfeitas, alguns laços são estreitados, esse fenômeno não é novidade e pode até mesmo ser visto de maneira natural, uma vez que faz parte das ciências o processo de buscar, de construção, avançar, e nessa lógica, as transformações são esperadas. Vejamos, a seguir, como essa junção muito produtiva para os estudos dialetais pode ser entendido.

Os trabalhos de orientação Geossociolinguística se avolumam e versam sobre os mais diversos aspectos e níveis da língua, o dado capturado pelo método Geolinguístico abre, desse modo, muitas possibilidades de investigação, dentre um dos mais explorados observamos as análises lexicais que partem desse tipo de dado. O léxico, área de interesse de nossa pesquisa, tem sido muito privilegiado com estudos diversos, e isso acontece pois “[...] as pesquisas dialetais e geolingüísticas permitem resgatar especificidades lexicais que refletem recortes culturais distintos numa dada época da história da língua” (AGUILERA, 2010, p. 71). Cabe ressaltar, ainda, que os primeiros estudos em Dialectologia eram, quase que exclusivos, a partir de análises do léxico.

2.1.6 O Léxico e a Diversidade Linguístico-Cultural

Como se viu no tópico anterior, o estudo do léxico com base em dados de natureza geolinguística permite a observação de recortes muito profícuos sobre a língua em uso, razão por que, como ressaltamos na introdução, escolhemos o nível lexical para observação da variação linguística. Nesse sentido, Brandão (2013, p. 364) pontua que “Sem dúvida, é no plano do léxico que se reflete, com maior nitidez, a diversidade de visões de mundo dos indivíduos, os seus diversificados padrões culturais.” Dessa forma, no léxico confluem visões de mundo distintas, sempre atreladas à forma muito particular como um indivíduo inserido em um grupo utiliza a língua.

Isto se dá porque, por meio da língua, o homem recria a realidade, interpretando-a e repassando-a aos demais. Aprisionado às suas estruturas, obediente às regras que lhe garantem a intercomunicação, preserva formas tradicionais; sensível às modificações que se operam a sua volta, nela imprime suas marcas, renovando-a a cada apelo externo (BRANDÃO, 2013, p. 364).

Seguindo essa linha de raciocínio, podemos afirmar que o ser humano, também por uma necessidade comunicativa, atribui sentido, modifica aqueles já existentes, considerando a

realidade a sua volta, e faz isso para se comunicar, mas também para expressar sua cultura, suas tradições e para nomear tudo aquilo que o circunda. É no léxico, dentre os demais níveis da língua, em que o homem encontra a sua disposição um conjunto diverso de possibilidades significativas, pois “[...] o léxico é o lugar da estocagem da significação e dos conteúdos significantes da linguagem humana” (BIDERMAN, 1996, p. 27).

O léxico de uma língua é estudado sistematicamente no âmbito da Lexicologia, e, segundo Vilela (1994, p. 10), "A unidade básica da lexicologia é a palavra". De maneira geral, o léxico de uma língua pode ser entendido como o conjunto de palavras dotadas de significação que compõem o repertório disponível ao falante para atender as suas mais diversas e variadas necessidades de comunicação e sociabilização nos múltiplos contextos comunicativos em que ele se encontra inserido, pois “[...] a referência à realidade extralingüística nos discursos humanos faz-se pelos signos lingüísticos, ou unidades lexicais, que designam os elementos desse universo segundo o recorte feito pela língua e pela cultura correlatas.” (BIDERMAN, 1996, p. 27).

Considerando essas ideias, podemos afirmar, com relação ao contexto de nosso estudo, que o léxico nos permite refletir acerca dessa realidade que foi determinante em um determinado período da história, e de como as distintas culturas refletem diferenças também no léxico. Em nosso entendimento, um estudo de natureza lexical, como este que desenvolvemos, pode sinalizar distanciamentos ou aproximações que existem entre os dois movimentos povoadores que deram origem ao Maranhão, isto é, pode refletir traços da história social do português falado no Estado.

É evidente que a língua nos apresenta possibilidades de verificação dessa hipótese de inúmeras maneiras, por intermédio de outros subsistemas, mas o nível lexical é aquele que entendemos ser o mais propício a isso, pois é o nível lingüístico “[...] mais dinâmico, porque é o elemento mais diretamente chamado a configurar lingüisticamente o que há de novo, e por isso é nele que se reflectem mais clara e imediatamente todas as mudanças ou inovações políticas, económicas, sociais, culturais ou científicas” (VILELA, 1994, p. 14). Aliado a essa ideia, temos que é no léxico da língua que observamos mais facilmente palavras que adentram à língua, palavras que se afastam de seus sentidos primeiros e algumas que já não fazem parte da realidade ou necessidade comunicativa do falante e sofrem, por isso, paulatinamente um processo de desuso.

As palavras que usamos todos os dias, ou ao menos um recorte delas, encontram-se registradas nos dicionários e glossários, que representam uma importante ferramenta e fonte de pesquisa. Neste estudo em que empreendemos esforços para conhecê-las, os dicionários nos

ajudam nessa tarefa de verificar essas palavras que podem ou não denotar usos peculiares de uma porção do Estado, usos esses possivelmente refletem os processos de povoamento do Maranhão. Sempre levando em conta que os dicionários nos apresentam uma visão parcial da língua, um recorte de um dado momento histórico, abrimos o leque de possibilidades, isto é, utilizamos os dicionários de que dispomos, sejam dicionários gerais, regionais, do folclore, todos aqueles que de alguma maneira possam elucidar as palavras da língua e sua significação no contexto de nosso estudo.

Estes repositórios das palavras da língua, tais como o dicionário, por exemplo, são o objeto do fazer lexicográfico, que ganha maior importância, tendo em vista que o seu fazer requer atenção especial, pois “[...] nem sempre consegue acompanhar plenamente o dinamismo lexical, porque a todo momento surgem novas palavras, assim como outras caem em desuso” (KRIEGER, 2012, p. 18).

O prestígio de que gozam os dicionários é resultado da credibilidade que lhes é atribuída socialmente, como um importante mecanismo de busca para se saber o significado cristalizado de uma palavra. Essa ideia, no entanto, soa paradoxal, pois, se por um lado, há uma certa distância temporal entre o registro e o uso, por outro, conforme afirma Krieger (2012, p. 19), de modo figurado, o dicionário funciona como um “cartório de registro das palavras”, tendo, por óbvio, a tarefa de atribuir a “certidão de nascimento” às palavras.

2.2 Fundamentos Históricos

Nesta subseção, em primeiro momento, apresentamos um apanhado dos processos povoadores do Maranhão, detalhando os aspectos constitutivos de cada uma das frentes de povoamento, isto é, a Frente Litorânea e a Frente Pastoril. No segundo momento, apresentamos uma contextualização histórica, geográfica e socioeconômica do *locus* de nosso trabalho, os fatores concernentes a essas áreas nos ajudam a melhor explicar os processos que resultaram nos hoje municípios maranhenses.

2.2.1 Os processos povoadores do Maranhão

Iniciamos esta seção com informações históricas acerca dos processos de povoamento e ocupação do Maranhão, reiterando que nosso trabalho busca inter-relacionar dados de natureza geolinguística e dados históricos concernentes a esses processos que deram origem ao hoje estado do Maranhão.

Para elucidar essa questão, lançamos mão de uma analogia de bastante valia proposta por Jaberg e Jud (1928 *apud* ALTENHOFEN, 2006, p. 166), ao afirmarem que “não se pode

simplesmente colocar uma parede atrás do dado sincrônico, como se lá não houvesse nada”. Altenhofen (2006, p. 166) completa dizendo que: “Mas não se deve ficar restrito ao que está atrás da parede, e, sim, descrever o que está na frente, o dialeto moderno, com toda a sua heterogeneidade e infiltrações externas.”. Os autores citados e suas ideias dão suporte ao entendimento que adotamos nesta pesquisa: não usaremos o presente para reconstruir o passado, mas, sim, o contrário; lançaremos mão do passado, da história e dos processos de povoamento do hoje Estado do Maranhão para ajudar-nos a explicar o chamado “dialeto moderno”, seu presente, sua variação e diversidade.

Nesse sentido, convém assinalar que as primeiras tentativas de povoamento do que viria ser o Estado do Maranhão começam a partir de uma necessidade portuguesa de melhor administrar (defender e governar) as terras do norte brasileiro. Para Cabral (2008, p. 47), “A conquista e ocupação do Maranhão iniciou-se tardiamente em relação à colonização em outras regiões na colônia”, e o interesse pelo norte brasileiro se deu de forma mais específica quando se processaram uma série de invasões nessa porção territorial do País. Foi, pois, com essa finalidade que foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, como veremos mais adiante.

A intenção era clara, evitar novas invasões territoriais, coisa bastante comum à época, haja vista o regime vigente, segundo o qual ter direito à terra pressupunha povoá-la. Percebendo o vácuo de ocupação estabelecido no norte brasileiro, a Coroa Portuguesa deu início à criação de fortes em cidades como Natal, Fortaleza, Belém e São Luís, com o propósito de evitar novas invasões e expulsar os estrangeiros que por lá já se encontrassem. Assim, entorno desses fortes, passam a surgir povoações, muitas delas com ajuda direta de Portugal, com o claro objetivo de povoar aquela região.

Ainda sob o modelo administrativo de capitânicas hereditárias, por volta do século XVI, os donos dessas terras, os donatários das duas capitânicas do Maranhão, empenharam-se em empreender uma ocupação mais completa das áreas do hoje estado maranhense. Essas iniciativas fracassaram de tal modo que aquela área, até então-desocupada, foi palco de invasão por diversos povos europeus, dentre os quais se destacaram os holandeses, os franceses e os ingleses. A mais simbólica dessas invasões foi a da França, em 1612, que, segundo relata Velho (2009) teria tido o objetivo de fundar a uma colônia na região, mas essa informação é hoje questionada por historiadores mais contemporâneos. A posse francesa não durou muito, pois, cerca de três anos mais tarde, Portugal iniciou um processo de recuperação nos territórios do norte. A esse respeito, Cabral (2008, p. 49) observa que:

O Estado português, diante das ameaças externas, que punham em perigo seu vasto patrimônio do norte do Brasil e a florescente indústria açucareira do Nordeste, deu

imediate avanço à sua marcha em direção à região norte. Assim, em 1556, realizou-se a conquista da Paraíba e, em 1596, a do Rio Grande do Norte.

Em 1613, liderados por Jerônimo de Albuquerque, uma expedição parte de Pernambuco com a finalidade de expulsar os franceses daquela região e iniciar, assim, o povoamento da área (ABREU, 1998). Esse processo, segundo o que nos conta Cabral (2008), seria o pontapé inicial da colonização do Maranhão.

A colonização do Maranhão se deu via dois processos de povoamento que apresentam características diversas tanto no que diz respeito à forma de ocupação, ao modelo administrativo como às características sociais. Isso fica claro na confluência de ideias entre alguns pesquisadores do assunto. Cabral (2008, p. 47) pontua que “[...] a ação colonizadora maranhense processou-se via atuação de duas frentes de expansão com estruturas e características próprias.”. Almeida (1852, p. 140, grifo original)¹², bem antes, já assinalara que:

[...] há uma notável diferença entre a população oriunda da colonização que entrou pelo littoral, e a outra: a primeira é de costumes mais amenos, a segunda é menos civilizada, e resente-se em extremo da sua origem. Dahi provém o chamar-se no interior da Provincia do Maranhão aos sertanejos ou habitantes do campo - *Bahianos*.

O autor nos aponta algumas das características dos processos povoadores que deram origem ao Maranhão naquela época. Em síntese, as duas frentes que penetraram o Estado eram desconexas entre si, sem manter contato uma com a outra; a primeira, a Frente Litorânea, que ocupava a porção centro-norte do Estado, partia de São Luís; já a segunda, a Frente Pastoral, ocupava a porção centro-sul do Estado, formando o antigo território de Pastos Bons. Ainda nesse sentido, Trovão (2008, p. 12) observa que:

[...] a identidade maranhense obedece, e por isso mesmo é resultado do caráter de transitoriedade ambiental natural do Estado e dos dois movimentos colonizadores, com tendências e padrões sociocultural específicos, características dos dois locais ocupados [...] aquela [Frente Litorânea] tendo como principal elemento econômico a agro exportação e esta [Frente Pastoral] a pecuária, e que, por isso apresentam características próprias com relações sociais e comportamento socioculturais bastante definidos.

Do mesmo modo, Cabral (2008) ainda afirma que:

Ao recuperar o movimento de ocupação do sul do Maranhão, surpreendemo-nos por encontrar um processo com uma nítida diferenciação entre as duas formas de ocupação. As duas linhas que dirigiam o povoamento maranhense, ocupando áreas geograficamente específicas, estruturaram duas bases econômicas diferenciadas, fundamentadas uma na agro exportação [Frente Litorânea] e outra na pecuária [Frente Pastoral] e definiram relações sociais e padrões de comportamento bastante característicos. (CABRAL, 2008, p. 47).

¹² Em todas as citações, decidimos manter a ortografia original.

Como podemos observar, as posições dos autores acerca dos processos de ocupação do Maranhão se complementam e, vale ressaltar, são consensuais entre os estudiosos da área. Ou seja, o Maranhão é oriundo de duas frentes distintas, com características próprias, e esse processo povoador vai gerar uma sociedade com padrões socioculturais distintos entre norte e sul. É, justamente, a possibilidade de associar esse fato histórico a dados geolinguísticos que perseguimos em nossa pesquisa.

Mas, nesse sentido, cabe ainda questionar em que essas frentes se opõem e como surgiram. Algumas oposições já estão manifestas nesta parte introdutória desta seção; outras serão explicitadas nas subseções a seguir.

2.2.1.1 A Frente Litorânea

Já tendo conquistado algumas regiões do hoje nordeste brasileiro, os portugueses decidiram avançar em busca de um controle mais direto na porção territorial mais ao norte; por essa razão, em meados de 1613, Jerônimo de Albuquerque partiu de Pernambuco, sendo nomeado capitão-mor da conquista do Maranhão, comandando homens brancos e indígenas desde Pernambuco (CAPISTRANO DE ABREU, 1998). Essa expedição, no entanto, foi lenta e só tomou dos franceses efetivamente o comando do Maranhão em 1615 (VELHO, 2009). A partir de então, com o efetivo controle das terras maranhenses, inicia-se seu processo de ocupação e povoamento, por intermédio da frente conhecida como Litorânea.

“Formada pelos portugueses, seus descendentes e pelos indígenas domesticados, um dos objetivos da frente litorânea era garantir a ocupação desse espaço, e uma de suas tarefas mais árduas foi vencer a resistência dos primitivos donos da terra – os índios.” (TROVÃO, 2008, p. 13). A presença de diversos grupos indígenas, que ocupavam, entre outras partes, as margens dos rios que eram, à época, a única forma de deslocamento, dificultou, mas não impediu o efetivo povoamento das terras maranhenses.

Segundo Cabral (2008) e Trovão (2008), o ponto de partida da Frente Litorânea foi a região do Golfão Maranhense, onde se encontra localizada a Ilha de São Luís. A expansão dessa frente se deu rumo a diversas direções para o interior maranhense, sendo os rios, em particular o Itapecuru, o Mearim, o Pindaré e o Munim, os principais elementos propiciadores desse processo de expansão, pois “[...] todos eles nascem nos distantes sertões maranhense, cortam grande parte do território da Capitania e desembocam no Golfão Maranhense [Região em que está localizada São Luís]” (CABRAL, 2008, p. 51). Essa ideia vai ao encontro da afirmação que faz Prado Junior (1961, p. 235) em relação à formação do Brasil: “Certo ou falso que ‘o

caminho cria o tipo social’, o fato é que no Brasil uma coisa é sem dúvida verdadeira: a influência considerável que as comunicações e transportes exercem sobre a formação do país.”.

Trovão (2008), por sua vez, ratifica essa informação, indo ao encontro da ideia de enveredamento da Frente Litorânea, ao afirmar que “A dinâmica da frente litorânea teve como ponto de partida a ilha de São Luís, distribuindo-se em seis direções, utilizando o mar e os rios uma vez que estes representavam na época as únicas vias de ocupação” (TROVÃO, 2008, p. 14). As ideias dos autores supracitados remetem diretamente à forma como os deslocamentos eram feitos, e ao papel dos rios como grandes irradiadores e favorecedores da expansão e do povoamento. Nessa perspectiva,

O Itapecuru, dentre todos os rios, foi o mais cobiçado, tornando-se umas das principais vias de penetração do interior maranhense. Era o mais extenso, banhava férteis vales, apresentava boas condições de navegabilidade, além de proporcionar acesso aos altos sertões maranhenses e a outras capitanias, como Piauí, Bahia e Goiás. Estas características transformaram-no em pólo de conquista.” (CABRAL, 2008, p. 52).

O processo expansionista e de povoamento desta frente não logrou sucesso de imediato tendo em vista a resistência de diversas nações indígenas como: Uruatis, Caicaizes, Guaianazes, Guanarés e Barbados, além de Gamelas, Aranhis e Tupinambás; no entanto, após intensas batalhas e resistência em pontos diversos, os portugueses obtiveram sucesso em seus objetivos.

Ao mesmo tempo que a Frente Litorânea ia se expandindo, iam-se criando assentamentos e modelos administrativos minimamente rudimentares que permitissem que a ocupação se solidificasse. Além dessa questão, há outras que foram decisivas para que esta frente obtivesse sucesso em sua investida rumo ao desbravamento do interior das terras maranhenses, até então só ocupado pelos povos originários que resistiram firmemente à tentativa de dominação portuguesa. Além do confronto direto, outras estratégias foram utilizadas pelos portugueses a fim de garantir a ocupação mais plena, como, por exemplo, “[...] envio de entradas e sertanistas, construção de fortalezas, abertura de estradas e a realização das guerras justas.” (CABRAL, 2008, p. 53). Ao mesmo tempo, criaram-se unidades açucareiras e assentamento de diversas famílias açorianas que solidificaram o povoamento, na foz do rio Itapecuru, entre 1615 e 1626.

Conforme mencionamos anteriormente, a Frente Litorânea, partindo de São Luís, se expandiu em várias direções, algumas das quais comentamos a seguir, pois oferecem subsídios à nossa pesquisa. Começamos pela que partiu em direção ao Oeste indo até a foz do Gurupi. Segundo Trovão (2008, p. 14), essa ocupação foi “facilitada pelas reentrâncias, principalmente aquelas onde há foz de rios, por onde, penetrando à montante, fundaram portos através dos quais exportavam produtos agrícolas cultivados mais para o interior do continente”. A partir dessa ocupação surgiram algumas cidades do Maranhão, como, por exemplo, Alcântara,

Cururu, Turiçu e Carutapera. Estas duas últimas cidades fazem parte da rede de pontos do ALiMA e, por conseguinte, também fazem parte do *locus* de nosso estudo. Uma outra cidade também oriunda dessa direção tomada pela Frente Litorânea de povoamento é Guimarães, que, a partir de um desmembramento em três de setembro de 1856, por meio da Lei Provincial n.º 439, deu origem à cidade de Pinheiro, cidade essa que também faz parte da rede de pontos desta pesquisa.

Uma segunda ramificação da Frente Litorânea seguiu em direção ao Oriente, acompanhando o litoral. Esse sentido tinha como objetivo estabelecer comunicação com Ceará e Pernambuco, além de desenvolver a pecuária e a exploração de salinas; por isso, esta ramificação se expandia às margens do delta do Parnaíba (TROVÃO, 2008), passando pela localização onde hoje se encontra o município de Araióses, outra cidade que faz parte de nossa rede de pontos.

Uma terceira rota de penetração e, segundo Trovão (2008), a mais importante foi aquela que percorreu as margens do Itapecuru, rio que se destaca por sua extensão, vales férteis e condições muito favoráveis de navegação, o que aproximava o litoral do sertão, além de outros estados como a Bahia e o Piauí.

Em 1732, os colonizadores conseguiram, à base de muita violência e hostilidade, controlar a região da foz do rio, tendo sido ele dominado por portugueses. Os jesuítas foram essenciais nessa tomada da foz do Itapecuru por intermédio das denominadas Guerras Justas, que eram lutas travadas contra os indígenas, com autorização do rei, com a finalidade de defender o colonizador de possíveis ataques dos nativos. Nesse período, esse termo foi usado para justificar massacres cometidos contra tribos indígenas. (CABRAL, 2008).

A conjugação de armas e catequese avançou no interior do Maranhão e logo o colonizador chegou a Aldeias Altas, uma então povoação indígena que logo se tornou vila conhecida como Caxias. Almeida (1852, p. 41)¹³ observa que “Tanto a colonização do litoral, como a dos sertões, vieram encontrar-se em Caxias, a antiga aldeias altas, de 1750 em diante, segundo o que podemos colligir de algumas memórias e documentos antigos”.

Aldeias Altas se localizava em região estratégica, pois servia como porta de saída para o Piauí e Bahia, e também se conectava com os sertões de Pastos Bons, a outra corrente povoadora do Estado. Sua relevância é verificada, ainda, pois foi “[...] através de Aldeias Altas e pelas mãos dos missionários, [que ocorreram] os primeiros e ainda frágeis contatos entre as duas frentes colonizadoras do Maranhão: a litorânea e a interior. Era o Marco inicial do processo

¹³ Ortografia original.

de construção da unidade territorial maranhense.” (CABRAL, 2008, p. 55). Conforme visto, essa unidade é iniciada também por conta de Aldeias Altas e sua localização privilegiada, que ligava as duas frentes povoadoras do Maranhão, conectando-as e efetivando uma ainda tímida ideia de uniformidade.

Com a finalidade de intensificar a colonização das terras do norte brasileiro, uma das soluções adotadas pela Coroa Portuguesa foi a criação de um Estado independente do Estado do Brasil, que respondesse diretamente a Portugal. Surge, então, em 1721, o Estado do Maranhão e Grão-Pará, um grande território que ia desde o Ceará e abrangia o norte inteiro, conforme pode ser observado na figura, a seguir.

Figura 1 - A Colonização Portuguesa



Fonte: CABRAL (2008).

Desse modo, o território do Brasil Colônia passava a ter uma divisão composta por dois estados independentes, tratava-se do Estado do Brasil e do Estado do Maranhão e Grão-Pará. Essa divisão visava uma colonização mais eficaz que melhorasse em termos administrativos a porção territorial situada no Norte da Colônia; por essa razão, ao longo dos anos, de 1621 a 1772 (quando houve a anexação dos dois estados independentes) esse território ao norte passou

por ao menos três importantes divisões que visavam melhorar a administração e exploração, além do reconhecimento dessas terras. (OLIVEIRA, 2010).

A primeira das divisões, ocorrida em 13 de junho de 1621, instituiu o Estado do Maranhão e Grão-Pará. A segunda delas, estabelecida pela Carta Régia de 25 de fevereiro de 1652, separou o Maranhão e o Grão-Pará em duas capitanias, no entanto, ambas continuaram respondendo diretamente aos governadores de São Luís. A terceira unificou os dois territórios novamente, mas, dessa vez, a capital foi transferida para Santa Maria de Belém, em face do sucesso extrativista do Grão-Pará. Houve, ainda, uma inversão no nome do território que passou a se chamar Estado do Grão-Pará e Maranhão. Essa ordenação se manteve até 1772, quando o Decreto Régio de 20 de agosto as separou novamente, formando duas capitanias independentes (OLIVEIRA, 2010).

A economia da Frente Litorânea era baseada na subsistência, contudo, isso muda em meados do século XVIII quando o Maranhão passa a exportar produtos com mais vigor. Segundo Cabral (2008), isso acontecia porque, apesar de algumas iniciativas oficiais da Coroa Portuguesa, durante o século XVII, para dinamizar o comércio por aqui, esta atividade era prejudicada pela ausência de uma moeda em circulação. Ainda segundo Cabral (2008, p. 60), “A falta de moeda criou uma situação paradoxal. O algodão, um dos gêneros destinados à exportação, foi que funcionou como equivalente- moeda, ficando, pois, sujeito à deterioração e às flutuações de seu preço no mercado europeu.”

A situação começou a mudar dada uma série de reformas econômicas promovidas pelo governo do Marquês de Pombal, que dinamizaram a exportação de produtos maranhenses como o algodão e o arroz. Isso se deu, também, em face de um cenário exterior favorável, como, por exemplo, o primeiro produto foi favorecido pela alta demanda das indústrias têxteis na Inglaterra e a desorganização dos Estado Unidos, até então seu principal polo exportador, já o segundo produto se beneficiou de grande demanda da Europa por alimentos básicos (CABRAL, 2008).

No final do século XVIII e início do século XIX, as exportações maranhenses atingiram seu auge, alcançando grande prosperidade e fazendo do Maranhão um grande polo de exportação comercial. As lavouras de algodão ocupavam os vales dos rios Mearim, Pindaré e Itapecuru, além da vila de Caxias que se destacou como o maior centro de produção agrícola do interior do Estado (CABRAL, 2008).

2.2.1.2 A Frente Pastoril

O povoamento da porção territorial centro sul maranhense começou, aproximadamente, no século XVIII, em 1730, com os primeiros povoadores vindos do sertão da Bahia, passando pelo Piauí, segundo aponta Cabral (2008). Esse território ocupado pelos primeiros povoadores oriundos da Frente Pastoril foi nomeado de Pastos Bons, e essa denominação assim se justifica:

A natureza de uns e de outros terrenos, excessivamente pródiga na sua vegetação, é que talvez adquiriu para todo este districto o nome de Pastos Bons. Os seus campos nutritivos, o seu ar commodo, preciosas aguas, grande fertilidade seguida ao mais pequeno cultivo e a sua nunca interrompida verdura, são circunstancias que fazem com que este paiz seja o mais abundante e delicioso: por isso mesmo é que elle chama dos sertões das outras capitánias confinantes os negociantes de gado, que d'alli transportam para manutenção e povoação dos seus infecundos campos a criação das vaccas e novilhas; o que é muito mal permittido consentir-se, porque não está elle ainda nas circunstancias de ceder para fóra de sua capitania semelhante artigo (RIBEIRO, 1849, p. 44)¹⁴.

Como visto, a presença de terras amenas, com longos pastos favoráveis à instalação de fazendas de gado, era um elemento característico dessa Frente, que resultou inclusive no nome dessas terras. Desse modo, muitos gados eram trazidos para terras maranhenses justamente por essas potencialidades de Pastos Bons. Mas de onde surgem os povoadores e seu principal elemento, o gado, que ocupariam a porção territorial centro-sul maranhense? Segundo Cabral (2008, p. 77),

Pernambuco e Bahia, como centros açucareiros básicos, foram os dois focos de irradiação da pecuária. Daí partiram as veredas do gado, sob o impulso, em especial da iniciativa particular, um dos traços marcantes do povoamento dos sertões. A dispersão inicial partiu da Bahia, alcançando o rio São Francisco e tomando duas direções. Uma, subindo o rio, teve mais tarde papel importante no abastecimento do mercado das minas. Outra, dirigindo-se para o Norte, ocupou o interior do Piauí e Ceará, atingindo, no início do século XVIII, as campinas sul-maranhenses.

A Frente Pastoril, desse modo, tem suas origens no sertão nordestino, nos estados supracitados. Essa informação lança luz sobre essa marca característica deste povoamento, que tem no gado um elemento fundamental. Logicamente a presença do gado em solo maranhense foi uma marca e traço econômico significativo e que mais uma vez colocou a Frente Litorânea e a Frente Pastoril em lados opostos.

Cabral (2008, p. 83), a partir do *Roteiro de viagem que fez o capitão Francisco de Paula Ribeiro*, (1848)¹⁵, pontua a questão do isolamento do antigo sertão de Pastos Bons em relação à porção territorial ocupada a norte. Isso resultou em relações econômicas independentes, de modo que Pastos Bons não mantinha contato com a Frente Litorânea, mas se aproximava e

¹⁴ Ortografia original.

¹⁵ Título completo da obra: *Roteiro da viagem que fez o Capitão Francisco de Paula Ribeiro ás fronteiras da Capitania do Maranhão e da de Goyaz no anno de 1815 em serviço de S. M. Fidelissima.*

estreitava laços econômicos com o Nordeste, sobretudo com Bahia e Pernambuco, com as quais manteve contato até o final do século XVIII. De acordo com a autora, “O isolamento de Pastos Bons com relação ao litoral maranhense era tal que, em 1770, D. José I, ao elevar à categoria de vila a povoação de Pastos Bons, colocou-a sob a jurisdição da vila de Oeira, devido as suas ligações com o Piauí e não com o Maranhão.” (CABRAL, 2008, p. 83).

Um fato que se faz importante mencionar é a importância da terra para o desenvolvimento dessa frente que tinha o gado como principal elemento e a pecuária como principal atividade; por essa razão, a frente ia sempre em direção ao sertão em busca de mais pastos naturais, distanciando-se, portanto, do litoral, local onde se instalavam os engenhos de cana-de-açúcar, era necessário, assim, que uma atividade não inviabilizasse a outra: pastos não faltavam, existiam muitos a serem explorados e, assim, o gado rumava em direção ao sertão. (TROVÃO, 2008).

Velho (2009), por sua vez, assim observa a ligação da frente com os pastos naturais:

É importante fixar a ideia de que o caráter dessa frente pecuarista tornava-a inseparável dos campos naturais. Numa espécie de círculo vicioso, seu isolamento e sua baixa produtividade não permitiam investimentos maiores, cuja ausência, por sua vez, ajuda a perpetuar suas características. Nessas condições, a mata se lhe apresentava como um obstáculo praticamente intransponível, e permaneceria basicamente como uma espécie de reserva, a ser explorada [...] (VELHO, 2009, p. 22).

Ao mesmo tempo em que avançava, o gado foi deixando marcas diretamente nos pastos e na organização social. Começam a surgir, então, os primeiros povoados, o que passa a acontecer já na segunda metade do século XVIII. De acordo com Cabral (2008, p. 83), “[...] a frente de vaqueiros, num avanço contínuo e sem fronteiras, devassou os vales do rio Balsas, Neves, Macapá, resultando na instalação de inúmeras fazendas e na criação da aldeia de São Félix de Balsas, situada próximo à confluência do Balsas com o Parnaíba”. Esse povoamento, nessa época incipiente, daria lugar a hoje cidade de São Félix de Balsas. Como podemos perceber, muitos desses povoamentos que foram se formando à medida que o gado avançava permanecem, mas hoje como cidades, seja com nome diferente, seja se desmembrando para o surgimento de outras cidades; dessa forma, “[...] era a conquista que avançava. Eram os caminhos do gado que, devassando terras, vasculhando rios, expulsando índios, ocupando sertões, imprimindo-lhes certas particularidades. Como resultado dessa expansão foram criadas várias povoações, transformadas depois em vilas.” (CABRAL, 2008, p. 85).

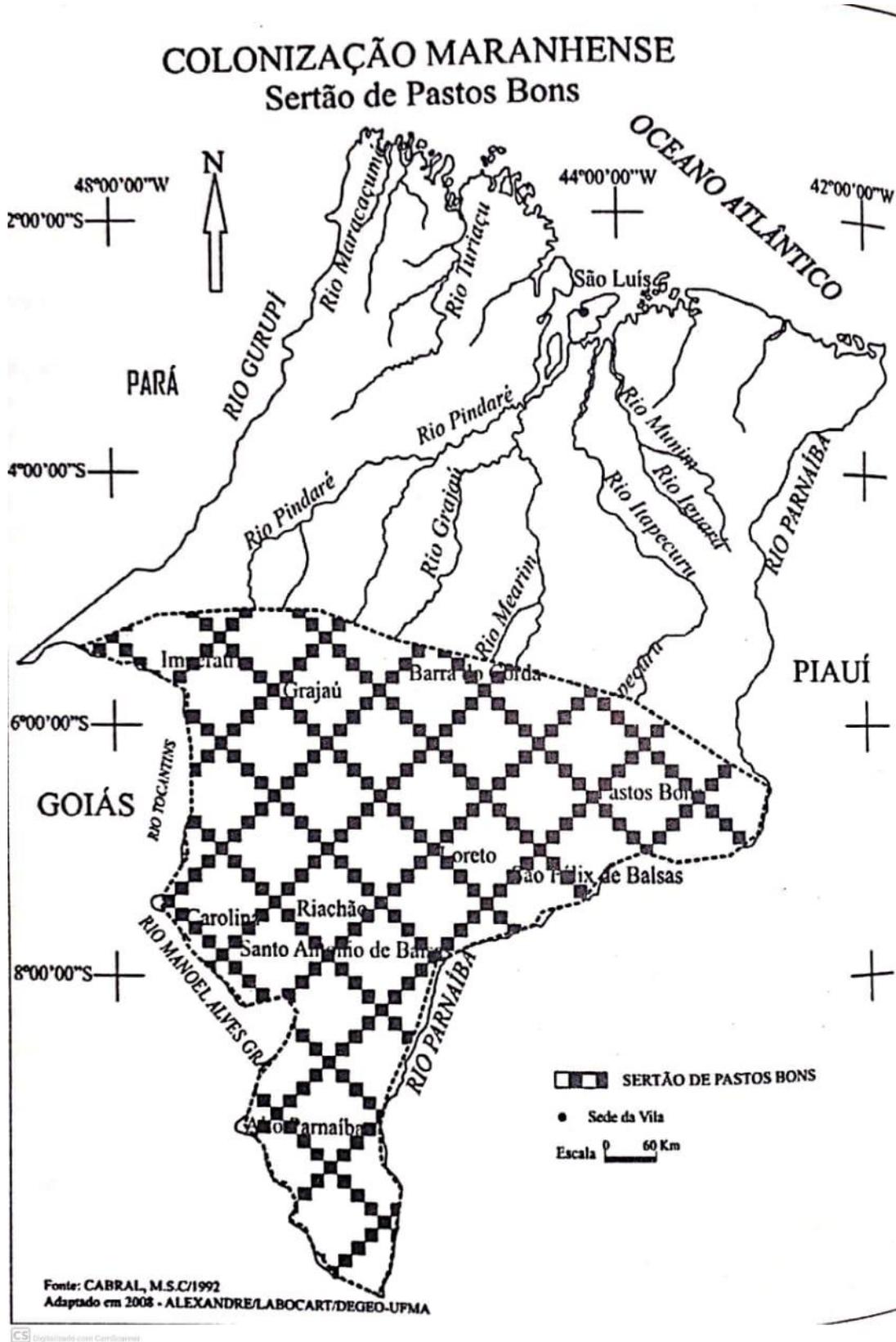
A expansão prossegue principalmente na primeira metade do século XIX, mas também na segunda metade, em menor escala. Velho (2009) faz importante observação quanto ao caráter expansionista da frente:

A expansão, agora [segunda metade do século XIX], parece fazer-se mais lentamente, talvez pela melhor qualidade das pastagens que permitiria uma densidade relativamente maior de cabeças de gado, mas também devido à resistência dos grupos indígenas Timbira e à proximidade crescente da orla da floresta amazônica e dos vales úmidos a Leste. (VELHO, 2009, p. 22).

Nesse processo de expansão da Frente Pastoral, merecem destaque alguns municípios que historicamente tiveram papel relevante, como é o caso de Carolina e Imperatriz, que fazem parte do *corpus* de nosso estudo. Carolina, conforme veremos mais adiante, na subseção que segue está, foi alvo de disputa territorial entre o Maranhão e Goiás na segunda metade do século XIX, tornando-se umas das vilas mais importantes do alto sertão, que influenciava tanto o comércio quanto a cultura da região do médio Tocantins, tanto as zonas maranhenses quanto as goianas. Imperatriz, por sua vez, no século XIX, teve crescimento discreto, mas começou a ganhar destaque a partir do momento em que passou a ser cortada pela rodovia Belém-Brasília, já no século XX. Há, nesse caso, mais uma influência direta das comunicações na formação do Brasil, conforme observou Prado Junior (1961) e explicitado anteriormente. Para além, Imperatriz localiza-se entre a grande floresta e os campos contínuos de Pastos Bons, portanto, configura-se como uma área de transição. Devido a isto, há uma mudança de vegetação que dá o tom a sua paisagem, ora possuindo mais características da grande floresta, ora dos campos contínuos, no entanto, este último, por dividir sua área com outro bioma, torna-se apenas manchas isoladas na paisagem, por isso recebe a denominação de campos falsos. (CABRAL, 2008).

Os sertões de Pastos Bons, ocupados pela Frente Pastoral, representam uma vasta área que toma por completo o centro-sul maranhense, como mostra a Figura 2, a seguir.

Figura 2 - O Sertão de Pastos Bons



Fonte: Cabral (2008).

Conforme observado anteriormente, a área é vasta e dá origem a inúmeras cidades, de modo que seria extensivo falar em todas neste estudo; por essa razão, focamos apenas nas cidades que surgiram diretamente ou indiretamente (a partir de desmembramentos) por intermédio dessa frente de povoamento e que fazem parte do *locus* de nosso estudo. São elas Alto Parnaíba, Balsas, Carolina, Imperatriz, São João dos Patos e Tuntum (desmembrado de Barra do Corda) (CABRAL, 2008).

Como podemos perceber, as diferenças entre a Frente Pastoril e a Frente Litorânea vão além de questões concernentes à porção territorial ocupada, tendo em vista que tais diferenças se verificam também em termos da estrutura social e econômica. Essas características apresentadas ao longo desta subseção nos ajudam a entender de que maneira as frentes de povoamento se estruturaram e contribuíram, cada uma à sua maneira, para a constituição de um Maranhão diverso, com particularidades específicas em cada um dos municípios que hoje compõem o Estado e que são resultados diretos dos processos de ocupação que se deram nas terras maranhenses. Cabe destacar, ainda, a questão do apoio estatal e da igreja como fatores decisivos para que os processos de ocupação lograssem sucesso. Nesse sentido, em relação à Frente Litorânea, observamos: “A ação deliberada, o controle, **a participação direta e a condução do Estado português** no desenrolar da colonização do Estado do Maranhão, no litoral, nos vales dos rios Itapecuru, Munim, Pindaré e Mearim.” (CABRAL, 2008, p. 50, grifos nossos). Já a Frente Pastoril

[...] de penetração no interior com base na pecuária, entrou no Maranhão somente a partir de 1730, ocupando os campos naturais do sul do Maranhão, aos quais foram dados, genericamente, o nome de Pastos Bons. Essa frente povoadora agiu, sobretudo na fase inicial da conquista, sob o impulso da iniciativa privada e **sem contar com o apoio direto e decisivo do Estado e da Igreja** [...] (CABRAL, 2008, p. 50, grifos nossos).

Desse modo, parece-nos pertinente observar que, assim como essas frentes apresentam divergências em vários pontos, não parece forçoso crer que essas diferenças se explicitem na língua também, é até hipótese bem crível. Resta, desse modo, saber se essas diferenças se mantêm até hoje nos municípios oriundos de cada uma dessas frentes povoadoras.

Nesta seção, abordamos um pouco da história da colonização do Maranhão, com atenção especial para as frentes povoadoras que resultaram na ocupação do Estado; apresentamos características de ordem social, econômica, política, entre outras, que constituíram cada uma dessas frentes e suas ramificações. Esses dados, conjugados à história dos municípios, que veremos mais à frente, na próxima subseção, ajudarão-nos a verificar se a nossa hipótese central deste estudo se comprova ou se estamos em vias de maior uniformidade.

2.2.2 Contextualização histórico-geográfica e socioeconômica

Para este estudo, como visto, selecionamos os 16 pontos de inquérito do ALiMA, o que nos permitiu, por um lado, trabalhar com os dados das cinco mesorregiões do Estado e, por outro lado, examinar o maior número possível de localidades, considerando a rede de pontos do Atlas que se relacionam com as duas grandes frentes de povoamento do Maranhão. Essa decisão, portanto, converge para o alcance de nossos objetivos que têm como foco tanto a dimensão diatópica da variação no domínio do léxico dos jogos e diversões infantis no falar maranhense como a busca de possíveis reflexos do processo de povoamento nessa área do léxico.

Buscando compor o quadro de contextualização histórico-geográfica e socioeconômica das localidades pesquisadas, apresentamos, a seguir, uma síntese desses aspectos em relação aos 16 municípios.

A síntese de aspectos relacionados com a localização dos municípios, sua sócio-história e economia, levou em consideração os dados de duas importantes instituições: (i) o site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁶, que, dentre outras informações, apresenta, a cada dez anos, a estimativa populacional de cada município, além de relatos concernentes à sua história e origem, e (ii) a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), que divulga todos os anos os índices FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), resultantes do acompanhamento anual do desempenho socioeconômico de todos os municípios brasileiros em três áreas: Educação, Saúde e Emprego e Renda. A Federação apresenta ainda um índice consolidado, que leva em conta essas três áreas. O índice FIRJAN emprega uma escala de 0 a 1 para classificar o nível de desenvolvimento de cada município em quatro categorias: baixo desenvolvimento (índices inferiores a 0,4); desenvolvimento regular (índices entre 0,4 e 0,6); desenvolvimento moderado (índices entre 0,6 e 0,8) e alto desenvolvimento (índice superior a 0,8). O índice apresenta também a posição de cada município nos âmbitos nacional e estadual. Neste estudo utilizamos os dados de 2018, com base de dados de 2016.¹⁷

Dados dessa natureza (educação, saúde e emprego e renda) se mostram relevantes, tendo em vista que entendemos a língua como um fenômeno social, sendo, assim, impossível pensá-la de forma isolada, sem investigar a atuação dos fatores sociais nos usos linguísticos.

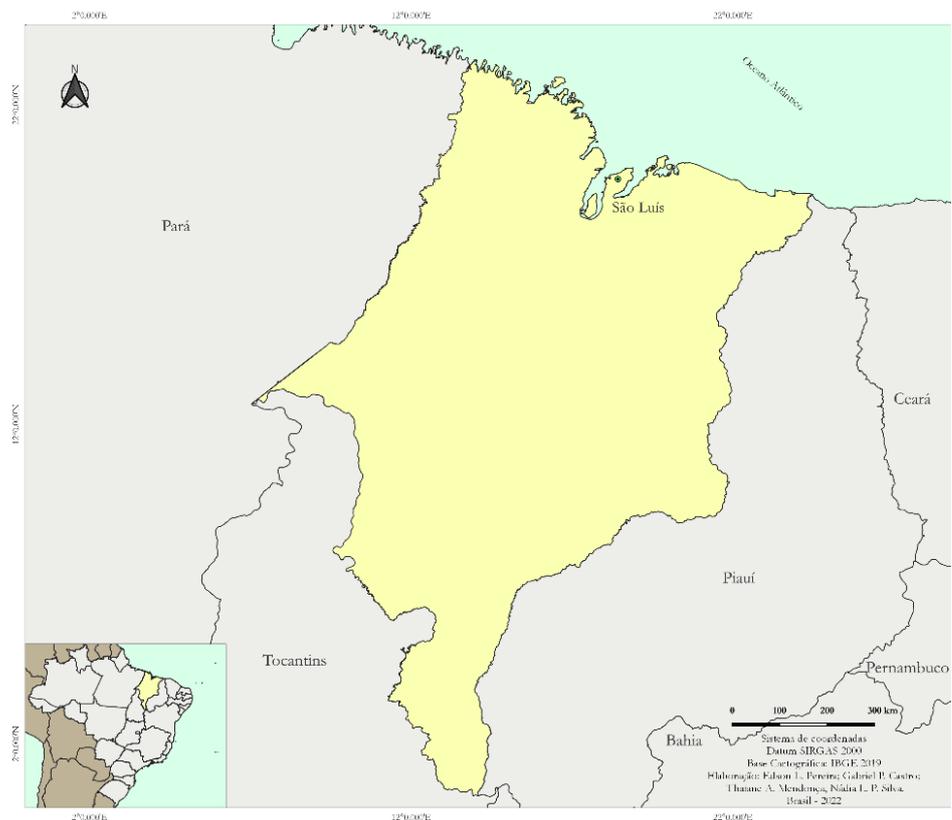
¹⁶ Além do site do Instituto, utilizamos a obra de referência *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros* (1959), no que concerne a história e processos de formação dos Municípios.

¹⁷ Ressaltamos que os dados de 2018 são os mais recentes disponíveis no site da instituição e que julgamos mais pertinente trabalhar com esses índices cujo resultados têm como base de dados o ano de 2016, tendo em vista que mais de 90% dos inquéritos do ALiMA foram realizados entre 2005 e 2014.

2.2.2.1 São Luís – MA 01

O município localiza-se na mesorregião Norte Maranhense. O nome da capital do Estado é uma homenagem ao então rei da França Luís XIII. Na Figura 3, a seguir, observamos a localização da capital do Maranhão, São Luís.

Figura 3 – Localização de São Luís



Fonte: Elaborada pelo autor.

As tentativas anteriores ao século XVI de colonização da porção territorial onde hoje se situa São Luís não lograram sucesso. Desse modo, à medida que as tentativas fracassavam, os interesses portugueses também iam sendo minados. Dado esse aparente desinteresse momentâneo dos portugueses, os franceses decidiram também se aventurar pelos mares que levam à porção territorial que hoje é capital do Estado.

A primeira tentativa francesa fracassou com o naufrágio da principal embarcação. No entanto, com o naufrágio de parte das embarcações que tentavam chegar à pretendida terra, alguns dos tripulantes conseguiram se salvar e informaram ao rei da França sobre as terras do lado de cá do Atlântico, que passa a se interessar mais ainda por essa porção territorial.

O naufrágio do navio principal e a briga entre os membros da tripulação fizeram com que a tentativa fracassasse. Alguns tripulantes dessa expedição, entretanto, não voltaram à

França, preferindo o contato com os indígenas, conquistando-lhes a simpatia. Entre esses – relata Claude d'Abbeville, o cronista da chamada França Equinocial – estava Charles Des Vaux que, voltando ao seu país, expôs o que vira ao rei Henrique IV (IBGE, 1959, p. 339).

Interessado pelo que lhe foi descrito, Henrique IV ordenou que Daniel de La Touche, Senhor de la Ravardière, empreendesse viagem às terras maranhenses. Porém, foi só após a morte do Henrique IV e já com Luís XIII como rei da França que a expedição ganhou forma. Assim, em 6 de agosto de 1612, chega a São Luís a embarcação francesa. Não demorou muito, até que

A 8 de setembro de 1612 tem lugar a implantação da cruz na ilha do Maranhão, procedendo-se em seguida à bênção da mesma ao tocar artilharia do forte e dos navios franceses em sinal de regozijo. Este ato, pela magnificência e excepcional solenidade de que se revestiu, é considerado como o verdadeiro ato de Fundação da Cidade de São Luís (IBGE, 1959, p. 340).

Frente a esse simbólico ato de fundação, não demorou para que os portugueses tomassem conhecimento da ocupação das terras maranhenses. Assim, liderados por Jerônimo de Albuquerque, depois de algum tempo de peleja, os portugueses conseguem expulsar os franceses de São Luís. Em 1645 se inicia, precisamente, o processo de colonização portuguesa. Hoje, a capital do Estado é considerada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, em função do complexo arquitetônico que remete justamente a este período colonial.

Importante ressaltarmos que São Luís é decisiva nesse processo de povoamento do Maranhão, uma vez que é de onde partiu, em diferentes direções rumo ao interior do Estado, a frente que ficou conhecida como Frente Litorânea.

Na economia da Capital, merecem destaque, na agricultura, produtos como: banana, coco-da-baía, mamão, limão, maracujá e manga, todos compõem a lavoura permanente; já arroz em casca, cana-de-açúcar, feijão em grão e mandioca, fazem parte da lavoura temporária. Na pecuária, destacam-se: galináceos, bovinos, além do leite de vaca, ovos de codorna e ovos de galinha. No extrativismo, encontramos o carvão vegetal e a juçara. E, na aquicultura, as espécies de peixe são: tambacu, tilápia e tambatinga. O turismo também é um forte propulsor econômico, tendo o centro histórico, Patrimônio Cultural da Humanidade, e as inúmeras praias que compõem a ilha como os principais atrativos.

Segundo o último censo do IBGE (2010), a capital contava com 1.014.837 habitantes, já, segundo estimativa (2018), São Luís conta com 1.094.667 habitantes.

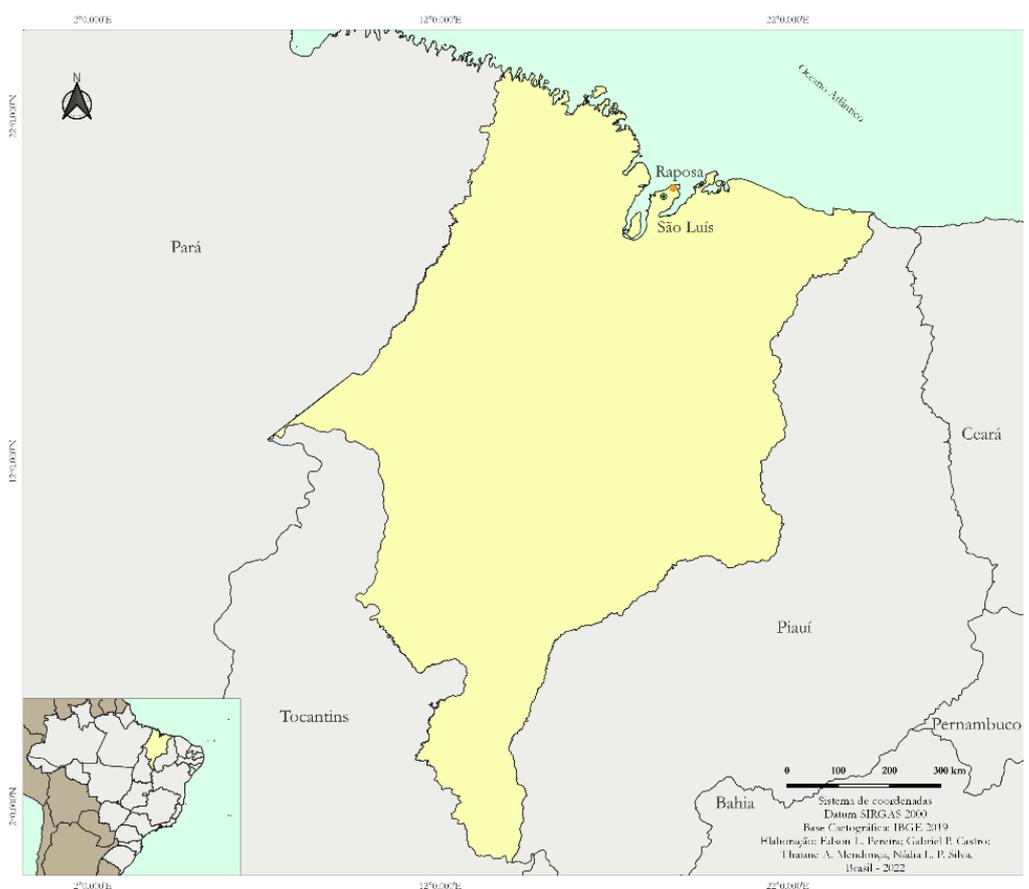
Segundo o índice consolidado FIRJAN, São Luís apresenta desempenho geral de 0,7625: na educação, é 0,7636; na saúde, 0,5610; e em emprego e renda, 0,7304. Esses números

colocam a capital como a primeira em termos de desenvolvimento no Estado e, no Brasil, na posição 932.

2.2.2.2 Raposa – MA 02

Raposa se localiza na mesorregião Norte Maranhense e dista 31km da capital¹⁸, via rodovia. Anteriormente era vinculado ao município de Paço do Lumiar, sendo recente sua elevação à categoria de município, o que se deu em 1994, por meio da Lei Estadual n.º 6.132, de 10 de novembro de 1994, quando o então povoado de Raposa ganha *status* de município, passando a compor, ao lado de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar, a região metropolitana de São Luís. Sua localização geográfica pode ser observada na Figura 4, a seguir.

Figura 4 – Localização de Raposa



Fonte: Elaborada pelo autor.

A motivação para o nome do município é controversa, segundo Reis (1998), há duas possibilidades: a primeira delas diz respeito a uma raposa morta que foi encontrada em uma

¹⁸ Todos os dados concernentes à distância rodoviária entre a sede dos municípios e a capital do Estado, São Luís, estão baseados em informações do Google.

determinada croa¹⁹ do lugar e, a partir de então, esse fato/lugar passou a ser usado como ponto de referência entre os moradores, não demorando, portanto, que o nome do animal dado àquele lugar na croa se estendesse para o então distrito.

A segunda possibilidade, por sua vez, é apresentada em estudo realizado em 1969, por universitários do curso de Ciências Econômicas, da UFMA, que registraram, em seu relatório, que o topônimo Raposa faz alusão ao primeiro morador do local, o senhor Maia Raposo. Reis (1998, p. 35) observa, no entanto, que, “[...] por uma ou por outra alternativa, a origem do nome da futura cidade está, de forma direta, associada ao animal **Raposa**, com presença marcante por aquelas bandas.” (grifos originais).

No que concerne ao processo de povoamento de Raposa, que tem início na década de 1950, somos levados ao momento em que imigrantes oriundos do interior do Ceará chegam ao Maranhão, fugindo da seca. Quanto a esse fato, Reis (1998, p. 20) esclarece que:

A sua população, entre 65 a 70% é formado de cearenses vindos da Praia de Acaraú que, em maior intensidade, migraram da seca de 1958, complementando-se com uma parcela considerável da outra seca de 1965, apesar do início do processo migratório ter ocorrido na década de 30, em menor escala. [...] seus descendentes já vinham de atividades pesqueiras. Daí terem optado por outra área de praia [...].

Assim, o povoamento inaugural de Raposa está intrinsecamente associado a migrantes cearenses, que trazem consigo não apenas esperança de vida melhor, mas também seus hábitos, modos de vida e métodos de trabalho, fato esse que fica evidente quando estes transportam para o Maranhão o mesmo sistema de pesca praticado no Ceará e a confecção de renda de bilros.

Essa situação de contatos linguístico e cultural se reveste de especial interesse para nosso estudo do município, no que diz respeito ao aspecto linguístico, principalmente no domínio do léxico, foco de nosso trabalho. Convém destacar que o município de Raposa foi selecionado para integrar a rede de pontos do ALiMA em função de sua peculiar situação linguístico-cultural: ter sido considerado, no final da década de 1970, uma *ilha linguística cearense*. A esse respeito, Ramos e Bezerra (2010, p. 37) destacam que:

[...] os estudos sobre a comunidade de Raposa, realizados no final da década de 70 do século passado, pelos pesquisadores Ramiro Azevedo, Maria do Socorro Vieira e Elenice Bezerra Melo, evidenciam que essa comunidade, àquela época, era um isolado sócio-antropológico, constituindo-se numa “ilha linguística cearense”, com uma população analfabeta, formada, em sua maioria, por cearenses oriundos de Acaraú e por maranhenses e piauienses, em menor número.

¹⁹ *Croa* é uma variante morfo-fonética, resultante de um processo de síncope que ocorre no item lexical *coroa*. *Coroa* é um baixio, isto é, um banco de areia, sobre o qual a água do mar ou do rio atinge pouca altura. No caso do município de Raposa, trata-se de baixio costeiro.

Outro fato que convém ressaltar, dada a correlação com nosso estudo, concerne à presença do léxico do universo da pecuária, em particular do gado bovino, na atividade pesqueira no município, embora a pecuária não esteja entre as principais atividades econômicas de Raposa. De acordo com Reis (1998, p. 20, grifos originais), “[...] esta interseção de terminologias e métodos já veio com os pescadores cearenses que migraram para a **Praia da Raposa** [...]”, todavia as atividades de pecuária propriamente ditas são escassas no município.

As bases econômicas do município encontram-se calcadas, no setor primário, na agricultura, extrativismo, pecuária e aquicultura. Na agricultura, destaca-se a produção de banana, coco-da-baía e mandioca; no extrativismo, mel de abelha e carvão vegetal; na pecuária, destacam-se os bovinos e a produção de leite; já na aquicultura destacam-se peixes como o tambaqui e a tilápia, peixes que fazem parte da gastronomia raposense, constituindo-se um grande atrativo turístico do Município. Outro atrativo turístico e fonte de renda de Raposa é a produção de renda de bilro.

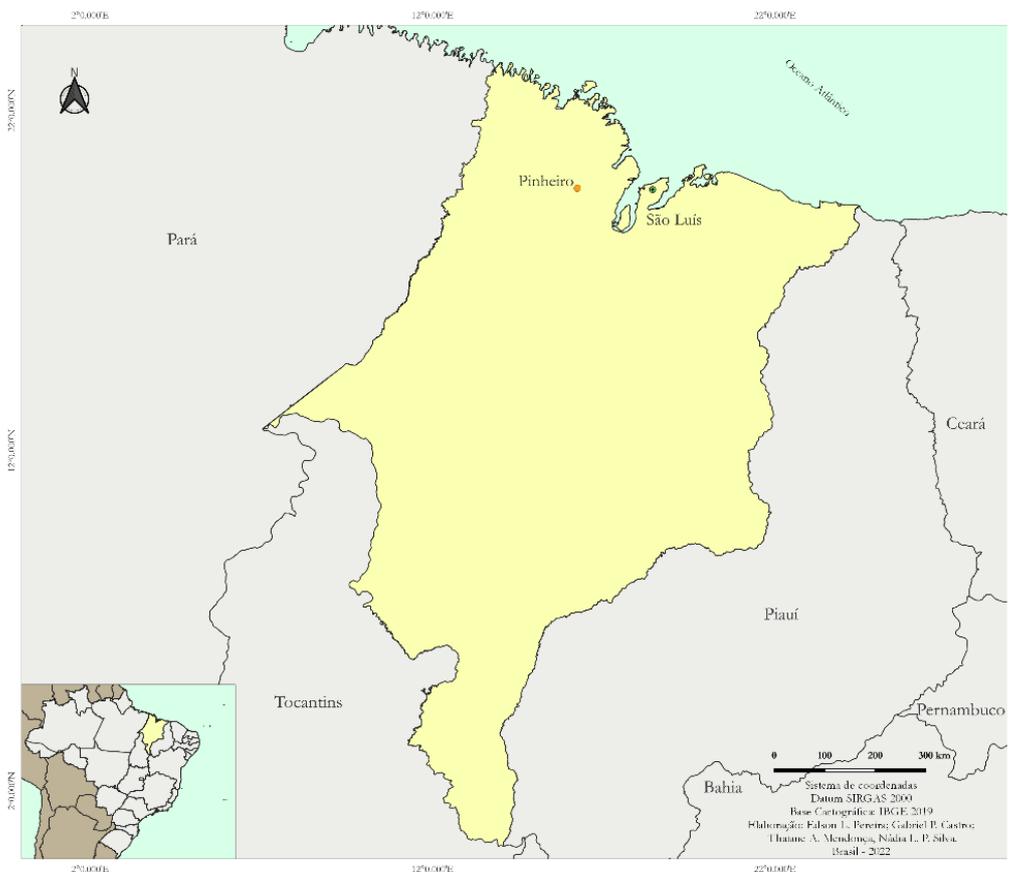
Atualmente, segundo dados do último censo do IBGE (2010), o município contava com 26.327 habitantes e, em estimativa (2018), o município conta com 30.337 habitantes.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, o índice de desempenho geral do município é de 0,5859: na educação, é 0,6343; na saúde, 0,6691; e em emprego e renda, 0,4544. Ainda segundo o FIRJAN, no âmbito nacional, o município ocupa a posição 4372 e, no estadual, a 42^a.

2.2.2.3 Pinheiro – MA 03

O município se localiza na mesorregião Norte Maranhense e dista 341km da Capital, via rodovia. Sua localização pode ser observada na Figura 5, a seguir.

Figura 5 – Localização de Pinheiro



Fonte: Elaborada pelo autor.

O nome do município é uma homenagem ao capitão Inácio José Pinheiro, um dos primeiros povoadores, que lá chegou em 1818, como assinala a informação histórica fornecida pelo IBGE:

Naquela manhã [de 1818], ao atingir a ponta de uma enseada, o capitão-mor Inácio José Pinheiro parou o belo cavalo baio que montava e, deslumbrado, percorreu com a vista a planície imensa que se desdobrava à sua direita e a mata espessa que havia lá muito longe, à esquerda, a cuja frente se lhe afigurava a existência da superfície lisa de uma lagoa. E então pensou: parece que descobri o que procurava, depois de tantas fadigas (IBGE, 1959, p. 274).

O que o Capitão-mor descobriu eram “os belos e férteis campos de Pericumã” (FURTADO FILHO, 2003, p. 15), local em que pouco tempo depois da descrição (bastante romantizada) de seu descobrimento, Inácio José Pinheiro fundaria uma fazenda própria para a atividade pastoril, dando início assim ao processo de povoamento da localidade que, mais tarde, em 1920, quando elevada ao *status* de município, recebeu seu sobrenome.

Os acontecimentos anteriores à chegada do capitão aos campos de Pericumã, ajudam a explicar seu deslumbramento pela descoberta. As “tantas fadigas” se referem ao período em

que Inácio José Pinheiro se viu obrigado a abandonar sua fazenda em Tubarão, localidade na cidade de Alcântara, dado um conflito por posse da terra onde se sediavam suas fazendas. O capitão parte, assim, juntamente com seus vaqueiros e escravos, em busca de novas terras onde pudessem se reestabelecer, sendo seguido também por outros fazendeiros.

Tendo se estabelecido, juntamente com outros fazendeiros, nos campos de Pericumã, novos problemas começaram. Dessa vez com indígenas de Pericumã, habitantes nativos que viviam nas proximidades e passaram a se incomodar com o incipiente povoamento que se formava. Após protesto do cacique na Vila de Alcântara, junto ao comandante da fortaleza de S. Mathias, Tenente-Coronel Antônio Joaquim de Souza Brochado, os indígenas obtiveram sucesso e lhes foi assegurada a propriedade. Estabelecendo, dessa maneira, mais uma derrota para Inácio José Pinheiro. Os materiais bibliográficos a que tivemos acesso dão conta que o capitão-mor, em verdade, nunca teve pretensão de fundar um povoado, sendo seu desejo, apenas, encontrar um local em que pudesse realocar sua fazenda.

Um ano após a decisão (de 1819), que reiterava a propriedade da terra aos indígenas e dava aos fazendeiros apenas o direito de “colherem os frutos pendentes das roças feitas” (FURTADO FILHO, 2003, p. 17), em 8 de março, o Capitão-Mor Inácio José Pinheiro veio a óbito.

Como homenagem póstuma, o conjunto de fazendas que cercavam a do Capitão-Mor recebe o nome de “Lugar de Pinheiro”. Os anos passam e não demora a elevação de *status* progressivo do então Lugar de Pinheiro que, em 30 de março de 1920, por meio da Lei Estadual n.º 911, obtém a categoria de cidade, passando por algumas alterações toponímicas, com a sempre mantida homenagem ao primeiro povoador.

Convém ressaltar que, quando ainda não havia sido elevada à condição jurídica de município, a localidade era vinculada à jurisdição de Guimarães, município que, segundo aponta Trovão (2008, p. 14), teria surgido a partir da Frente Litorânea: “Dessa ocupação [da Frente Litorânea] resultam cidades antigas, a exemplo de Cururupu, Guimarães, Alcântara, Turiaçu e Carutapera e que (*sic*) do território desses municípios desmembraram outros”, como é o caso de Pinheiro, que sofreu desmembramento de Guimarães em três de setembro de 1856, por meio da Lei Provincial n.º 439.

As bases econômicas de Pinheiro são, na agricultura, banana, castanha de caju, cocoda-baía, laranja, limão e manga, que compõem a lavoura permanente, e arroz em casca, cana-de-açúcar, feijão em grão, melancia, mandioca e milho em grão, na lavoura temporária. Na pecuária, destacam-se galináceos, bovinos e bubalinos, além do leite de vaca e ovos de galinha. No extrativismo, a carnaúba, o carvão, o babaçu e a juçara. E, por fim, na aquicultura, os peixes

pintado, cachara e cachapira, pintachara surubim, pirapitinga e tambacu e tambatinga, são os principais do Município.

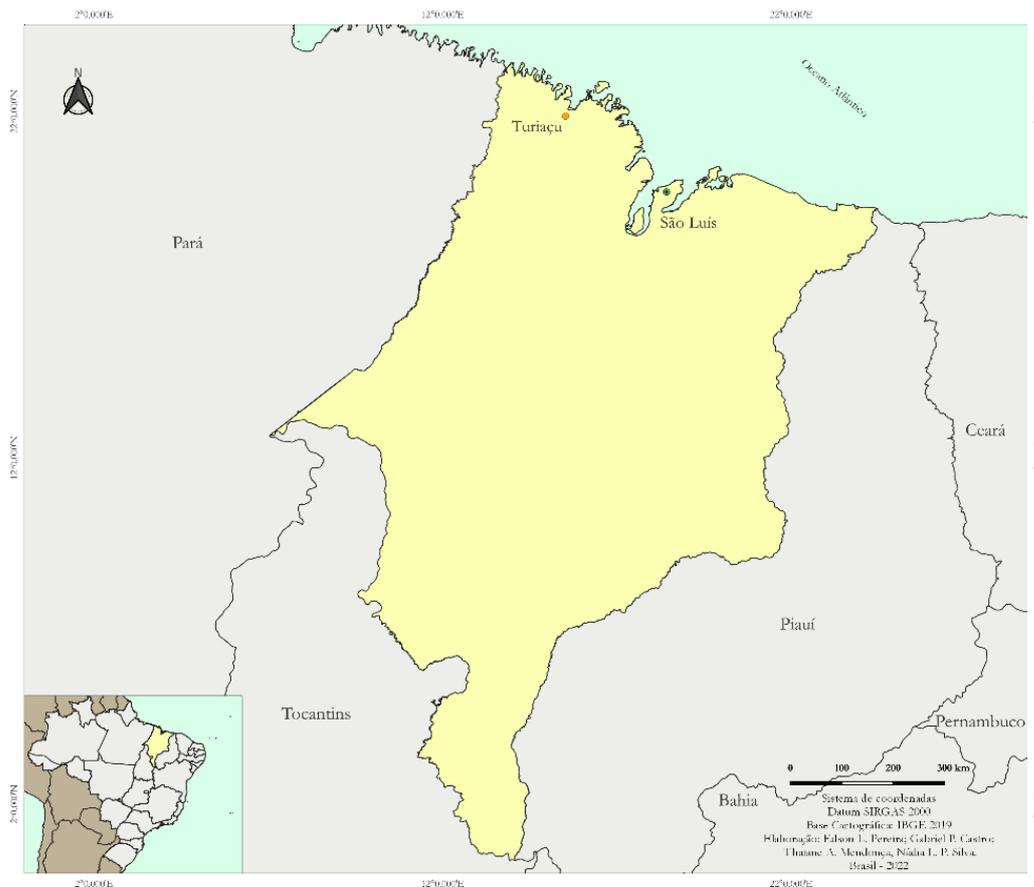
Segundo dados do último censo do IBGE (2010), o município contava com 78.162 habitantes e, segundo estimativa (2018), o município conta com 82.990 habitantes.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, o índice de desempenho geral do município é de 0,6553: na educação, é 0,7514; na saúde, 0,7525; e em emprego e renda, 0,4622. Ainda segundo o FIRJAN, no âmbito nacional, o município ocupa a posição 3175 e, no estadual, a 10^a.

2.2.2.4 Turiaçu – MA 04

O município localiza-se na mesorregião Oeste Maranhense. Dista cerca de 245,6 km da Capital, via rodovia. Sua localização pode ser observada na Figura 6, a seguir.

Figura 6 – Localização de Turiaçu



Fonte: Elaborada pelo autor.

A motivação para o nome do município vem do rio de mesmo nome, importante via de escoamento comercial e de transporte da região. Já o significado da palavra Turiaçu ainda hoje é motivo de controvérsia; são várias as explicações, como podemos observar na compilação feita pelo IBGE (1959, p. 375):

Segundo Teodoro Sampaio - "Turi é o nome de uma árvore também conhecida por turiúva ou carapeirana; dá cachos como bolotas áureas e foi alterada para turi-Turiassu, turiaçu, o turi-grande, Maranhão". Gonçalves Dias, porém, no "Dicionário da Língua Tupi", e outros autores dão à palavra turi a significação genérica de árvore e arvoredo. Frei Francisco de Nossa Senhora dos Prazeres, no "Dicionário da Língua Geral", escrevendo Tory, traduz por taxo êsse vocábulo. E é esta a definição que está de acôrdo com a tradição popular em Turiaçu, que sempre foi tido por taxo-grande.

A história de Turiaçu passa por duas importantes tentativa de povoamento, ambas fracassadas, seja pela ação dos indígenas Tremembeses, seja por um surto de varíola de grandes proporções. Na área, mantinha-se, no entanto, uma missão jesuítica de catequese. Em 1670 uma expedição militar, autorizada pelo então Governador do Maranhão, Inácio Coelho da Silva, exterminou a tribo indígena.

Após o extermínio, Turiaçu continuou sendo importante ponto militar que se destinava a facilitar a comunicação entre o Maranhão e o Pará. Depois dos indígenas Tremembeses, os habitantes que ocuparam o povoado, na sequência, sempre foram maranhenses, isto é, sempre mantiveram relações com a capital do Estado, mesmo se localizando mais próximos geograficamente do Pará. Por essa razão, o Decreto de 20 de agosto de 1772, que tratava da "[...] incorporação do Turiaçu ao Pará nunca foi aplaudida pelos turienses." (IBGE, 1959, p. 374).

Turiaçu é elevado à categoria de vila em 1833, sendo instalada oficialmente em 1834. Por intermédio da Lei n.º 330, de 14 de outubro de 1852, Turiaçu volta a fazer parte do Maranhão, sendo subordinado à comarca de Guimarães. A elevação do povoado à categoria de cidade só ocorreu em 1870, por meio da Lei n.º 897, de 11 de julho.

Segundo Cabral (2008), o hoje município de Turiaçu encontra-se na zona de expansão da Frente Litorânea que, partindo de São Luís, seguiu em diversas direções rumo ao continente, sendo uma dessas direções o oeste, região em que se localiza Turiaçu.

O município tem como principal atividade econômica a agricultura, destacando-se na lavoura temporária os cultivos de mandioca, abacaxi e arroz. Merecem atenção, ainda, na pecuária, o gado bovino e o galináceo, além do leite de vaca e dos ovos de galinha. No extrativismo, a juçara, o carvão vegetal, a lenha, a madeira em tora e o babaçu são também relevantes produtos. Por fim, na aquicultura, é relevante o camarão.

Segundo último censo IBGE (2010), o município possuía 33.933 habitantes e, segundo estimativa (2018), Turiacu conta com 35.497 habitantes.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, o município tem desempenho geral de 0,4748: na educação o desempenho é de 0,5964; na saúde os números são 0,3842, o mais baixo dentre os municípios selecionados e, em emprego e renda, o desenvolvimento é de 0,4436. Turiacu ocupa a posição 5312, no Brasil, e a 165, no Maranhão, as mais baixas dentre os municípios selecionados.

2.2.2.5 Carutapera – MA 05

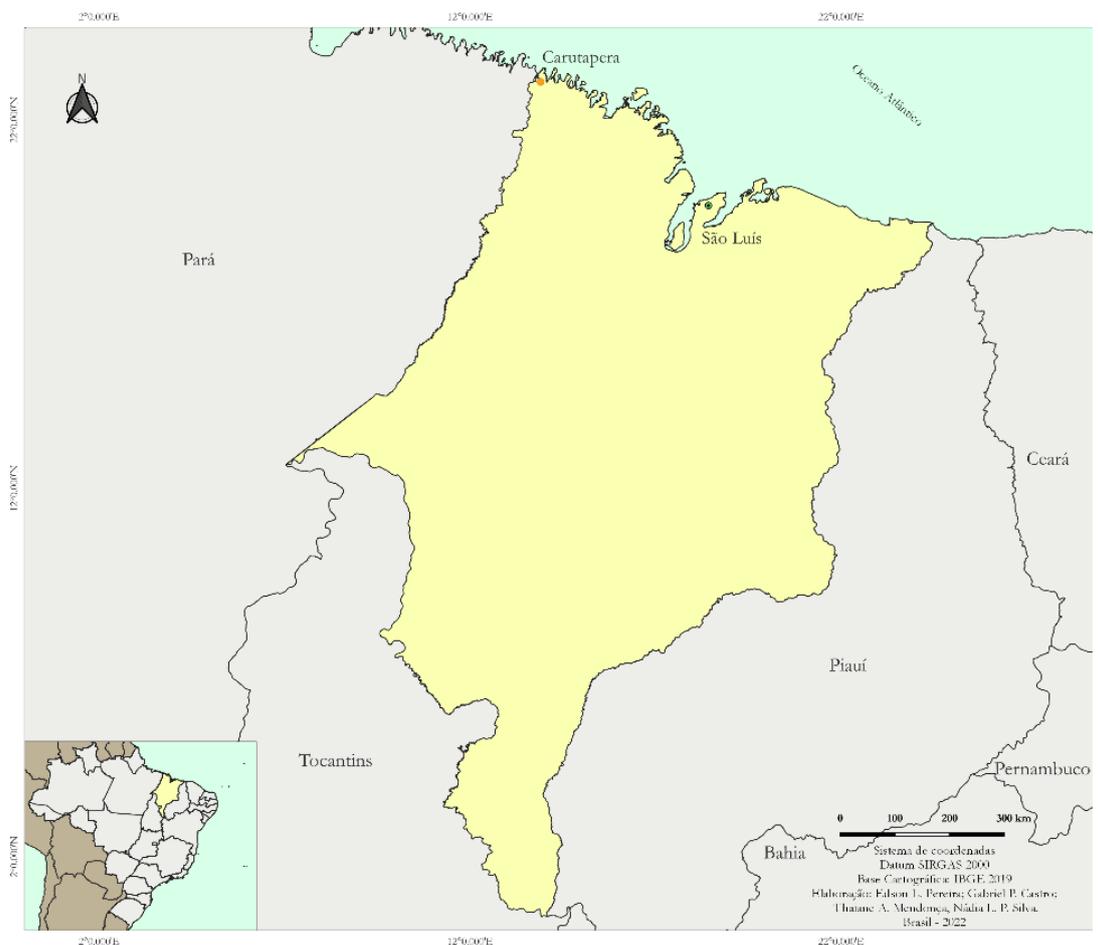
Carutapera pertence à mesorregião Oeste Maranhense. O município se localiza a, aproximadamente, 344,6 km da Capital, via malha rodoviária.

O topônimo é provavelmente de origem indígena. Duarte (1998, p. 19), com base nos estudos do professor Ludovico Schwennager, explica que o nome vem

[...] dos religiosos brancos que habitavam este lugar antes de vir ao mundo o Salvador e que os indígenas ao encontrarem reduzida a tapera chamaram-na “carió-tapera” (casa de branco) ou que os exploradores encontraram as choças abandonadas dos indígenas Carus e denominaram de “tapera dos indígenas carus”, mais tarde invertidas (tapera-carus) foi designada Carutapera, isto é, tapera dos indígenas carus que habitavam esta região e com a entrada dos ocupantes retiraram-se para as nascentes do rio Pindaré-Mirim onde foram habitar, ou seja, povoação abandonada.

A Figura 7, a seguir, indica a localização do município.

Figura 7 – Localização de Carutapera



Fonte: Elaborada pelo autor.

No ano de 1655, os jesuítas firmaram uma base de catequese dos indígenas, próximo ao rio Gurupi, aproximadamente à margem direita de Cacual, local conhecido pela plantação de cacau. Já em 1661 foi construída uma estrada real que conectaria o município ao Pará. O registro dos primeiros povoadores é datado de 1789, a organização inicial de Carutapera é sempre ligada à Turiaçu.

Convém ressaltar-que, por força de decreto datado de 20 de agosto de 1772, o território localizado entre o rio Gurupi e o rio Turiaçu (onde se localiza, dentre outros, o atual município de Carutapera) pertenceu politicamente ao antigo estado do Grão-Pará. Foi só em 29 de agosto de 1854, por meio do Decreto nº173, que essa porção territorial passou à jurisdição do Maranhão.

Em inúmeros registros, inclusive no *site* da Prefeitura do Município, constam a participação de Firmino Pantoja e Fausta Pantoja (cônjuges) como decisivos no processo de

povoamento da região. Isso decorre do fato de o casal ter adquirido em 1861, para na sequência doar, uma grande porção territorial para fundação do lugar que se denominaria Carutapera.

Tendo-se estabelecido como povoado, não demoram as sucessivas alterações de *status*: a primeira ocorreu em 12 de julho de 1873, por meio da Lei nº 1026, que cria a Comarca de Turiaçu; em 1886, com a Lei nº 1377, é elevada à categoria de Vila; e, em 22 de abril de 1924, por meio da Lei nº 1179, Carutapera ganha a tão sonhada independência, tornando-se Cidade. Sete anos depois, porém, o destino de Carutapera voltaria a se cruzar com o de Turiaçu, pois, em 22 de abril de 1931, o território volta a ser distrito de Turiaçu. Essa condição de independência e subordinação a Turiaçu é alterada algumas vezes, e é só em 3 de julho de 1935, por meio do Decreto nº 832, que Carutapera reestabelece em definitivo sua autonomia.

Carutapera, assim como Turiaçu, é um município que se reveste de especial interesse para nosso estudo. Em primeiro lugar por ser, conforme destaca Trovão (2008), rota de expansão da Frente Litorânea e, em segundo lugar, por já ter pertencido juridicamente a outro estado, o atual estado do Pará. Carutapera localiza-se na divisa Maranhão/Pará. Essa situação de contatos linguístico e cultural pode oferecer subsídios importantes para nossa pesquisa.

A economia de Carutapera baseia-se, principalmente, na pesca. Na agricultura são relevantes produtos como arroz, mandioca e banana. Merece destaque também o extrativismo, com a madeira em tora, a lenha, a de fibra de malva, o carvão vegetal e o açaí. Já na pecuária são relevantes os bovinos e as aves. O Município se sobressai, também, na exportação de produtos como o peixe, banana, açaí, farinha e madeira.

Segundo o último censo IBGE (2010), o município contava com 22.006 habitantes e, segundo estimativa (2018), o município conta com 23.658.

Segundo o índice FIRJAN, o município apresenta um desempenho geral de 0,5432: na educação, o desempenho é 0,6666; na saúde, 0,5610; e, em emprego e renda, 0,4019. No *ranking* nacional, o município ocupa a posição 4837 e, no estadual, a 80.

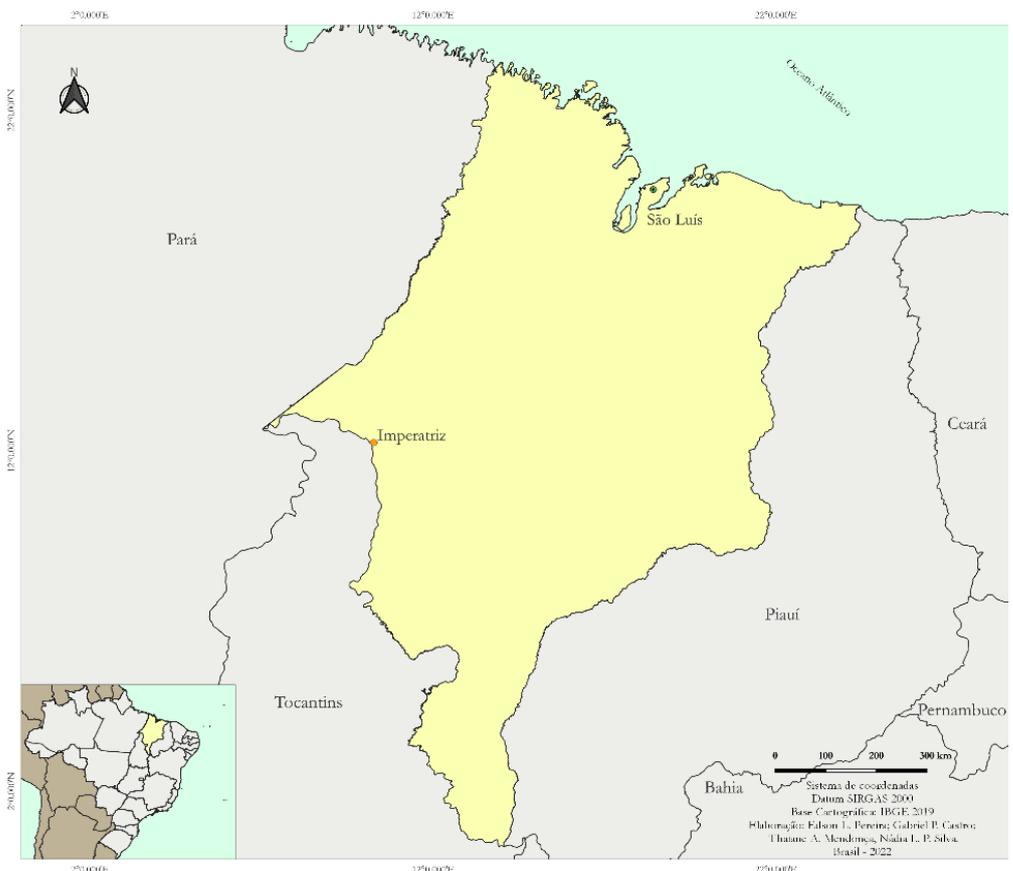
2.2.2.6 Imperatriz – MA 07

Imperatriz pertence à Mesorregião Oeste Maranhense. O município se localiza a, aproximadamente, 635,3 km da Capital, via rodovia.

Sua motivação toponímica, segundo o site do IBGE²⁰, é uma homenagem à imperatriz Tereza Cristina. A seguir, na Figura 8, é possível observar a localização do município.

²⁰ Cf. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/imperatriz/historico>.

Figura 8 - Localização de Imperatriz



Fonte: Elaborada pelo autor.

Por volta de 1850, desconhecia-se, precisamente, os limites entre os territórios maranhense e paraense. Maranhão e Pará, no entanto, tinham interesse em fundar um povoado que de alguma forma servissem para demarcar sua extensão territorial, e o atual município de Imperatriz se encontrava na divisa entre os dois estados. Assim, seu surgimento é viabilizado a partir desse litígio.

O Frei Manoel Procópio do Coração de Maria foi designado pelo governo paraense para fundar um povoado que estivesse na divisa com o Maranhão, com finalidade de estabelecer o limite do território estadual. Nesse sentido, em 1852,

Frei Manoel fundou a povoação de Santa Tereza de Imperatriz, na Província do Pará, cujas despesas foram pagas pelo Tesouro da mesma. Nesse mesmo ano foi votada e sancionada a Lei n.º 639, de 12 de junho de 1852, a qual determinava o limite do Pará e Maranhão pelo rio Gurupi transferindo para a cabeceira dêste o ponto de partida da linha este-oeste até o Tocantins. (IBGE, 1959, p. 196).

Assim, em 1854-1855, ficou comprovado que o povoado, fundado por Frei Manuel, se encontrava em solo maranhense. Posteriormente, no ano seguinte, por meio da Lei n.º 398, é criada a “Vila de Imperatriz”, conforme já mencionado, uma homenagem à imperatriz Tereza

Cristina. Com o passar do tempo e por iniciativa espontânea popular, a vila foi sendo reduzida e passou-se progressivamente a denominar-se apenas Imperatriz. Dessa maneira, quando, em 26 de maio de 1872, por meio da Lei Provincial, foi elevada à categoria de Comarca, o topônimo era Imperatriz. Em 22 de abril de 1924, a Lei n.º 1.179 torna Imperatriz uma cidade.

Um marco significativo para Imperatriz é a construção da rodovia Belém-Brasília, iniciada em 1958, que propícia um rápido desenvolvimento ao município, uma vez que antes disso se encontrava bastante isolada da capital. Já na década de 1970 era possível observar-se uma Imperatriz próspera e em constante desenvolvimento, sendo atualmente o segundo maior PIB do Estado, atrás apenas de São Luís.

Convém ressaltar que Imperatriz, mesmo situando-se na porção oeste do Estado, também faz parte da chamada zona de expansão do sertão de Pastos Bons, o que evidencia a extensão da área abrangida pela Frente Pastoril.

As principais atividades econômicas do município são, na agropecuária, a produção de arroz e cana-de-açúcar, a produção extrativista de vegetais como amêndoas e babaçu, além do gado bovino, dos galináceos, do leite de vaca e dos ovos de galinha. O setor terciário é destaque e, segundo dados da Prefeitura do Município²¹,

Imperatriz apresenta-se como entreposto comercial e de serviços, no qual se abastecem mercados locais em um raio de 400 km, e forma com Araguaína-TO, Marabá-PA, Balsas-MA e Açailândia-MA, uma importante província econômica. O município situa-se na área de influência de grandes projetos, como a mineração da Serra dos Carajás (Marabá/Parauebas), a mineração do igarapé Salobro (Marabá/Parauebas), a Ferrovia Carajás/Itaqui, a Ferrovia Norte-Sul, as indústrias guzeiras (Açailândia), a indústria de papel e celulose Suzano (localizada na Estrada do Arroz).

Segundo o IBGE, no último censo (2010), o município contava com 247.505 habitantes e, segundo estimativa (2018), o município possui 258.016 habitantes.

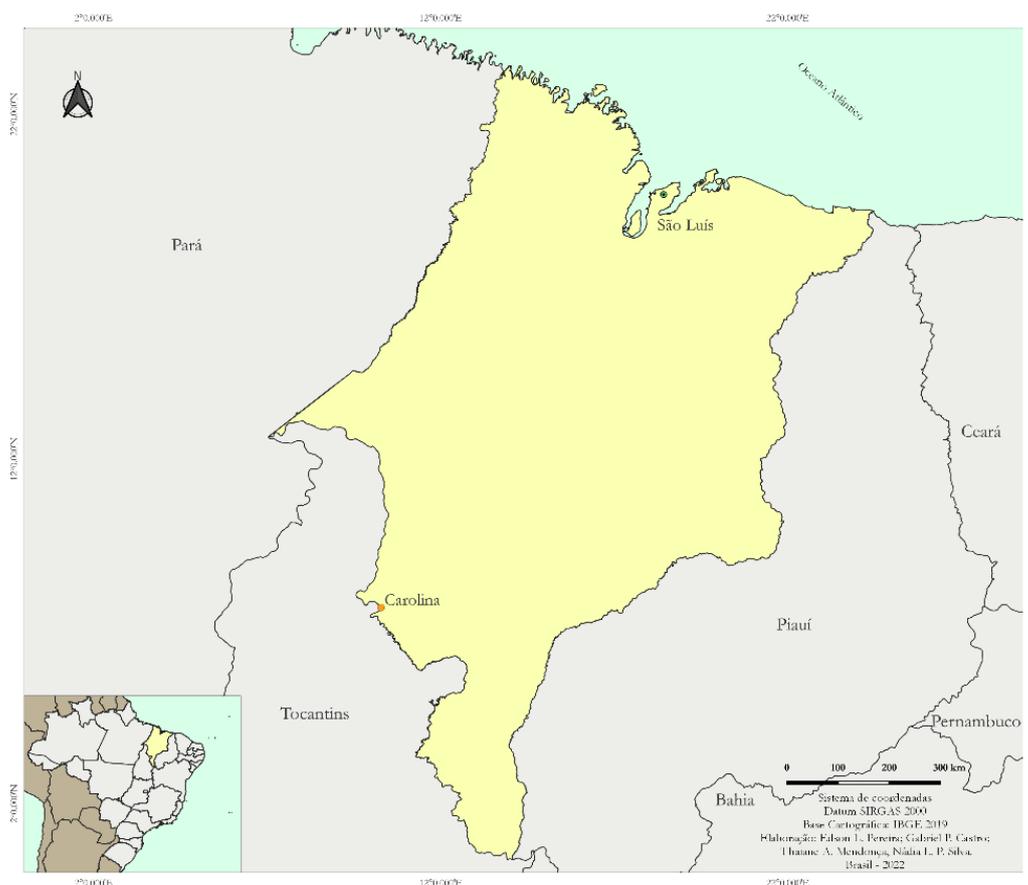
Segundo o índice consolidado FIRJAN, o município tem desenvolvimento de 0,7406: na educação o desenvolvimento é de 0,8007, o único considerado alto no Estado; na saúde os números são 0,8113, novamente o único alto desenvolvimento no Estado e, em emprego e renda, o desenvolvimento é de 0,6099. Esses números fazem de Imperatriz, segundo o FIRJAN, o segundo município mais desenvolvido do Maranhão e o 1311º do Brasil.

²¹ Cf. <https://www.imperatriz.ma.gov.br/portal/imperatriz/a-cidade.html>.

2.2.2.7 Carolina – MA 08

O município se localiza na mesorregião Sul Maranhense e dista da Capital, aproximadamente, 843,7 km, via rodovia. A seguir, na Figura 9, a localização de Carolina pode ser observada.

Figura 9 – Localização de Carolina



Fonte: Elaborada pelo autor.

A motivação toponímica para o nome do município é uma homenagem à primeira imperatriz do Brasil, Carolina Josefa Leopoldina de Habsburgo-Lorena.

O município de Carolina é banhado por vários rios, sendo o Tocantins um dos mais importantes, justamente por estar ligado à história do município; história que tem início quando Manoel Coelho Paredes e Elias Ferreira Barros chegaram ao rio Tocantins, em 1809, fixando-se em suas margens após construírem currais para o gado. Mas, no ano seguinte, se viram obrigados a abandonar o local por pressões relativas à propriedade da terra. Isto é, o capitão Francisco José Pinto de Magalhães, que se deslocava para Belém para comprar mercadorias para o comércio, alegava que a terra pertencia ao Príncipe Dom Pedro de Alcântara,

convencendo, dessa forma, os primeiros habitantes a abandonarem aquelas terras. Após Manoel e Elias deixarem a terra, Pinto Magalhães permaneceu ali e habitou o lugar, estabelecendo um núcleo de colonização, nomeando-o São Pedro de Alcântara em homenagem ao Príncipe. O núcleo, porém, não vingou como se esperava e já em 1816 Pinto Magalhães foi obrigado a abandoná-lo em função de sua decadência. Em 1820, Elias Ferreira Barros volta para o povoado (lá ainda habitavam algumas famílias pobres) e, dessa vez, conseguiu perseverar em seu intento de formar a povoação. Três anos mais tarde, em 1823, o deputado Camargo Gleury nomeia o povoado de Carolina, numa já referida homenagem à primeira imperatriz do Brasil.

No mesmo ano em que é elevada à categoria de Vila, em 8 de outubro de 1831, o povoado tem sua jurisdição alterada para o governo de Goiás. Começa então uma grande disputa entre os estados de Goiás e do Maranhão, pela jurisdição da recente Vila. A disputa dura algumas décadas e só é resolvida quando

O Decreto nº 773, de 23 de agosto de 1854, dá por encerrada a questão, com a ratificação da demarcação de limites de Goiás e Maranhão reincorporando o discutido vilarejo de Pinto de Magalhães e Elias de Barros ao território maranhense, com a denominação de Carolina. A instalação da comarca verificou-se a 26 de maio do ano seguinte, pela Lei provincial nº 370. Carolina foi elevada à categoria de cidade pela Lei provincial nº 527, de 8 de julho de 1859. (IBGE, 1959, p. 113)

As principais atividades econômicas do município são a agricultura, tendo como principais produtos a mandioca, o arroz, o milho e o feijão, e a pecuária, com a criação do gado bovino e de aves como seus principais elementos. No extrativismo, o destaque fica por conta do carvão vegetal, da lenha e do eucalipto. Por fim, o turismo também é um importante agente econômico, que conta com a famosa Chapada das Mesas e as inúmeras cachoeiras espalhadas pelo Município.

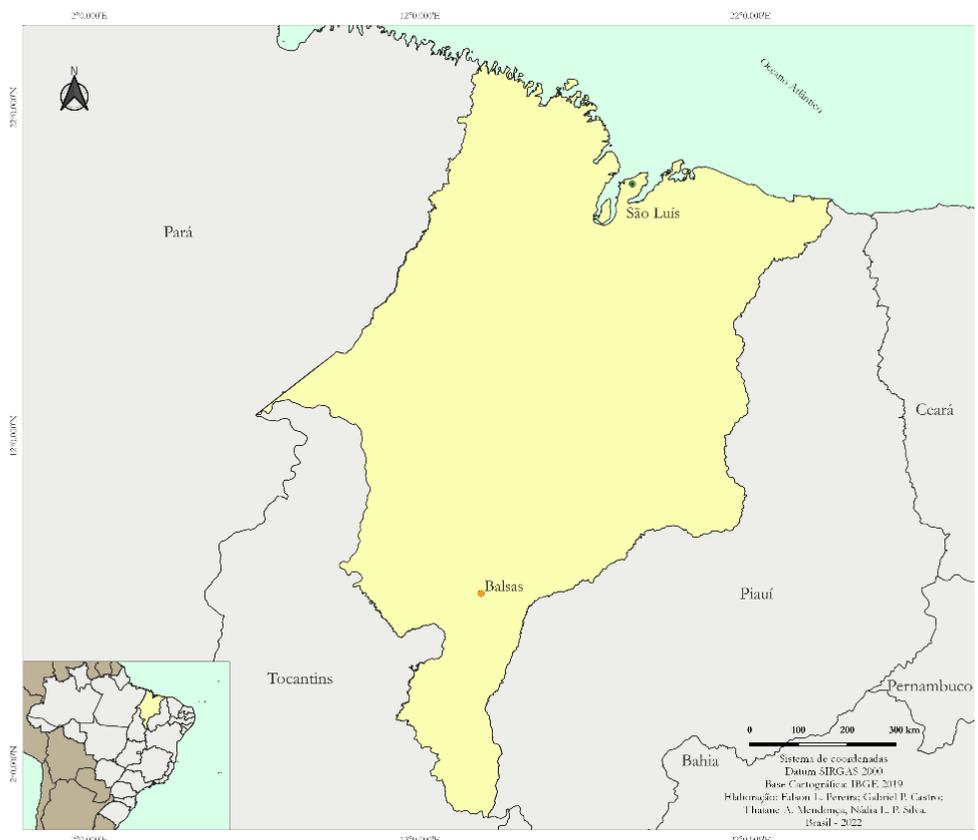
Segundo o último censo IBGE (2010), o município possuía 23.959 habitantes, segundo estimativa (2018) o município possui 24.337 habitantes.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, o desempenho do município é de 0,5044: na educação os números mostram desempenho de 0,6181; na saúde observamos um índice de 0,5073 e para emprego e renda os números são 0,3879. Em nível nacional, segundo o FIRJAN, o município ocupa a posição 5169 e, na estadual, 139.

2.2.2.8 Balsas – MA 09

O Município se localiza na mesorregião Sul Maranhense e dista, aproximadamente, 798.6 km de São Luís, via rodovia. Sua localização pode ser observada na Figura 10, a seguir.

Figura 10 – Localização de Balsas



Fonte: Elaborada pelo autor.

O nome Balsas é uma referência ao rio, homônimo, que corta o município e possui estreita relação com o surgimento do povoado. O porto do Caraíbas, localizado no rio supracitado, era o melhor acesso às fazendas do município de Riachão. O movimento constante de viajantes fez surgir, ali, várias casas de comércio e moradias ainda simples, cobertas de palha. Foi só com a chegada do baiano Antônio Ferreira Jacobina, mercador de fumo nos sertões e que em pouco tempo se tornou líder da povoação, que se observou um desenvolvimento mais acentuado do povoado, isso por que

Além de bom tocador de rabeça, Jacobina tinha um espírito comunicativo e folgazão e começou a promover festas que atraíam muitas pessoas ao local. Dado o ambiente de alegria encontrado, e pela salubridade ali desfrutada com a fartura e limpidez das águas do rio Balsas, o certo que muita gente não mais voltou às suas antigas residências, e novos casebres foram se agrupando. (IBGE, 1959, p. 59).

Assim começa o povoamento da localidade, àquela época denominada “Vila Nova”, por Jacobina. Comumente chegavam ali também algumas famílias de cearenses fugindo das mazelas causadas pela seca de 1877; além destes, “Dia a dia, num movimento contínuo, chegavam famílias e famílias, para fixarem residência na então considerada Terra da Promissão.

Vinha gente de diversas localidades maranhenses [...] do Piauí, de Pernambuco e da Paraíba, e a população da vila foi aumentando de maneira surpreendente” (IBGE, 1959, p. 60). O fato nos chama atenção para a importância dos nordestinos para o povoamento e desenvolvimento da localidade, demonstrando a ligação entre a identidade de Balsas e o sertão nordestino, de onde se origina a Frente Pastoral.

Por volta de 1879, quando o povoado já possuía duas igrejas, uma terceira foi edificada, em homenagem a Santo Antônio. A construção dessa igreja é relevante, pois, em 1882, por intermédio do deputado Manoel Caetano de Lemos, com a proposição de um projeto que se transformou na Lei nº 269, de 23 de maio daquele ano, a localidade passa a se chamar Santo Antônio de Balsas. Em 1918, pela Lei nº 775, de 22 de março, o povoado é desmembrado de Riachão e elevado à categoria de cidade, mantendo-se o nome Santo Antônio de Balsas. É por meio do Decreto-Lei Estadual nº 820, de 30 de dezembro de 1943 que Santo Antônio de Balsas passa a denominar-se apenas Balsas.

As principais atividades que sustentam o desenvolvimento da economia do município são a lavoura temporária, com os cultivos de algodão, feijão em grão, arroz em casca e soja. Merecem destaque também, a pecuária, sobretudo com a criação de aves e gado bovino; o extrativismo, com o carvão vegetal, a lenha e a madeira em tora. Merece destaque, ainda, na exportação, o arroz e a soja.

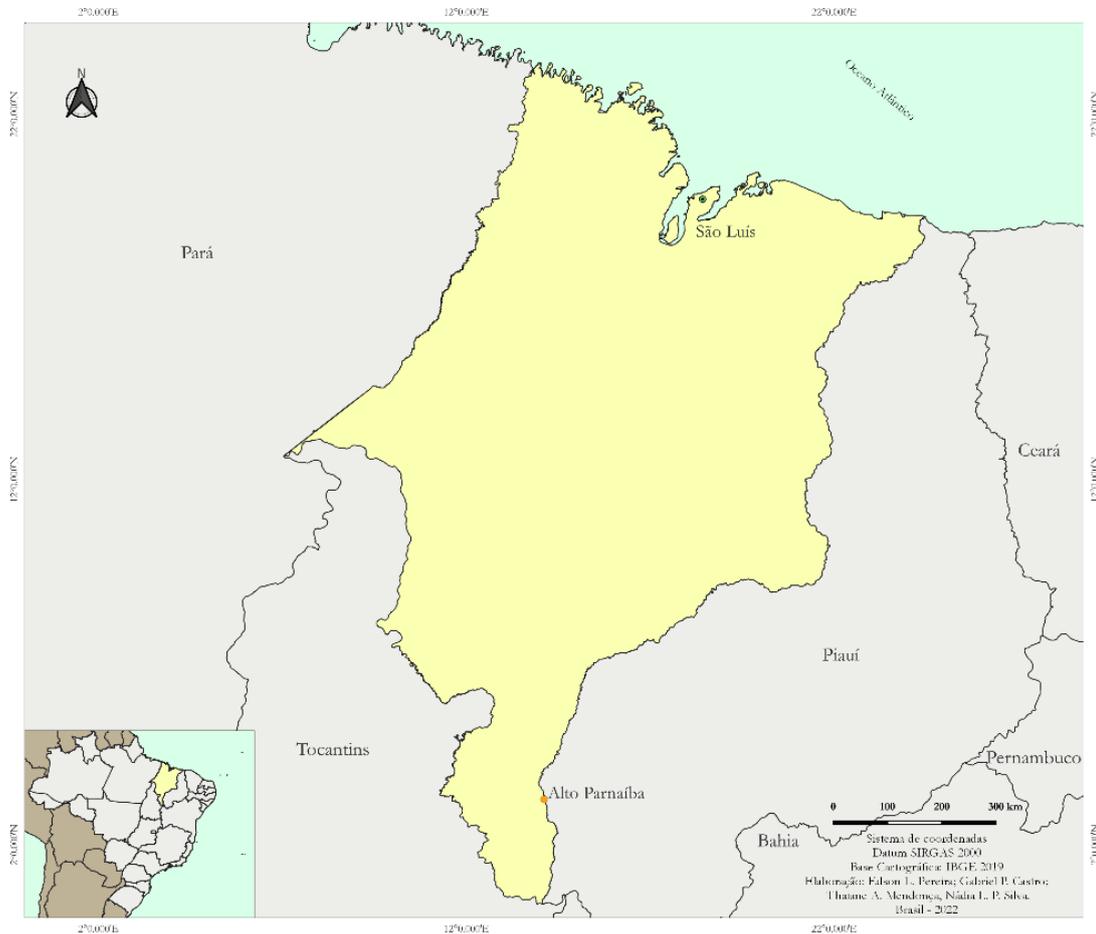
Segundo o último censo IBGE (2010), o município conta com 83.528 habitantes, e tem uma estimativa (2018) de 93.826 habitantes.

De acordo com o índice consolidado FIRJAN, o desempenho geral do município é de 0,5651: para a educação os números são 0,6600; na saúde observamos desempenho de 0,4577 e para emprego e renda vemos que os números são 0,5778. Nacionalmente, o município ocupa a posição 4620 e, no nível estadual, a posição é 60.

2.2.2.9 Alto Parnaíba – MA 10

O município se localiza na mesorregião Sul Maranhense e dista cerca de 1.037,3 km de São Luís, via rodovia. Sua localização pode ser observada no mapa, a seguir, na Figura 11.

Figura 11 – Localização de Alto Parnaíba



Fonte: Elaborada pelo autor.

O município se localiza na margem esquerda do rio Parnaíba em frente a Santa Filomena, município piauiense. Em 1871, pela Lei Provincial nº 974, de 8 de junho, o distrito de Vitória do Alto Parnaíba foi desmembrado do município piauiense de Paranaguá, passando à condição de distrito administrativo de Loreto, em território maranhense. Em 1881, o distrito é elevado à categoria de vila e desmembrado de Loreto e em 30 de dezembro de 1943, pelo Decreto-Lei Estadual nº 820, Vitória do Alto Parnaíba passa a denominar-se Alto Parnaíba. A proximidade com o rio de mesmo nome é a provável influência para o nome do município.

Naquela região habitaram os indígenas “Tapuias”. Seu primeiro habitante, Francisco Luís de Freitas, ao buscar uma área para o cultivo agrícola, ali se instalou, nomeando a localidade de Fazenda Barcelona. Posteriormente, seu segundo povoador, Cândido Lustosa, abandonando o Piauí, veio fixar-se ao sul da Fazenda Barcelona, local que nomeou de Paixão e onde desenvolveu a lavoura.

Em sequência, veio a constituir, também, em pioneiro do desbravamento na área, participando na construção da primeira igreja e de muitas outras atividades, em benefício do lugar. Tempos depois, esses povoadores mudaram o nome do lugar para Vila de Nossa Senhora da Vitória. Em 19 de maio de 1866, Francisco Luís de Freitas e sua mulher, Micaela Abreu, doaram as terras de sua Fazenda Barcelona à igreja local. A partir desse momento, a povoação foi se desenvolvendo, até ser criado o município.

O município de Alto Parnaíba se situa numa área que requer atenção especial de nosso estudo, uma vez que foi pelo eixo Leste-Sul, nas proximidades do rio Parnaíba, que a Frente Pastoral penetrou o Maranhão. Àquela época, o rio Parnaíba (e os rios de forma geral) era um dos principais e únicos meios de deslocamento.

A economia do município é baseada na agricultura e na pecuária, tendo como principais produtos arroz, milho, algodão, farinha de mandioca, cana-de-açúcar, feijão e soja, produtos da lavoura temporária. A soja e o arroz são produtos usados também para exportação. Na pecuária, o destaque fica por conta do gado bovino, suínos, muares e galináceos. No extrativismo, destacam-se o carvão, a madeira em tora e o eucalipto.

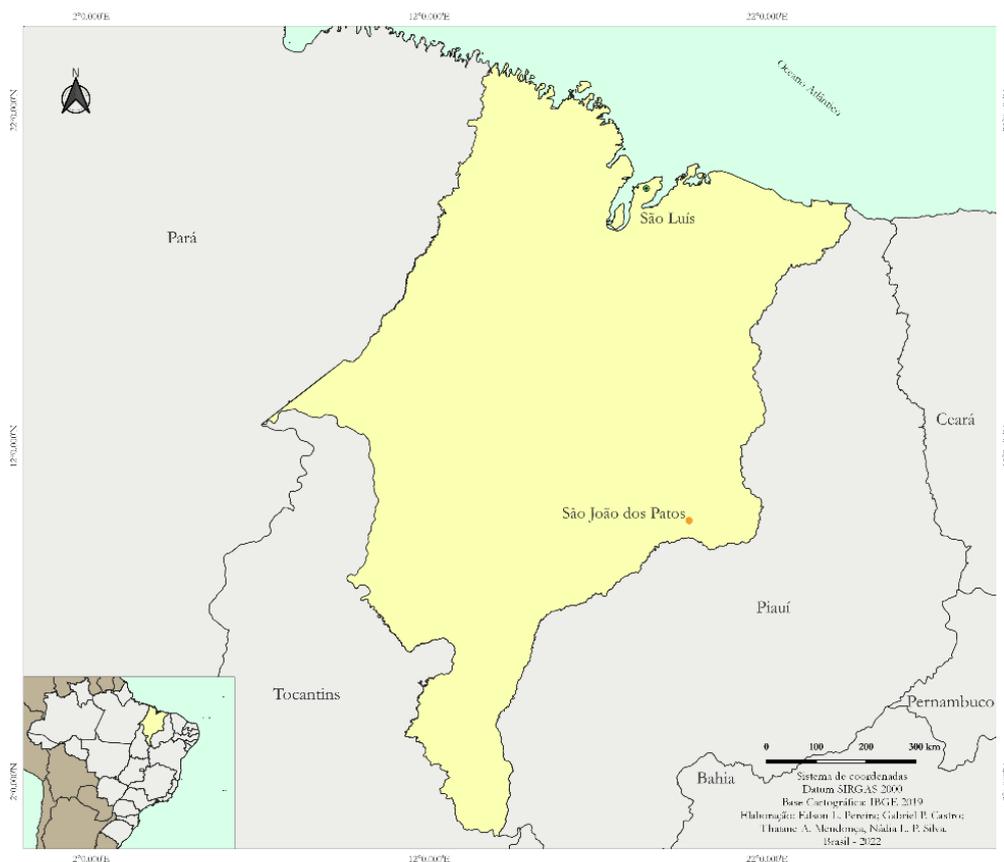
Segundo o último censo do IBGE (2010), o município possuía cerca de 10.766 habitantes e, em estimativa (2018), possui cerca de 11.168.

Segundo o Índice FIRJAN consolidado, o desempenho geral do município é de 0,6066: na educação observa-se um desenvolvimento de 0,5836; na saúde, de 0,7124; e no emprego e renda, de 0,5838. O município ocupa, dentre os mais de 5 mil municípios do Brasil, a posição de número 4080 e, no âmbito estadual, é o 26°.

2.2.2.10 São João dos Patos – MA 11

O município localiza-se na mesorregião Leste Maranhense. Está distante cerca de 549,4 km da Capital do Estado, via rodovia. A localização do município pode ser observada na Figura 12, a seguir.

Figura 12 – Localização de São João dos Patos



Fonte: Elaborada pelo autor.

A motivação toponímica se dá em face existir, “[...] no local escolhido para a sede municipal, duas lagoas, a de São João e a dos Patos, daí se originou o seu nome.” (IBGE, 1959, p. 336).

O então povoado é estabelecido como independente em 19 de março de 1892, pelo Decreto Estadual nº 130, ocupando a zona ribeirinha do rio Parnaíba. Segundo o IBGE (1969), o município é formado por lavradores e criadores oriundos de Passagem Franca, região à qual São João dos Patos esteve subordinado, quando do desmembramento de Passagem Franca do Território de Pastos Bons, em 28 de julho de 1838. Em 1938 foi elevado à categoria de cidade. Convém ressaltar, todavia, que a povoação de Pastos Bons, que mencionamos neste tópico, refere-se a um município ainda existente do Maranhão, bem menor, no entanto, que a antiga área conhecida como Pastos Bons, que, conforme já mencionado, correspondia a uma extensa porção territorial que ocupou grande parte da região centro-sul maranhense, estando, portanto, na zona de expansão da Frente Pastoral.

A economia do município é baseada, principalmente, na agricultura. Merecem destaque, na lavoura permanente, produtos como banana, castanha de caju e laranja, enquanto na lavoura

temporária, são o arroz em casca, a cana-de-açúcar, a mandioca, e o milho e a soja em grão que impulsionam a economia. Na pecuária, destacam-se o gado bovino e os galináceos; no extrativismo, o carvão vegetal, a lenha e o coco babaçu.

Segundo dados do último censo IBGE (2010), o município possuía 24.928 habitantes e, segundo estimativa (2018), possui 25.860 habitantes.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, o desenvolvimento geral do município é de 0,5683: na educação o desempenho é de 0,7500; na saúde observamos um desenvolvimento de 0,5612; e em emprego e renda, os números são 0,3937. Esses dados colocam o município na posição 4591, no Brasil, e 57, no Maranhão.

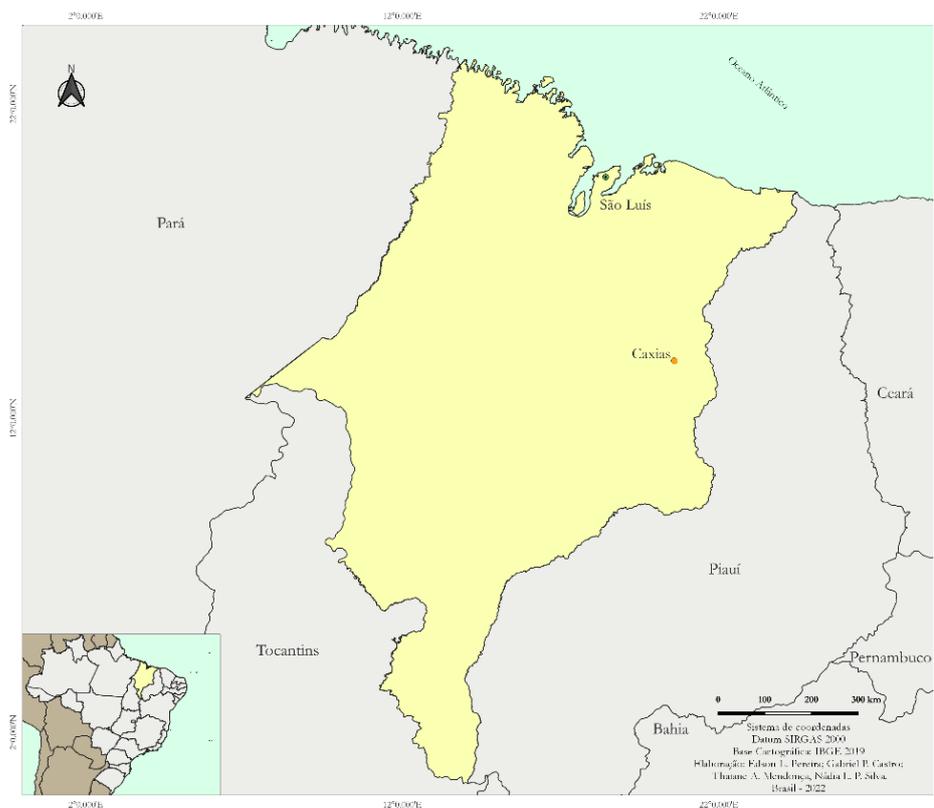
2.2.2.11 Caxias – MA 12

O município se localiza na mesorregião Leste Maranhense e dista 371 km da Capital, via rodovia. O *site* da Prefeitura de Caxias esclarece que o nome do município é um homônimo de uma vila da então metrópole, Portugal, pois era tradição, naquela época, criar uma vila de mesmo nome na Colônia. Segundo o IBGE (1959, p. 125),

[...] com a lei de 5 de julho de 1836 que se elevava de vila à cidade, é desde então nomeada "Caxias", nome êste de uma freguesia do Conselho de Oeiras, onde está o forte de "D. Luís 1", do campo entrincheirado de Lisboa, sendo uma fortaleza de primeira classe.

Ainda segundo o *site*, não é verdade o que popularmente se difundiu: o nome do município ser homenagem ao Duque de Caxias. A Figura 13, a seguir, traz a localização do município no Maranhão.

Figura 13 – Localização de Caxias



Fonte: Elaborada pelo autor.

A porção territorial onde hoje se situa o município de Caxias era anteriormente uma confluência de aldeias indígenas, Timbiras e Gamelas, que conviviam de forma pacífica com os franceses. Quando os portugueses tomaram o controle das terras do Maranhão, os indígenas, então “[...] perseguidos pelos portugueses, que procuravam reduzi-los à escravidão e vendê-los em São Luís, recolhiam-se às montanhas e florestas, abandonando as suas primeiras habitações.” (IBGE, 1959, p. 121)

A área até então ocupada pelos indígenas passou a ser povoada pelos portugueses, e na porção do território maranhense que hoje corresponde ao município de Caxias, em pouco tempo, por volta do século XVIII, edificaram a igreja de Nossa Senhora da Conceição e passaram a nomear o povoado de *Aldeias Altas*, em uma clara referência as já constituídas *Aldeias*, localizadas no baixo Itapecuru.

Em 1811, com a criação da justiça presidial e a sucessiva designação de um Juiz, o povoado ganhou prerrogativa de Vila. Mas foi só em 24 de janeiro de 1821, que foi oficialmente reconhecida como vila e tomou para si o nome de *Caxias das Aldeias Altas*. Não tardou uma nova elevação no status da porção territorial ali estabelecida. Por meio Lei Provincial nº 13, de 8 de maio de 1835, a então vila foi dividida em duas freguesias, a saber: Nossa Senhora da

Conceição e São Benedito. Pela Lei de 5 de julho de 1836, a vila foi elevada à categoria de Cidade. Seu topônimo sofre um processo de redução e a cidade passa a se chamar apenas *Caxias*.

Caxias situa-se como um município de suma importância, dada a sua posição estratégica no contexto do povoamento do Maranhão, pois ocupa uma posição intermediária, isto é, divide o Estado em duas porções: norte e sul, sendo, portanto, o local de confluência das duas frentes de povoamento do Maranhão. Segundo Cabral (2008, p. 55): “Aldeias Altas estava situada em lugar estratégico. Era porta de saída para o Piauí, para a Bahia e ainda para os sertões de Pastos Bons, região ocupada pela outra frente de expansão, formada para vaqueiros e criadores de gado.”

As principais atividades econômicas de Caxias são: na agricultura, no âmbito da lavoura permanente, a banana, a castanha de caju, o coco-da-baía, a laranja, a manga, enquanto a lavoura temporária conta com o arroz em casca, a cana-de-açúcar, o feijão em grão, a mandioca, a melancia, o milho e a soja em grão; na pecuária, asininos, aves e bovinos; no extrativismo, piaçava (fibras), carvão vegetal, lenha, madeira (tora), babaçu, amêndoa; na aquicultura, destaca-se a espécie de peixe tambaqui.

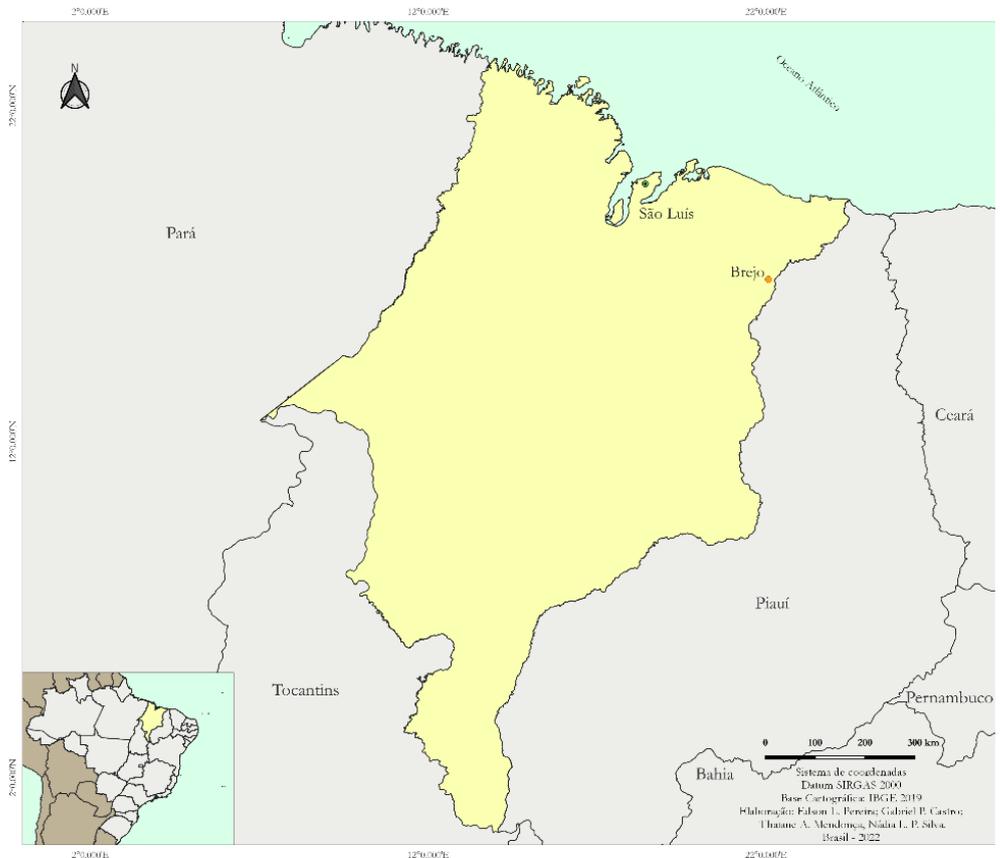
Segundo o último censo IBGE (2010), o município tinha população de 155.129 habitantes e, de acordo com estimativa (2018), sua população de 164.224 habitantes.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, Caxias tem desempenho geral de 0,6448: na educação, o desempenho é de 0,6901; na saúde, de 0,7503; e em emprego e renda, de 0,4940. Ainda segundo o FIRJAN, o município ocupa, no âmbito nacional, a posição 3377 e, no estadual, a 13^a.

2.2.2.12 Brejo – MA 13

O município se localiza na mesorregião Leste Maranhense. Fica a cerca de 322,6 km de distância de São Luís, via rodovia. Sua localização pode ser observada, a seguir, na Figura 14.

Figura 14 – Localização de Brejo



Fonte: Elaborada pelo autor.

São Bernardo do Parnaíba era a grande freguesia da qual fazia parte a localidade de Brejo dos Anapurus, que era assim nomeada em virtude da existência de uma grande aldeia indígena dos Anapurus naquele local, por volta de 1684. Daí parte da motivação toponímica. Quanto ao outro componente do topônimo, Brejo, sua motivação vem da natureza do próprio terreno, uma área alagada. Segundo Lago (1989, p. 17, grifos originais), os Anapurus “[...] eram divididos em *anapurus-mirins* e *anapurus-açus*, dedicavam-se mais à lavoura do que à caça e à pesca. De uma ferocidade indescritível, muito custaram contactar com a civilização”. Um fato marcante que tem relação com esse último traço apresentado como característico da tribo se deu 1709, quando os indígenas mataram o povoador português Manuel da Silva, que tentara, sem êxito, catequizá-los.

Após o acontecido, o então governador do Maranhão, Cristóvão da Costa Freire, declara guerra à tribo. A guerra, porém, só foi deflagrada em 1726, com ordens do governador João de Maia de Gama, que mobilizou tropas que partiram de Turiaçu. Lago (1989) observa que não existe qualquer relato do combate entre as tropas do governo e os indígenas.

Em 1729, parte do território dos Anapurus foi doada a Francisco Vasconcelos, que o nomeou Sítio de Brejo. Este viria a ser seu primeiro povoador efetivo. Porém é sempre Euzébia Maria da Conceição que é lembrada como a principal povoadora. Isso deve, em grande parte, ao fato de ser ela possuidora de grande fortuna e de muitos escravos; no entanto não se tem registro de sua chegada à localidade. Euzébia morreu durante a guerra da Balaiada, movimento político que causou graves prejuízos sociais e econômicos a Brejo. Foi apenas em 1820 que a então localidade foi elevada à categoria de Vila, desmembrando-se de Caxias. Em 1870, pela Lei Provincial nº 899, passou à categoria de Cidade.

A economia do Município é baseada na cultura de produtos como arroz, milho, feijão, fava, mandioca, abacaxi e banana; na pecuária o destaque é para o gado bovino, os suínos e os caprinos; no extrativismo, destaca-se o babaçu e, por fim, a indústria com a produção de farinha de mandioca e beneficiamento de arroz.

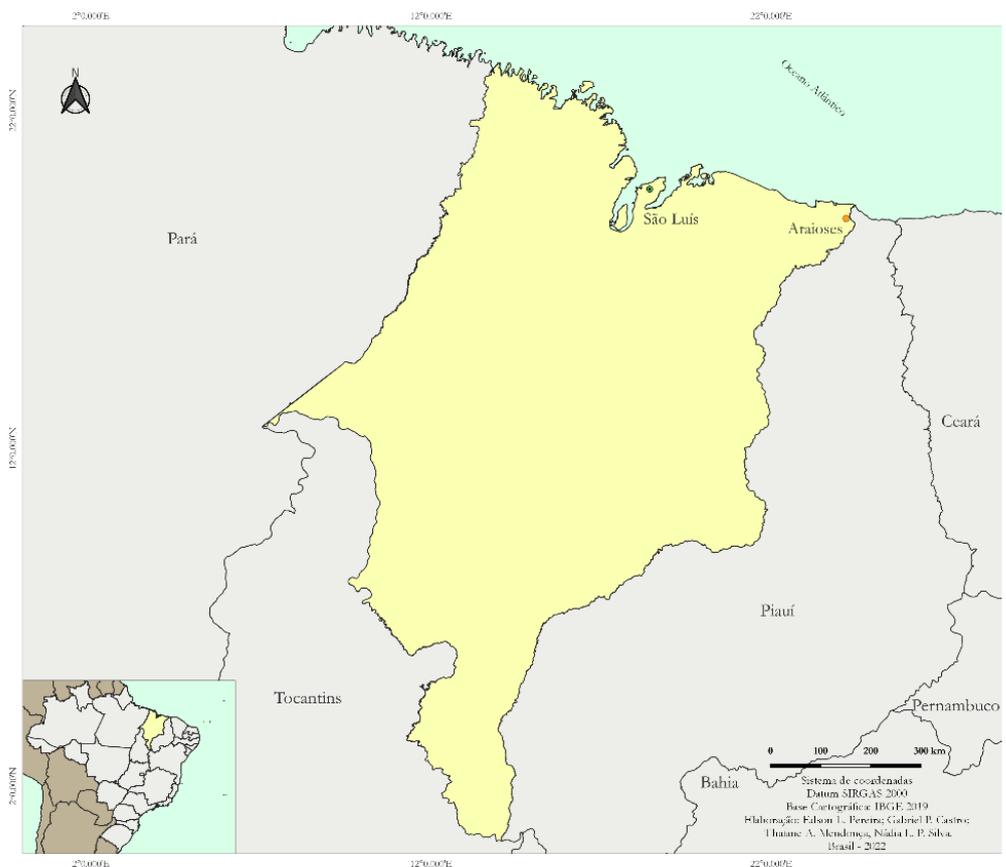
Segundo o último censo IBGE (2010), o município possuía cerca de 33.359 habitantes e tem estimativa (2018) de cerca de 36.139 pessoas.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, o desempenho geral de Brejo é de 0,4806: os números para a educação são 0,5937; na saúde, 0,4068; e para emprego e renda, 0,4414. O município ocupa a posição de número 5284 no cenário nacional e no estadual sua posição é a 158.

2.2.2.13 Araiões – MA 14

O município se localiza na mesorregião Leste Maranhense e dista 411 km de São Luís, via rodovia. O nome provavelmente se refere ao fato de a localidade ter sido ocupada primeiramente pela tribo indígena *Araios* ou *Arajós*. Com base em estudo de Oliveira (1987, p.87), Santos (2000, p. 34) faz um esclarecimento sobre essa questão toponímica: “Araiões deriva de Arajós, (sic) que com o tempo, o “j” foi substituído pelo “i”, recaindo a tônica ao segundo “a”, tendo em vista a melhor articulação da pronúncia – *araios*. Daí o seu plural “Araiões”, a exemplo de “Tupinambá” e “Tupinambases”. A localização do município pode ser observada na Figura 15, a seguir.

Figura 15 – Localização de Araiões



Fonte: Elaborada pelo autor.

A porção territorial onde hoje se situa Araiões era, anteriormente, um aldeamento dos indígenas Araiões; esse grupo indígena era nômade, mas terminou por se fixar próximo ao rio Magu. Segundo o *site* da prefeitura de Araiões, a figura de João de Deus, um mestiço baiano, é decisiva no processo de formação do povoado. Acompanhado de sua esposa, D. Mariana, firmou um pacto de amizade com os indígenas e adotou, então, o sobrenome do cacique, Arinhã Magu, passando a chamar-se João de Deus Magu. A partir de então, sua história e a de Araiões andariam juntas. Em 1748, João de Deus Magu construiu uma capela, tendo por padroeira Nossa Senhora da Conceição. De acordo com informações do IBGE,

Ao que tudo indica foi a construção desse templo ou capela que deu origem ao povoado, o qual, com a aproximação dos devotos e fixação dos mesmos, prosperou, tornando-se freguesia e, depois, um dos mais importantes municípios, embora tenha ficado estacionado, sem grandes obras ou realizações. (IBGE, 1959, p. 45).

O município tem, ainda, sua história muito atrelada ao catolicismo, pois em 1752 chegou à comunidade o Padre Inácio Pereira da Fonseca, que, no dia 15 de agosto do mesmo ano, rezou missa e batizou os indígenas na capela. Este fato é de suma importância para o município, e a data em que ocorreu é considerada sua data de fundação.

Em 15 de maio de 1893, por meio da Lei Estadual nº 53, Araiões passou à categoria de Vila e 35 anos depois, em 29 de março de 1938, por meio do Decreto-Lei nº 45, passou ao *status* de Cidade.

Sua localização nos chama atenção, pois, apesar de não se ter fontes que indiquem seu surgimento na zona de expansão de uma das frentes de povoamento do Maranhão, sua posição pode ser de suma importância para nosso estudo, tendo em vista que se localiza na divisa entre o Maranhão e o Piauí, tendo contato frequente com o estado vizinho, e esse contato pode influenciar nos usos linguísticos da comunidade.

A economia de Araiões, devido aos solos férteis, muito bons para o cultivo, se sustenta na agricultura, sobretudo, com o cultivo de frutas como laranja, manga e melancia, além da produção de castanha de caju, mandioca, coco-da-baía e, ainda, de grãos como o feijão fradinho e o milho. São relevantes também elementos da pecuária, como galináceos e bovinos. No setor extrativista, destacam-se a cera de carnaúba, as fibras de buriti, o carvão vegetal, além do caranguejo; na aquicultura, o tambaqui é o mais relevante dos peixes.

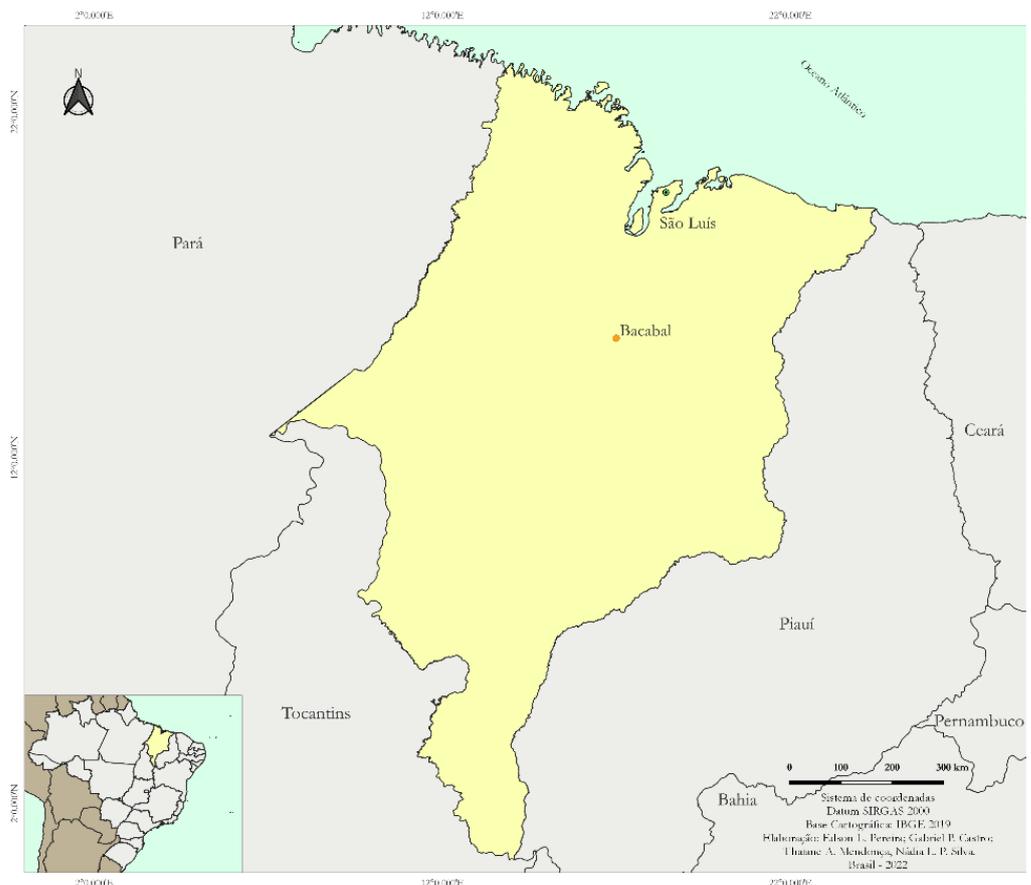
Segundo o último censo do IBGE (2010), o município tinha cerca de 42.505 habitantes e, segundo estimativa (2018), tem cerca de 46.103 habitantes.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, o município apresenta um desempenho geral de 0,4983: na educação, o desempenho é de 0,5713; na saúde, de 0,5277; e em emprego e renda, de 0,3960. Assim, o município ocupa a posição 5218 no *ranking* nacional, e, no estadual, a de número 146.

2.2.2.14 Bacabal – MA 16

O município se localiza na mesorregião Centro Maranhense. Está distante cerca de 252,4 km da Capital, via rodovia. A sua localização pode ser observada na Figura 16, a seguir.

Figura 16 – Localização de Bacabal



Fonte: Elaborada pelo autor.

O nome do município, possivelmente, tem sua motivação toponímica na enorme quantidade de palmeiras de bacaba existente na localidade desde os primórdios de sua colonização e povoamento.

Seu embrionário processo de povoamento se dá por volta de 1876, quando o coronel Lourenço da Silva estabeleceu uma fazenda, onde hoje se localiza a praça Nossa Senhora da Conceição, para cultivo de arroz, algodão e mandioca, utilizando-se do trabalho escravo. Foi só com a venda da fazenda para o Coronel Raimundo Alves d'Abreu, que passou a comercializar com libertos e indígenas, e ainda “[...] Devido à fertilidade do terreno, sua privilegiada topografia e grandes recursos naturais [...]” (IBGE, 1959, p. 53), que a fazenda prosperou e obteve desenvolvimento no comércio. Soma-se a isso o crescente afluxo de novos moradores, que fizeram o povoado crescer de forma mais rápida. Foi graças à imigração de nordestinos, que contribuíram para a expansão agrícola local, que Bacabal se tornou o primeiro centro produtor do Estado.

Já com um avançado processo de desenvolvimento econômico, Bacabal só ganha status de vila por meio da Lei nº 932, de 17 de abril de 1920. Nesse mesmo ano, em setembro, a Vila é elevada oficialmente à categoria de município.

No que concerne às atividades econômicas, segundo dados constantes no site da Prefeitura do Município²²,

[...] Bacabal atualmente é uma espécie de centro econômico regional. O comércio está baseado no fornecimento de produtos e serviços. [...] Na agricultura produzimos e comercializamos arroz, feijão, milho, farinha de mandioca dentre outros. A cidade também é uma grande produtora de gado bovino.

Segundo o último censo do IBGE (2010), o município possuía 100.014 e, em estimativa (2018), tem cerca de 104.633.

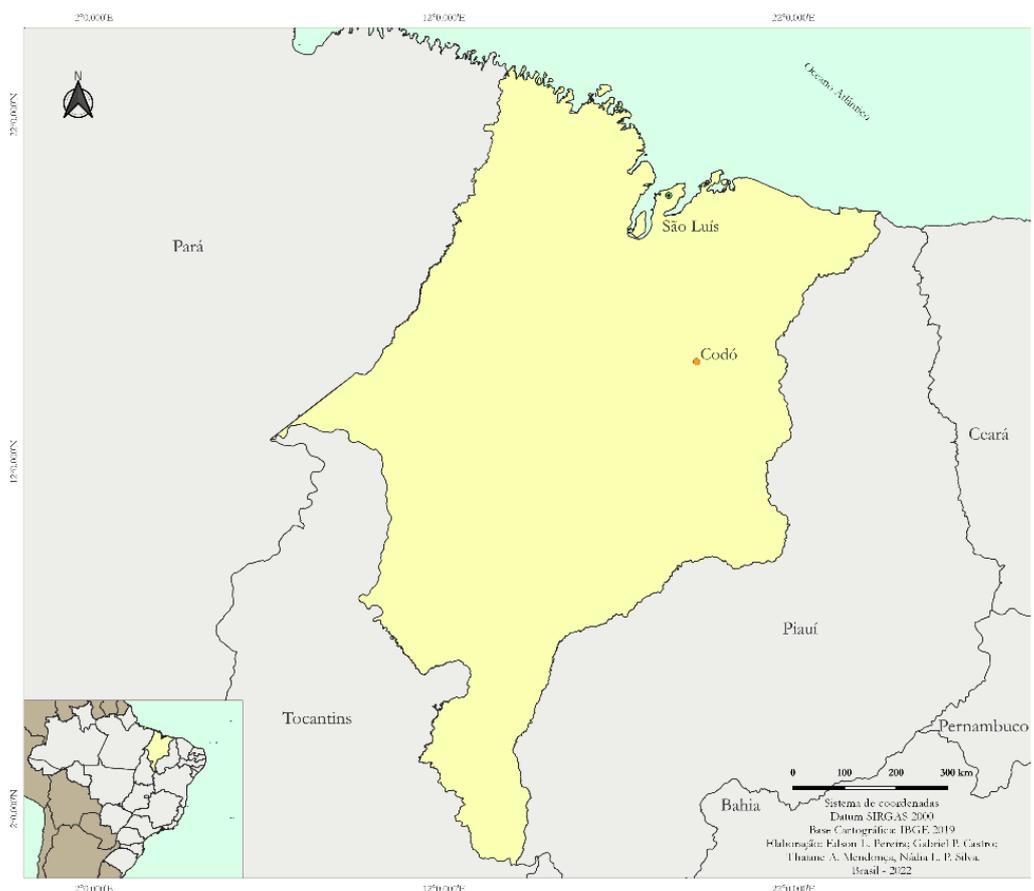
Segundo o FIRJAN, o município apresenta um índice consolidado de 0,6297: para a educação observamos um índice de 0,6869; na saúde, os números são 0,7251; para emprego e renda, observamos desempenho de 0,4770. Tais números colocam Bacabal na posição 3684, no âmbito nacional e, no estadual, na posição 17.

2.2.2.15 Codó – MA 17

Codó se localiza na mesorregião Leste do Estado. Está distante da capital cerca de 310,5 km de São Luís, via rodovia. A seguir, a área do Município de Codó pode ser observada na Figura 17.

²² Cf. <https://www.bacabal.ma.gov.br/dados-do-municipio>.

Figura 17 – Localização de Codó



Fonte: Elaborada pelo autor.

A motivação toponímica para o nome do município é controversa e não se tem um consenso quanto a isso. Há, porém, algumas hipóteses, como vemos no texto disponibilizado pelo IBGE: dentre as quais:

A real procedência do termo Codó tem sido debatida de há muito, assim como a sua exata significação. Uma das versões que dizem respeito ao sentido ou significado do nome do município de Codó, segundo opinião do professor Fernando Carvalho, é a de que traduz paul, atoleiro, brejo, lugar de charco. De fato, nas nascentes do rio Codôzinho - nome derivado de Codó - as terras contíguas ao mesmo são repletas de alagadiços, pântanos e lama. Outra versão, seguindo os antigos, é que o termo Codó tem origem no nome e existência de uma ave que povoava o município, nos primeiros tempos, que se chamava Codorna ou Codorniz, da família dos Tinamídeos. (IBGE, 1959, p. 149).

Diferentemente de muitos outros municípios, que têm na construção de uma pequena capela, um dos marcos fundadores, em Codó é diferente. Este município teria tido, como marco primeiro, a construção de um depósito de mercadorias, às margens do rio Itapecuru. Em seguida, muito em função do tráfego que se tinha por intermédio do rio em questão, outras casas

e residências com fins comerciais foram sendo criadas ao redor da primeira. A edificação de uma igreja, porém, não deixa de acontecer, tempos depois.

A porção territorial de Codó era habitada por indígenas Guaranis, que travaram duros conflitos com estrangeiros que tentaram estabelecer ali uma colonização, mas os indígenas finalmente se viram obrigados a deixar o lugar. Por volta de 1780, tem-se o início do povoamento de Codó, com Luís José Rodrigues e o português Francisco Marques Rodrigues.

O povoado tinha uma economia baseada na agricultura subsidiada por senhores da aristocracia rural. Composto o povoamento da localidade, encontramos escravos africanos trazidos ao município entre 1780 e 1790 para o trabalho nas lavouras; portugueses, que começaram a compor o povoamento da localidade por volta de 1855, também para trabalhar na lavoura; e, ainda, os sírios que chegaram por volta de 1887, para o trabalho no comércio. Assim, Codó apresenta esse traço característico em seu processo formador. Se por um lado, não se tem informações bibliográficas sobre a influência do gado no município, por outro não se pode atestar, também, como base no material bibliográfico levantado, influência da Frente Litorânea em seu processo de formação, há que se considerar, todavia, que a presença de duas nacionalidades estrangeiras (portugueses e sírios) como componentes de seu povoamento inicial, representa um dado importante sobre a identidade local.

Codó foi elevado a sede do povoado de Urubu, pela Lei Provincial n.º 68, de 21-07-1838, e foi desmembrado do povoado e elevado à categoria de cidade, por meio da Lei Estadual n.º 133, de 16-04-1896,

As bases de sua economia são, na agricultura, a lavoura permanente com os itens laranja, coco-da-baía, banana e castanha de caju, já na lavoura temporária, os produtos de destaque são arroz em casca, feijão em grão, cana-de-açúcar e mandioca. Na pecuária, destacam-se os bovinos, galináceos, ovos de galinha e leite de vaca. No extrativismo destacam-se a piaçava, carnaúba, carvão vegetal, lenha e babaçu. Na aquicultura, desataca-se o peixe tambaqui.

Conforme ressaltado anteriormente, os materiais bibliográficos, por nós pesquisado, ainda não indicaram a qual das frentes de povoamento teria originado o Município. Por meio dos dados do *corpus* do ALiMA, empregado em nosso estudo, mostraremos, ao menos em termos linguístico, qual a identidade do município de Codó, isto é, de qual das frentes povoadoras o Município mais se aproxima.

Segundo o último censo (2010), o município possuía 118.038 habitantes e, segundo estimativa (2018), tem 122.597 habitantes.

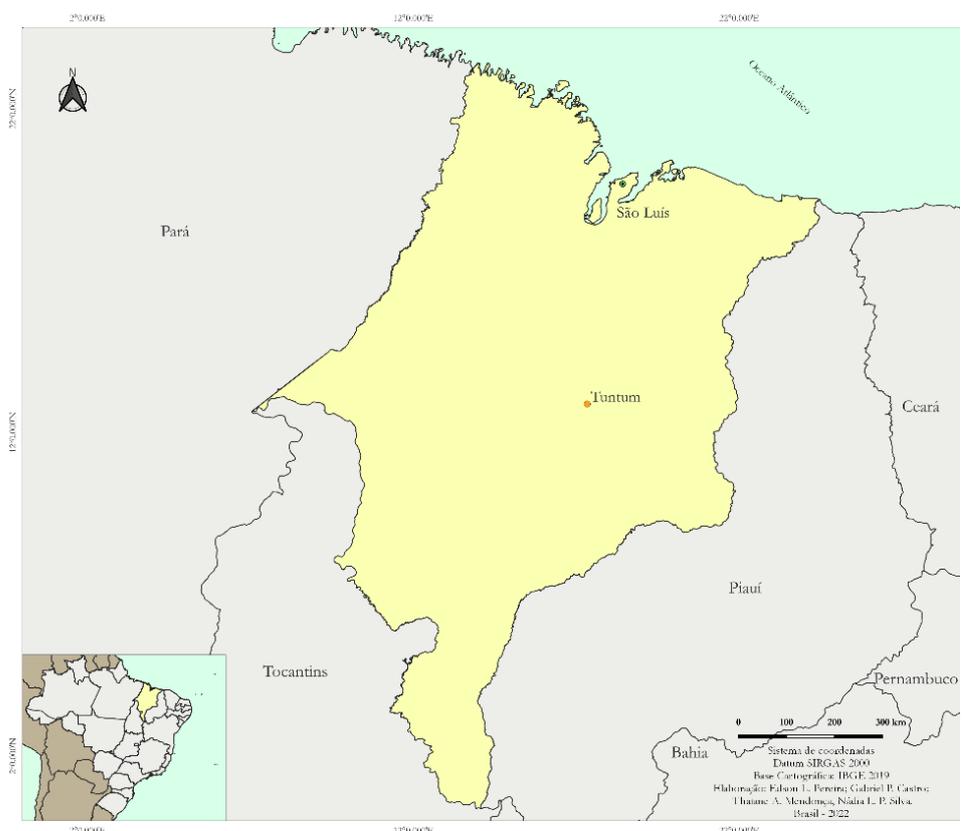
Segundo o índice consolidado FIRJAN, o desenvolvimento geral do município é de 0,5907: na educação os números são 0,6380; na saúde observamos um desenvolvimento de

0,6615; e em emprego e renda os números são 0,4726. Ainda segundo o FIRJAN, o município é o de 4305 no Brasil e o de número 36 no Estado.

2.2.2.16 Tuntum – MA 18

O município localiza-se na mesorregião Centro Maranhense. Dista da Capital, aproximadamente, 374,6 km, via rodovia. A localização do município pode ser observada na Figura 18, a seguir.

Figura 18 – Localização de Tuntum



Fonte: Elaborada pelo autor.

Segundo o IBGE (1959, p. 370), “Pouco se conhece de sua história, atribuindo-se, entretanto, a origem do seu topônimo ao som "tun-tum" produzido pela queda de água de um riacho de igual nome e que banha a cidade.”

O processo de povoamento de Tuntum tem início em 1890; nesse ano, José Naziozeno e sua família, vindos de Barra do Corda, passaram a morar à esquerda do riacho Tuntum, próximo a um olho d’água. Desde então, algumas outras famílias também começaram a habitar a região, formando um rápido processo de povoamento. Porém, só em 1940, Ariston Arruda Leda, chefe da família Arruda Leda, chegou e se tornou o grande líder político da região. Foi

prefeito de Presidente Dutra e lutou fortemente pela emancipação de Tuntum, sendo, pois, após a emancipação, o primeiro prefeito eleito do Município.

Convém destacar que Tuntum foi desmembrado de Presidente Dutra (que por sua vez foi desmembrado de Barra do Corda) em 12 de setembro de 1955, por meio da Lei nº 1362, mas só foi efetivado de fato como município em 27 de dezembro daquele ano. Cabral (2008) afirma que Barra do Corda pertence à zona do antigo território de Pastos Bons. Dessa maneira, considerando os desmembramentos mencionados, entendemos que Tuntum também se situa nessa porção do antigo sertão de Pastos Bons.

As bases econômicas do município são, na lavoura permanente, banana, castanha de caju e coco-da-baía; na lavoura temporária, abacaxi, arroz em casca, cana-de açúcar, fava e feijão em grão; na pecuária, tendo alguma relevância, bovinos, galináceos, mel de abelha e suínos; por fim, no extrativismo, carvão vegetal, lenha, madeira em tora e babaçu, como produtos mais importantes.

Segundo o último censo IBGE (2010), o município possuía 39.183 habitantes e, segundo estimativa (2018), o município possui 41.621 habitantes.

Segundo o índice consolidado FIRJAN, o município apresenta desenvolvimento geral de 0,5210; na educação, o desempenho é de 0,6318; na saúde, os números são 0,5612; e em emprego e renda, o desempenho é de 0,3144, o mais baixo dentre os municípios pesquisados. Estes dados colocam Tuntum na posição 5031 no Brasil e na posição 115 no Maranhão.

Síntese conclusiva

Nesta seção, apresentamos as principais bases teóricas que dão suporte a nossa pesquisa, começamos por apresentar os fundamentos linguístico, nesse momento delimitamos a orientação do estudo, isto é, da Dialectologia, de seu método por excelência, a Geolinguística. Tratamos, ainda, das interseções com a Sociolinguística, que nos permitem uma visão mais ampla do fenômeno linguístico no contexto social. Na sequência, tratamos da Geossociolinguística, que, como vimos, não se trata de uma teoria, mas de uma abordagem que permite uma visão pluridimensional, ampliada e diversa da variação linguística, a Geossociolinguística é um contínuo de diversas metodologias que se juntam e apresentam mais possibilidades de desvendar os fenômenos da língua. No segundo momento, tratamos dos movimentos povoadores do Maranhão, a Frente Litorânea e a Frente Pastoral, frentes povoadoras que ocuparam porções distintas do Maranhão e que, também por isso, possuem características muito diferentes entre si, na sequência, observamos um apanhado histórico,

geográfico e socioeconômico dos municípios que fazem da nossa pesquisa, bem como dos processos fundadores e a qual frente povoadora se encontra vinculado.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta seção explicitamos os procedimentos metodológicos que adotamos para chegar ao que pretendemos. Assim, buscamos detalhar nosso passo a passo desenvolvendo um trajeto que vai da fonte dos dados – o Projeto ALiMA, com as informações sobre ele necessárias, para que possamos situar nossa pesquisa – passando pela apresentação do *corpus* da pesquisa até à explicitação das orientações seguidas para a análise dos dados e elaboração da cartografia.

3.1 O Projeto ALiMA

No princípio dos anos 2000, liderados por Conceição de Maria de Araujo Ramos, um grupo de pesquisadores da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), orientado pelas diretrizes e caminhos trilhados, em nível nacional, pelo Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), parte em busca de descrever o português falado no Maranhão. Davam-se, assim, os primeiros passos para implementação do Atlas Linguístico do Maranhão (ALiMA), que, em palavras de Ramos, Bezerra e Rocha, nasce de um

[...] desejo de ver fotografados os falares maranhenses e assim contribuir para o levantamento, a descrição e a análise do português brasileiro, o que possibilitou engajar-nos no trabalho de tessitura que ora se vem desenvolvendo no País, no âmbito dos estudos dialetológicos e geolinguísticos [...]. (RAMOS; BEZERRA; ROCHA, 2010, p. 30).

Sediado no Centro de Ciências Humanas (CCH) da UFMA e com uma rede constituída de 16 pontos, que recobrem todas as mesorregiões do Estado, o Projeto ALiMA tem como objetivo maior elaborar o atlas linguístico estadual, buscando assim descrever a realidade do falar maranhense, com vistas a identificar, prioritariamente, fenômenos de natureza fonética, léxico-semântica e morfossintática, que caracterizem a variedade falada no Estado, considerando a distribuição da língua no espaço geográfico e no social.

Com relação aos procedimentos metodológicos empregados pelo Projeto, cabe ressaltar que o ALiMA seguiu a orientação do Atlas Linguístico do Brasil (ALiB), adotando, portanto, sua metodologia e seus instrumentos metodológicos, tendo feito, quando necessário, como veremos adiante, ajustes que possibilitaram dar conta de particularidades do Estado.

3.1.1 A rede de pontos

De acordo com Cardoso (2010, p. 89), “A pesquisa de cunho dialetal se fundamenta em um tripé básico: a rede de pontos, os informantes e os questionários [...]”. Com relação à definição da rede de pontos, primeiro elemento desse tripé, a Coordenação do Projeto ALiMA, como esclarecem Ramos *et al.* (2005), decidiu estabelecer como seu *locus* as nove localidades

maranhenses que haviam sido selecionadas pelo Comitê do ALiB para elaboração do atlas nacional sem, contudo, deixar de ampliá-la, tendo em vista a extensão territorial do Estado e sua diversidade regional.

Para a ampliação da rede, a Coordenação do ALiMA, em primeiro lugar, tomou como ponto de referência a proposta de Nascentes (1958) em *Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil*. O autor, ao apresentar a possível rede de pontos do atlas nacional, indicou 19 municípios maranhenses para compor essa rede, a saber: São Luís (46), Alcântara (47), Turiaçu (48), Miritiba (49), Tutóia (50), Imperatriz (51), Carolina (52), Santo Antônio de Balsas (53), Pastos Bons (54), Picos (55), Caxias (56), Codó (57), Viana (58), São Luís Gonzaga (59), Monção (60), Barra do Corda (61), Grajaú (62), Brejo (63) e Flores (64). Desses municípios, sete foram mantidos pelo ALiB e, conseqüentemente, pelo ALiMA – São Luís, Turiaçu, Imperatriz, Balsas (atualização do ponto 53 de Nascentes), São João dos Patos (atualização do ponto 54 de Nascentes), Barra do Corda²³ e Brejo. A esses sete municípios da lista de Nascentes, o Comitê do ALiB acrescentou Alto Parnaíba e Bacabal. Ainda da proposta de Nascentes, a Coordenação do Projeto ALiMA decidiu manter mais três localidades para o atlas estadual: Carolina, Caxias e Codó.

Como segundo ponto de referência para definição/ampliação da rede de pontos, ainda de acordo com Ramos *et al.* (2005), a Coordenação do Projeto ALiMA buscou contemplar pelo menos um município por microrregião do Estado, selecionando assim, com base em fatores etno-geo-históricos mais seis localidades – Raposa, Pinheiro, Carutapera, Maracaçumé, Santa Luzia e Araisos – ficando, portanto, a rede do ALiMA com 18 pontos. Entretanto, no decorrer da pesquisa, a Coordenação do Projeto decidiu excluir duas localidades – Maracaçumé (MA/06), por verificar que já estava contemplada na região compreendida por Turiaçu, e Santa Luzia (MA/15), por se tratar de um município mais novo, criado com o desmembramento de Pidaré-Mirim, espaço geográfico já contemplado pelo ponto MA/16, correspondente a Bacabal. Após esses ajustes, a rede de pontos de inquérito do ALiMA ficou com a configuração apresentada no Quadro 1, a seguir.

²³ Após várias tentativas infrutíferas de viagem para realização dos inquéritos em Barra do Corda, dada a situação conflituosa que se estabeleceu entre o Poder Público e os grupos indígenas (Canela e Guajajara) que têm presença expressiva no município, a Coordenação do ALiMA (a equipe de pesquisadores do ALiB na Universidade Federal do Maranhão é a mesma equipe do Projeto ALiMA) informou essa situação ao Comitê do ALiB, que, após analisar a situação, decidiu substituir Barra do Corda por Tuntum.

Quadro 1 – Rede de pontos de inquérito do Projeto ALiMA²⁴

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO	MUNICÍPIO	NÚMERO DA LOCALIDADE
NORTE	Aglomeração Urbana de São Luís	São Luís	MA01
		Raposa	MA02
	Baixada Maranhense	Pinheiro	MA03
CENTRO	Médio Mearim	Bacabal	MA16
	Alto Mearim e Grajaú	Tuntum	MA18
OESTE	Gurupi	Carutapera	MA05
		Turiação	MA04
	Imperatriz	Imperatriz	MA07
LESTE	Chapadinha	Brejo	MA13
	Caxias	Caxias	MA12
	Codó	Codó	MA17
	Chapadas do Alto Itapecuru	São João dos Patos	MA11
	Baixo Parnaíba Maranhense	Araioses	MA14
SUL	Porto Franco	Carolina	MA08
	Gerais de Balsas	Alto Parnaíba	MA10
		Balsas	MA09

Fonte: ALiMA.

Na sequência, apresentamos a carta com a distribuição geográfica dos pontos linguísticos do ALiMA, correspondente à Carta Linguística 1²⁵.

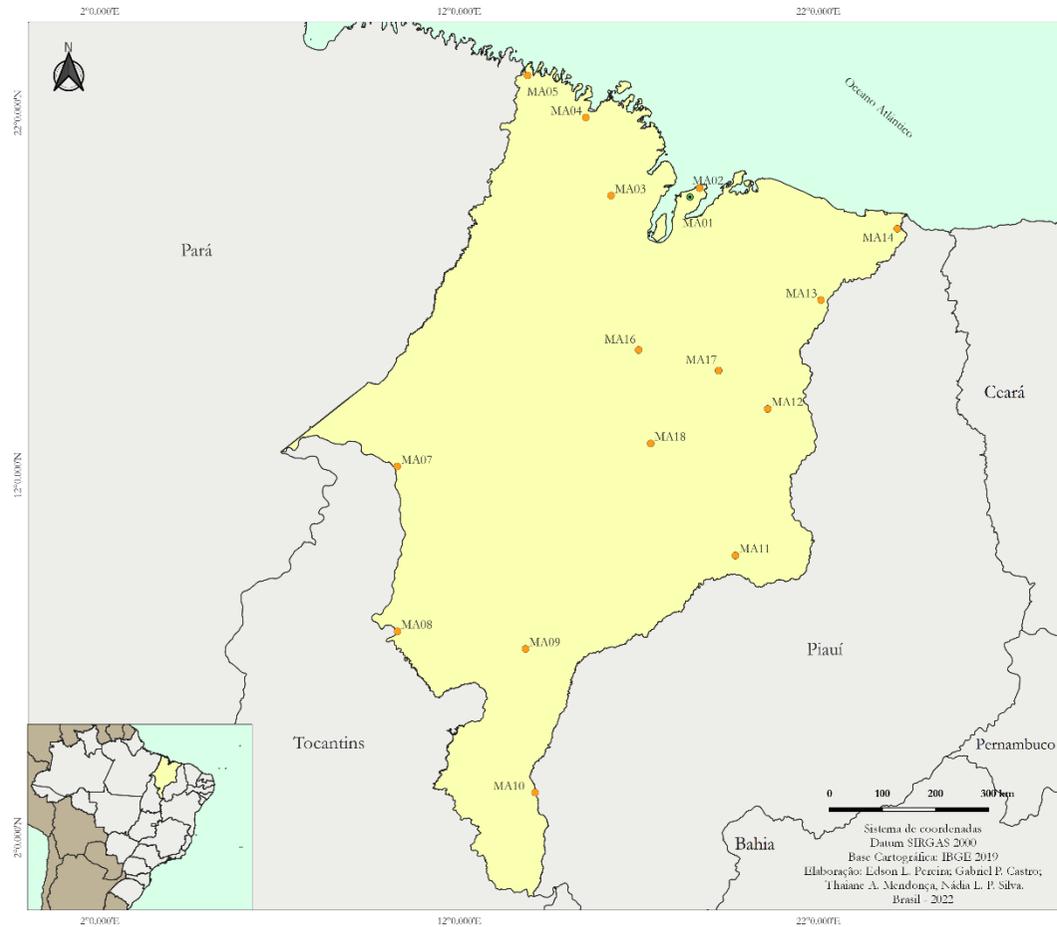
²⁴ Convém ressaltar que não desconhecemos a nova divisão regional proposta pelo IBGE em 2017, que dividiu o Brasil em regiões geográficas imediatas e intermediárias, no entanto, optamos por manter a divisão anterior, mesorregiões e microrregiões, pois era a que estava em vigor quando da seleção dos pontos de inquérito e aplicação dos questionários do ALiMA. Para mais informações sobre a nova divisão regional do Brasil, ver <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv100600.pdf>.

²⁵ Os pontos de inquérito MA06 – Maracaçumé e MA15 – Santa Luzia, como explicado anteriormente, foram excluídos.

Carta Linguística 1 – Rede de Pontos do ALiMA



ATLAS LINGUÍSTICO DO MARANHÃO - ALiMA



MARANHÃO

Rede de Pontos

MA01	São Luís
MA02	Raposa
MA03	Pinheiro
MA04	Turiçu
MA05	Carutapera
MA07	Imperatriz
MA08	Carolina
MA09	Balsa
MA10	Alto Parnaíba
MA11	São João dos Patos
MA12	Caxias
MA13	Brejo
MA14	Araioses
MA16	Bacabal
MA17	Codó
MA18	Tuntum

Rede de Pontos

- Capital
- Sede Municipal

3.1.2. Os informantes

Considerando a natureza das pesquisas dialetais e geolinguísticas, a coleta de dados para elaboração de atlas modernos, principalmente daqueles da chamada última geração, os pluridimensionais, orienta-se tanto pela perspectiva do espaço físico, geográfico, como pela perspectiva do espaço social (cf. CARDOSO, 2010). Assim, os informantes selecionados devem atender a critérios rigorosos de seleção, para que, de fato, possam ser representativos dos espaços geográfico e social em que se inserem. Devem, pois, ser naturais da localidade investigada, não devendo dela ter-se afastado por mais de um terço de sua vida, e não podem, ainda, ter emprego ou algum tipo de ocupação que demande grande mobilidade. Seus pais devem ser, preferencialmente, naturais da mesma localidade.

Foram esses parâmetros que orientaram a definição do perfil dos informantes do ALiB e, conseqüentemente, do ALiMA. Então, seguindo a proposta do ALiB, a Coordenação do Projeto ALiMA selecionou quatro informantes por localidade, sendo eles distribuídos igualmente entre os dois sexos e duas faixas etárias, faixa I, de 18 a 30 anos, e faixa II, de 50 a 65 anos. Apenas na capital, São Luís, onde são considerados dois níveis de escolaridade – ensino fundamental incompleto (até o sétimo ano) e ensino superior (completo) – foram acrescentados mais quatro informantes de nível universitário, sendo mantidas as mesmas correlações de sexo e faixa etária. Desse modo, nas demais localidades do Estado, todos os informantes selecionados têm apenas o ensino fundamental incompleto. O Projeto ALiMA conta, portanto, com 68 informantes.

Buscando preservar a identidade dos informantes, a Coordenação do ALiMA seguiu as orientações do Projeto ALiB e os codificou da seguinte forma: aos informantes do sexo masculino atribuiu números ímpares, e aos do sexo feminino, números pares; os números de 1 a 4 correspondem aos informantes com ensino fundamental, e de 5 a 8 àqueles com formação universitária. Com relação à faixa etária, os números 1, 2, 5 e 6 codificam os informantes mais jovens (faixa etária I), e os números 3, 4, 7 e 8, os mais idosos (faixa etária II). Para cada uma das localidades, foi atribuído um número, antecedido pela sigla MA, como demonstrado no Quadro 1.

3.1.3 Os instrumentos metodológicos

De acordo com Ramos *et al.* (2005), o Projeto ALiMA utilizou, para coleta dos dados, o conjunto de instrumentos metodológicos elaborado pelo Projeto ALiB – questionários e temas para discursos semidirigidos, perguntas metalinguísticas, questões de pragmática e texto para leitura, e ainda fichas (do informante e da localidade) e quadro de controle de aplicação do

questionário – (cf. COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB, 2001), tendo feito, evidentemente, supressões e acréscimos que se fizeram necessários para dar conta do que é mais particular da realidade linguístico-cultural microcós mica do Estado, tendo em vista que

[...] é consensual o entendimento de que os atlas regionais [e nós acrescentamos, os estaduais e de pequeno domínio] foram e continuam sendo do maior interesse, porque a eles compete penetrar mais densamente na realidade de cada rincão, perscrutando as particularidades da realidade cultural da área, atuando de forma extensiva e, também, mais intensivamente. (CARDOSO, 2010, p. 168).

Seguindo essa orientação, cabe ressaltar que apenas o questionário fonético-fonológico (QFF), com 159 questões, foi mantido na íntegra pelo Projeto ALiMA, uma vez que abarca os principais fatos fônicos que caracterizam os falares brasileiros; contudo as 11 questões de prosódia que se juntam a esse questionário não foram incluídas no atlas estadual. Quanto aos demais questionários, todos passaram pelo processo de supressão e acréscimo mencionado anteriormente e detalhado a seguir.

O questionário semântico-lexical (QSL), como esperado em uma pesquisa de caráter dialetal, busca obter “[...] um leque maior de informação sobre as possibilidades de ocorrência de itens lexicais que recubram um mesmo conceito.” (CARDOSO, 2010, p. 97). Com esse objetivo, o QSL contém 202 questões que se distribuem por 14 áreas semânticas – acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, vestuário e acessórios, e vida urbana.

Das 202 questões propostas pelo Comitê do ALiB, o Projeto ALiMA suprimiu 22, que se distribuem pelas seguintes áreas semânticas: acidentes geográficos, fenômenos atmosféricos, astros e tempo, atividades agropastoris, fauna, ciclos da vida, habitação, alimentação e cozinha, e vida urbana. Quanto à inclusão de questões para atender a particularidades do Estado, foram inseridas 47 perguntas, que contemplam as seguintes áreas: atividades agropastoris, fauna, corpo humano, ciclos da vida, convívio e comportamento social, religião e crenças, jogos e diversões infantis, habitação, alimentação e cozinha, e vestuário e acessórios. Foi esse o questionário que mais sofreu adequação, ficando, na versão usada pelo ALiMA, com um total de 227 questões.

O questionário morfossintático (QMS), que visa a apurar fatos gerais do PB, como a variação presença/ausência do artigo diante de antropônimos, o gênero de alguns substantivos, a flexão de número de alguns substantivos, uso dos pronomes pessoais, dentre outros, contém 49 perguntas. Dessas questões elaboradas pelo Comitê do ALiB, a equipe de pesquisadores do ALiMA suprimiu três no tópico relativo ao verbo e incluiu uma no tópico concernente ao uso

do pronome pessoal de segunda pessoa *tu/ti*, ficando assim o QMS usado pelo ALiMA com 47 questões.

Quanto às questões de pragmática (QP), a Coordenação do Projeto ALiMA acresceu quatro questões às quatro propostas pelo Comitê do ALiB, ficando, portanto, com oito questões.

Com relação aos temas para discursos semidirigidos (TDS), para os quais o Comitê do ALiB propôs quatro tipologias – relato pessoal, comentário, descrição e relato não pessoal – a Coordenação do ALiMA fez, apenas, a substituição do tema para o comentário – “De que programa de televisão você/o(a) senhor(a) gosta mais? Por quê?” –, proposto pelo ALiB, pelo tema – “Como é o lugar onde você/o(a) senhor(a) trabalha? Fale um pouco sobre esse lugar”.

Do bloco das seis perguntas metalinguísticas (PM), como proposto pelo Projeto ALiB, a equipe de pesquisadores do ALiMA excluiu a questão de número 1. O texto para leitura, “Parábola dos sete vimes”, foi mantido.

Cabe destacar que a aplicação dos questionários foi realizada com a utilização de gravuras e a apresentação de *realia*, que contribuíram de forma significativa para a compreensão das questões formuladas.

No que diz respeito aos instrumentos auxiliares, todos foram usados pelo Projeto ALiMA. São estes os instrumentos:

- ficha do informante – contém o registro dos dados de identificação pessoal, tais como idade, escolaridade, ocupação, renda, domicílio, contato com meios de comunicação, atividades de lazer, e informações/observações complementares acerca da realização do inquérito, como postura do informante durante a aplicação do questionário, espontaneidade da elocução, características do ambiente onde se realiza o inquérito e caracterização sintética da presença de circunstante, se houver;
- ficha da localidade – reúne informações de natureza histórica, geográfica, econômica e social da localidade investigada;
- quadro de controle de aplicação do questionário – composto por todas as perguntas dos três questionários (QFF, QSL e QMS), dispostas em colunas, com um espaço ao lado de cada pergunta para inserção das legendas que sinalizam informações relativas ao resultado da realização da pergunta. São estas as legendas: **X** informante não sabe, não retornar à pergunta; **Ø** informante respondeu no retorno; **?** informante deu outra resposta (no QFF); **o** informante não se lembra; **●** inquiridor esqueceu de perguntar; **★** inquiridor emitiu por

lapso, a resposta. O quadro finaliza com um espaço reservado para preenchimento dos percentuais relativos às respostas não-obtidas.

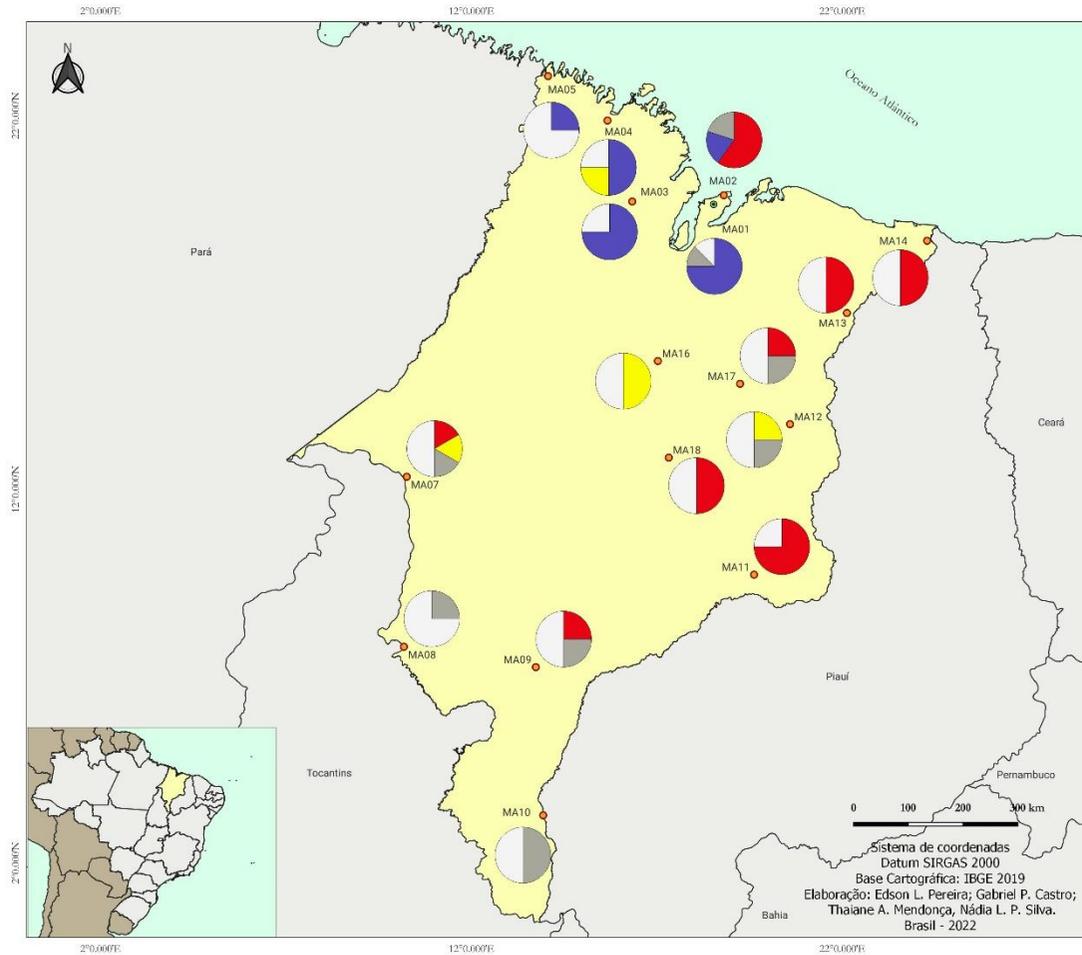
3.1.4 A cartografia dos dados

Para início da produção cartográfica do ALiMA, a equipe de pesquisadores responsável por esse trabalho considerou as bases cartográficas em formato *shapefile* disponibilizadas pelo IBGE, em seu *site*. A cartografia foi minuciosamente planejada para que a *carta-base* pudesse conter todos os elementos geográficos obrigatórios, tais como título, escala, legenda, orientação cartográfica, projeção, além da localização do Maranhão no contexto do Brasil, e assim pudesse receber as informações de cunho linguístico, elencadas a seguir. Dessa maneira, conjuga-se o aspecto geográfico ao linguístico. Foi feita uma extensa pesquisa em atlas já publicados para que a equipe chegasse à configuração pretendida pelo ALiMA, como representada na Carta Linguística 2, a seguir.



ATLAS LINGUÍSTICO DO MARANHÃO - ALiMA

CARTA LX



Item Lexical
Denominações Registradas
no Maranhão

XXX - "Pergunta"

Realizações em %

- Denominação 1
- Denominação 2
- Denominação 3
- Denominação 4
- Outras
- Não-obtida

O planejamento cartográfico levou em conta esses elementos e o desejo de tornar a cartografia do Atlas algo moderno, técnico, mas que não se tornasse de difícil leitura, podendo ser entendida também por um público não especializado. Assim sendo, as cartas do ALiMA são elaboradas em orientação do tipo paisagem e apresentam todos os elementos geográficos mencionados anteriormente. Na região à direita, constam as seguintes informações linguísticas, obedecendo a ordem em que estão, aqui, dispostas:

- Codificação da carta – composta pela letra inicial maiúscula indicativa do nível de análise linguístico em questão – F (fonético), L (semântico-lexical) e M (morfo sintático) – seguida do número que indica a sequência dos fenômenos estudados em cada nível de análise. Por exemplo, CARTA F1, CARTA L1, CARTA M1.
- Título da carta – corresponde ao item investigado, sendo considerada, para tanto, a forma padrão e, conseqüentemente, mantida a ortografia oficial da língua portuguesa. Essa opção facilitará a busca para o usuário não especializado.
- Questão concernente ao dado cartografado – corresponde à transposição da pergunta em foco com o número que lhe corresponde no questionário.
- Variantes registradas – apresentadas em ordem decrescente de produtividade²⁶, considerando-se, para tanto, seu percentual geral de ocorrência em todos os pontos de inquérito em que foram registradas. Adotamos para registro das variantes o mesmo critério adotado para o título da carta, isto é, o uso da forma padrão.

Para a elaboração das cartas, o ALiMA adotou os seguintes critérios:

(i) indicação dos percentuais em formato de gráfico do tipo pizza ou de barras verticais, considerando o volume de dados e as variáveis controladas;

(ii) uso de cores indicativas da produtividade das variantes, em ordem decrescente, obedecendo sempre o seguinte padrão de cor: vermelho, azul, amarelo e verde, para as quatro variantes de maior produtividade; cinza, para as variantes de menor percentual que são agrupadas sob o rótulo *Outras*, sendo especificado, assim, no comentário da carta, as informações concernentes a cada uma das variantes aglutinadas sob esse rótulo; branco será destinada ao percentual de respostas *Não-obtidas*.²⁷

²⁶Considerando a polissemia do termo produtividade (ver a esse respeito, dentro outros, Basílio et al. (1993)), ressaltamos que, neste estudo, esse termo remete exclusivamente à noção de índice de ocorrência, isto é, de uso.

²⁷ As respostas *Não-obtidas* correspondem às seguintes situações: (i) uso, pelo informante, de outro item lexical diferente do item objeto da questão (em se tratando do QFF) ou de um item que não corresponde ao conceito que lhe é apresentado (no caso QSL); (ii) pergunta invalidada porque o inquiridor, inadvertidamente, empregou na (re)formulação da pergunta o item almejado; (iii) casos em que o informante declara não saber ou não lembrar a denominação referente ao conceito que lhe é apresentado; e (iv) resposta não registrada por alguma razão de ordem técnica.

As cartas linguísticas do ALiMA estão sendo elaboradas pelo software *QGIS*, programa gratuito para gerenciamento de mapas.

3.2 O corpus de nossa pesquisa

O *corpus* analisado neste estudo foi extraído dos dados coletados pela equipe de pesquisadores do Projeto ALiMA, nos 16 municípios maranhenses que integram a rede de pontos de inquérito do atlas estadual e a 68 informantes (cf. Quadro 1 e Carta Rede de Pontos do ALiMA).

3.2.1 A seleção das questões

Considerando o tema de nossa pesquisa e nossos objetivos, do conjunto de instrumentos básicos usados pelo Projeto ALiMA – os três questionários (QFF, QSL e QMS), os TDS, as PM) e as QP –, selecionamos o QSL e, no âmbito deste, apenas uma área semântica: *Jogos e diversões infantis*, que abarca 16 questões (168 a 183). Assim, nosso objeto de análise é formado pelas respostas dadas pelos 68 informantes do ALiMA às seguintes questões do QSL:

- 168 – Como se chama a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado? *Mímica*.
- 169 – Como se chamam as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?
- 170 – *Como se chama o buraco redondo que se faz no chão para jogar com a _____ (cf. item 169)?²⁸
- 171 – Como se chama o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (*mímica*), que os meninos usam para matar passarinho?
- 172 – Como se chama o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha?
- 173 – *Como se chama a mistura feita com maisena, tapioca ou cola e vidro moído que se passa na linha do(a) _____ (c.f. item 172)?
- 174 – Como se chama um brinquedo parecido com o (a) _____ (cf. item 172), também feito de papel, mas sem varetas, que se empina ao vento por meio de uma linha?

²⁸ Usamos um asterisco para identificar as questões que foram acrescentadas ao QSL do ALiB pela equipe de pesquisadores do ALiMA.

- 175 – Como se chama a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
- 176 – Como se chama a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras?
- 177 – Como se chama uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado?
- 178 – Como se chama esse ponto combinado?
- 179 – Como se chama uma brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair?
- 180 – *Como se chama o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada?
- 181 – Como se chama uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce? *Mímica*.
- 182 – Como se chama uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás? *Mímica*.
- 183 – Como se chama a brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha (*mímica*) e vão pulando com uma perna só? *SOLICITAR DESCRIÇÃO DETALHADA*.

3.2.2 Procedimentos de análise dos dados

Objetivando melhor organizar nosso percurso em busca da diversidade de formas lexicais na área semântica investigada, decidimos manter, para realização de nossa análise, a proposta de Castro e Ramos (2020), que agrupam essas questões em dois blocos, considerando, para tanto, o foco das questões, isto é, se o conceito nelas apresentado se volta para uma diversão que requer um brinquedo²⁹ que, na maioria dos casos, é construído pela própria criança, como é o caso das questões 169, 170, 171, 172, 173, 174, 180, 181 e 182, que formam o primeiro bloco, ou se são jogos e brincadeiras de correr e pular, como as questões 168, 175, 176, 177, 178, 179 e 183, que compõem o segundo bloco. Fizemos, ainda, no interior desses blocos, microagrupamentos, considerando as questões que se inter-relacionam. Assim temos

²⁹ Tomamos, para efeito deste estudo, *brinquedo* como o objeto material para brincar, como bola, baladeira, papagaio, sucho, boneca, carro (cf. CASCUDO, 2012).

três microblocos: questões 169 e 170, e questões 172, 173 e 174, no primeiro bloco; e questões 175, 177 e 178, no segundo bloco. Considerando essa decisão, a análise não segue, necessariamente, a ordem em que as questões se apresentam no QSL.

Como o objetivo do ALiMA, com o QSL, é investigar a variação lexical no processo de nomeação de entidades do mundo biofísico e sociocultural, buscando obter a diversidade de formas lexicais que recobrem um mesmo conceito, os informantes foram estimulados a fornecer, durante a aplicação do questionário, todas as denominações que conheciam para cada conceito que lhes era apresentado, isso possibilitou a obtenção de mais de uma resposta, por um mesmo informante, para cada questão. Convém destacar que, como mencionado, a aplicação dos questionários foi realizada com a utilização de gravuras e a apresentação de *realia*, o que muito contribuiu para a compreensão das questões formuladas. Assim, no universo das 16 questões selecionadas, esse recurso foi usado para auxiliar a realização de 10 questões (ver Anexo de 1 a 9).

É com base nas respostas a essas 16 questões e considerando a variável espaço geográfico, que traçamos possíveis isoglossas no território maranhense. Isoglossa, como visto anteriormente, e de acordo com Ferreira e Cardoso (1994, p. 12-13), é “[...] uma linha virtual que marca o limite, também virtual, de formas e expressões linguísticas. As isoglossas podem delinear contrastes e conseqüentemente apontar semelhanças em espaços geográficos [...]”. Em se tratando de nossa pesquisa, como já assinalado, objetivamos examinar se o traçado de isoglossas, no domínio do léxico, isto é, de linhas de isoléxicas, reflete o processo de povoamento do Estado.

É importante frisar que, antes do tratamento estatístico dos dados, consultamos obras de cunho lexicográfico em busca de informações pertinentes que nos ajudassem quer seja a validar algumas formas lexicais usadas pelos informantes quer seja a melhor compreender nossos dados. Recorremos, portanto, a dicionários da língua portuguesa, tanto da lexicografia brasileira como da portuguesa, entre os quais se incluem o *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS; VILLAR, 2001), o *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa* (FERREIRA, 1999), o *Novíssimo Aulete dicionário contemporâneo da língua portuguesa* (AULETE, 2011), o *Novo dicionário Lello da língua portuguesa* (1996), referidos doravante como Houaiss, Aurélio, Aulete, Lello, respectivamente, e ainda obras lexicográficas mas de caráter regional como *A linguagem popular do Maranhão* (VIEIRA FILHO, 1979) e o *Dicionário de falares dos Açores: vocabulário de todas as ilhas* (BARCELOS, 2008). A essas obras adicionamos o *Dicionário do folclore Brasileiro* (CASCUDO, 2012), obra de

significativo valor sócio-histórico e cultural que muito contribui para uma melhor compreensão de nossas raízes e, conseqüentemente, de nossa identidade.

Ainda sobre a validação das formas coletadas, convém aclarar que, além das obras de cunho lexicográfico mencionadas, consideramos a descrição/explicação dada pelo próprio informante e a consulta a atlas já publicados e a teses, dissertações e artigos da área da Dialetoлогия e da Geolinguística.

Tendo em vista o polimorfismo constatado em nossos dados, decidimos fazer alguns agrupamentos de variantes. Para tanto, consideramos, em linhas gerais, os critérios explicitados a seguir. Nos casos em que houve alguma particularidade e que esses critérios não foram seguidos *ipsis litteris*, esse fato foi comentado quando da descrição e análise da questão em que isso ocorreu. Foram estes os critérios adotados que resultaram nos seguintes agrupamentos:

1. variantes morfo-fonética – reúnem-se sob este rótulo os casos de monotongação (*baladeira* > *baladêra*), de apagamento de segmentos (*pegador* > *pegado*);
2. formas no diminutivo ou no aumentativo – estão agrupadas com as formas não flexionadas em grau (*bola de gude* / *bolinha de gude*; *macaco* / *macacão* / *macaquinho*);
3. formas flexionadas em gênero – estão agrupadas com o masculino (*macaco* / *macaca*; *boneco* / *boneca*);
4. formas compostas por um sintagma nominal (N + SP), mas que foram usadas pelo informante com a supressão do N, isto é, com apenas o sintagma preposicional – estão agrupadas com o sintagma nominal completo (*bolinha de gude* / *de gude*).

Dessa forma, os itens agrupados serão representados, em gráficos, quadros e cartas, apenas por um rótulo que identifique o agrupamento. Levando em conta tais critérios de agrupamento, convém deixar claro como os percentuais foram computados. Nos gráficos, são apresentados os percentuais de todas as respostas consideradas válidas, além do percentual de respostas *Não-obtidas*³⁰. Já nas cartas linguísticas, os percentuais são apresentados de mesmo modo, com o acréscimo do rótulo “outras”, em que constam, agrupadas, todas aquelas respostas, consideradas válidas, mas que não figuram entre as quatro denominações mais produtivas. Nos quadros, evidenciamos todas as respostas válidas e também as *Não-obtidas*, em número de ocorrências.

³⁰ Cf. nota 24 sobre o que consideramos respostas *Não-obtidas*. Além dessas circunstâncias, consideramos como *Não-obtidas* aquelas denominações que não foram validadas.

Ainda com relação à análise, vale assinalar que quadros, gráficos e cartas linguísticas ilustram-na e que a comparação de nossos resultados com os de outros estudos de natureza geolinguística também ofereceram subsídios para nossos comentários.

3.3 Cartas linguísticas

Com a finalidade de possibilitar uma visualização mais completa acerca da variação dialetal, apresentamos cartas linguísticas que explicitam a distribuição das variantes documentadas no Maranhão, concernentes à área semântica objeto da pesquisa. As cartas, dependendo da variável ou variáveis sob controle, distribuem-se em dois tipos: cartas diatópicas e cartas isoléxicas.

As cartas diatópicas apresentam as formas lexicais registradas, por questão, distribuídas nos pontos de inquéritos tendo como objetivo, evidentemente, objetiva, assim, demonstrar a distribuição espacial das variantes no Estado e seus respectivos percentuais de ocorrência. É possível, dessa maneira, apresentar uma visão geral do processo de variação.

As cartas isoléxicas, por sua vez, ilustram as chamadas áreas linguísticas, isto é, mostram a distribuição espacial de uma determinada forma linguística, o que nos possibilita delimitar áreas que podem refletir traços do processo de povoamento do Maranhão, com base, como explicitado, em dados lexicais da área semântica *jogos e diversões infantis*, buscando, assim, ilustrar a divisão dialetal do Estado, tendo em vista que a divisão geopolítica dos estados e municípios obedece a critérios políticos e não linguísticos.

3.3.1 Organização dos dados, o processo de cartografia e o programa QGIS

O programa computacional QGIS, usado para a elaboração das cartas do ALiMA e também de nossas cartas, é um Sistema de Informação Geográfica (SIG), o programa é considerado um *software* livre³¹, isto é, permite que seus usuários editem seu código-fonte, efetuem modificações e o redistribuam. O programa possibilita a criação de mapas, com inserção de diversas camadas, além de permitir o acréscimo de dados de várias naturezas.

A versão que utilizamos é a QGIS3.16.3, uma versão considerada estável, compatível com Windows 10 e sistemas de 64 bits. Ressaltamos que já há versões mais atuais, mas nem todas estáveis, o fato de ser um *software* livre permite que surjam um fluxo constante de atualização, propiciado, também, pela quantidade de colaboradores que utilizam o código-fonte de programa, esses colaboradores atuam, dentre outras coisas: melhorando as versões e

³¹ O *software* pode ser baixado gratuitamente no site: https://qgis.org/pt_BR/site/.

corrigindo possíveis *bugs* de versões anteriores, contribuindo com o código fonte, com a documentação, além de suporte para novos usuários do programa, por meio de fóruns e comunidades.

O *software* possui moderada praticidade no manuseio e é gratuito, dois requisitos importantes para sua escolha. O programa possui todos os elementos gráficos essenciais de cartografia e, como dito, permite o acréscimo de dados, inclusive dados geolinguísticos, sendo assim utilizado para múltiplas finalidades. Convém assinalar que nossos dados foram inseridos sobre a base cartográfica produzida pela equipe de cartografia do ALiMA, para elaboração das cartas do atlas estadual (ver Cartas Linguísticas 1 e 2 – rede de pontos e carta-base do ALiMA), e que todas as cartas de nosso estudo foram elaboradas ad hoc para esta dissertação.

Para a organização dos dados, tanto para análise como para a posterior cartografia, utilizamos uma primeira planilha em formato excel, com filtros, que agilizam o trabalho de análise e permitem uma visualização completa dos dados da pesquisa, conforme podemos visualizar na Figura 19.

Figura 19 - Planilha de arquivamento de dados

	Estado	Localidade	Número da localidade	Informante	sexo	Escolaridade	Faixa etária	Questão 168	Questão 169	Questão 170
1										
2	Maranhão	São Luís	MA/01	1	M	Ensino fundamental	Faixa etária I	Carambola	Peteca; Bolinha	Borroca
3	Maranhão	São Luís	MA/01	2	F	Ensino fundamental	Faixa etária I	Carambola	Peteca; Bolinha	Redemoim
4	Maranhão	São Luís	MA/01	3	M	Ensino fundamental	Faixa etária II	Cambalhota	Bolinha; Peteca	Borroca
5	Maranhão	São Luís	MA/01	4	F	Ensino fundamental	Faixa etária II	Carambola	Peteca; Bolinha de Gude	Borroca
6	Maranhão	São Luís	MA/01	5	M	Ensino superior	Faixa etária I	Carambola; Carambola	Peteca; Bola de gude	Borroca
7	Maranhão	São Luís	MA/01	6	F	Ensino superior	Faixa etária I	Cambalhota; Carambola	Peteca	Borroca
8	Maranhão	São Luís	MA/01	7	M	Ensino superior	Faixa etária II	Cambalhota; Carambola	Peteca; Bolinha	Borroca
9	Maranhão	São Luís	MA/01	8	F	Ensino superior	Faixa etária II	Carambola	Bola de Gude	N.L.
37	Maranhão	Alto Parnaíba	MA/10	1	M	Ensino fundamental	Faixa etária I	Pulo Mortal	Peteca	Côco
38	Maranhão	Alto Parnaíba	MA/10	2	F	Ensino fundamental	Faixa etária I	Pulo Mortal	Peteca	Vala
39	Maranhão	Alto Parnaíba	MA/10	3	M	Ensino fundamental	Faixa etária II	Cambalhota	Peteca; Bola de gude	N.S.
40	Maranhão	Alto Parnaíba	MA/10	4	F	Ensino fundamental	Faixa etária II	Vira de cambute	Peteca	N.O.
69										
70										
71										
72										
73										

Fonte: Elaborada pelo autor.

Utilizamos uma segunda planilha para onde os dados são transpostos após minuciosa análise, seleção e organização, que leva em consideração o percentual de ocorrências e os possíveis agrupamentos, a tabela, em formato excel, pode ser observada na imagem, a seguir.

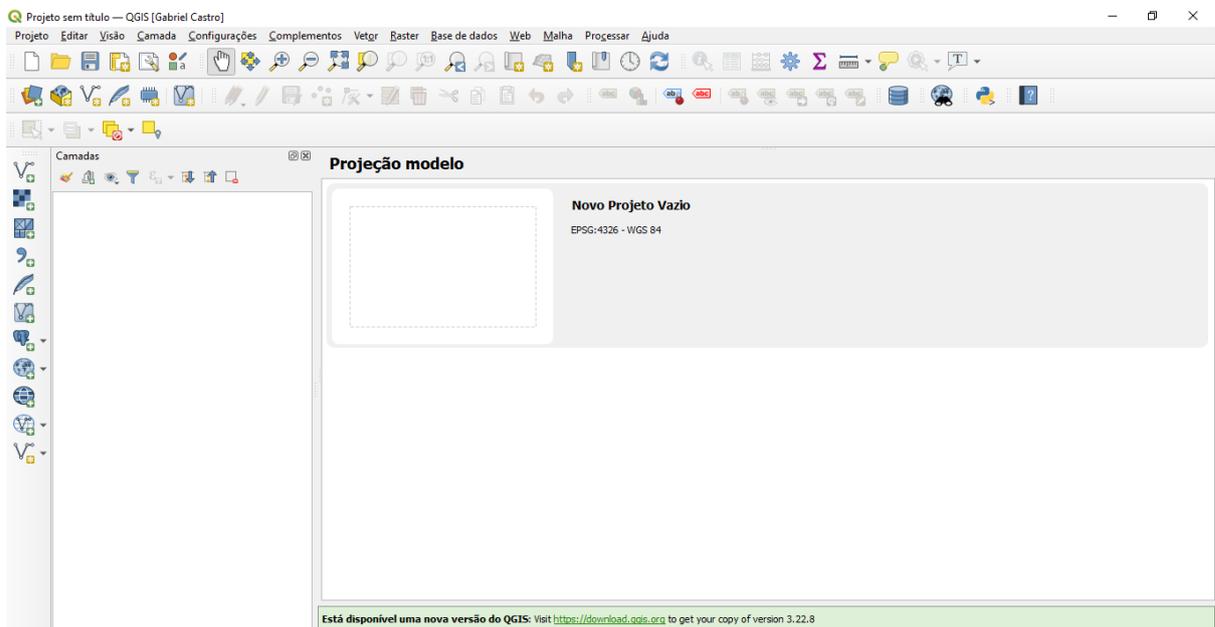
Figura 20 - Tabela de organização para a cartografia

QUESTÃO 168 Tipo de carta: DIATÓPICA									
	Carambela	Pulo mortal / Salto mortal / Mortal	Cambalhota	Bunda canastra	OUTRAS	NS	NL	NO	TOTAL por localidade
4 SÃO LUIS	7	0	3	0	0	0	0	0	10
5 RAPOSA	3	0	1	0	0	1	0	0	5
6 PINHEIRO	3	1	0	0	0	0	0	0	4
7 TURIAÇU	4	0	0	0	0	0	0	0	4
8 CARUTAPERA	4	0	0	0	0	0	0	0	4
9 IMPERATRIZ	1	0	1	2	0	0	0	0	4
10 CAROLINA	0	1	1	0	0	3	0	0	5
11 BALSAS	0	2	1	0	0	1	1	0	5
12 ALTO PARNAIBA	0	2	1	0	0	1	0	0	4
13 SÃO JOÃO DOS PATOS	0	1	0	3	0	0	0	0	4
14 CAXIAS	2	1	1	0	0	0	0	0	4
15 BREJO	2	0	0	0	0	1	1	0	4
16 ARAIOSES	3	1	0	0	0	0	0	0	4
17 BACABAL	3	0	1	0	0	0	0	0	4
18 CODÓ	3	2	1	0	0	0	0	0	6
19 TUNTUM	0	1	0	2	0	0	1	0	4
20 TOTAL por variante	35	12	11	7	7	3			75

Fonte: Elaborada pela Equipe de Cartografia do ALiMA.

Na Figura 21, a seguir, observamos a interface do programa, no qual podemos começar um projeto cartográfico do zero.

Figura 21 - Interface do Programa Qgis

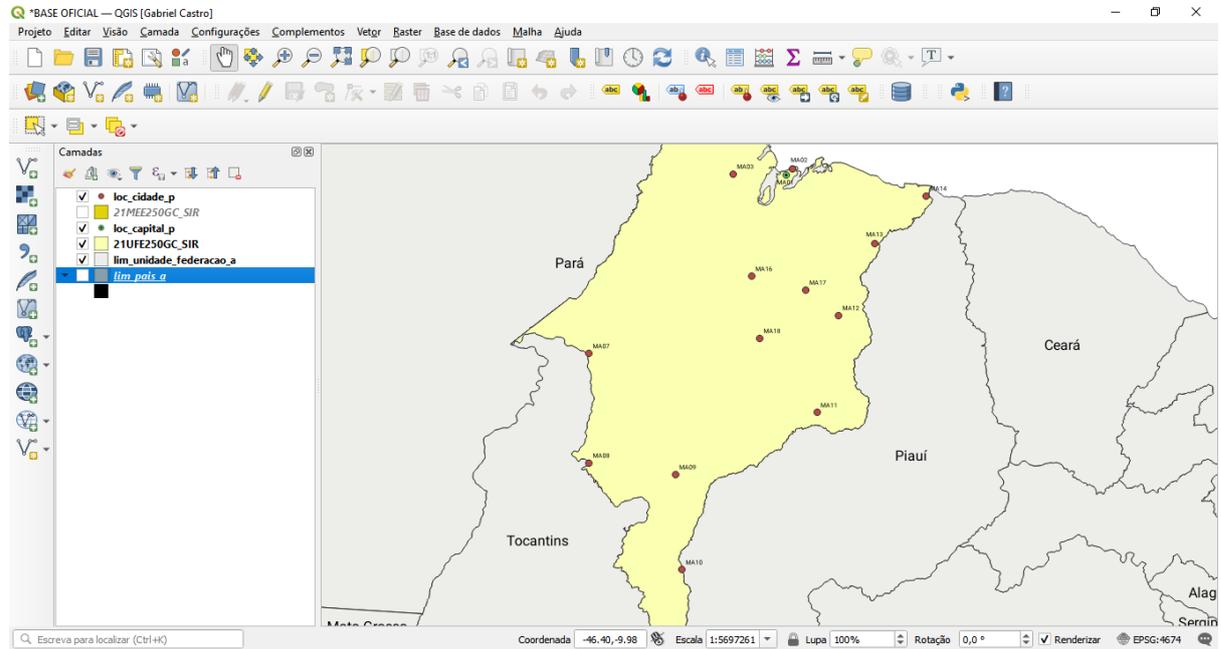


Fonte: Software Qgis.

No entanto, quando já contamos com uma base cartográfica, o trabalho é simplificado, pois sobre essa base, resta-nos inserir a informação linguística e outros detalhes de ordem de

ajustes, como modificação do título, quando necessário, e outras informações presentes na carta base, a seguir observamos uma imagem da base cartográfica sendo produzida.

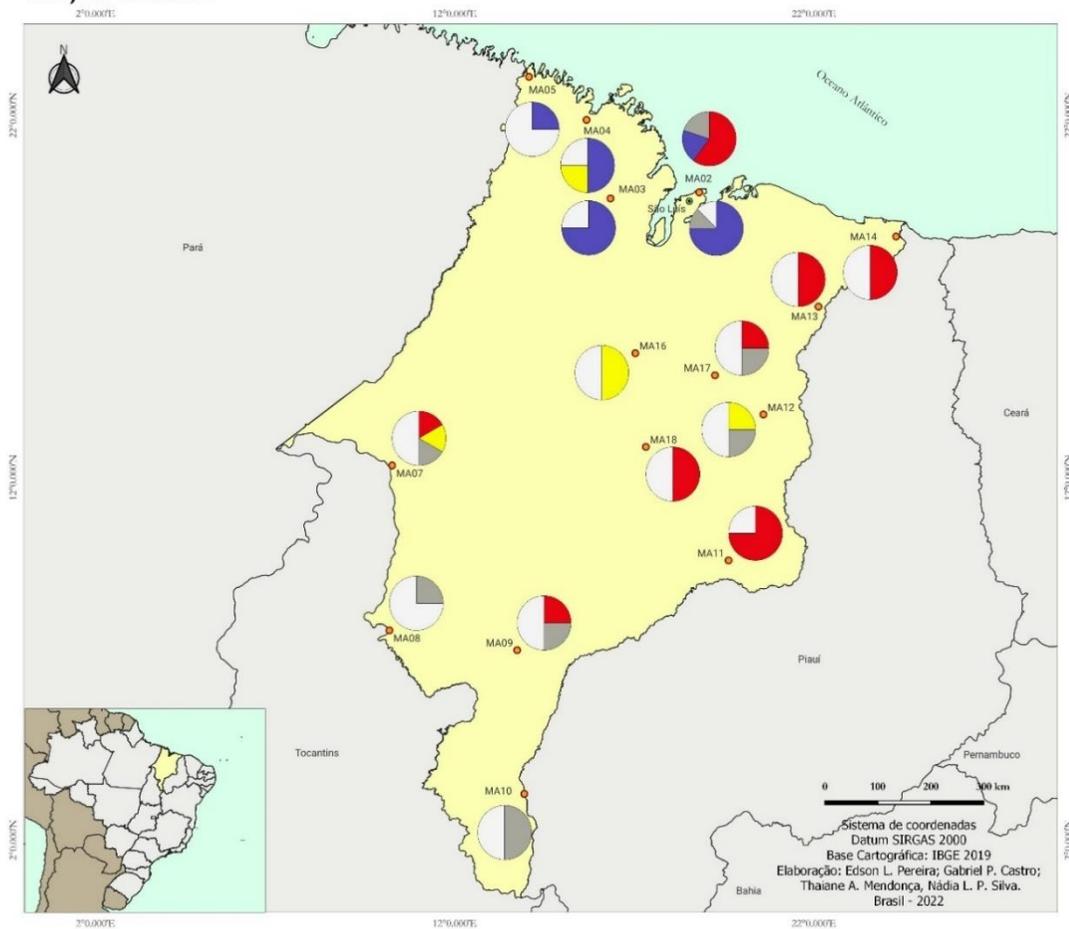
Figura 22 - Construção da Base Cartográfica



Fonte: Software *Qgis*.

Após a inserção dos dados linguísticos na carta, esta pode ser salva em diversos formatos, estando pronta para impressão. Com vistas a uma melhor visualização da carta, optamos por utilizar a orientação paisagem, seguindo as decisões do ALiMA. A Carta Linguística 3, a seguir, é um exemplo do nosso projeto final.

Carta Linguística 3 - Base cartográfica do nosso estudo (Adaptada do ALiMA)



CARTA L2

Item Lexical
Denominações Registradas
no Maranhão

XXX - "Pergunta?"

Realizações em %

- Denominação 1
- Denominação 2
- Denominação 3
- Denominação 4
- Outras
- Não-obtida

Síntese conclusiva

A presente seção detalhou todas as etapas que adotamos e que deram suporte ao desenvolvimento de nossa pesquisa. Foi possível observar, dentre outros, o *locus* de nosso estudo, os instrumentos para coleta dos dados, o nosso *corpus*, o perfil dos informantes e, por fim, o *software* que utilizamos para a confecção das cartas linguísticas. Essas informações são essenciais para uma melhor compreensão de todas as decisões que adotamos e que darão, certamente, maior sustentação para análise dos dados, a seguir.

4 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Nesta seção, dedicada à descrição e à análise das variantes lexicais registradas para as 16 questões da área semântica *jogos e diversões infantis* do QSL adotado pelo ALiMA, trazemos, inicialmente, mais subsídios que se somam aos já apresentados na Introdução, para justificar nossa opção pela área semântica selecionada, para, então, construirmos nossas análises.

4.1 Por que os jogos tradicionais?

Antes de tudo, é importante aclarar o que entendemos, para efeito deste estudo, por jogos³² tradicionais. São, segundo cremos, aqueles jogos que perpassam um determinado período da história, incorporam-se no imaginário popular, geralmente por meio da oralidade, tornando-se importante traço cultural e do folclore de um determinado povo (KISHIMOTO, 1999). Assim sendo, muitos jogos que fazem/fizeram parte da vida das pessoas no Brasil são oriundos do folclore, da crença popular e até mesmo das misturas étnicas que se processaram em nosso País. A esse respeito, é fundamental não perder de vista este comentário feito por Cascudo (2012, p. 133):

(...) Ignoramos qual a verdadeira participação africana e indígena nos brinquedos dos meninos brasileiros da época colonial. A mais alta percentagem dos brinquedos é europeia (...) Dos brinquedos materiais dir-se-á identicamente; o papagaio de papel, sua luta, o pião, suas batalhas, os arcos, o João-galamastro, a redução de animais, gente, mobiliário, tem ares de uso por todo o mundo, e no tempo desafiam as origens. A ideia do brinquedo brasileiro é apenas a modificação local. Na essência, o brinquedo mantém suas características ou seu dinamismo típico. De maneira geral as brincadeiras ou brinquedos brasileiros têm fundamentos em Portugal, e os processos de transmissão explicam-se pelo acréscimo de formas regionais, determinadas pela natureza ambiental ou grau de inteligência infantil. São formas novas obedecendo a fórmulas antigas, construção com um velho material, dando a ilusão do novo e do moderno.

Sendo assim, conectar o surgimento de um jogo no passado com suas motivações é tarefa árdua, tendo em vista que muito dos jogos que ainda hoje fazem parte do imaginário popular foram transmitidos oralmente, geração após geração, sofreram acréscimos, e de suas motivações pouco se sabe. Natural, portanto, que as brincadeiras e os brinquedos antigos com roupagem nova ganhem, ao longo do tempo, outras denominações e variações na forma de execução.

Com relação à finalidade do jogo, há diversas teorias que já tratam do assunto e que divergem entre si, sendo o jogo entendido como instinto, desejo, ou mesmo como preparação

³² Não é nosso propósito, neste estudo, definir os termos *jogo*, *brinquedo* e *brincadeira*, como o fazem alguns autores, a exemplo de Cascudo (2012), pois isso não é relevante para nossos objetivos e excederia o limite que nos impusemos.

para as etapas da vida. Todas essas teorias, segundo Huizinga (2007, p. 3), “[...] tendem mais a complementar-se do que a excluir-se mutuamente”. Não podemos negar, no entanto, que, “Através de uma atividade jogada, o indivíduo coordena, cria, raciocina, imagina e recria, acrescentando informações de forma satisfatória a suas potencialidades.” (PERFEITO; CERQUEIRA, 2011, p. 7); conseqüentemente, os jogos atuam, de forma direta no processo de formação do indivíduo. Quando consultamos a literatura da área, observamos que são bastante amplos os vieses e áreas de interesse que se debruçam sobre os estudos dos jogos e o desenvolvimento da criança. Kishimoto (1999), por exemplo, apresenta teorias de diversas áreas do saber, como pedagogia, psicologia, linguística, demonstrando assim a influência dos jogos infantis para o desenvolvimento da criança e sua sociabilização.

Entretanto, é fato consabido que os jogos infantis mais tradicionais têm perdido considerável espaço para outras formas de lazer, dentre outros motivos, como assinalam Perfeito e Cerqueira (2011, p. 3), destacam-se a falta de espaço apropriado, a violência, a utilização da tecnologia como meio de diversão e, principalmente, “a banalização da rua como um local de ‘vagabundos’”.

Seguindo essa diretriz, à medida que as crianças vão deixando de brincar com esses jogos tradicionais, a tendência é que estes desapareçam e com eles a cultura transmitida de geração a geração. Portanto, investigar as denominações das brincadeiras tradicionais é também uma forma de preservar a memória cultural de um povo, para que essa riqueza não se perca.

4.2 Jogos e diversões infantis no Maranhão: o que mostra o léxico acerca do processo de povoamento do Estado

Antes de iniciarmos a descrição e a análise das variantes lexicais registradas para as 16 questões da área semântica *jogos e diversões infantis*, convém aclarar que as questões foram analisadas como indicado na metodologia, ressaltando-se que, tendo em vista nossos objetivos, nosso foco primeiro na análise é a distribuição diatópica das variantes lexicais coletadas. Ressaltamos, ainda, que começamos nossa análise pelo primeiro grande bloco de questões, isto é, o bloco formado pelas questões concernentes à diversão que requer um brinquedo que, em geral, é construído pela própria criança. No interior desse bloco, partimos do bloco menor formado pelas questões 169 e 170.

4.2.1 O Maranhão joga *peteca*

Com relação à questão 169, que apura a denominação para “as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar”, foram registradas 94 ocorrências em todo o Maranhão, distribuídas em seis formas: *peteca*, *bolinha*, *bola de gude*, *bolinha de gude*, *de gude*

e *biloca*, que se encontram assim agrupadas: (i) *peteca*, (ii) *bola/bolinha de gude/de gude*, (iii) *bolinha*³³ e (iv) *biloca*. Dessas formas, *peteca* é a forma amplamente conhecida em todo o Estado, sendo reconhecida em todos os municípios, por todos os informantes; a exceção fica por conta de um único informante de São Luís, trata-se do homem, da faixa etária II, universitário. Desse modo, essa forma perfaz um total de 67 ocorrências (71,3%). O quadro, a seguir, apresenta as denominações registradas no Maranhão.

Quadro 2 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 169

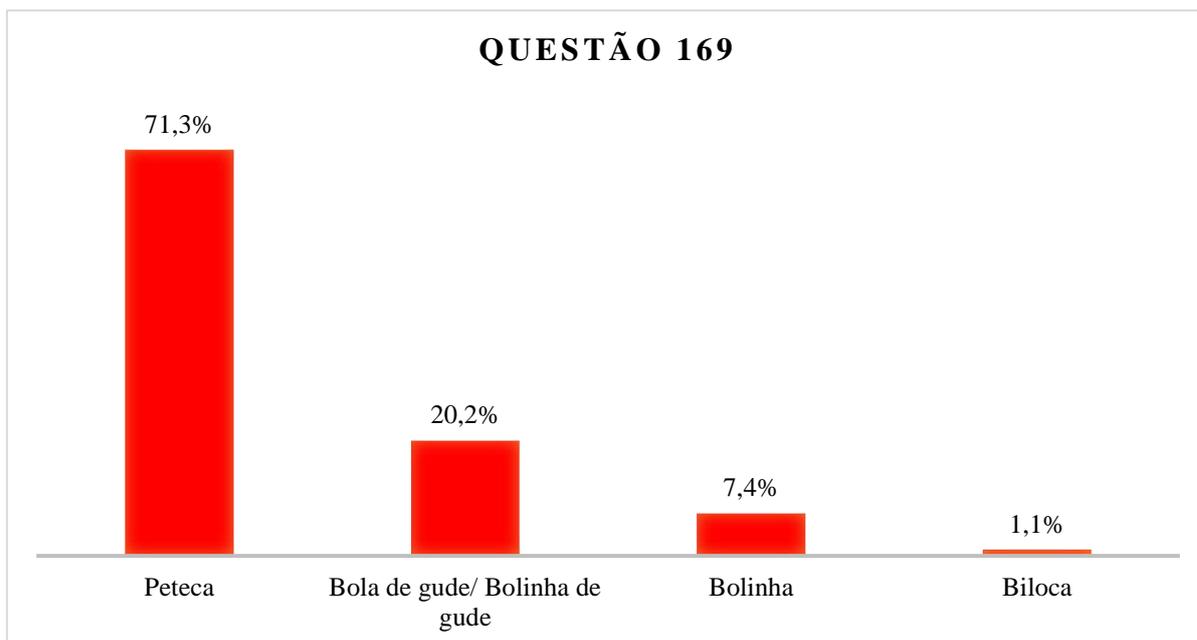
Municípios	Peteca	Bola/bolinha de gude/ de gude	Bolinha	Biloca
São Luís	7	3	4	0
Raposa	4	1	3	0
Pinheiro	4	0	0	0
Turiaçu	4	1	0	0
Carutapera	4	1	0	0
Imperatriz	4	3	0	0
Carolina	4	0	0	0
Balsas	4	1	0	0
Alto Parnaíba	4	1	0	0
Tuntum	4	0	0	0
Bacabal	4	1	0	0
S. J. dos Patos	4	1	0	0
Codó	4	2	0	0
Caxias	4	2	0	1
Brejo	4	2	0	0
Araioses	4	0	0	0
Total	67	19	7	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

O agrupamento *bola/bolinha de gude/de gude* conta com 19 ocorrências (20,2%), sendo suas formas registradas em todas as mesorregiões do Maranhão, sem qualquer condicionamento diatópico; enquanto *bolinha*, com sete ocorrências (7,4%), concentra-se na mesorregião Norte, sendo quatro registros em São Luís e três em Raposa. Temos ainda *biloca*, com apenas um registro (1,1%), na fala do informante homem da faixa etária II, de Caxias. No gráfico, a seguir, observamos a distribuição das denominações no Maranhão, considerando os pontos de inquérito.

³³ Optamos, neste caso, por não agrupar a forma *bolinha*, que ocorreu em um SN com apenas o elemento nominal, isto é, o núcleo (*bolinha*) sem qualquer elemento limitador do núcleo, por entendermos que o falante que usou essa denominação pode não conhecer ou mesmo usar o item *gude*.

Gráfico 1 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 169



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

No que concerne à lexia complexa *bola/bolinha de gude*, convém ressaltar que essa variante não constitui entrada (principal) nas obras lexicográficas pesquisadas, entretanto aparece como entrada secundária do verbete **bola** no Houaiss (p. 479), com a marca *brasileirismo* e a seguinte definição: “(...) **1** pequena esfera vítrea us. no jogo de gude; bolinha”. O substantivo *gude*, por sua vez, é dicionarizado como entrada (principal) nas obras lexicográficas pesquisadas, sendo definido, no Houaiss (p. 1495), como: “(...) **1** jogo infantil com bolinhas de vidro que, num percurso de ida e volta, devem entrar em três buracos dispostos em linha reta, saindo vencedora a criança que chegar primeiro ao buraco inicial”. Com relação à etimologia, tanto o Houaiss como o Aurélio informam que *gude* provém do provincianismo minhoto *gode* ‘pedrinha redonda e lisa’. Convém ressaltar que *gude*, nas obras citadas, recebe a marca *brasileirismo*. Outro dado interessante acerca da variante *bola de gude/bolinha de gude* nos é fornecido pelo ALiB (CARDOSO *et al.*, 2014, p. 271)³⁴, em suas seis cartas dedicadas a esse item e em especial na Carta L18- BOLINHA DE GUDE. Como podemos observar nessa carta, que registra as denominações nas capitais, *bola/bolinha de gude* é a denominação predominante em quase todas as capitais situadas no litoral brasileiro, com exceção de São Luís, Fortaleza e Natal. Em São Luís, as variantes *bolinha de gude* e *peteca* concorrem e apresentam

³⁴ Como reiteradamente mencionamos as cartas do Atlas Linguístico do Brasil – ALiB e de outros atlas (estaduais e um regional), optamos por, após a primeira citação do atlas em questão (que traz a informação de autor, data de publicação e página mencionada), referir-nos à obra usando sua sigla e indicando entre parênteses apenas a página da carta por nós citada. Exemplo: ALiB (p. 217).

percentuais de realizações idênticos, 50%. A contribuição das informações etimológica e histórica e os resultados do atlas nacional nos ajudam a melhor compreender nossos resultados. Como ressalta Nascentes (1953 [1922]), as grandes linhas de penetração da civilização no Brasil explicam como se deu o povoamento de nosso País, com o elemento europeu implantando-se no litoral e daí irradiando em direção ao interior. Segundo o autor, “(...) Há dois focos de irradiação mais importantes: S. Paulo e Pernambuco. Segue-se-lhes a Bahia. Vem depois S. Luís do Maranhão, o Amazonas e o Rio de Janeiro. (...) A S. Luís do Maranhão se acha vinculada a colonização da Amazônia.” (p. 19).

A presença expressiva da forma *peteca*, registrada tanto no Houaiss como no Aurélio, com a marca de regionalismo do PA, variante de *gude*, reforça esse elo entre São Luís e a Amazônia, em termos da colonização, a que alude Nascentes. Ainda com relação a esse vínculo, convém frisar que a Carta L56 do Atlas Linguístico do Amapá – ALAP (p. 184) registra *peteca* com 86% de realizações no Estado. Somam-se a esses dados os resultados apresentados na Carta L18 do ALiB que nos dão pistas, também, para um melhor entendimento da vitalidade dessa variante em São Luís, onde conta com sete ocorrências, o que implica dizer que dos oito informantes ludovicenses apenas um não mencionou essa forma. Esses dados nos levam a crer que São Luís ora se aproxima do que o ALiB vem registrando ao norte ora ao nordeste³⁵.

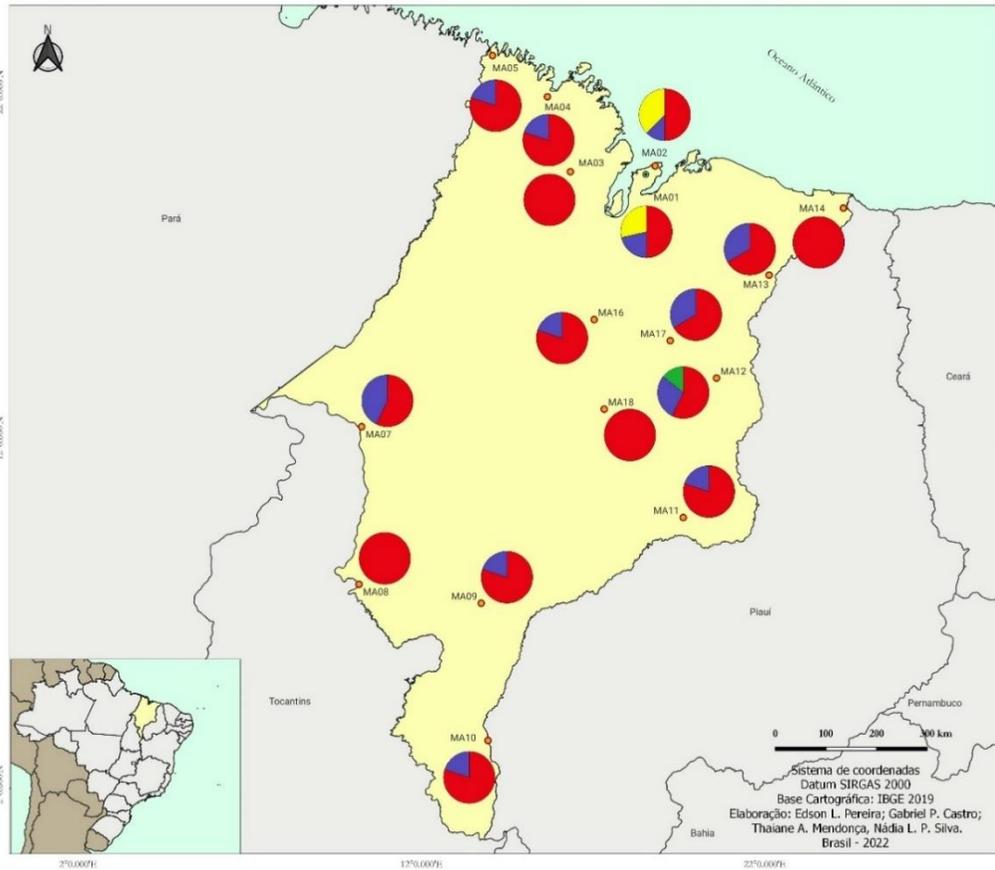
A forma *bolinha*, por sua vez, parece ter como motivação denominativa as próprias características desse brinquedo, o seu tamanho, especificamente. *Biloca*, documentada em apenas um ponto de inquérito (Caxias, informante da faixa etária II) e com um único registro, está dicionarizada. De acordo com o Houaiss (p. 453), *biloca* é um regionalismo de Goiás; é “[...] gude jogado ger.com cinco buracos”. Ainda segundo esse dicionário, essa forma é também usada para denominar esses buracos. O Aurélio (p. 300) também registra *biloca* como regionalismo de Goiás, definindo-a como “[...] Jogo em que os contendores usando o polegar e o indicador, procuram, como num piparote, atirar botões num pequeno buraco.”. Considerando a definição do Aurélio, podemos observar que no jogo seja com botões seja com bolinhas de gude há semas comuns, como a existência de buracos e o uso do polegar e do indicador para realizar alguns movimentos. No Aulete, encontramos a forma *bila*, como regionalismo do Ceará, variante de *bola de gude*. Esse registro nos leva à formulação da seguinte hipótese: *biloca* é uma derivação de *bila* (*bila* + *-oca*), em que o sufixo *-oca* é usado para a formação do diminutivo. Finalmente, cabe frisar que as Cartas L18b e L18e do ALiB registram a variante *biloca* em Natal e Goiânia.

³⁵ A respeito da integração entre São Luís e as capitais do Norte, ver Cardoso (2016).

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *peteca* acerca do povoamento do Maranhão

A questão apesar de demonstrar que o Maranhão prefere *peteca* a *bolinha de gude*, não apresenta indicativos mais aprofundados de que esse item da área semântica *jogos e diversões infantis* sofreu influência das frentes povoadoras, ou que, se houve, já há uma uniformidade nas denominações utilizadas nas duas porções territoriais ocupadas nos processos de povoamento do estado do maranhense. A questão nos mostra, ainda, um fato relevante sobre o caráter de transitoriedade Maranhão, em especial de São Luís, como vimos, segundo os dados apresentados, a Capital ora se aproxima do Norte brasileiro (falar amazônico) ora do Nordeste. A seguir, apresentamos a carta linguística que sistematiza todas as ideias apresentadas durante esta questão.

Carta Linguística 4 – Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *peteca*



CARTA L1

Bolinha de gude
Denominações Registradas
no Maranhão

169 - "Como se chama as coisinhas redondas de vidro com que os meninos gostam de brincar?"

Realizações em %

- Peteca
- Bola de gude/ Bolinha de gude
- Bolinha
- Biloca
- Outras
- Não-obtida

4.2.2 *Buraco, borroca e casinha*

As respostas dadas à questão 170 “Como se chama o buraco redondo que se faz no chão para jogar com a _____ (c.f. item 169)”, apresentam um grande polimorfismo; no entanto, boa parte das formas lexicais registradas configuram-se como *hápax*, isto é, formas lexicais registradas na fala de apenas um informante, respondendo, neste caso, cada uma delas por 1,4% das realizações. Além de várias denominações que só foram registradas uma única vez, observamos também um percentual considerável de não-resposta, alcançando um total de 30 informantes, que declararam não saber ou não lembrar como se chama o item objeto desta questão. Dentre as formas que não se configuram como *hápax*, temos três agrupamentos: (i) *buraco/buraquinho*, (ii) *borroca/borroquinha* e (iii) *casa/casinha*.

Das respostas obtidas, aquela que apresenta maior percentual de ocorrências é *buraco*, com 14 registros, seguido de perto por *borroca*, lembrada por 13 informantes. O quadro, a seguir, demonstra a distribuição de cada uma das denominações registradas para essa questão.

Quadro 3 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 170

Municípios	Buraco	Borroca	Casa	Caçapa	Redemoinho	Vala	Poço	Coco	Fono	Bura	Triângulo	N.O.
São Luís	0	6	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Raposa	3	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Pinheiro	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Turiaçu	0	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Carutapera	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Imperatriz	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	3
Carolina	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
Balsas	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Alto Parnaíba	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Tuntum	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Bacabal	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
S. J. dos Patos	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Codó	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Caxias	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Brejo	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Araíoses	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Total	14	13	4	1	1	1	1	1	1	1	1	31

Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Essas denominações, expostas no quadro anterior, são aquelas consideradas válidas, além dessas, registramos três formas: *brule*, *xibiu* e *lua*, que não foram consideradas válidas. Com relação a primeira, não conseguimos encontrar respaldo em nenhuma das obras lexicográficas pesquisadas, e seu baixo percentual de uso (apenas uma vez), não nos permitiu possuir mais indícios que pudessem embasar seu uso como resposta para a questão 170. Já com relação a segunda, cremos, pela descrição apresentada, que se trata de um outro jogo que se joga com a *peteca*, o percentual de uso, também, nos fez crer nessa hipótese. A transcrição se encontra, a seguir.

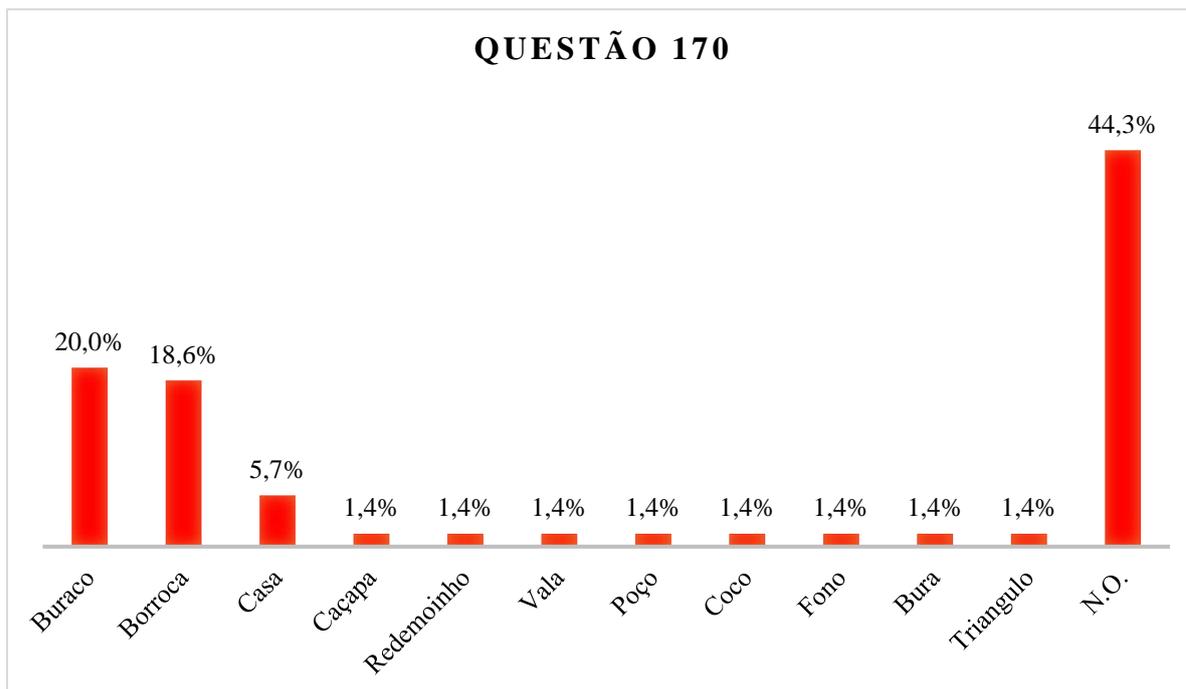
- (1) INQ. – ... o buraco redondo que se faz no chão para jogar com a _____ (c.f. item 169) ? Já viste eles fazendo isso? Eles fazem três buracos, assim, aí joga a peteca.
 INF. – Não, só um assim.
 INQ. – Só um?
 INF. – Eles fala lua, é.
 INQ. – É? Como é que falam?
 INF. – Lua. Eles fazem só um, aí bota as peteca e cada um vai... Que é pra tirá de dentro. (mulher, faixa etária I, Carolina.).

Já com relação a *xibiu*, a informante é taxativa ao dizer que não sabe (o que pode ser percebido por “não, não sei não”), mas, na sequência, apresenta a denominação *xibiu*, sem, no entanto, muita convicção. Pelo percentual de respostas e pelos dicionários consultados não apresentarem a mesma aceção para a questão 170, decidimos pela não validação.

- (2) INQ. – Elas gostam de brincar, elas fazem um buraco assim no chão, né? Que elas jogam... Qual o nome desse buraco (cf. item 169)?
 INF. – Não, não sei não, como é o nome não. xibiu, xibiu.
 INQ. – O nome do buraco, né?
 INF. – Uhum. (mulher, faixa etária I, Tuntum).

A seguir, apresentamos no Gráfico 2, os percentuais de cada uma das denominações consideradas válidas.

Gráfico 2 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 170



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Como podemos observar, *buraco* obteve 20% das ocorrências, isto é, foi registrada por 14 informantes, três deles em Raposa e São João dos Patos, dois em Brejo e Araisos e um em Imperatriz, Balsas, Tuntum e Codó. Destacamos que, apesar de ser a denominação mais recorrente nos pontos de inquérito, essa é uma forma lexical cujo sema já se faz presente na formulação da questão. O informante, na ausência de uma outra denominação, e para, talvez, não deixar a pergunta sem resposta, nomeia o item que lhe apresentado usando a forma já presente na questão.

Já *borroca*, com 13 registros (18,6%), foi a segunda forma mais usada nos pontos de inquérito. O que chama atenção é que esta forma foi recolhida apenas em municípios mais ao norte maranhense, seis dessas ocorrências foram registradas em São Luís, uma em Raposa e três em Pinheiro, municípios da Mesorregião Norte Maranhense, e, ainda, registramos a forma duas vezes em Turiaçu e uma em Carutapera, municípios da mesorregião Oeste Maranhense. Como vemos, todos os municípios que conhecem o item como *borroca* se localizam mais ao norte do Estado, o que pode sugerir ser essa a forma mais conhecida nos municípios cujo povoamento se deu via Frente Litorânea ou que têm algum relação com essa Frente, em termos de processo de ocupação. Em se tratando de Raposa, que não tem sua origem ligada a essa Frente, não podemos desconsiderar sua localização – mesorregião Norte, microrregião Aglomeração Urbana de São Luís – e, conseqüentemente, sua proximidade de São Luís.

Em *A linguagem popular do Maranhão*, obra de cunho regional, encontramos o seguinte registro sobre *borroca*:

Jogo infantil com bola de gude ou castanha de caju. *Borroca* propriamente dito é um buraco aberto no sítio em que as crianças estão jogando. Abon. “Ora, criança, ele vai ‘pisá’ as ‘borrocas’. (...) Em outros tempos no Maranhão a forma conhecida era *barroca*. Em *A Flecha*, ed. de 13-1-1880 está: “... durante o dia laçando [...] jogando a barroca...” (VIEIRA FILHO, 1979, p. 28).

Como podemos observar na citação, a forma dicionarizada *barroca* já aparece registrada no jornal maranhense *A Flecha*³⁶, em sua edição de 13 de janeiro de 1880. No Aurélio (p. 274), encontramos no verbete *barroca*, acepção 2, a seguinte definição: “*Bras.* Cova feita por enxurradas; barranco, barroco”. O Houaiss (p. 409) também traz *barroca*, acepção 4, com a marca *brasileirismo* e a seguinte definição: “escavação formada por erosão das águas; cova, barranco”. O Aulete (p. 205), por sua vez, também traz a mesma definição, embora sem a marca *brasileirismo*.

A pesquisa nos dicionários e na obra de Vieira Filho nos leva a inferir que: (i) *borroca* é uma variação morfo-fonética de *barroca* e (ii) *barroca* > *borroca* compartilha com o referente em causa um traço comum, *cavidade*.

A denominação *casa/casinha* obteve um total de quatro registros, um em Turiaçu, dois em Bacabal e um em Caxias, configurando-se, assim, dentre as respostas válidas, como aquela com terceiro maior percentual de ocorrências, 5,7%. Nossa hipótese, para validar essa variante, sustenta-se na ideia de que o buraco em que as bolinhas de vidro devem ser encaixadas durante o jogo, a *borroca*, compartilha o traço *espaço que abriga* com a forma *casa* e seu diminutivo *casinha*. Vale acrescentar que *casa* é também a fenda no vestuário pela qual passa o botão, e que, no universo de jogos como xadrez e dama, *casa* corresponde a cada uma das divisões dos tabuleiros em que ficam as peças do jogo.

Registramos ainda, conforme podemos ver a distribuição no Quadro 2, outras oito denominações que constituem o grupo das *hápax*, a saber: *bura*, *caçapa*, *coco*, *fono*, *poço*, *redemoinho*, *triângulo* e *vala*. Todas essas formas estão dicionarizadas, exceto *bura*, *brule* e *fono*, mas as acepções registradas não correspondem ao conceito de *borroca*. Isso significa dizer que temos nesse universo de dicionarizadas casos de ampliação ou extensão do significado, como vemos a seguir.

³⁶ *A Flecha* foi criado no período conhecido como *fase industrial* ou de *grande imprensa* maranhense, com a colaboração do escritor maranhense Aluísio Azevedo, que nele mantinha uma coluna. O periódico foi considerado o primeiro jornal caricatural e anticlerical da imprensa maranhense.

Caçapa, registrada em Imperatriz por um homem jovem, que também denominou o referente como *buraco*, parece apresentar uma relação direta com outro jogo, a sinuca, que possui seis buracos com redinhas em sua extremidade onde se deve colocar as bolas. Caso semelhante observamos com *triângulo*, forma registrada em Caxias por um informante homem jovem, parece remeter a um outro jogo em que também se usa a *peteca*, mas que não requer a construção da *borroca* para ser realizado.

Vala e poço, registradas, respectivamente, em Alto Parnaíba, pela mulher jovem, e em Raposa, pelo homem jovem, compartilham com o referente em causa um traço comum, *cavidade*.

Quanto a *redemoinho*, registrada em São Luís, cremos que a explicação dada pela informante nos possibilita validar sua resposta, conforme pode ser visto a seguir:

- (3) INF. – Redemoin... É redemoin que eles chamu. É um buraquinho que eles fazem, pra jogar a petequinha dentro do buraquinho (Mulher, faixa etária I, São Luís, nível de escolaridade fundamental incompleto).

Com relação à forma *coco*, o informante aparenta ter convicção da denominação relativa ao conceito, conforme evidencia sua fala:

- (4) INF. – Coco.
 INQ. – Hã?
 INF. – Coco.
 INQ. – O buraco?
 INF. – Uhn rû.
 INQ. – Chama coco?
 INF. – Uhn rû (homem, faixa etária II, Alto Parnaíba).

Quanto à forma *fono*, observamos que a carta 105 do Atlas Linguístico da Paraíba – Alpa (ARAGÃO, 1984, p. 134), que apresenta as denominações para *bolinha de gude*, registra a forma *fona*, forma essa também registrada pelo ALiB em João Pessoa, como *bola de fona* (cf. Carta L18b do ALiB), e dicionarizada. No Aurélio (p. 925) temos: “**Fona**⁴. *S.f. Bras.* Prisma de madeira que se usa em jogo, atirando-o para o ar, e cuja face superior indica, depois da queda, se o jogador perdeu ou ganhou”. Convém destacar que encontramos no Houaiss (p. 1367) na entrada ¹**fona**, acepção 2, a mesma definição que consta no Aurélio, apenas sem a marca de regionalismo. Esses registros, tanto do Alpa como dos dicionários, levam-nos a supor que *fono*, forma documentada no sul do Maranhão, no município de Carolina (ponto MA08), pode ser uma variante morfo-fonética de *fona*. Se nossa hipótese se confirmar, teremos aí uma denominação via processo metonímico: *fona*, a bola usada no jogo, nomeando o lugar em que ela é jogada, a *borroca*.

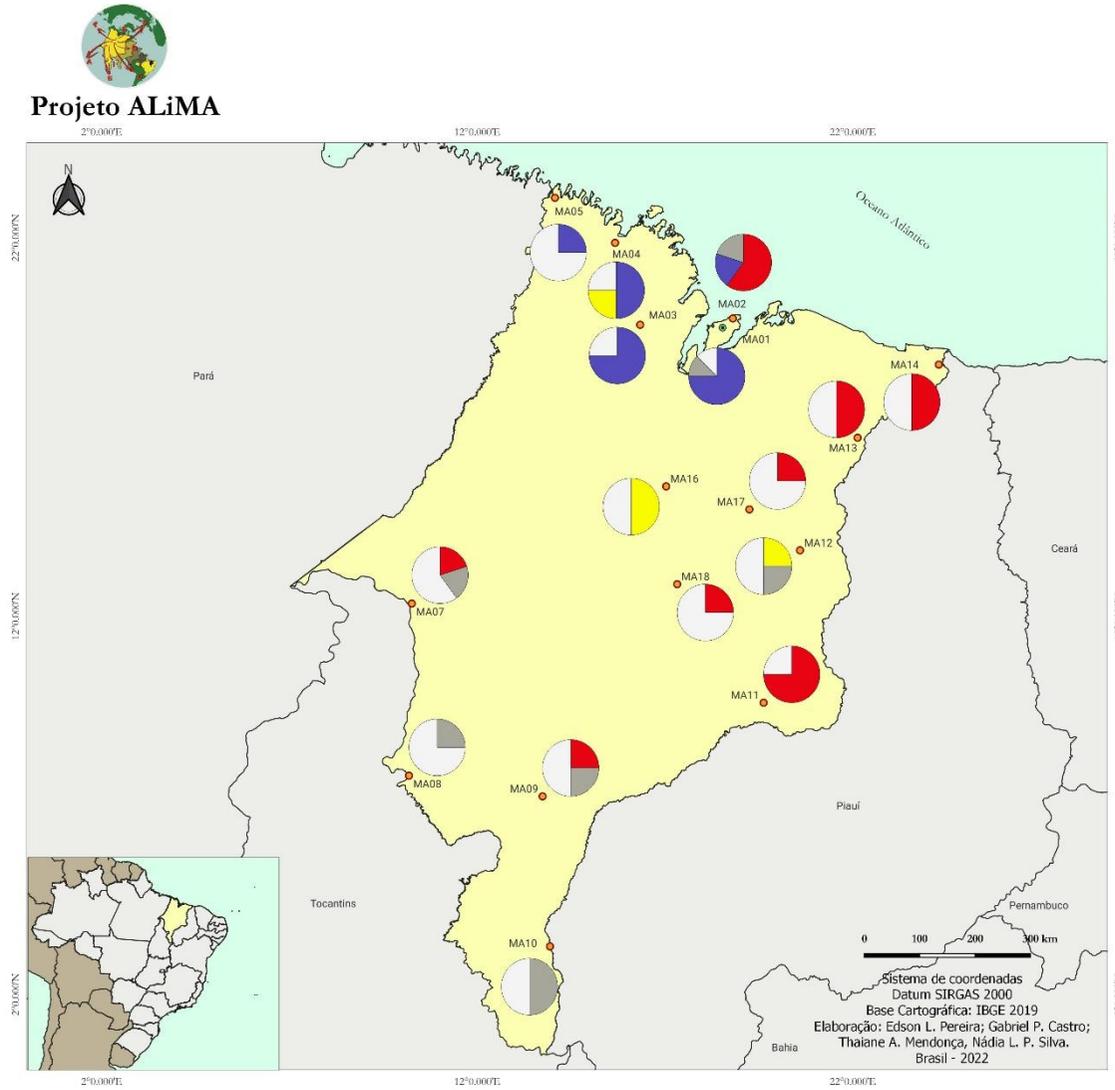
Com relação à forma *bura*, também documentada no sul do Maranhão, em Balsas, cremos que pode tratar-se de um caso de redução da proparoxítona (*búraca* > *bura*), tendo em

vista o registro que encontramos no Houaiss (p. 529): “búraca s.f. LUD RJ 1 pequena cova que se abre na terra para jogar gude; imba, boco”. O Lello (p. 298) registra *buraca*, definindo-a como cova, o que reforça nossa hipótese de redução da forma seja ela considerada uma proparoxítona (*búraca*) seja uma paroxítona (*buraca*).

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *borroca* acerca do povoamento do Maranhão

Com relação à *borroca*, a questão 170 nos apresenta resultados curiosos, como o fato de registrar mais não-respostas e denominações com extensão semântica do que uma denominação mais específica para o conceito. Nossas pistas ficam por conta do item *borroca*, com 13 ocorrências, todas elas registradas em municípios localizados mais a norte do Maranhão, este é um forte sinal que demonstra a zona de influência da Frente Litorânea nesses municípios, de modo que nos municípios surgidos a partir da Frente Pastoral a denominação em questão não foi registrada uma única vez, demonstrando desconhecimento, pelos informantes, dessa forma lexical. Por fim, na sequência, apresentamos a carta diatópica dessa questão, com a distribuição das denominações.

Carta Linguística 5 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *borroca*



CARTA L2

Borroca Denominações Registradas no Maranhão

170 - "Como se chama o buraco redondo que se faz no chão para jogar com a _____ (cf. item 169)?"

Realizações em %

- Buraco
- Borroca
- Casa
- Outras
- Não-obtida

4.2.3 No céu do Maranhão vemos *pipas* e *papagaios*

O segundo microbloco de nossa análise é formado pelas questões 172, 173 e 174. Nesse microbloco, as questões 172 e 174, como veremos ao longo desta subseção, contabilizam, cada uma, oito formas, das quais sete são comuns às duas questões. A questão 173, por sua vez, inter-relaciona-se com a 172.

Começamos pela questão 172, que apura as denominações para o conceito “brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha”, e que obteve um total de oito formas: *papagaio*, *pipa*, *curica*, *balão*, *sura*, *arraia*, *andorinho*, *rabiola*. As duas primeiras são as mais produtivas e concorrem na maioria dos pontos de inquérito do Maranhão, com leve vantagem em termos de ocorrência para *papagaio*, como podemos observar no Quadro 4, a seguir.

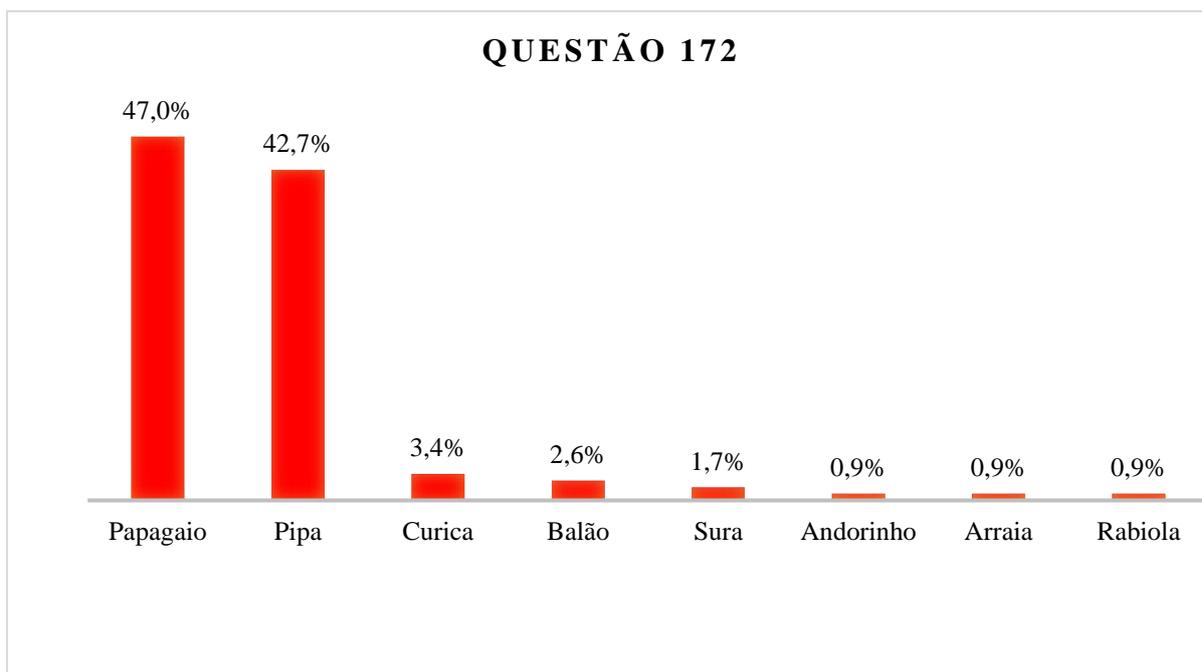
Quadro 4 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 172

Municípios	Papagaio	Pipa	Curica	Balão	Sura	Andorinho	Arraia	Rabiola
São Luís	7	8	0	0	1	0	0	0
Raposa	4	2	1	0	0	0	0	0
Pinheiro	4	2	0	0	0	0	0	0
Turiaçu	3	3	0	0	0	1	0	0
Carutapera	3	4	0	0	0	0	0	0
Imperatriz	4	4	1	0	0	0	0	0
Carolina	3	3	1	1	0	0	0	0
Balsas	2	3	0	0	0	0	0	0
Alto Parnaíba	2	2	0	1	0	0	0	0
Tuntum	2	4	0	1	0	0	0	0
Bacabal	4	3	0	0	0	0	0	0
S. J. dos Patos	4	0	0	0	0	0	1	0
Codó	4	2	1	0	0	0	0	1
Caxias	3	4	0	0	0	0	0	0
Brejo	3	4	0	0	1	0	0	0
Araioses	3	2	0	0	0	0	0	0
Total	55	50	4	3	2	1	1	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Os três dicionários gerais da lexicografia brasileira que foram consultados registram tanto *papagaio* como *pipa* com a acepção correspondente ao conceito que foi apresentado aos informantes na formulação da pergunta. Os percentuais de uso de cada denominação podem ser observados no Gráfico 172 que segue este parágrafo.

Gráfico 3 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 172



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Papagaio, como podemos observar no Gráfico 3, obteve um total de 47% dos registros, respondendo por um total de 55 ocorrências distribuídas pelo Maranhão, como mostra o Quadro 4, estando presente em todos os municípios, mesmo não sendo a única forma conhecida pelos informantes. Em seis dos 16 pontos de inquérito – Raposa, Pinheiro, Imperatriz, São João dos Patos, Codó e Bacabal –, a variante *papagaio* foi mencionada por todos os informantes. *Pipa*, por sua vez, apresenta 42,7% das ocorrências, sendo, assim como *papagaio*, a forma mencionada por todos os informantes em seis dos 16 pontos de inquérito, a saber: São Luís, Carutapera, Imperatriz, Tuntum, Caxias, Brejo. Estes municípios se situam quase todos na porção centro-norte do Estado, a exceção fica por conta de Imperatriz (ponto MA/07). É justamente em Imperatriz que *papagaio* e *pipa* apresentam igual número de ocorrências (quatro), sendo as formas mencionadas por todos os informantes. A informante da faixa etária II de Imperatriz pontua que há, no uso dessas duas formas, uma diferença geracional: *papagaio* é a forma mais antiga, e *pipa*, a mais nova, como observamos no trecho da fala citado.

- (5) INF. – Esse aqui, os meninos antigamente chamava papagaio, agora é pipa. Porque papagaio era de duas cor, né? Agora é pipa... (mulher, faixa etária II, Imperatriz).

Essa informação suscitou a análise do fator idade que evidenciou que as duas denominações apresentam usos parecidos entre os dois grupos etários que compõem a pesquisa, com ligeira possibilidade de corroboração do que afirma a informante. Ou seja, entre os informantes da faixa etária I, *pipa* apresenta 27 registros, contra 23 entre os informantes da

faixa etária II, já *papagaio* é a forma utilizada por 26 informantes faixa etária I e por 29 da faixa etária II. Em síntese, apesar de os percentuais não serem expressivos, há uma leve tendência que segue a observação da informante de Imperatriz, ora apresentada.

A observação da série de cartas do ALiB que apresenta as denominações registradas nas capitais para esse brinquedo, Cartas L20, L20a, L20b, L20c, L20d e L20e (p. 291-301), evidencia que as formas *papagaio* e *pipa* (numa sequência decrescente) aparecem como as formas documentadas na maior quantidade de capitais.

Como podemos observar, *curica* é a terceira denominação com maior número de ocorrências, quatro no total (3,4%), sendo registrada nos municípios de Raposa, Codó, Carolina e Imperatriz, como mostra o Quadro 4, anterior.

Com relação à dicionarização, observamos que o Aulete não registra a forma; o Houaiss a registra, mas as acepções por ele documentadas não correspondem ao conceito que foi apresentado ao informante na formulação da questão; enquanto no Aurélio, na acepção 2 do verbete **curica**, temos a seguinte informação: “(...) 2 Bras. AM MA Espécie de papagaio (5) de papel, pequeno e sem talas” (p. 595). Da informação do Aurélio, é importante assinalar, em primeiro lugar, a indicação da marca dialetal, pois o lexicógrafo destaca o uso específico de um país, o Brasil, e o uso próprio de dos estados, Amazonas e Maranhão, e, em segundo lugar, o fato de *curica* ser a denominação para o brinquedo parecido com o papagaio, mas sem varetas.

Vieira Filho (1979, p. 46), por sua vez, define *curica* como “Papagaio pequeno, muito da predileção das crianças.”.

Na nova consulta ao conjunto de cartas do ALiB (Cartas L20, L20a, L20b, L20c, L20d e L20) que apresenta as denominações registradas nas capitais para o brinquedo em análise, observamos que a forma *curica* aparece em Macapá e Boa Vista, ao lado de *papagaio* e *pipa*, como variante do brinquedo de empinar com varetas. O ALAP (p. 188-189), por sua vez, corrobora o uso da forma *curica* no Amapá, como denominação para o brinquedo com varetas, registrando a forma na Carta L58 em três pontos de inquérito – Santana (ponto 02), Laranjal do Jari (ponto 04) e Pedra Branca do Amapari (ponto 05).

Quanto à forma *balão*, com um total de três registros distribuídos equitativamente entre Alto Parnaíba, Carolina e Tuntum, está dicionarizada, nas três obras da lexicografia brasileira consultadas, porém com acepções que não correspondem ao conceito brinquedo de empinar com varetas. Contudo, a carta 100 do Alpa (p. 129), que apresenta as denominações para o brinquedo *papagaio*, registra essa forma em Cajazeiras (ponto 24) e a Carta 17 – PIPA, de Ribeiro (2012, p. 488), também a registra em três estados, sendo dois no Nordeste – Piauí, em Corrente (ponto 38), Bahia, em Caetité (ponto 96) – e um no Sudeste – Espírito Santo, em São

Mateus (ponto 189). Esses registros encontrados na língua falada em uso nos deram subsídios para validar a forma em análise.

Sura, por sua vez, obteve dois duas ocorrências, uma em Brejo e uma em São Luís; em ambos os casos o uso foi registrado na fala do informante homem, faixa etária I, com a ressalva de que na capital, São Luís, o homem da faixa etária I que usou a forma tem o nível universitário, diferentemente do informante de Brejo.

Quanto à dicionarização, verificamos que tanto o Houaiss (p. 2646) como o Aulete (p. 1299) registram *suru* como cabeça de verbete, com a indicação da classe gramatical – adjetivo – para referir-se ao animal sem cauda ou que tem apenas um resto dela, incluindo, no grupo de sinônimos do item lexical, a forma *sura*. No Aurélio (p. 1907), encontramos o verbete **sura**³, em que lemos: “[Fem. de suro.] *Adj. 1. Zool. Bras.* Fem. de suru (1) • *S.f. 2. Bras.* MA Suru (2). Essa remissão leva o leitor à chegada da segunda acepção do verbete **suru**, em que lemos o seguinte: “**s.m. 2. Bras.** BA Papagaio (5) sem cauda, com pequenas barbatanas de papel de seda. [sin., nesta acepç., no MA: *sura*.]” (p. 1908).

Essa informação do Aurélio e o registro da forma *suru* na Carta L58 do ALAP (p. 188-189), em Laranjal do Jari (ponto 4), e na Carta 17 – PIPA, de Ribeiro (2012, p. 488), em quatro localidades da Bahia – Barra (ponto 84), Barreiras (ponto 87), Itaberaba (ponto 90) e Caetité (ponto 96) – deram-nos suporte para validar *sura* como uma das variantes de *pipa*, no Maranhão.

Por fim, foram registradas ainda três denominações com apenas uma ocorrência: *andorinho*, *arraia* e *rabiola*, em Turiaçu (ponto MA04), São João dos Patos (ponto MA11) e Codó (ponto MA17), respectivamente. *Andorinho* está dicionarizada, nas três obras da lexicografia brasileira consultadas, porém com acepções que não correspondem ao conceito brinquedo de empinar com varetas; enquanto *arraia*, forma protética de *raia*, aparece nos três dicionários com a marca *brasileirismo* e como sinônimo de pequeno *papagaio* ou *pipa*. Mas é no Aulete (p. 149) que encontramos a definição mais completa: “**2 Bras.** Pequeno papagaio ou pipa com o formato desse peixe; RAIA”. Cascudo (2012) e Vieira Filho (1979) também registram *arraia* como sinônimo de *papagaio*.

Quando recorremos à cartografia do ALiB, Carta L20b (p. 295), verificamos que a denominação *raia* é comum em quatro capitais do Nordeste, Fortaleza, Maceió, Aracaju e Salvador, sendo a forma predominante nesta última capital. Esse fato nos leva a supor que a presença da variante *arraia* em São João dos Patos (ponto MA11) pode indicar que essa forma chegou ao município via a expansão da Frente Pastoral, uma vez que a região que hoje

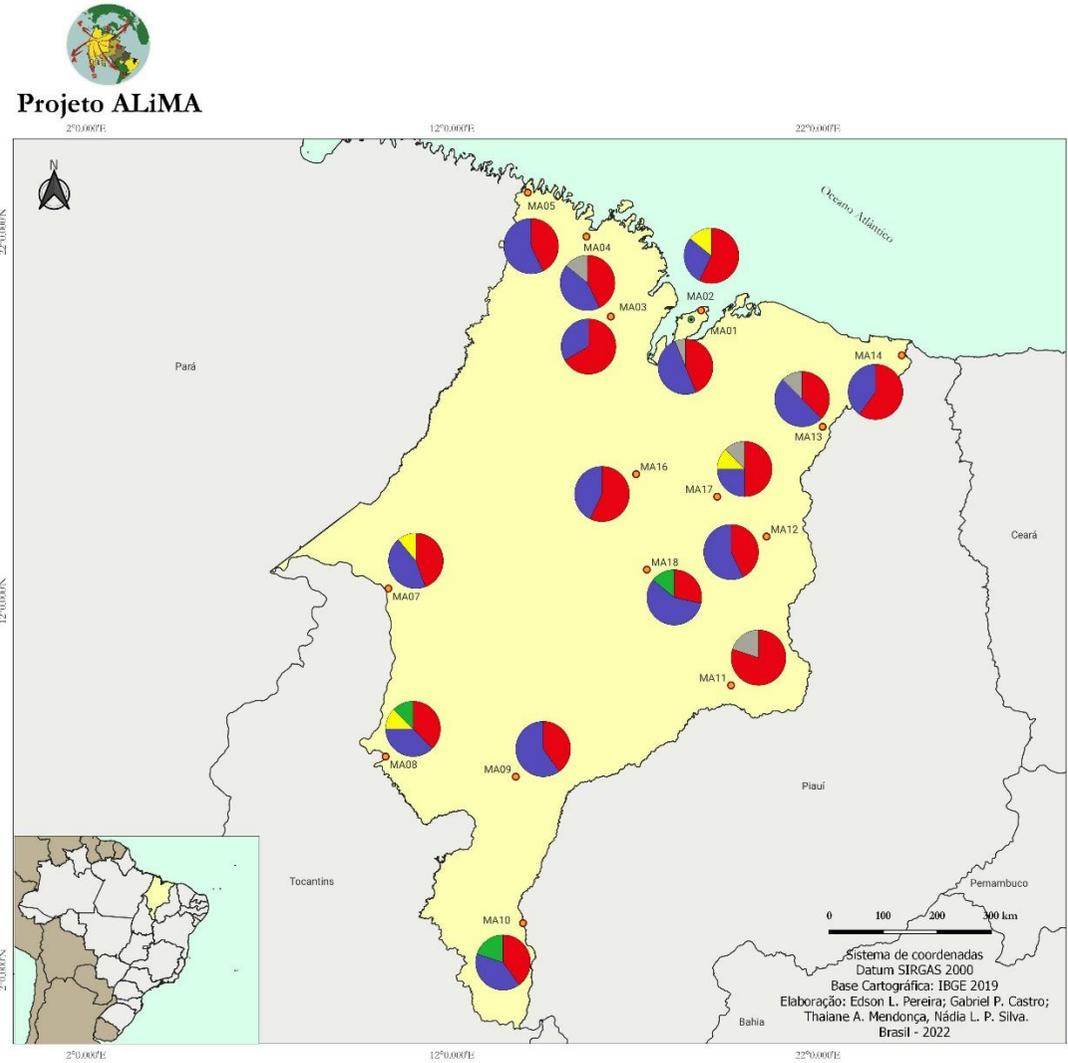
compreende o município de São João dos Patos se encontra inserida na área de ocupação dessa frente povoadora.

Rabiola, assim como *arraia*, também está dicionarizada sendo definida como papagaio ou pipa cujo rabo é de papel. Por fim, *rabiola*, normalmente entendido como o rabo responsável pela sustentação e estabilidade do *papagaio*, sendo usado também para denominar o brinquedo como um todo, também está dicionarizada nos três dicionários gerais da língua portuguesa consultados como *papagaio* ou *pipa* cujo rabo é de papel, como o comprova o Aulete (p. 1146): “**1.** RJ Rabo de papel de papagaio ou pipa. **2.** Papagaio ou pipa com esse rabo. [F.: *rabo* + - *i-* + - *ola*.]”.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *pipa* e *papagaio* acerca do povoamento do Maranhão

Conforme observamos ao longo da exposição da questão 172, apesar de o brinquedo ser amplamente conhecido no Maranhão, há duas denominações predominantes – *papagaio* e *pipa* – que não parecem demonstrar usos condicionados pelos processos de povoamento do Estado, pois os usos são compartilhados por todos os pontos de inquérito do ALiMA. A forma que parece indicar uma certa relação com a Frente Pastoril é *arraia*, registrada apenas em São João dos Patos, um dos municípios que se situa no antigo território de Pastos Bons. A carta, a seguir, ilustra a distribuição dessas denominações no Maranhão.

Carta Linguística 6 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para papagaio



CARTA L3

Papagaio
Denominações Registradas no Maranhão

172 - "Como se chama o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha?"

4.2.4 E quanto as *curicas* do Maranhão?

No que concerne à questão 174, que apura a variação para o conceito “brinquedo parecido com o (a) _____ (cf. item 172), também feito de papel, mas sem varetas, que se empina ao vento por meio de uma linha”, registramos um total de oito denominações, a saber: *curica*, *pipa*, *papagaio*, *sura*, *andorinha*, *avião*, *arraia* e *rabiola*, além de uma significativa quantidade de não-respostas, como mostra o Quadro 5, a seguir.

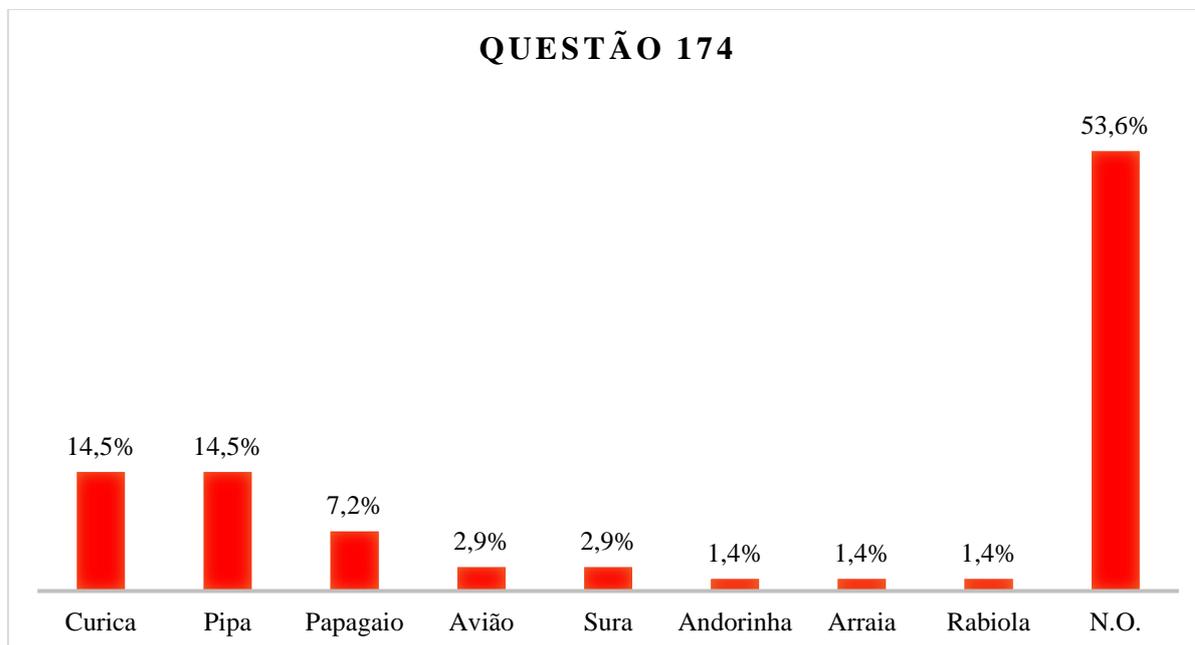
Quadro 5 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 174

Municípios	Curica	Pipa	Papagaio	Sura	Avião	Andorinha	Arraia	Rabiola	N.O.
São Luís	3	0	0	0	0	0	0	0	5
Raposa	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Pinheiro	0	1	0	0	0	0	0	1	2
Turiação	0	0	1	0	0	1	0	0	2
Carutapera	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Imperatriz	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Carolina	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Balsas	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Alto Parnaíba	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Bacabal	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Tuntum	1	1	0	0	0	0	1	0	1
S. J. dos Patos	0	0	1	0	1	0	0	0	2
Codó	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Caxias	1	1	1	0	0	0	0	0	2
Brejo	2	0	1	0	0	0	0	0	1
Araioses	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Total	10	10	5	2	2	1	1	1	37

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Dentre as respostas válidas, duas obtiveram maior número de ocorrências: *curica* e *pipa*, ambas com igual número de registro (10). Na sequência, temos *papagaio* (cinco realizações), *sura* e *avião* (ambos com dois registros) e *andorinha*, *arraia* e *rabiola* (cada uma com um registro), como evidenciado no Quadro 5, anterior. A seguir, observamos o percentual de cada denominação no Gráfico 4.

Gráfico 4 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 174



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Como podemos observar, a denominação *curica* não foi documentada na mesorregião Sul obtendo, no entanto, registros nas demais mesorregiões do Estado, o que corrobora a afirmação de Vieira Filho (1979, p. 46), anteriormente mencionada, de que esse é um brinquedo *muito da predileção das crianças*. Nesse sentido, é interessante observar que a Carta L21 do ALiB (p. 303), que registra as denominações para brinquedo de empinar sem varetas nas capitais, evidencia que *curica* é a única forma documentada em São Luís para esse brinquedo. Merece destaque, ainda, nessa carta, o fato de ser *curica* a denominação predominante nas capitais do Norte, como forma única em Belém e Rio Branco, e com percentuais que excedem os 50% nas demais capitais nortistas. Esse fato corrobora, mais uma vez, o elo existente entre o Maranhão, e mais particularmente São Luís, e a Amazônia, em termos de colonização, como defendido por Nascentes (1953 [1922]) e já comentado nesta dissertação.

Pipa que, como visto na análise da questão 172, teve um expressivo uso (50 ocorrências) para denominar o brinquedo de empinar com varetas, é também a forma que divide a preferência dos maranhenses para denominar esse brinquedo sem varetas. Esse fato evidencia que muitos dos informantes do ALiMA não fazem distinção entre o brinquedo com varetas e o sem varetas, como podemos observar no trecho da fala de um dos informantes de Caxias (ponto MA12):

- (6) INQ. – ... o brinquedo feito de varetas cobertas de papel que se empina no vento por meio de uma linha?
 INF. – Pipa.
 INQ. – Tem algum outro nome?
 INF. – Papagaio.

- INQ – E um brinquedo parecido com o (a) _____ (cf. *item 172*), também feito de papel, mas sem talo, que se empina ao vento por meio de uma linha?
 INF. – tem, mas é o mesmo...
 INQ. – Chama do mesmo jeito?
 INF. – É.
 INF. – É. (homem, faixa etária II, Caxias).

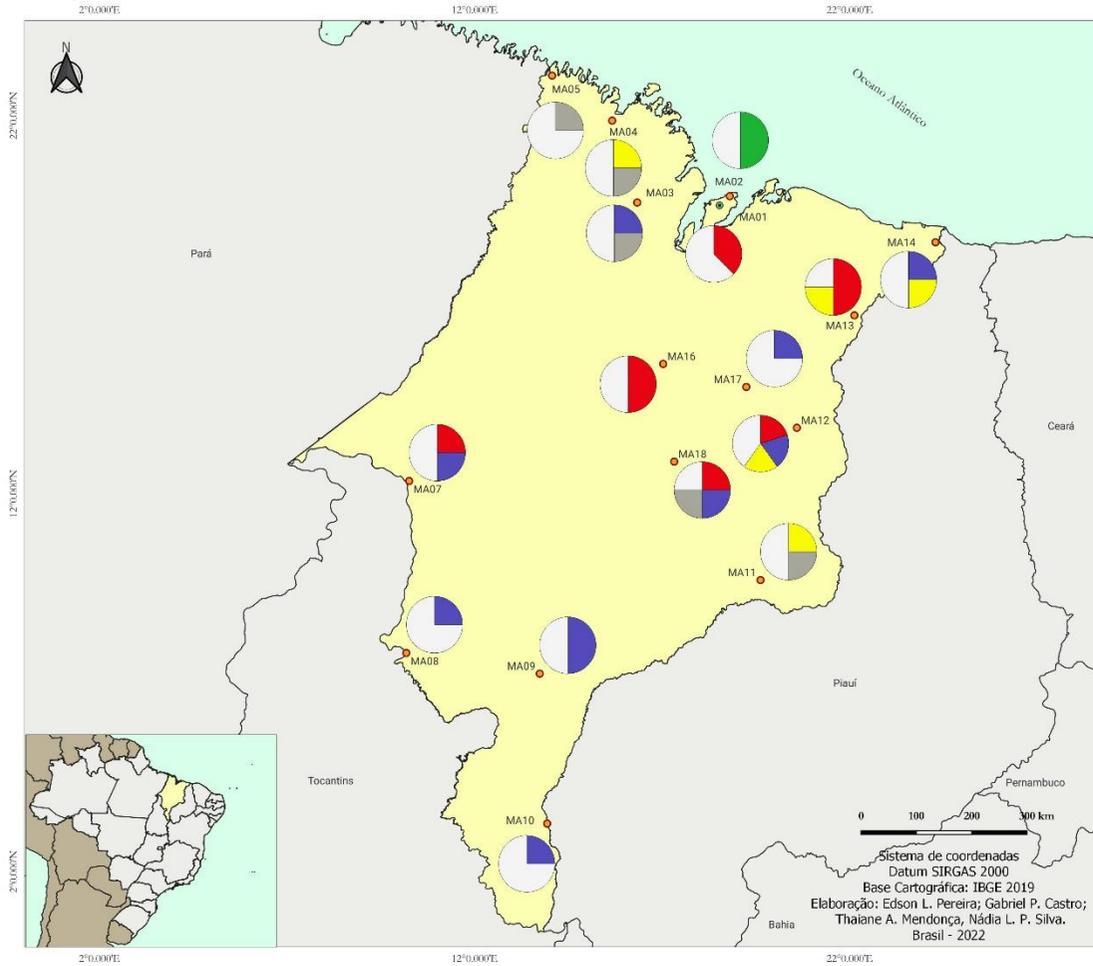
Em Araiões (ponto MA14), observamos a mesma situação, isto é, a denominação pipa transitando entre os dois conceitos:

- (7) INQ. – E um brinquedo parecido com o (a) _____ (cf. *item 172*), também feito de papel, mas sem varetas, que se empina ao vento por meio de uma linha?
 INF. – Pipa.
 INQ. – Mas tu disseste que pipa e papagaio era o mesmo. Esse aqui não tem a tala...
 INF. – Mas eles chamo de mehma coisa.
 INQ. – Chama de mesma coisa?
 INF. – Sim. (mulher, faixa etária I, Araiões).

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *curica* acerca do povoamento do Maranhão

A relação resposta/ausência de resposta têm sido um forte indício para investigação de nossa hipótese. Chama atenção, nesta questão, o fato de a denominação mais conhecida pelos maranhenses, em particular os ludovicenses, não ter sido registrada uma única vez nos municípios da mesorregião Sul do Estado, área que teve seu povoamento ligado à Frente Pastoril. Outro dado que merece destaque é a forte presença de *curica*, como denominação para o brinquedo de empinar sem varetas, nas capitais do Norte do Brasil, o que evidencia a vinculação do Maranhão (São Luís) com o processo de povoamento da Amazônia. Na sequência, na Carta L4, visualizamos de forma mais clara a disposição das variantes no Maranhão.

Carta Linguística 7 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *curica*



CARTA L4

Curica
Denominações Registradas
no Maranhão

174 - "Como se chama um brinquedo parecido com o (a) _____ (cf. item 172), também feito de papel, mas sem varetas, que se empina ao vento por meio de uma linha?"

Realizações em %

- Curica
- Pipa
- Papagaio
- Sura
- Outras
- Não-obtida

4.2.5 Vou passar *cerol* na linha

Para a questão 173, que apura a variação denotativa para o conceito “mistura feita com maisena, tapioca ou cola e vidro moído que se passa na linha do(a) _____ (c.f. item 172)”, foram documentados 45 registros, distribuídos em quatro formas – *cerol*, *cera*, *cerão* e *visgo de vidro* – além de 23 não-respostas, como mostra o Quadro 6, a seguir.

Quadro 6 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 173

Municípios	Cerol/ Cera /Cerão	Visgo de vidro	N.O.
São Luís	8	0	0
Raposa	3	0	1
Pinheiro	4	0	0
Turiaçu	3	0	1
Carutapera	3	0	1
Imperatriz	3	0	1
Carolina	1	0	3
Balsas	2	0	2
Alto Parnaíba	0	0	4
Tuntum	0	0	4
Bacabal	3	0	1
S. J. dos Patos	2	1	1
Codó	4	0	0
Caxias	4	0	0
Brejo	1	0	3
Araioses	3	0	1
Total	44	1	23

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Para a análise, fizemos dois agrupamentos: *cerol/cera/cerão* e *visgo de vidro*. O primeiro agrupamento obteve o maior número de registros, com um total de 44 ocorrências, que se distribuem, de forma desigual, por todas as mesorregiões do Estado. Essa distribuição, conforme observamos no Quadro 6, anteriormente, reflete uma polarização no sentido norte-centro-sul maranhense, com a mesorregião Norte com 15 registros (oito em São Luís, quatro em Pinheiro e três em Raposa), enquanto as mesorregiões Centro e Sul respondem, cada uma, por apenas três registros, dos quais, no Centro, Bacabal concentra as três ocorrências da mesorregião e, no Sul, Balsas apresenta dois registros e Carolina, um. As mesorregiões Leste, com 14 registros, dos quais oito se distribuem igualmente entre Caxias e Codó, e Oeste, com nove ocorrências repartidas igualmente entre Turiaçu, Carutapera e Imperatriz, se aproximam da mesorregião Norte.

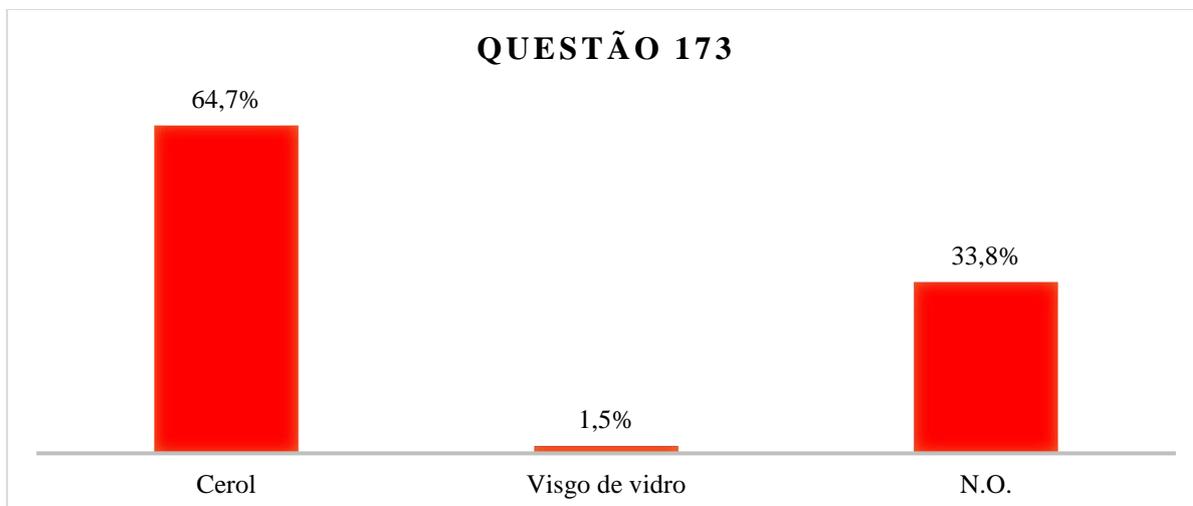
Com relação à dicionarização, as três obras da lexicografia brasileira consultadas registram *cerol* com a marca *Brasil*, como o Houaiss, ou *Brasileirismo*, como o Aulete e o Aurélio, com uma acepção correspondente ao conceito que foi apresentado aos informantes

quando da formulação da pergunta. O Aurélio informa, ainda, tratar-se de um *brasileirismo* do Maranhão e do Rio de Janeiro.

Em *A linguagem popular do Maranhão*, encontramos a seguinte definição de *cerol*: “Mistura de vidro moído e grude que se passa na linha destinada a empinar os papagaios, a fim de que fique navalhante e possa com facilidade cortar outros papagaios nas lanceadas.” (VIEIRA FILHO, 1979, p. 40). Ao final desse texto definitório, Vieira Filho apresenta ao leitor esta indicação de natureza geográfica relativa ao uso do item lexical – “Em outras áreas brasileiras o cerol é denominado de *tempero*.” –, ratificando, portanto, a informação contida no Aurélio sobre ser esse item uma variante de uso próprio do Maranhão.

A forma *visgo de vidro*, por sua vez, contou com apenas uma ocorrência registrada em São João do Patos, na fala do informante do sexo masculino da faixa etária II. Quanto à dicionarização, não a encontramos, nas obras pesquisadas, sob a forma de lexia complexa, mas encontramos o verbete *visgo*, isto é, o substantivo que constitui o núcleo do sintagma nominal *visgo de vidro*. De acordo com o Aurélio (p. 2079), *visgo* é sinônimo de *visco* (2), ou seja, é qualquer espécie de planta do gênero das hemiparasitas. No Aulete (p. 1421), no verbete **visgo**, há uma remissão para *visco* e *viscosidade*, e no verbete **visco** (p. 1420), acepção 2, temos a seguinte definição: “Qualquer seiva ou suco vegetal viscoso, pegajoso; VISGO”. Vale lembrar que, nesse dicionário, os sinônimos são fornecidos como acréscimo à definição, em versalete. Portanto, *visgo* e *visco* são sinônimos. O Houaiss (p. 2871), no verbete **visgo**, registra “(...) 1 m.q. *VISCOSIDADE* (ter v.) 2 m.q. *VISCO* (‘qualquer seiva’), e no verbete **visco**, acepção 3, lemos: “qualquer seiva muito pegajosa; visgo”. Essas informações e a presença do traço *viscosidade* e da substância *vidro* nas duas denominações usadas pelos informantes do ALiMA – *cerol* e *visgo de vidro* – levaram-nos a validar a variante *visgo de vidro*. Validada a variante, o percentual de ocorrência das duas formas ficou distribuído conforme indica o Gráfico 5, a seguir.

Gráfico 5 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 173



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

É significativo o percentual de não-respostas para esta questão 33,8%, perfazendo, portanto, o um total de 23 ocorrências de ausência de respostas. Isto é, os casos em que o informante declara não conhecer o conceito ou a brincadeira, o jogo que lhe é apresentado ou não lembrar a denominação para o que se lhe apresenta.

A propósito da ausência do dado, na década de 60 do século passado, Rossi (1967) já havia focado essa questão do *não-dado* na perspectiva da Dialectologia, ao afirmar que a ausência é também resposta. De acordo com Rossi,

Convirá, porém, nunca esquecer que a dialectologia é essencialmente contextual: o fato apurado num ponto geográfico ou numa área geográfica só ganha luz, força e sentido documentais na medida em que se preste ao confronto com o fato correspondente – ainda que por ausência – em outro ponto ou em outra área. (ROSSI, 1967, p. 104).

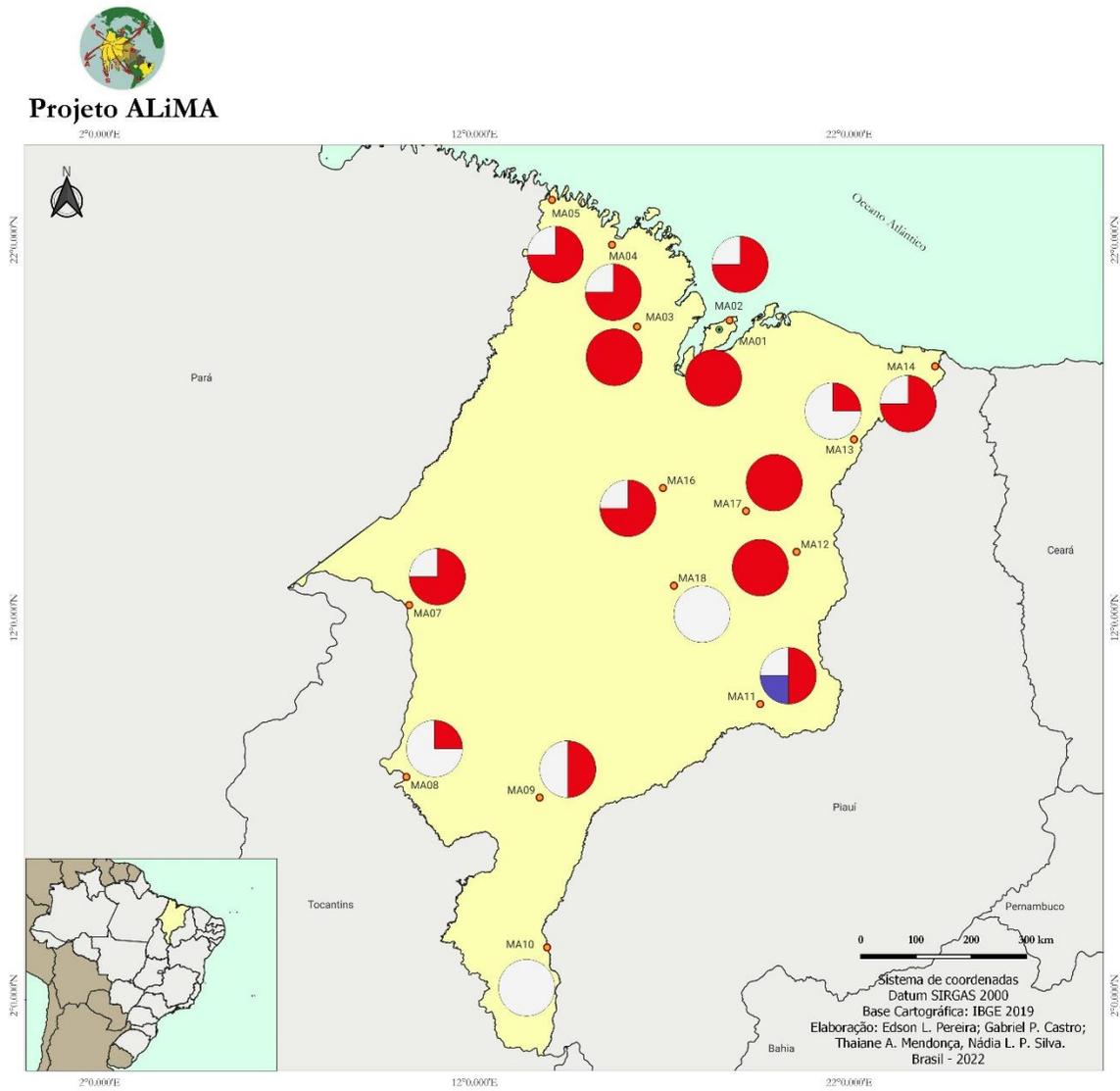
Portanto, dessa significativa ausência que, como depreendemos do texto de Rossi, nos diz muito, nos dá pistas para o estudo da língua que, em se tratando de nosso estudo se volta para o exame do léxico disponível no Maranhão, podemos elaborar a seguinte hipótese: por ser o *cerol* um item opcional na brincadeira da *pipa*, usando apenas quando é desejo daqueles que empinam a pipa cortar a pipa alheia, é provável que a maior ausência de dados em alguns municípios seja reflexo do desconhecimento ou esquecimento do uso.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *cerol* acerca do povoamento do Maranhão

Com relação à questão 173, a posição dicotômica *distanciamento/aproximação* das mesorregiões e dos municípios que as integram nos levam a supor que o comportamento

diatópico da forma *cerol* se apresenta com uma tendência moderada à homogeneização em relação a seu uso/conhecimento nos municípios cujo povoamento está ligado à Frente Litorânea, como São Luís, Pinheiro, Turiaçu e Carutapera, enquanto observamos nos municípios ligados direta ou indiretamente à Frente Pastoril, como Alto Parnaíba e Tuntum, onde o item *cerol* não foi documentado, ou ainda São João dos Patos, com duas ocorrências de *cerol*, uma tendência ao desconhecimento da forma. A carta linguística, a seguir, apresenta a disposição das denominações no Maranhão.

Carta Linguística 8 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *cerol*



CARTA L5

**Cerol
Denominações Registradas
no Maranhão**

173 - "Como se chama a mistura feita com maisena, tapioca ou cola e vidro moído que se passa na linha do(a) _____ (c.f. item 172)?"

Realizações em %

- Cerol
- Visgo de vidro
- Não-obtida

4.2.6 O Maranhão atira com uma *baladeira*

No que concerne ao “brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha, que os meninos usam para matar passarinho” (questão 171), observamos o uso de quatro formas, que não necessitaram ser agrupadas. São elas: *estilingue*, *baladeira* e *atiradeira* e *seringa*. Os percentuais de uso podem ser observados no Quadro 7, a seguir.

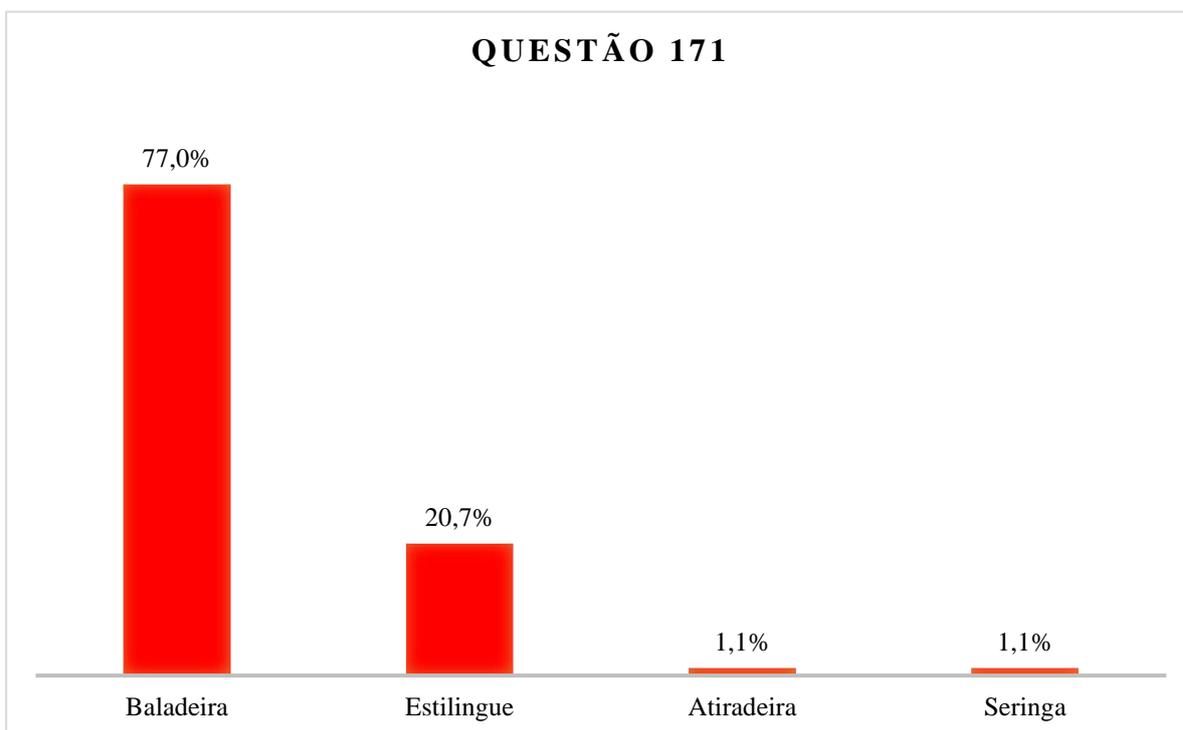
Quadro 7 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 171

Municípios	Baladeira	Estilingue	Atiradeira	Seringa	N.O.
São Luís	8	5	1	0	0
Raposa	4	1	0	0	0
Pinheiro	4	1	0	0	0
Turiaçu	4	0	0	0	0
Carutapera	3	3	0	0	0
Imperatriz	4	1	0	0	0
Carolina	4	1	0	0	0
Balsas	4	0	0	0	0
Alto Parnaíba	4	0	0	0	0
Tuntum	4	1	0	0	0
Bacabal	4	2	0	0	0
S. J. dos Patos	4	1	0	0	0
Codó	4	0	0	0	0
Caxias	4	1	0	0	0
Brejo	4	1	0	1	0
Araioses	4	0	0	0	0
Total	67	18	1	1	0

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

A forma *baladeira* é a predominante em todo o Estado, com 67 ocorrências, isto é, foi registrada na fala de 67 dos 68 informantes, perfazendo, portanto, um total de 67 ocorrência. *Estilingue*, segunda forma em número de ocorrências, 17 ao todo, foi registrada, também, em todas as mesorregiões, como podemos observar no Gráfico 6, a seguir, que apresenta a distribuição das denominações no Maranhão.

Gráfico 6 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 171



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

A forma com maior número de ocorrência nos pontos de inquérito do ALiMA – *baladeira* (com 77%) – é, de acordo com o Houaiss, o Aurélio e o Aulete, a forma que se faz presente do Acre a Pernambuco. Essa observação dos lexicógrafos é ratificada tanto em nossos dados como na Carta L57 do ALAP (p. 186), onde *baladeira* consta com um percentual de 76% de realizações, e nas Cartas do ALiB, em particular na Carta L19 Estilingue (p. 283), que traz a distribuição diatópica das denominações para o brinquedo ora em foco nas capitais. Nesta carta do ALiB, fica evidente, de fato, que a forma *baladeira* é característica do Norte e do Nordeste brasileiro, estendendo-se, para além do que informaram os lexicógrafos, até Aracaju, em Sergipe, mas sem incluir Maceió, em Alagoas.

Estilingue, segunda forma com maior número de ocorrência em nossos dados, está registrada em todos os dicionários consultados com a marca *brasileirismo* e como sinônimo de *atiradeira*. De acordo com o Aurélio (p. 835), é um *brasileirismo* de Minas Gerais, do Centro-Oeste e do Sul. A Carta L19 do ALiB, citada anteriormente, evidencia que a área de predominância da forma se concentra no eixo centro-sul do País. Para Cascudo (2012, p. 284), *estilingue* é “Sinônimo de *baladeira*, não somente em S. Paulo, Estado do Rio, como no Nordeste”.

A variante *atiradeira*, também registrada no Houaiss, no Aurélio e no Aulete e por Cascudo (2012), com a acepção correspondente a *baladeira*, contou, por sua vez, com apenas

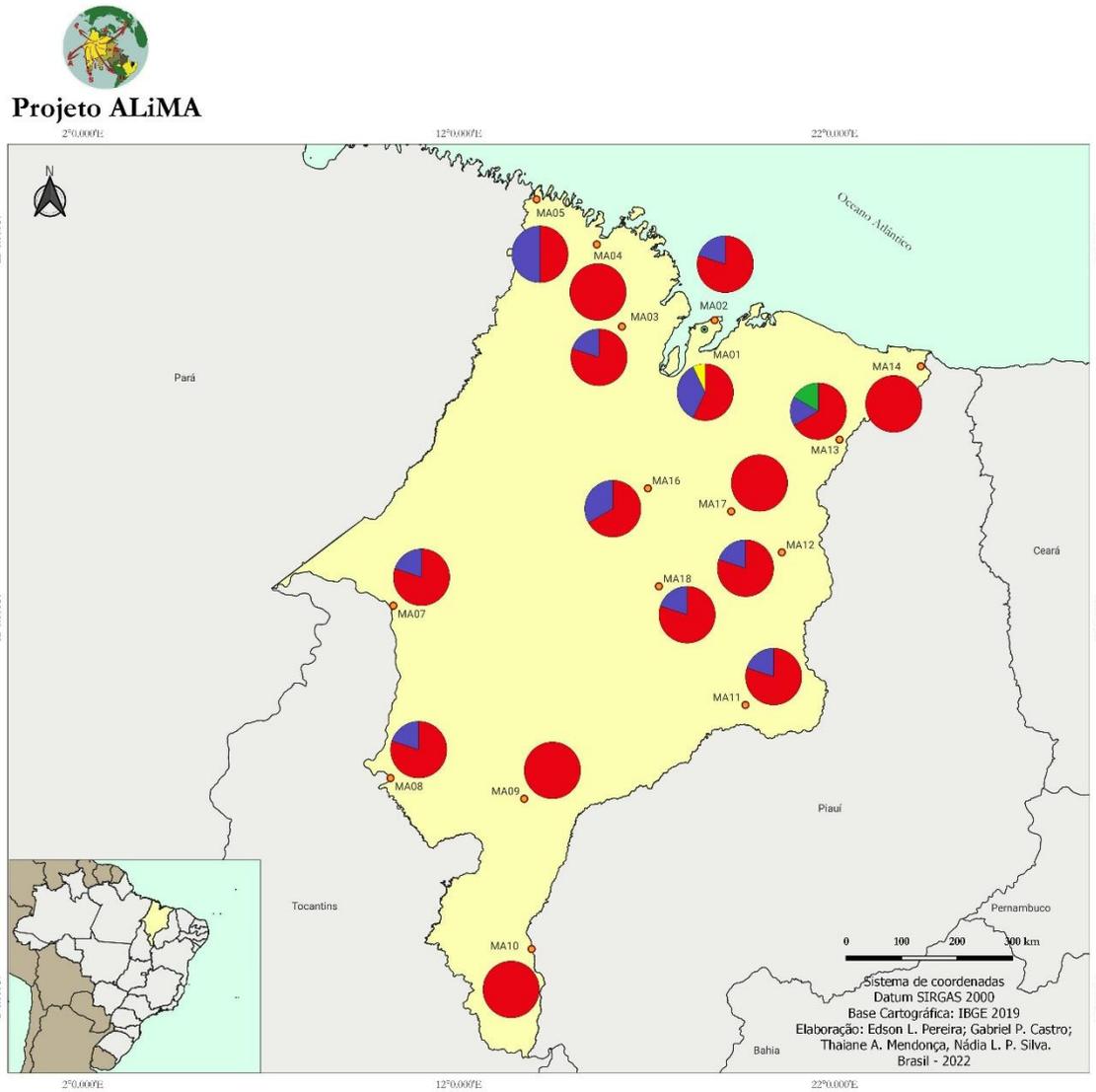
um registro em nossos dados, sendo documentada em São Luís, na fala do informante do sexo masculino, da segunda faixa etária, com escolaridade universitária. Esse fato nos chama a atenção, uma vez que, de acordo com os dados do ALiB, Carta L19-Estilingue (p. 283), que exhibe as denominações registradas nas capitais, *atiradeira*. A explicação para este uso, em São Luís, talvez esteja relacionada ao perfil do informante, que, como assinalamos, tem o curso universitário completo. A escolaridade, vale lembrar, é um dos parâmetros usados para investigar a variação diastrática, ou seja, a variação que se dá no eixo vertical e que se baseia na classificação social dos informantes. Nessa perspectiva, os grupos com instrução escolar universitária têm, em tese, melhores postos de trabalho, melhor renda familiar e, conseqüentemente, mais acesso a bens culturais, à informação, a entretenimentos e, portanto, maiores oportunidades de conhecer itens lexicais menos usuais ou ainda considerados mais prestigiados. Ratificamos, assim, que a verticalização, possivelmente, poderá contribuir para explicar a ocorrência da variante *atiradeira* em São Luís, que pelo número de ocorrências (uma) demonstra que não é uma forma recorrente no Maranhão.

A forma *seringa* por sua vez, com registro nas obras lexicográficas consultadas, mas com outro significado, e não documentada na série de Cartas do ALiB referentes às denominações para *estilingue* – Cartas L19, L19a, L19b, L19c, L19d e L19e (p. 283-289) –, aparece na Carta L57 do ALAP (p. 186-187), como uma das denominações para esse brinquedo, sendo registrada na fala do informante jovem de Macapá.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *baladeira* acerca do povoamento do Maranhão

Nesta questão, há uma clara predominância de *baladeira* em todos os municípios de nossa rede de pontos, enquanto *estilingue* apresenta um percentual razoável. Isso nos mostra que o Maranhão, considerando as denominações para o brinquedo ora analisado, se aproxima mais do que observamos nas capitais do Norte (cf. cartas do ALiB citadas), inclusive com a presença da forma *seringa* documentada pelo ALAP, em Macapá. Na seqüência, as informações desta questão podem ser sistematizadas por meio da Carta L6, que deixa mais clara a visualização das denominações no Maranhão.

Carta Linguística 9 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *baladeira*



171 - "Como se chama o brinquedo feito de uma forquilha e duas tiras de borracha (mímica), que os meninos usam para matar passarinho?"

4.2.7 Chucho e peixe, brinquedo e brincadeira

Para a questão 180, que apura as denominações para o conceito “brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada, obtivemos um total de nove denominações, a saber: *chucho*, *triângulo*, *espeto*, *fura-fura*, *escopo*, *anzol*, *vergalhão*, *faca* e *chumbo*, além de um total de 30 respostas não-obtidas, isto é, de informantes que declaram não saber ou não se lembrar de uma denominação para o brinquedo. As duas primeiras denominações foram as mais produtivas, com 16 e 14 registros, respectivamente; ficando *faca* com três registros e *espeto* com dois, enquanto as demais denominações foram registradas uma única vez, como podemos observar no Quadro 8, que apresenta a distribuição das variantes nos pontos de inquérito do ALiMA.

Quadro 8 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 180

Municípios	Chucho	Triângulo	Faca	Espeto	Fura-fura	Escopo	Anzol	Vergalhão	Chumbo	N.O.
São Luís	7	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Raposa	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pinheiro	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Turiaçu	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Carutapera	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1
Imperatriz	0	2	0	0	0	1	0	0	0	2
Carolina	0	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Balsas	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Alto Parnaíba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Tuntum	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Bacabal	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1
S. J. dos Patos	0	0	1	1	0	0	0	0	0	2
Codó	0	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Caxias	0	3	0	0	0	0	0	0	0	1
Brejo	1	0	0	0	0	0	0	0	1	2
Araioses	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Total	16	14	3	2	1	1	1	1	1	30

Fonte: elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Como observamos, *chucho* é a denominação mais popular na rede de pontos de inquérito, no Estado, perfazendo um total de 16 ocorrências, sete delas em São Luís, quatro em Raposa, uma em Pinheiro, duas em Turiaçu, uma em Carutapera e uma em Brejo. Conforme podemos perceber, essa denominação, que se concentra basicamente nas mesorregiões Norte e Oeste Maranhense, com apenas um registro na mesorregião Leste, não foi documentada no eixo centro-sul do Estado. O que nos leva a concluir que sua vitalidade se faz presente nos municípios surgidos a partir do povoamento oriundo da Frente Litorânea.

A segunda denominação em número de ocorrências é *triângulo*, que contabiliza 14 registros. Essa forma foi utilizada para nomear tanto o objeto em si, isto é, o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem a ponta afiada, como a brincadeira na qual se usa o objeto para jogar. Essa situação, que ocorreu 14 vezes, é ilustrada nos exemplos a seguir:

- (8) INF. – É o triango? É o triango.
 INQ. – Tem algum outro nome?
 INF. – Eu conheço só como triango mehmu.
 INQ. – E esse... Isso aqui como é que se chama? ((mostrando o objeto))
 INF. – Esse daí é o triango. Nós chama é de triango aqui. Eu brinquei muito disso daí.
 INQ. – E como é que...
 INF. – Nós faiz o desenho do peixe e risca e joga.
 INQ. – Aí vai jogando... (homem, faixa etária I, Bacabal).

Outro informante, desta vez de Caxias, tem o mesmo entendimento e também usa a forma *triângulo* para se referir ao objeto.

- (9) INQ. – ... o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada? (inint.)
 INF. – Triângulo. É perigoso, né?
 INQ. – E as criança brincam aqui?
 INF. – Não, hoje a gente não vê, mas no meu tempo a gente brincava, ficava furando o chão, quando chovia, o tempo todo, mas hoje a gente não vê mais. (homem, faixa etária II, Caxias).

Como podemos observar no trecho da fala do informante de Caxias, ele diz que usava o *triângulo* para ficar “furando o chão” demonstrando, desse modo, que a denominação *triângulo* é o brinquedo e não a brincadeira.

Entretanto, houve ocorrências de *triângulo*, que não foram contabilizadas, para nomear o brinquedo/o objeto pontiagudo. Isso se verificou quando percebemos que o informante usa a forma *triângulo* para denominar a brincadeira e não ao objeto. Conforme podemos observar nos exemplos, a seguir:

- (10) INQ. – ...o brinquedo feito de vergalhão, que os meninos usam, normalmente um tempo... é assim um vergalhão comprido, tem uma ponta bem afiada, e os meninos usam assim pra jogar quando a terra tá molhada, em época de chuva?
 INF. – Triângulo.
 INQ. – Essa pecinha de vergalhão, eles também chamam de triângulo? ((mostrando o objeto)) O brinquedo é triângulo?
 INF. – O brinquedo é triângulo.
 INQ. – E o coisa que eles usam pra brincar?
 INF. – É o espeto. (homem, faixa etária II, Carolina).

Neste caso, a denominação que contabilizamos foi *espeto*, pois o informante declara que *triângulo* é a brincadeira, e que o instrumento usado para brincar-la, objeto da questão proposta cuja denominação o ALiMA busca apurar, é *espeto*. Algo semelhante ocorreu em Bacabal.

(11) INQ. – ...o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada? Essa brincadeira você chama de?

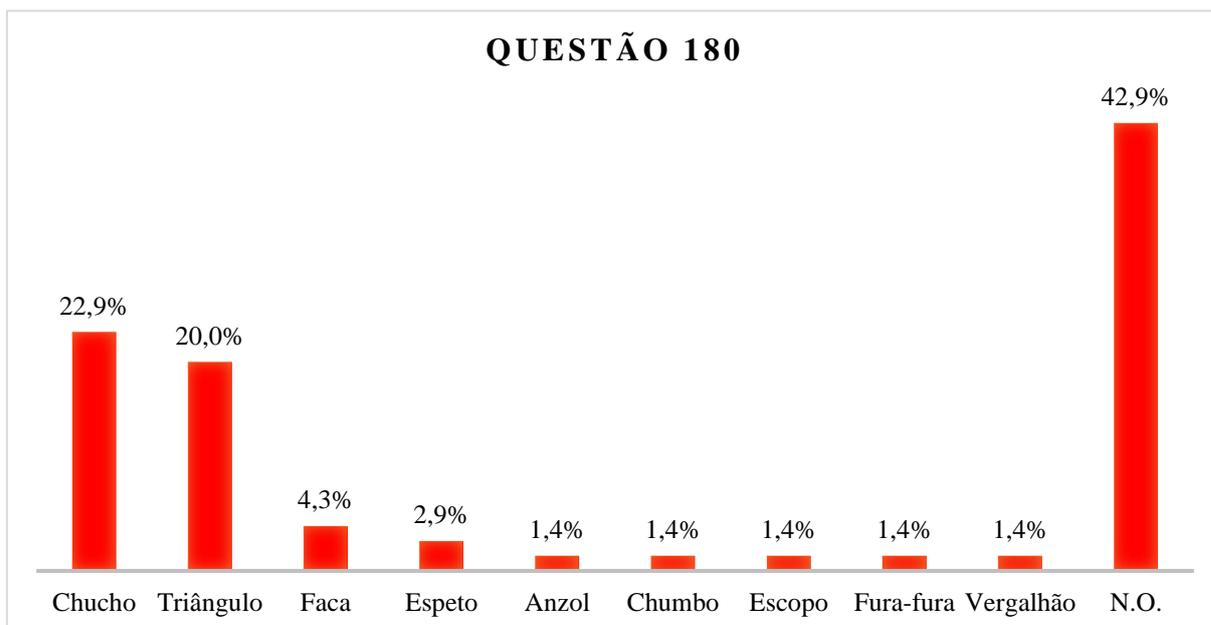
INF. – Triângulo.

INQ. – E esse objeto? ((mostrando o objeto))

INF. – Esqueci (risos), a gente brinca até com agulha, de fazer costu... agulha de crochê. (mulher, faixa etária I, Bacabal).

O percentual de uso de cada denominação podemos observar no gráfico, a seguir.

Gráfico 7 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 180



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

A denominação *faca* foi registrada em Codó, Tuntum e São João dos Patos, com uma ocorrência em cada um desses pontos de inquérito. Em Tuntum e São João dos Patos, a brincadeira se denomina *peixe* e é jogada com uma *faca*, já em Codó, embora a informante não tenha lembrado o nome da brincadeira, afirmou que se brinca com uma faca. Vejamos, a seguir, a transcrição da informação fornecida, pela informante de Codó.

(12) INQ. – ...o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada?

INF. – Os meninos jogam mais é faca no chão pra enfiar... (mulher, faixa etária I, Codó).

Em Tuntum e São João dos Patos, como mencionamos, a denominação parece associada à brincadeira do peixe.

(13) INQ. – ...o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada?

INF. – É o prego, geralmente eu já brinquei disso, mas é... foi com faca mesmo, brincar do peixe.

INQ. – Ah, como é que é o nome da brincadeira?

INF. – Do peixe, brincadeira do peixe, furano com a faca. (mulher, faixa etária I, Tuntum).

Em São João dos Patos, o informante além de nos informar que se brinca com uma faca, nos dá uma minuciosa descrição da brincadeira.

(14) INQ. – ... o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada? (*inint.*)

INF. – Rapaz, essa brincadeira aí nós usa mais, num tem aquela brincadeira comer o peixe? Aí isso aí é a disputa do peixe, eu brinquei muito disso daí mas é com uma faca. Disputa com peixe, quer dizer, eu risco aqui, aí acerta bem no meio com a faca, aí quem vai comer o peixe primeiro é eu, aí até chegar a cabeça e eu passar sem riscar nenhum, quer dizer, no meio do risquinho, se eu cortar o risquinho já acabou, agora o nome pra ele é comer o peixe. (homem, faixa etária I, São João dos Patos).

A denominação *espeto*, por sua vez, foi registrada duas vezes, uma em Carolina e outra em São João dos Patos. No Aulete (p. 598), na acepção 2 do verbete *espeto*, encontramos a seguinte definição: “2 Qualquer vara ou haste com uma das pontas afiada”. Considerando essa acepção, o emprego da forma *espeto* para nomear o brinquedo/objeto apresentado ao informante se justifica dada a extensão do significado, mas, pela quantidade de registros, parece se tratar de uma denominação genérica, como o próprio pronome indefinido, *qualquer*, usado na definição já indica: *qualquer*, isto é, não é um item específico para ser usado para aquele fim.

Com relação à questão da dicionarização, vale ressaltar que todas as formas, com exceção de *fura-fura*, estão dicionarizadas, mas as acepções apresentadas nos dicionários pesquisados não correspondem exatamente ao conceito objeto da questão em análise.

Além das denominações já comentadas, há ainda outras cinco registradas uma única vez; estas parecem, tanto quanto *espeto*, denominarem genericamente o objeto da questão 180. A primeira delas, *fura-fura*, registrada em Carutapera, por uma mulher da faixa etária II, se relaciona diretamente com o que se faz quando se joga o *chucho* contra a terra molhada. *Escopo*, por sua vez, foi registrado em Imperatriz, pelo informante da faixa etária I, que também denominou o objeto/brinquedo feito de vergalhão de *triângulo* e que explicou que esse objeto/brinquedo é usado na *brincadeira do peixe*, como explicita o trecho de sua fala transcrito a seguir:

(15) INQ. – ... o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada? (*inint.*)

INF. – É o triângulo, é o triângulo, é o triângulo. É dado o nome pra nós é de triângulo.

INQ. – Triângulo.

INF. – Uns chamo que é o escopo, mas é triângulo mesmo.

INQ. – Triângulo. E, pra esse aqui, o instrumento que joga, essa peça que joga, também chama triângulo, esse aqui também é triângulo? ((mostrando o objeto))

INF. – Ele é o triângulo.

INQ. – Ah, ele é o triângulo.

INF. – É.

INQ. – E a brincadeira é, é...

INF. – A brincadêra é do pêxe.

INQ. – Ah, brincadeira, certo. Então, isto aqui que eu tenho na mão... ((mostrando o objeto))
 INF. – É o triângulo.
 INQ. – É o triângulo.
 INF. – É a brincadêra do pêxe.
 INQ. – É a brincadêra do pêxe.
 INF. – Da gente...
 INQ. – Conta aí como é que faz essa brincadeira, (inint.) se é igual.
 INF. – A gente faz, desenha um pêxe...
 INQ. – Uhn rû.
 INF. – ... faz ele, ele, como se ele tivesse só com as espinha, aí sai enfiando o triângulo entre, entre a, uma linha e ôtra. Quem chegá primêro na cabeça, é o ganhadô...
 INQ. – Uhn.
 INF. – ... tem que chegá na cabeça e furá o olho do pêxe, que as linha são fina. (homem, faixa etária I, Imperatriz).

Essa explicação com descrição do informante nos leva a inferir que a *brincadeira do peixe* é uma variante da brincadeira/jogo de *chucho*. De acordo com Martins (2003, p. 62-63), o *chucho* é um

pequeno espeto de ferro usado em jogo de mesmo nome (“jogo de *chucho*” – consiste em jogadores contornarem dois círculos desenhados no chão, lançando seus espetos ao solo, em volta e o mais próximo deles, traçando linhas entre um furo e outro, estreitando e dificultando a passagem dos adversários; jogo do “finca”).

Anzol, mais uma das formas com um único registro, foi documentada em Balsas, por uma mulher da faixa etária I. Essa informante também nomeia a brincadeira/jogo de *peixe*, mais exatamente de *pega peixe*. Daí a possível motivação para o uso da forma *anzol* para denominar o objeto/brinquedo, como podemos observar no comentário feito pela informante:

(16) INQ. – ...o brinquedo feito de vergalhão ou pedaço de ferro que tem uma ponta afiada, e que se joga na terra molhada?
 INF. – Pêxe...pêxe...pega pêxe.
 INQ. – É?
 INF. – Que faz uma (inint.) do pêxe aí fica furano.
 INQ. – Vai fazendo assim? Vários meninos brincando ao mesmo tempo é?
 INF. – Ahãm...é...é.
 INQ. – Também aqui jogam (inint.)
 INF. – Jogam.
 INQ. – E eles chamam como esse...isso que eu te mostrei? Chama... só a brincadeira é peixe. E isso aqui ((mostrando o objeto)) também chamam de peixe isso daqui?
 INF. – Não isso aí chamam de faca. De anzol quer dizê chamam...
 INQ. – Esse aqui chamam de anzol? ((mostrando o objeto))
 INF. – É. (mulher, faixa etária I, Balsas).

Vergalhão, por seu turno, denominação utilizada pela informante de Balsas, da faixa etária II, apresenta um sema que já está expresso na formulação da questão, o que nos leva a crer que para não deixar a pergunta sem resposta, situação, normalmente, considerada incômoda e embaraçosa para o informante, este lança mão de uma forma que já está presente na questão.

Por fim, temos *chumbo* documentado na fala de uma informante faixa etária I, de Brejo. A informante não apresentou uma descrição, mas, quando inquerida novamente, confirmou que o nome do brinquedo em questão é *chumbo* mesmo. Essa denominação nos leva a considerar a ideia de Silva (2006), no capítulo 2 – “Mil problemas para os linguistas e nenhum para os falantes: paradoxos e problemas da polissemia”, de sua obra intitulada *O mundo dos sentidos em português: polissemia, semântica e cognição*, ao afirmar que:

(...) o reconhecimento de uma relação entre dois ou mais significados pode ser influenciado pela imaginação e/ou pela formação do indivíduo. E pode variar de indivíduo para indivíduo, e no mesmo indivíduo, de contexto para contexto. Em relação a resultados de inquéritos, há que se ter em conta a tendência de os inquiridos verem similaridades que podem mais não ser do que o resultado de sua imaginação individual. (SILVA, 2006, p. 48).

Realmente, cabe a nós, na condição de pesquisadores, buscarmos explicar a motivação de vários usos que, como bem explicita o título do capítulo da obra de Silva ora citado, é um problema para o linguista, mas não o é para o falante. Por ora, ainda não nos confrontamos com esse problema.

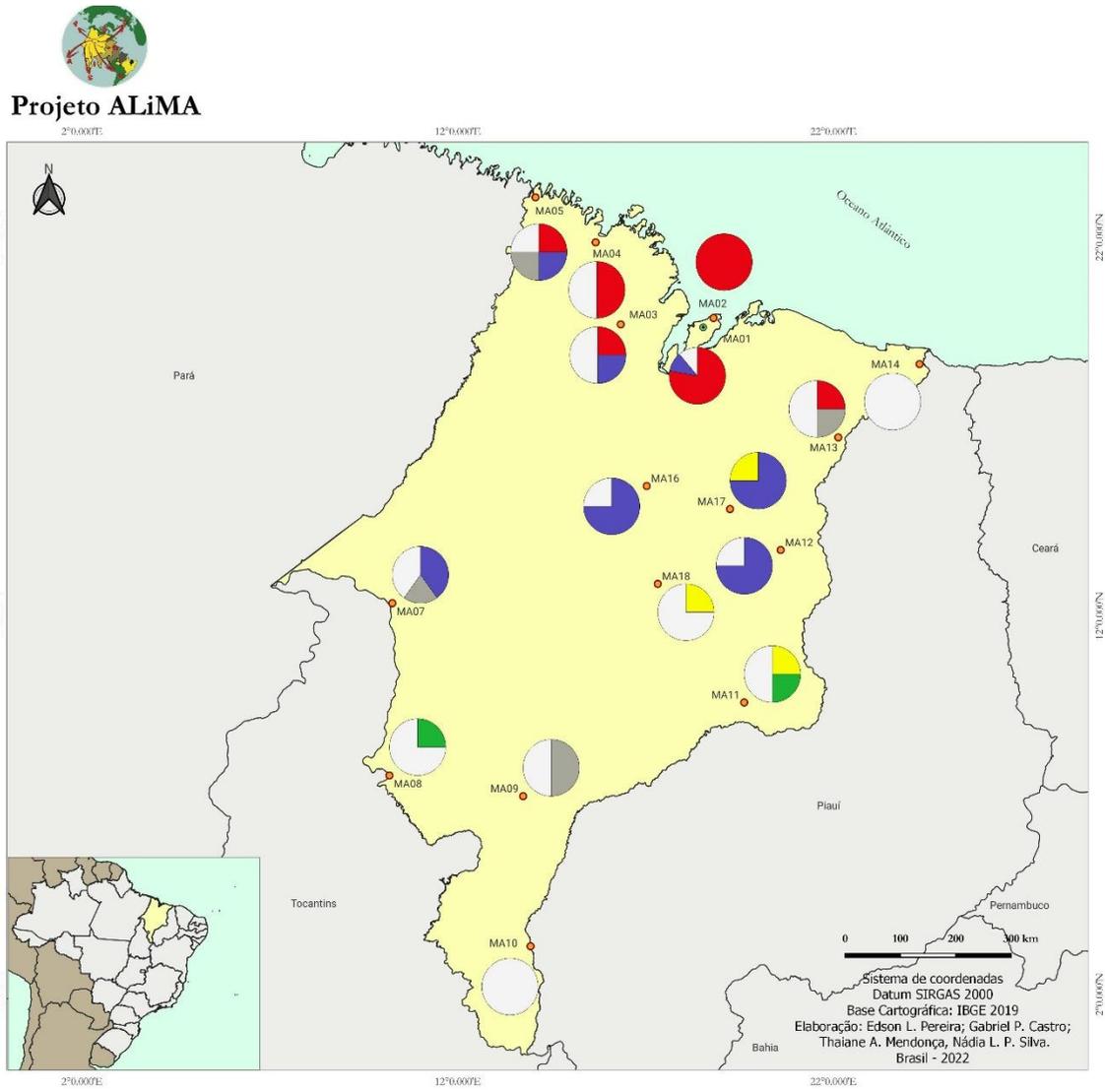
O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *chucho* acerca do povoamento do Maranhão

Além do número de casos de hápax nesta questão (cinco, que representa 7%) e do número de não-obtidas (30, que representa 42,9%), chama-nos a atenção a distribuição diatópica da variante *chucho*, pois, como observamos, sua vitalidade se faz presente nos municípios surgidos a partir do povoamento oriundo da Frente Litorânea, no sentido noroeste, com destaque para São Luís, ponto de irradiação dessa frente, com sete ocorrências, num universo de oito informantes, enquanto *triângulo* se distribui mais no sentido centro-leste. Vale ressaltar que, de acordo com o informante da faixa etária II de São Luís, onde *triângulo* teve uma ocorrência, *chucho* é uma variante de *triângulo*:

(17) INF. – Triângulu, triângulu, triângulu.
 INQ. – Triângulo, né?
 INF. – É, sim, senhora, tem outros que chamam de *chuchu*. (homem, faixa etária II, fundamental incompleto, São Luís).

A distribuição diatópica ora enfocada evidencia a ausência de registro dessas duas variantes na mesorregião Sul Maranhense, como podemos observar na Carta L7, a seguir.

Carta Linguística 10 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *chucho*



4.2.8 Gangorra

A questão 181, que apura as denominações para o conceito “uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce?”, obteve um total de sete denominações, a saber: *gangorra*, *balanço*, *balançador*, *sunga*, *pula-pula*, *cavalo* e *cavalete*, além de 12 não-obtidas. Desse conjunto de variantes, fizemos dois agrupamentos, tendo como critério a presença de formas que apresentam o mesmo radical: (i) *balanço* e *balançador*³⁷ e (ii) *cavalo* e *cavalete*³⁸, como podemos observar no Quadro 9, a seguir.

Quadro 9 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 181

Municípios	Gangorra	Balanço	Cavalete	Sunga	Pula-pula	N.O.
São Luís	5	2	1	0	1	0
Raposa	1	2	0	0	0	1
Pinheiro	2	2	0	0	0	0
Turiaçu	2	2	0	0	0	0
Carutapera	2	1	0	0	0	1
Imperatriz	3	1	1	0	0	0
Carolina	3	1	0	0	0	0
Balsas	2	1	0	1	0	0
Alto Parnaíba	3	0	0	0	0	1
Tuntum	2	1	0	0	0	1
Bacabal	3	0	0	0	0	1
S. J. dos Patos	3	0	0	0	0	1
Codó	1	3	0	0	0	1
Caxias	2	2	0	0	0	0
Brejo	1	0	0	0	0	3
Araioses	0	2	0	0	0	2
Total	35	20	2	1	1	12

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Conforme observamos no Quadro 9, *gangorra* é a forma mais utilizada pelos maranhenses, com registro em 15 dos 16 pontos de inquérito do ALiMA e nas cinco mesorregiões do Estado, perfazendo um total de 35 ocorrências, assim distribuídas: São Luís, com 5 ocorrências; Imperatriz, Carolina, Bacabal, São João dos Patos e Alto Parnaíba, com três ocorrências em cada localidade; Pinheiro, Turiaçu, Carutapera, Balsas, Tuntum e Caxias, com duas ocorrências em cada município; e Raposa, Codó e Brejo, com uma ocorrência por localidade. A forma está dicionarizada nos três dicionários gerais consultados com a acepção correspondente ao conceito foco da investigação na questão 181.

Já *balanço* obteve 20 registros, que se distribuem, com duas ocorrências por localidade, entre São Luís, Raposa, Pinheiro, Turiaçu, Caxias, Codó e Araioses, e, com uma ocorrência por

³⁷ Com o sufixo *-dor*, que entra na formação de *balançador*, formam-se substantivos designativos de agente ou de instrumento (SANDMANN, 1996). Em se tratando de nossos dados, *balançador* é o instrumento, o brinquedo.

³⁸ Com o sufixo *-ete*, que entra na formação de *cavalete*, formam-se substantivos com valor diminutivo.

localidade, entre Carutapera, Carolina e Balsas. Em Codó, Tuntum e em Imperatriz tivemos uma ocorrência por localidade para a forma *balançador* que foi agrupada com *balanço*. *Balanço* é, portanto, a segunda variante em número de ocorrência. A forma encontra-se dicionarizada no Aulete, no Aurélio e no Houaiss, entretanto a definição apresentada nos três dicionários é aquela que corresponde à formulação da questão 182 do QSL adotado pelo ALiMA – “Como se chama uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás?”. Nessa questão (182), como veremos mais adiante, *balanço* é a denominação mais produtiva para o brinquedo. Convém ressaltar que, dos três dicionários consultados, apenas o Aulete (*cf.* a edição usada para este trabalho) não apresenta variantes de *gangorra*; o Aurélio (p. 967) e o Houaiss (p. 1425), por sua vez, apresentam, basicamente, o mesmo conjunto de variantes: *arre-burrinho*, *burrica*, *coximpim*, *jangalamarte*, *jangalamaste*, *joão-galamarte*, *zanga-burrinho(a)*. Posto isso, é interessante observar que, embora o item lexical *balanço* e seu sinônimo *balouço*³⁹ não estejam incluídos nesse conjunto de variantes de *gangorra*, na língua em uso no Maranhão, como mostram os dados do ALiMA, e na área do falar amazônico, como evidencia Portilho (2013), só para citar alguns exemplos, *balanço* é, de fato, uma das denominações produtivas para *gangorra*. Entretanto, como veremos mais adiante, o inverso não ocorre nessas áreas; isto é, a forma *gangorra* não é utilizada para denominar o brinquedo alvo da questão 182, mas o é na área do falar baiano, como mostra Ribeiro (2012), inclusive com registro em Salvador (*cf.* exemplo 215, p. 403, da tese de Ribeiro), ratificando, portanto, o comentário de Silva Neto (1956), como veremos a seguir.

Esse alargamento das formas para denominar os dois brinquedos – o brinquedo que sobe e desce em apoio fixo (questão 181) e o brinquedo suspenso pelas extremidades por cordas, por correntes, e que tem movimento pendular (questão 182) – já havia sido alvo do estudo de Silva Neto (1956) em seu texto intitulado “Notas sobre o balouço”. Nesse artigo, o autor destaca que há, no Brasil, três *divertimentos infantis* que se relacionam por um traço comum – o movimento⁴⁰. São eles:

I – o que consta de uma tábua suspensa por duas cordas, e que tem movimento pendular. É o fr. *escarpolette* (...).

II – o que consta de uma trave horizontal fixa sobre um eixo, e que tem movimento de vai-e-vem. É o fr. *branloire* (...).

III – o que consta de uma trave horizontal fixa sobre um eixo, mas que difere da anterior por ter movimento circular (...). (SILVA NETO, 1956, p. 41).

³⁹ Nos três dicionários consultados, *balanço* apresenta a forma *balouço* como seu sinônimo.

⁴⁰ Silva Neto, após enumerar os três *divertimentos*, ressalta que à época ainda não se tinha condições de apresentar, de forma rigorosa, a distribuição geográfica das denominações.

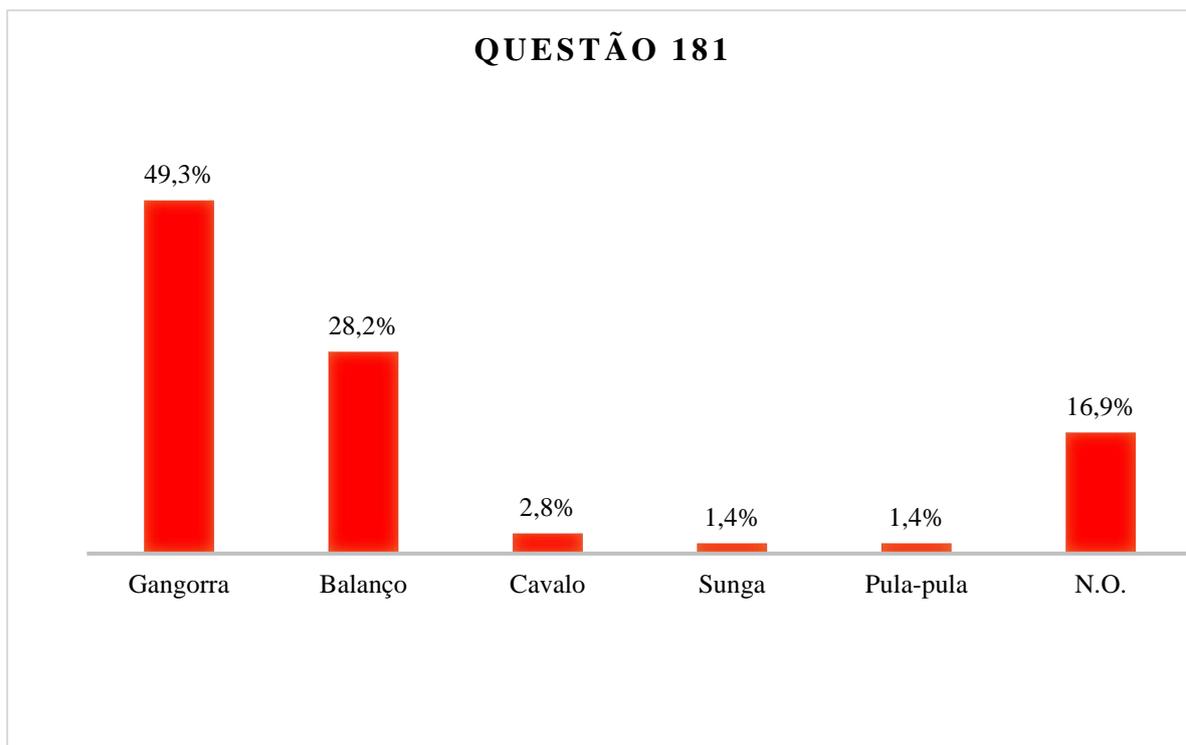
Razão por que, de acordo com o autor (p. 47), “(...) não estranha que as respectivas designações passem de uns para os outros”. E complementa seu comentário: “Assim é que na Bahia, e no Estado do Rio, por exemplo, se chama *gangorra* não a um balouço do segundo ou do terceiro tipo, mais precisamente ao que nós no Rio, chamamos *balanço*: ‘uma tábua pendurada de duas cordas’ (...)” (SILVA NETO, 1956, p. 47).

Essa extensão semântica observada por Silva Neto na década de 50 do século passado se faz presente neste excerto da fala do informante jovem de São Luís:

- (18) INQ. – E essa tábua que eh... essa tábua aqui ((mostrando a gravura)) que é apoiada no meio, nas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce?
 INF. – É o balanço. É o balanço.
 INQ. – E essa aqui ó ((mostrando a foto)), que é uma tábua, pendurada por meio de cordas, que a criança vai pra frente e para trás?
 INF. – Esse daí já é o balanço, mas esse daí já é diferente.
 INQ. – Para as duas tu chamas de balanço?
 INF. – Todas as duas eu chamo de balanço.
 INQ. – É? Tanto para a que a criança senta numa ponta e outra na outra é balanço e...
 INF. – E outra é. É. Essa daqui sobe e desce e essa daqui é só pra lá e pra cá.
 INQ. – Uhn rã. (homem, faixa etária I, escolaridade fundamental incompleto, São Luís).

Essa foi uma tendência observada nas duas questões (181 e 182), pois muitos foram os informantes que usaram a mesma designação tanto para o brinquedo alvo questão 181 como para o da questão 182, como é o caso do informante citado, que, apesar de usar a mesma designação para os dois referentes, deixa claro que são referentes diferentes, pois o movimento é diferente. Na sequência, apresentamos o Gráfico 8 com os percentuais de usos para as denominações obtidas e o percentual de não-respostas.

Gráfico 8 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 181



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

As demais designações para o brinquedo que sobe e desce em apoio fixo, como observamos no Gráfico 8, apresentam baixo percentual de frequência. Dentre elas se incluem *cavalo/cavalete*, com duas ocorrências (2,8%) – *cavalo*, em Imperatriz, e *cavalete*, em São Luís –, *pula-pula*, com uma ocorrência (1,4%) em São Luís, e *sunga*, com um registro (1,4%) em Balsas.

Todas essas variantes estão dicionarizadas, entretanto as definições apresentadas nos três dicionários gerais consultados, Aulete, Aurélio e Houaiss, não correspondem ao conceito presente na formulação da questão. Também nas obras lexicográficas de caráter regional, como Vieira Filho (1979), e no *Dicionário do folclore brasileiro*, de Cascudo (2012), não há registro dessas formas.

Quanto à forma *cavalete* que, como vimos, foi agrupada com *cavalo*, convém frisar que a Carta 310 do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS (ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011, p. 712-713) registra a variante em Santa Catarina (no município de Joaçaba, em Santa Clara Baixa, ponto 459), na fala de um informante de 57 anos⁴¹, e a inclui no grupo *respostas isoladas com até 04 ocorrências*. É interessante destacar ainda

⁴¹ No ALERS, em se tratando da área rural, como é o caso das localidades aqui citadas, a escolha dos informantes incidiu sobre falantes, preferencialmente, com idade entre 28 e 58 anos, analfabetos ou com pouca escolaridade, no máximo 4ª série. Foram entrevistados, preferencialmente, casais, figurando normalmente o marido ou um filho como informante principal.

que, nos pontos de inquérito do ALiMA, *cavalete* foi documentada também na resposta dada por um informante da faixa etária II (63 anos), que cursou até o 4º ano (que corresponde no regime anterior à 3ª série do Ensino Fundamental), como ilustra o excerto de sua fala:

- (19) INF. – Uhn rã. Olha, lá que eu brincava muito disso aí tinha dois nomes: é o pula-pula e o cavalete.
 INQ. – Cavalete?
 INF. – Cavalete.
 INQ. – Aí quando um sobre o outro desce.
 INF. – Justamente. Aí, por acaso, eu era maior que esse aqui ((apontando o inquiridor auxiliar)), aí eu saía duma vez ele caía lá. (homem, faixa etária II, escolaridade fundamental incompleto, São Luís).

No que diz respeito à variante cavalo, documentada em Imperatriz (ponto MA 07), cremos poder inferir tratar-se de um caso de zoomorfismo relacionado com animais que se pode cavalgar, dado o conjunto de variantes de *gangorra* presente no Aurélio e no Houaiss (e citado anteriormente), no qual se incluem, dentre outras, as formas *arre-burrinho*, *burrica*, *zanga-burrinho*(^{a42}), em que, assim como com a forma *cavalo*, ocorre um processo metafórico, que possibilita explicar a transição semântica – o ato de montar, o movimento.

Com relação à variante *pula-pula*, convém fazer duas observações que oferecem subsídios para sua validação em nossos dados: (i) tanto no Aulete (p. 1129) como no Houaiss (p. 2332), as acepções 1 e 2 do verbete **pula-pula** trazem a rubrica *Lud* (ludologia), indicando, portanto, ao consulente que o item lexical, nessas duas acepções, se situa na esfera de conhecimento que abrange o que diz respeito a jogos, passatempos, brincadeiras infantis, e (ii) a definição contida na acepção 2 desse verbete no Aulete “Qualquer brinquedo próprio para pular, como uma cama elástica ou inflável”. Essas observações nos possibilitam entender o uso de *pula-pula* para designar *gangorra* como um caso de extensão semântica. Soma-se a esse argumento o registro de *pula-pula* para designar o brinquedo em questão em outras áreas do País, a exemplo da Carta 310 do Atlas Linguístico-Etnográfico da Região Sul do Brasil – ALERS (ALTENHOFEN; KLASSMANN, 2011, p. 712-713), que documenta a variante em Santa Catarina (no município de São Lourenço do Oeste, em Nova Guaíba, ponto 406), na fala de um informante de 58 anos, e a inclui no grupo *respostas isoladas com até 04 ocorrências*. Outro exemplo o encontramos no trabalho de Ribeiro (2012, p. 647), que documenta a variante com ocorrência única em Goiás (São Domingos, ponto 119) na fala do informante da faixa etária I.

⁴² O texto de Silva Neto (1956), citado neste estudo, oferece ao leitor uma análise interessante dessas variantes de *gangorra*.

Como podemos observar as denominações *cavalete* e *pula-pula* foram mencionadas tanto em Santa Catarina como no Maranhão por informantes da faixa etária II. Em se tratando do Maranhão, como vimos no exemplo 17, essas duas designações para *gangorra* foram dadas pelo mesmo informante.

Quanto à *sunga* que, como assinalamos, não está dicionarizada com a acepção investigada, também não a encontramos registrada nem nos atlas nem nas teses e dissertações consultados. Entretanto a informante jovem de Balsas (ponto MA09 demonstra convicção ao usar a denominação para se referir ao brinquedo, como podemos observar no excerto de sua fala transcrito a seguir.

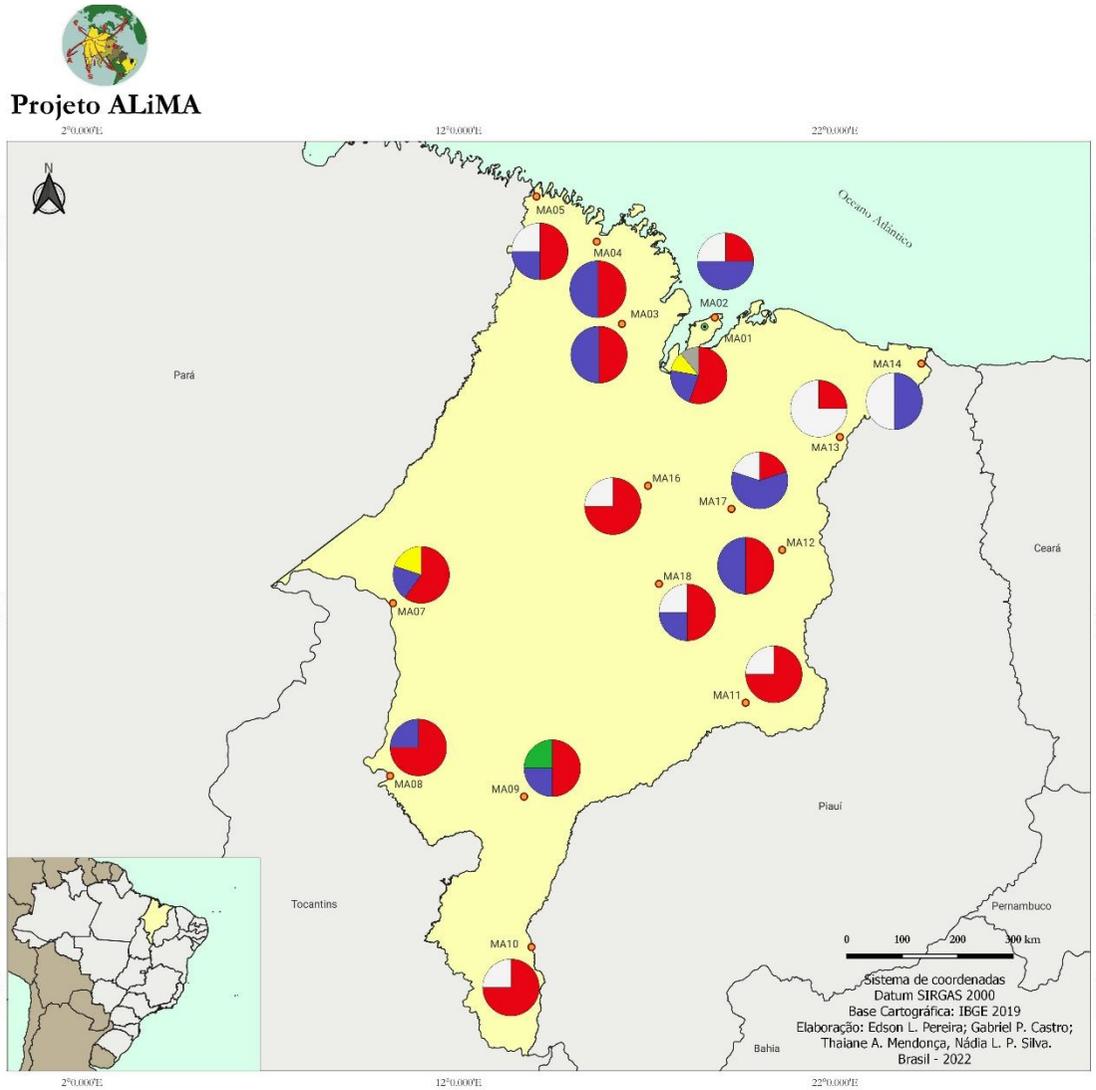
- (20) INQ. – ... uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce? Mímica.
 INF. – Aqui chama de sunga...que sobe e desce...sobe e desce.
 INQ. – Sobe e desce que quando uma criança está lá em cima a outra está lá embaixo?
 INF. – É, é sunga. (mulher, faixa etária I, Balsas).

Essa convicção da informante nos estimulou a fazer nova pesquisa lexicográfica que nos levou ao verbo *sungar*, que, de acordo com o Cunha (1996, p. 743), significa “‘erguer’ ‘levantar’”, proveniente do quimbundo *sunga*. Essa procedência é confirmada por Castro (2001), em sua obra *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*, em que lemos o seguinte: “**SUNGA(R)** (banto) 1.(º BR) -v. puxar para cima, suspender o cós de calças ou saias; subir, trepar, erguer qualquer coisa. Kik./ Kimb. *sunga*, puxar para cima, levantar (...)” (CASTRO, 2001, p. 338). Considerando essas informações, cremos que o traço – movimento, movimento para cima – presente no item lexical *sunga*, no quicongo/ quimbundo oferece subsídios para validar essa forma como uma variante de *gangorra*. Cremos, portanto, ser uma hipótese provável.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *gangorra* acerca do povoamento do Maranhão

Esta questão apresenta algumas boas discussões, como o compartilhamento da denominação *balanço* entre esta e a questão 182, a distinção entre os dois itens parece ser o movimento. No que concerne à nossa hipótese, esta questão não parece apresentar substâncias indícios que demonstrem existir um condicionamento das frentes povoadoras maranhenses nas denominações registradas. Na carta, a seguir, as denominações registradas no Maranhão podem ser observadas de forma mais clara.

Carta Linguística 11 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para Gangorra



CARTA L8

Gangorra
Denominações Registradas
no Maranhão

181 - "Como se chama uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce?"

4.2.9 *Balouço*

O conceito apresentado na questão 182, “uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás?”, obteve um total de 11 denominações: *balanço/balancinho*, *balançador*, *embalador*, *balacente*, *estar (>tá) balançando*, *balançando*, *balouço*, *trapézio (> trapéís)*, *carrossel* e *balão*, além de um número baixo (3) de não-obtidas, distribuídas entre três pontos de inquérito, Raposa, Brejo e Araioses, com ocorrência, nas três localidades, na fala do informante homem, da faixa etária II. Registramos, ainda, uma denominação que não foi validada (*canoinha*), também registrada em Araioses. Desse conjunto de variantes, fizemos um agrupamento que teve como critério a presença de formas que apresentam o mesmo radical – *balanço*, *balouço*, *balancinho*, *balançador* e *balancete* –, ressaltando que as denominações *estar balançando*, *balançando* (que é uma simplificação do sintagma verbal, com a omissão do verbo auxiliar *estar*) e *embalador*, mesmo apresentando o radical *bal*, não foram incluídas nesse agrupamento pelas seguintes razões: em se tratando *estar balançando*, porque temos a presença de um sintagma verbal, e de *embalador*, porque temos um processo de formação que não envolve apenas a sufixação, como ocorre com as formas que foram agrupadas com *balanço*, já que *embalador* é formado por *embalar* (em que temos *em* + o radical *bal-*) + *-dor*. Isso nos levou ao seguinte quadro de denominações:

Quadro 10 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 182

Municípios	Balanço	Embalador	Trapézio	Carrossel	Balão	N.O.
São Luís	8	0	0	0	0	0
Raposa	3	0	0	0	0	1
Pinheiro	3	2	0	0	0	0
Turiaçu	4	0	0	0	0	0
Carutapera	4	0	0	0	0	0
Imperatriz	4	0	0	0	0	0
Carolina	3	0	1	0	0	0
Balsas	3	0	0	1	0	0
Alto Parnaíba	3	1	0	0	1	0
Tuntum	4	1	0	0	0	0
Bacabal	4	0	0	0	0	0
S. J. dos Patos	6	0	0	0	0	0
Codó	4	0	0	0	0	0
Caxias	4	0	0	0	0	0
Brejo	3	0	0	0	0	1
Araioses	2	0	0	0	0	2
Total	62	4	1	1	1	4

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Como vimos no subtópico anterior, o conceito apresentado na questão 182, “uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás”, compartilhou com o conceito presente na questão 181, “uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce”, duas designações: *balanço* e *balançador* que, em ambas questões, foram agrupadas e que obtiveram uma significativa produtividade no conjunto das respostas dadas às duas questões: na questão 181, representam a segunda forma mais produtiva, perdendo apenas para *gangorra*, e, na questão 182, excedem, sensivelmente, as demais denominações, ocupando o primeiro lugar entre as formas mais usadas e com registro em todos os 16 pontos de inquérito do ALiMA, não indicando, portanto, condicionamento referente às frentes povoadoras do Maranhão. Contudo, vale ressaltar que, nesse agrupamento, chamou-nos a atenção a diatopia da forma *balouço*, uma forma mais antiga, documentada apenas em São Luís e com uma única ocorrência registrada na fala da informante da faixa etária II, com nível de escolarização universitário. Convém frisar, ainda, que nos dados do Maranhão coletados para o ALiB o uso da forma *balouço* se verifica também somente em São Luís, com três ocorrências, sendo todas elas registradas na fala de informantes da faixa etária II, dois deles com nível de escolarização universitário e um com o ensino fundamental. Dessas três ocorrências de *balouço* nos dados do ALiB, duas foram usadas para designar “uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás” e uma para nomear “uma tábua apoiada no meio, em cujas pontas sentam duas crianças e quando uma sobe, a outra desce”. Ramos, Bezerra e Rocha (2011), no trabalho com dados das

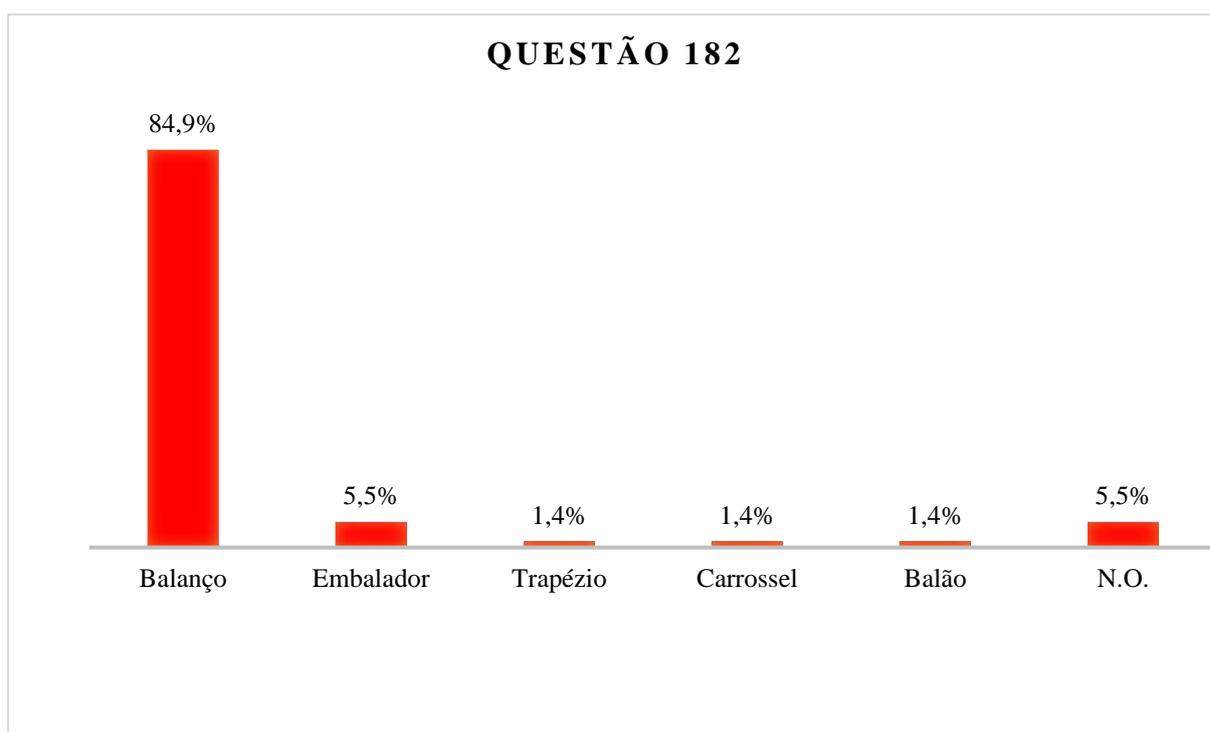
localidades maranhenses que integram a rede de pontos de inquérito do ALiB, intitulado *Jogos e brincadeiras infantis no Maranhão: um estudo da variação lexical*, já haviam destacado a presença de *balouço* apenas em São Luís, zona de influência colonizadora europeia e ponto de partida da Frente Litorânea.

Com duas ocorrências, registramos as denominações *embalador*, que se concentra em Pinheiro (ponto MA03) e (*estar*) *balançando*, que se distribui equitativamente entre Alto Parnaíba (ponto MA10) e Tuntum (ponto MA18). Com relação à forma *embalador*, Portilho (2013) também a documentou em Tefé, no Amazonas, com uma única ocorrência.

Com ocorrências únicas, temos *trapézio*, em Carolina (ponto MA08), *carrossel*, em Balsas (ponto MA09) e *balão*, em Alto Parnaíba (ponto MA10).

O Gráfico 9, a seguir, apresenta os percentuais de ocorrência de todas as denominações registradas e das não-obtidas.

Gráfico 9 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 182



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Com relação à dicionarização, cabe destacar que, com exceção das denominações *balanço* e *balouço*, todas as demais designações documentadas ou não constam nas obras lexicográficas consultadas, a exemplo de *balancinho*, *balançador* e *estar balançando*, ou estão registradas com acepções que não correspondem ao conceito apresentado na questão 182.

Contudo, tanto *balancinho* como *balançador* se fazem presentes nos dados analisados por Ribeiro (2012) e por Portilho (2013).

Do grupo das ocorrências únicas, *trapézio* (> *trapéis*), registrada na fala de uma mulher da faixa etária II de Carolina, como exemplifica o excerto a seguir, também aparece em Januária – Minas Gerais (ponto 127 do ALiB), na fala do informante 3, portanto também da faixa etária II, como mostra Ribeiro (2012), e em Marabá – Pará, como evidencia Portilho (2013).

- (21) INQ. – E uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás? ((mostrando a foto)).
 INF. – É o trapéis, num é?
 INQ. – Como é que chama aqui?
 INF. – Trapéis. (mulher, faixa etária II, Carolina).

Quanto a *carrossel*, também pertencente ao grupo das ocorrências únicas, como evidencia o exemplo 20, a seguir, compartilha com as demais designações traços comuns – o movimento, o balouçar.

- (22) INQ. – Como se chama uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás? ((mostrando a foto)).
 INF. – Carrossel. Aqui a gente chama de carrossel, que a pessoa fica sentada na cadeira de balancinho.
 INQ. – Aí vai pra frente e pra trás? É carrossel?
 INF. – É. (mulher, faixa etária II, Balsas).

Balão, último item do grupo de ocorrências únicas, até onde pudemos investigar, não o encontramos documentado como designação para o conceito apresentado na questão 182, entretanto o excerto da fala da informante nos leva a crer que é possível validar a forma.

- (23) INQ. – E uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás? ((mostrando a foto)).
 INF. – Está balançando.
 INQ. – É, e como é o nome desse brinquedo?
 INF. – Aqui a gente chama de balão.
 INQ. – Balão?
 INF. – Balão. (mulher, faixa etária I, Alto Parnaíba).

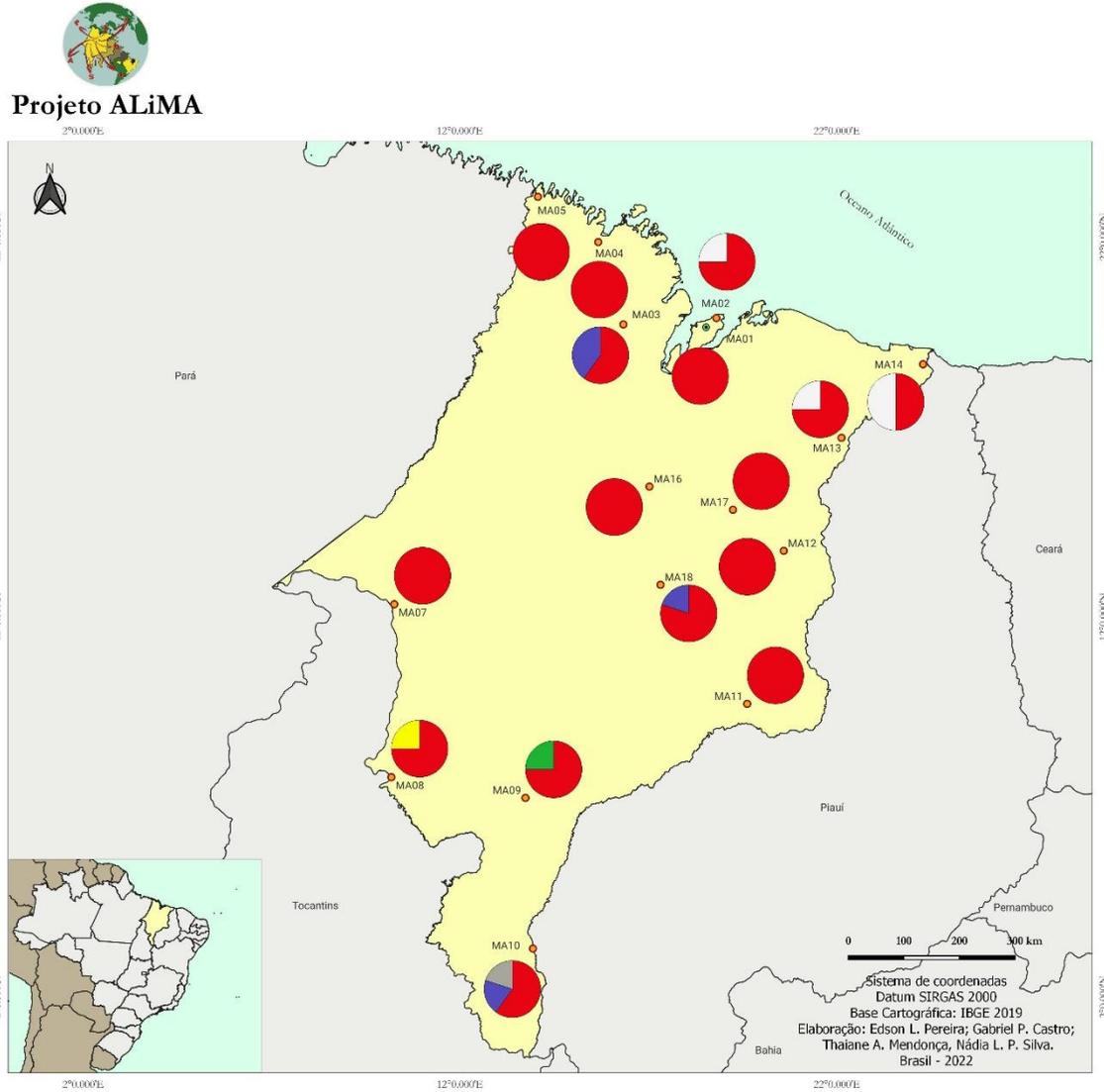
Além das 11 designações analisadas, registramos a forma *canoinha*, que, embora apresente o traço de movimento, não foi por nós validada porque o informante que a empregou admitiu tratar-se de algo parecido com o *balouço*, mas que, de fato, não era o brinquedo que lhe fora apresentado, como evidencia o excerto de sua fala:

- (24) INQ. – Como se chama uma tábua, pendurada por meio de cordas, onde uma criança se senta e se move para frente e para trás? ((mostrando a foto)).
 INF. – Aqui nois brincava, mas só que era de canoinha. Quase esse sistema aí, só que era umas canoazinhas, tá. Ficava duas pessoas, uma do lado, outra do outro, só que é tipo isso aqui mesmo, balançando. (homem, faixa etária I, Araiões).

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *balanço* acerca do povoamento do Maranhão

Merece destaque nesta questão a quantidade de designações para o brinquedo que ou não constam nas obras lexicográficas consultadas ou estão registradas com acepções que não correspondem ao conceito apresentado na questão objeto da análise, mas que compartilham um traço comum, o movimento, o que possibilita um deslizamento semântico. Mais particularmente com relação à hipótese que investigamos, o item *balouço* nos oferece subsídios, já que a denominação foi registrada em São Luís, área geográfica de onde partiu a Frente Litorânea e que representa, portanto, a influência colonizadora europeia. A Carta L9 sintetiza as informações desta questão de forma mais clara.

Carta Linguística 12 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para balanço



CARTA I.9

4.2.10 *Esconde-esconde*

Com esta questão começamos nossa análise do segundo grande bloco de questões, isto é, o bloco formado pelas questões que têm como foco jogos e brincadeiras de correr e pular. São elas: 168, 175, 176, 177, 178, 179 e 183. No interior desse bloco, partimos do bloco menor formado pelas questões 175, 177 e 178.

A questão 175, que apura as denominações para o conceito “a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras”, obteve um total de 9 denominações (contando os agrupamentos⁴³) consideradas válidas, a saber: *esconde-esconde*, *salva-latinha*, *pegador*, *mancha*, *pique-esconde*, *pira se esconde*, *pega-pega*, *pega-ladrão*, *esconderijo*, além de 11 respostas não-obtidas. A distribuição das denominações com os agrupamentos pode ser observada no Quadro 11, a seguir.

⁴³ Os agrupamentos serão explicados mais adiante.

Quadro 11 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 175

Municípios	Esconde-esconde	Pegador	Salva-latinha	Da mancha	Pega-pega	Pique esconde	Pira se esconde	Pega-ladrão	Esconderijo	N.O.
São Luís	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Raposa	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Pinheiro	3	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Turiaçu	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1
Carutapera	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1
Imperatriz	2	0	1	0	1	0	0	0	0	1
Carolina	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Balsas	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alto Parnaíba	2	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Tuntum	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacabal	1	3	0	0	0	0	0	0	0	1
S. J. dos Patos	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Codó	2	0	0	0	0	0	0	1	1	0
Caxias	3	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Brejo	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Araioses	1	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Total	45	5	2	2	2	1	1	1	1	11

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Conforme observamos, o agrupamento *esconde-esconde*, (*se*) *esconde*, *esconde*, *brincar de esconde* (*r*), *brincar de se esconder*, *brincadeira de esconde* e *brincar escondido* foi o mais produtivo, perfazendo um total de 45 ocorrências, não demonstrando qualquer condicionamento diatópico que acompanhe o povoamento do Estado. A denominação já chama atenção para o item principal da brincadeira, a palavra *esconder*, que é a ação que os participantes devem executar durante a brincadeira. Tanto nos dados apresentados por Ribeiro (2012) como nos apresentados por Portilho (2013) e no ALERS (2011), a forma *esconde-esconde* foi a denominação mais produtiva para a brincadeira. Essa forma está registrada nos três dicionários gerais consultados com o mesmo significado apresentado na questão ora analisada. Considerando nossos dados, vale ressaltar que o Houaiss (p. 1207) bem como o Aurélio (p. 798) apresentam as formas *manja* e *pegador*, dentre outras, como variantes de *esconde-esconde*.

Pegador registra cinco ocorrências, três em Bacabal, uma em Turiaçu e uma em Caxias. Essa denominação também apresenta registro na questão 177 (cinco ocorrências) e 178 (uma ocorrência), há, desse modo, um compartilhamento de denominações. Um dos informantes, no entanto, ratifica o uso dessa denominação também para esta questão (175):

- (25) INQ. – Como se chama a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – Pegadô, esconde-esconde.
 INQ. – Esconde-esconde e pegadô é a mesma coisa?
 INF. – É. Pra nós, aqui, é. (mulher, faixa etária II, Bacabal).

Como podemos observar, a informante usa as denominações *esconde-esconde* e *pegador* para a mesma brincadeira, reforçando ao fim que é a mesma coisa.

O agrupamento *brincar da mancha*⁴⁴ e *da mancha* apresenta dois usos em Araiões. Cremos que essa forma seja uma variante fonética de *manja*, tendo em vista que o terceiro segmento dos itens *mancha* e *manja* compartilham os mesmos traços – fricativo, alveopalatal – com exceção apenas do traço de sonoridade: surdo em *mancha* e sonoro em *manja*.

Mancha é também usada como denominação na questão 177 e na 178. Uma das informantes, quando indagada, confirma que *mancha* e *esconde-esconde* nomeiam a mesma brincadeira.

- (26) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – Da mancha, esconde-esconde.
 INQ. – Como foi o primeiro nome que tu disseste?

⁴⁴ Trataremos mais desta denominação na questão 178.

INF. – Da mancha
 INQ. – Da mancha?
 INF. – Sim. (mulher, faixa etária I, Araiões).

O agrupamento *pega-pega* e *do pega* foi registrado duas vezes, uma pela informante da faixa etária II de Carutapera e outra em Imperatriz, por um homem, da faixa etária I. Notamos, entretanto, que essa é também a denominação favorita dos maranhenses para a questão 177, apesar deste fato e de a forma ter sido registrada duas vezes nesta questão, a informante confirma a denominação para a brincadeira.

(27) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – Num é o pega-pega que chamam?
 INQ. – É? Queira saber como vocês chamam. É o *pega-pega*? É desse jeitinho que tô te dizendo?
 INF. – É, fecha o olho, vai... “vou te pegar”...
 INQ. – Ah, então estamos falando da mesma brincadeira. (mulher, faixa etária II, Carutapera).

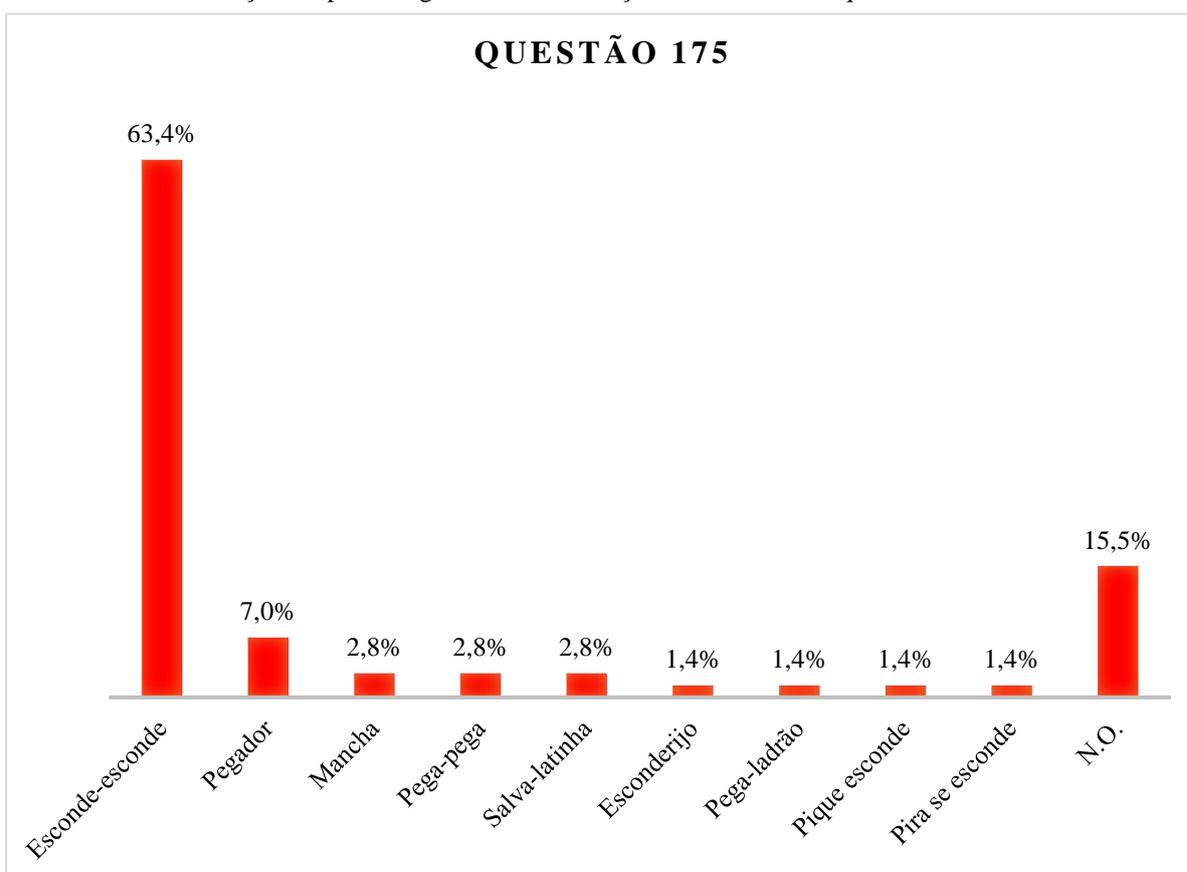
O outro informante a utilizar essa denominação foi um homem de Imperatriz, da faixa etária I, que também nomeou a brincadeira em questão como *salva-latinha*. Em Ribeiro (2012), *salva-latinha* aparece no grupo de *respostas únicas*, com registro em Goiás, mas para designar a brincadeira objeto da questão 177 (do QSL do ALiMA que corresponde à questão 162 do ALiB). Mesmo a informante afirmando que se trata da mesma brincadeira, em *salva-latinha* há introdução de um novo elemento, a lata, que na descrição apresentada é parte importante na brincadeira.

(28) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – Uma bricadêra...
 INQ. – Ela fecha os olhos depressinha enquanto os outros vão, vão pra um lugar onde não são vistos, depois, a que fechou os olhos vem de olhos abertos vem procurar as outras?
 INF. – Do pega, salva-lata, salva-latinha, do pega.
 INQ. – Como é essa... essa salva-atinha e do pega?
 INF. – Salva-latinha, a pessoa fecha os olhos, tem uma lata... aí as pessoas correm e se escondem, aí ele abre o olho e... as pessoas... eu num lembro mais, faz tanto tempo que eu brinquei, né, de salva-lata, tem um... tem muito tempo já que eu brinquei de salva-latinha. Ah, ele vai procurá as pessoas que tão escondida, após um certo tempo que a pessoa se escondeu, aí ele vai procurá, aí... enquanto ele procura, vem um e derruba a lata, aí salvou aqueles ôtros que ele... porque se ele encontrá, aqueles que ele foi procurá, é o, é o próximo que vai procurá os outros na mesma forma que ele tava brincando.
 INQ. – Ah, então nós estamos falando de brincadeiras diferentes, não? (*inint.*)
 INF. – Não, é a mesma.
 INQ. – É a mesma brincadeira?
 INF. – É a mesma. É porque ele tá com os olhos fechado, aí as pessoas vão se escondê, eles vão dos... vão se escond... se escondê, aí se esconde, aí ele abre o olho e vai procurá, quando ele vai procurá, aí vem um que tá escondido e tem que

derrubá a lata, porque se não derrubá, aí, aí, ele encontrá uma pessoa primêro é aqueles que vai sê o próximo da, da brincadêra. Chama salva-latinha.
 INQ. – Ah, certo. (homem, faixa etária I, Imperatriz).

Apesar de esta brincadeira se utilizar de uma lata, parece ser um movimento natural de atualização de algumas brincadeiras; por essa razão, a brincadeira descrita pelo informante apresenta muitos dos traços presentes no conceito da questão 175. As denominações consideradas válidas podem ser observadas no gráfico, a seguir.

Gráfico 10 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 175



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Como podemos observar, as denominações *pique-esconde*, *pira se esconde*, *pega-ladrão* e *esconderijo* foram registrados apenas uma vez, perfazendo um total de 1,4% das ocorrências, configurando-se, portanto, como *hápax legomenon*; algumas delas parecem se referir a uma forma muito particular de como o falante enxerga a realidade que o circunda, não sendo representativa do Município em si. Há, ainda, algumas denominações que não foram consideradas válidas, como *advinhar*, *jorococô* e *terecô*.

Pique-esconde, usado uma única vez por uma mulher da faixa etária I, de Turiaçu, se relaciona diretamente com o conceito apresentado na questão em análise, a informante apresenta uma descrição minuciosa da brincadeira.

- (29) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – pique-esconde.
 INQ. – É assim que vocês chamam? Como é esse aqui?
 INF. – Pique-esconde é quando a pessoa fica no canto escondida, os outros vão se esconder, quando demora vai procurar, esse que achar fica no lugar.
 INQ. – Com o olho aberto?
 INF. – Com o olho aberto. (mulher, faixa etária I, Turiaçu).

A denominação está registrada no trabalho de Ribeiro (2012), na Bahia, nos municípios de Seabra e Salvador. Portilho (2013) também a registra com um percentual de 3%, ao estudar o *falar amazônico*. Em se tratando do Maranhão, essa designação só foi registrada na área de expansão da Frente Litorânea.

Pira se esconde foi registrada uma única vez, em Carutapera, por uma mulher da faixa etária I, a informante não foi instigada a descrever a brincadeira, no entanto, na denominação utilizada percebemos a presença do elemento “esconde”, presente em várias denominações para essa questão, mas, neste caso, essa palavra é antecedida pela palavra “pira”, que, nos dicionários consultados, não apresenta registro. A seguir, a fala da informante.

- (30) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – Pira se esconde.
 INQ. – Como é?
 INF. – Pira se esconde.
 INQ. – Pira se esconde, é? (mulher, faixa etária I, Carutapera).

Pega-ladrão é mais uma denominação com apenas um registro. O informante, apesar da hesitação inicial, confirma o uso desta forma.

- (31) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – Brinquei... pega-ladrão... Não, num é esse não...
 INQ. – Como é o pega-ladrão?
 INF. – [longa pausa] É esse é o pega-ladrão mesmo.
 INQ. – É assim que vocês brincavam? Fechava os olhos...
 INF. – E o outro saia, se escondia e a gente ia procurar.
 INQ. – Hum. (homem, faixa etária I, Codó).

Esconderijo também só foi usado uma única vez, por uma mulher, da faixa etária II, de Codó. Sobre a denominação, a informante confirma que brincava quando criança.

- (32) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – Esconderijo.
 INQ. – A senhora brincou quando era criança de esconderijo?
 INF. – Uhn rã, ora, me escondia demais.

A denominação *esconderijo* traz consigo algo presente na brincadeira, que é o fato de a criança procurar um lugar para se esconder durante a execução.

No que concerne às respostas não-obtidas, somam-se a elas três denominações que não foram consideradas válidas, perfazendo, desse modo, 11 não-obtidas. As denominações que não foram consideradas válidas são: *adivinhar*, *jorocorô*, *terecô*.

Adivinhar foi registrada uma única vez em Turiaçu, por um homem da faixa etária II, que demonstra uma certa hesitação, não respondendo à pergunta que lhe foi feita com convicção.

- (33) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – caba-cega.
 INQ. – mas essa, é... Tá só com os olhos fechado, e aí as outras vão para um lugar aonde não são vistas.
 INF. – Pra' divinhá?
 INQ. – É, fica assim a brincadeira, uma...
 INF. – Adivi...
 INQ. – ...uma fecha os olhos, e as outras corem pra um lugar aonde não são vistas, depois a que tava de olho fechado vai procurar as outras.
 INF. – Adivinhá.
 INQ. – Adivinhar?
 INF. – uhñ. (homem, faixa etária II, Turiaçu).

A hesitação ao responder fica clara quando o informante pergunta se a brincadeira é “pra adivinhar”. Cremos, portanto, tratar-se de um daqueles casos em que o informante, para não deixar a pergunta sem resposta, situação que lhe parece incômoda, responde algo que pode, como assinala Silva (2006, p. 48), “(...) ser influenciado pela imaginação e/ou pela formação do indivíduo.”. A forma está dicionarizada, mas com outra acepção.

A denominação *jorocorô*, também não-validada, foi registrada somente em Carutapera, por um homem da faixa etária II que descreve a brincadeira, após a reformulação da pergunta. Esse diálogo, pode ser observado no excerto de sua fala, transcrito, a seguir.

- (34) INQ. – ... a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – No meu tempo chamava de pata-cega, no meu tempo era assim, marrava um pano, girava a pessoa, vamos supor, aí a pessoa pegava uma vassoura pra bater em alguém, aí você, mas como você vai vê se tá marrado aqui, tá girado... a pessoa fica rindo... aí se você tá pra cá, ela vai pra cá...
INQ. – Essa o senhor chama de pata-cega?
INF. – Aí chamava de pata-cega.
 INQ. – Agora essa que eu lhe falei ela tá só com os olhos fechado, não bota nada nos olhos dela, aí depois ela abre os olhos e vai procurar...
 INF. – A gente brincava, esse tipo, assim, pra se esconder e a pessoa ir atrás... brincava um tal de jorococô...
 INQ. – Jorococô?
 INF. – Jorococô. (homem, faixa etária II, Carutapera).

O informante em sua primeira denominação, chama a brincadeira em questão de *pata-cega*. Essa confusão entre as questões 175 e 176 foi recorrente entre os informantes de diversas localidades, e o que observamos, nesses casos, é que, quando, o inquiridor reformula a pergunta pontuando que não se coloca nada nos olhos da pessoa e que ela apenas fecha os olhos, os informantes, como acontece neste caso de Carutapera, apresentam uma outra denominação. Ainda com relação a este caso de Carutapera, é possível perceber que o informante pontua alguns traços da brincadeira, como por exemplo “pra se esconder e a pessoa ir atrás”, logo após o esclarecimento da inquiridora, mas o uso da expressão *um tal de*, pejorativa, denotativa de desdém, usada antes da denominação dada à brincadeira, e a falta de subsídios (apoio em obras lexicográficas e trabalhos acadêmicos) para validar a resposta nos levaram a não incluir essa forma no rol das variantes consideradas válidas.

Terecô foi outra denominação a não ser considerada válida em face da aparente hesitação do informante, como podemos observar no excerto de sua fala a seguir, e de a palavra nomear uma religião bastante conhecida no Maranhão, sobretudo em Codó (ponto MA17).

- (35)INQ. – Como se chama a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?
 INF. – Esse aí a gente cham... É caba-cego.
 INQ. – Mas não é aquele que fica com os olhos vendados. Ele só fecha enquanto as pessoas se escondem.
 INF. – Pois é, aquele é terecô (inint) Com'ê.... com'ê qu'eles chamo, meus Deus? Não é terecô, não. Terecô é...
 INQ. – É a dança.
 INF. – É a bazunga.
 INQ. – (Risos)
 INF. – Eh...
 INQ. – Terecô é o que que o senhor falou?
 INF. – É bazunga.
 INQ. – Bazunga?
 INF. – Uhn, uhn. Aí, ela é... Com'ê que chamo, meu Deus?
 INQ. – É que essa daqui é assim: a criança fecha os olhos só enquanto os outros se escondem. Aí, depois que tá todo mundo escondido, ele tem que achá.
 INF. – Aí, ele vai atrás, né?
 INQ. – Não lembra o nome? Depois a gente retoma essa daí.
 INF. – Esse... chamo de terecô isso daí também.
 INQ. – É?
 INF. – É. (homem, faixa etária II, Brejo).

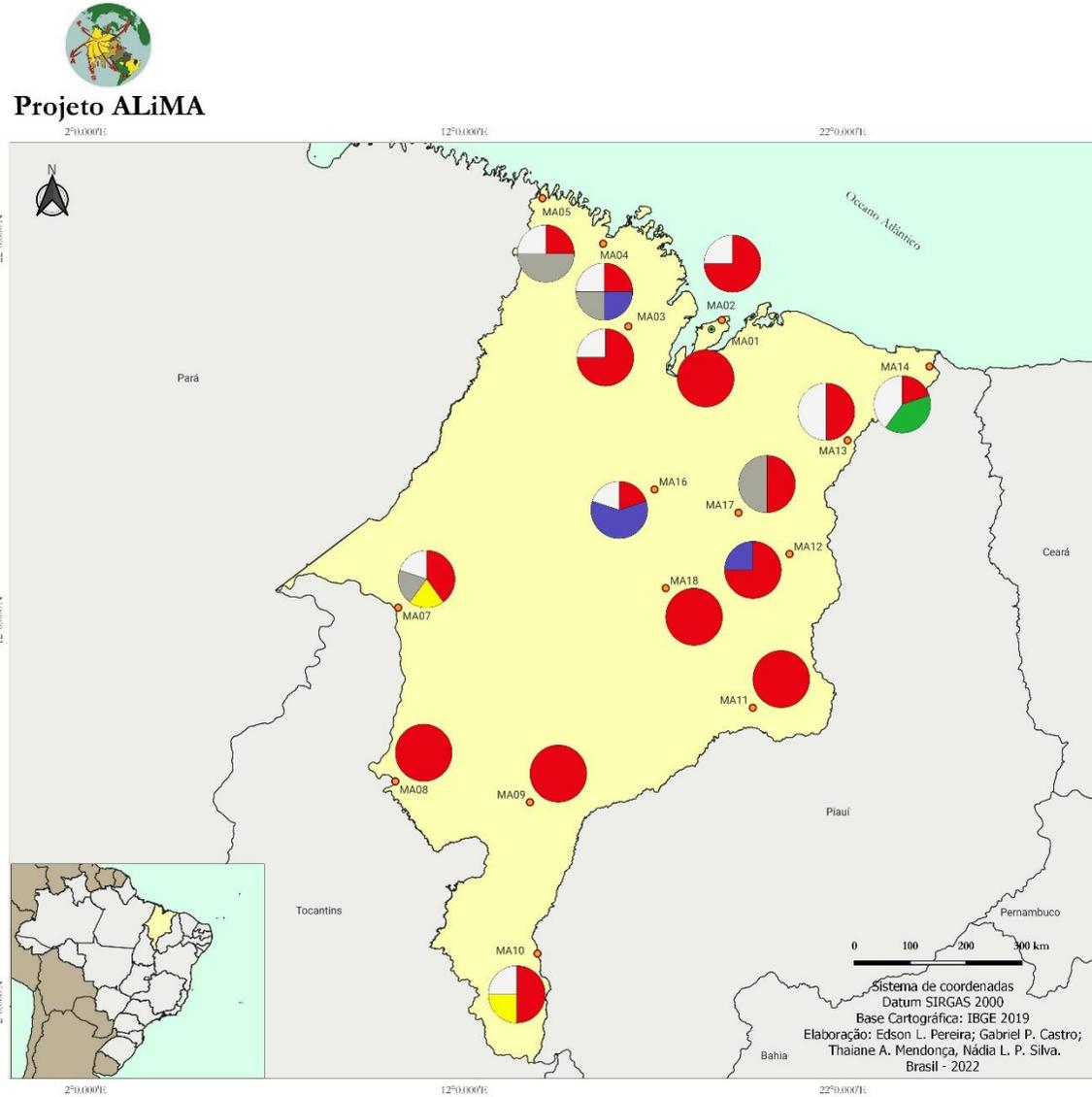
Como observamos, o informante apresenta uma certa confusão buscando se lembrar da denominação da brincadeira objeto da questão 175. Sua fala, com podemos observar, apresenta hesitações, dúvidas com relação ao que afirma, a exemplo do trecho “Com'ê qu'eles chamo, meu Deus? Não é terecô, não. Terecô é...”

Com relação à dicionarização, convém assinalar que tanto *jorocorô* como *terecô* não se encontram registrados nas obras lexicográficas selecionadas para este estudo.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *esconde-esconde* acerca do povoamento do Maranhão

Nesta questão o que chama atenção é a grande quantidade de resposta que foram registradas uma única vez, denotando uma visão muito particular do informante sobre a questão inquerida. Chama atenção, ainda, denominações compartilhadas com as questões 177 e 178. Com relação a nossa hipótese, cremos que não haja uma forma peculiar característica de uma das frentes de povoamento para designar a brincadeira alvo da questão 175, já que *esconde-esconde* foi a forma mais produtiva nas localidades cujo povoamento se deve à Frente Litorânea como também o foi naqueles pontos de inquérito cujo processo de ocupação se deu via Frente Pastoril. A Carta L10, a seguir, demonstra uma visualização completa das denominações do Maranhão.

Carta Linguística 13 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para esconde-esconde



**Esconde-esconde
Denominações Registradas
no Maranhão**

175 - "Como se chama a brincadeira em que uma criança fecha os olhos, enquanto as outras correm para um lugar onde não são vistas e depois essa criança que fechou os olhos vai procurar as outras?"

Realizações em %

- Esconde-esconde
- Pegador
- Salva-latinha
- Mancha
- Outras
- Não-obtida

4.2.11 A brincadeira do *trisca*

Para “uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado”, conceito presente na questão 177, foram obtidas 13 denominações – *pega-pega*, *(se) pegar*, *brincadeira do pega*, *cola*, *pegador*, *pira*, *trisca*, *(da) mancha*, *jaú*, *ganzola*, *estátua* e *salva-cadeia* –, além das quatro que consideramos inadequadas, a saber: *boca de forno*, *cruzadinha*, *queima* e *tô ligado*.

As formas *pega-pega*, *(se) pegar* e *brincadeira do pega*, agrupadas, foram as que obtiveram o maior número de realizações, 18, sendo seguidas por *cola*, *cola-cola*, que, também agrupadas, somaram 11 ocorrências. Merecem destaque, ainda, *pegador*, com cinco ocorrências, *pira*, com três e *trisca* e *mancha*, com duas cada. Com ocorrências únicas temos *jaú*, *ganzola*, *estátua* e *salva-cadeia*. Essas denominações podem ser visualizadas no quadro, a seguir.

Quadro 12 – Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 177

Municípios	Pega-pega	Cola	Pegador	Pira	Mancha	Trisca	Ganzola	Jaú	Estátua	Salva cadeia	N.O.
São Luís	2	2	4	0	0	0	0	0	0	0	2
Raposa	1	2	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Pinheiro	2	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Turiaçu	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	2
Carutapera	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3
Imperatriz	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	2
Carolina	3	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Balsas	1	2	0	0	0	0	0	0	0	1	0
Alto Parnaíba	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Tuntum	1	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1
Bacabal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
S. J. dos Patos	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Codó	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Caxias	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Brejo	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Araioses	0	1	0	0	2	0	0	0	0	0	1
Total	18	11	5	3	2	2	1	1	1	1	27

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Agrupamos as denominações *pega-pega*, *se pegar* e *brincadeira do pega*, sob o rótulo de *pega-pega*. A denominação foi registrada 18 vezes nos municípios maranhenses, estando presente em todas as mesorregiões do Estado; apenas em Carutapera, Bacabal e Araioses, não foi documentada, o que leva a crer que não haja um condicionamento do ponto de vista diatópico a se considerar a hipótese de nossa pesquisa, porém há uma tendência de uso desta forma por aqueles informantes mais jovens: das 18 ocorrências documentadas, 11 foram registradas na fala da faixa etária I. Nos dados analisados por Ribeiro (2012), *pega-pega* foi também a variante mais comum.

Com relação ao registro nos dicionários, os três dicionários gerais consultados registram *pega-pega* com a informação “o mesmo que *pique*”, brincadeira infantil (o Aulete e o Houaiss), e com a remissiva para *pique* (o Aurélio). As três obras definem *pique* como brincadeira infantil em que uma criança deve pegar alguma das outras antes que esta chegue a um ponto combinado.

Cola foi agrupada junto com *cola-cola*, sob o rótulo de *cola*. Essa denominação foi registrada 11 vezes, não tendo sido registrada apenas em duas mesorregiões, Oeste Maranhense e Centro Maranhense. Portilho (2013) registra a forma *cola* e a insere no agrupamento *Outras*, e, no *Quadro de Variantes de Pega-pega* que acompanha a Carta 307 do ALERS (2011, p. 706), encontramos o elemento *cola* na formação das seguintes variantes da brincadeira ora analisada: *mãe cola* e *pique de cola-cola*. Quanto à dicionarização, encontramos nas obras consultadas apenas a forma *cola*, mas com outras acepções.

Pegador, com cinco ocorrências, foi à terceira denominação mais popular no Estado, com quatro ocorrências em São Luís e uma em Codó. Dessa forma, percebemos ser uma denominação bem mais comum na capital maranhense. Essa forma, segundo Ribeiro (2012) se faz presente nos dados que analisa tanto na área do *falar baiano* como na de *controle* de sua pesquisa. Nos dicionários gerais consultados, *pegador* aparece como variante de *pique*.

Com três ocorrências distribuídas equitativamente entre Turiaçu, Carutapera e Carolina, registramos a denominação *pira*. Com relação a essa denominação, algo que nos chama a atenção é o fato de ela ter sido registrada apenas entre os informantes mais jovens, o que pode gerar algumas indagações: (i) é uma forma inovadora no Estado? e (ii) qual a motivação para uso dessa denominação?

O informante de Carutapera faz uma descrição da brincadeira apresentando, ainda, variações, conforme podemos observar, a seguir:

- (36) INQ. – ... uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado?
 INF. – Pira.
 INQ. – Como é essa? É desse jeito?

INF. – Pira tem vários tipos, pira-alta, pira colou-ficou...

INQ. – Como é? Me explica aí?

INF. – Pira-alta tem que correr no canto pra pessoa se trepar e ficar no alto pro outro não colar e a pira colou-ficou porque a gente cola uns aos outros e eu cole a senhora, a senhora já fica pra colar os outros... (homem, faixa etária I, Carutapera).

Quanto à dicionarização, constatamos que *pira* consta nos três dicionários consultados, mas com outras acepções. Contudo, vale ressaltar que o fraseologismo *dar o pira*, com registro no Aurélio, no Aulete e no Houaiss, dá-nos uma contribuição para compreender melhor o uso da forma *pira* para designar a brincadeira em questão, já que *dar o pira* significa *sair apressadamente, fugir, escapar*, ações que, durante a brincadeira, as crianças deve fazer para não serem pegadas.

Trisca obteve duas ocorrências, ambas em Tuntum e registradas na fala dos informantes da faixa etária II. A denominação faz referência a um movimento comum na brincadeira, de tocar/triscar nos outros, e essa ideia é reiterada por alguns informantes que, ao descreverem a brincadeira, utilizam o verbo *triscar* para se referir ao ato de tocar/colar o outro. A denominação em questão também foi registrada, segundo o trabalho de Ribeiro (2012), em alguns municípios de estados do Nordeste, como Bahia, Pernambuco e Piauí, o que pode indicar um processo de influência na denominação aqui usada no município de Tuntum, município surgido a partir de desmembramento de outros territórios do Sertão de Pastos Bons. Um dos informantes descreve a brincadeira do seguinte modo:

(37) INQ. – ... uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado?

INF. – É o trisca. “Vamo brinca do trisca?”, “vamo”. Aí trisca um, corre, pula lá no... aquilo lá, né?

INQ. – É... (homem, faixa etária II, Tuntum).

Já (*da*) *mancha* é outra denominação que foi registrada duas vezes, ambas em Araisões, sendo uma ocorrência na fala do homem da faixa etária I e a outra na fala da mulher da faixa etária II. Neste caso parece existir um processo metonímico, de substituição de parte da brincadeira por sua totalidade, pois *mancha* é também uma forma utilizada para nomear o ponto combinado, no qual, quando o brincante toca, ninguém pode mais pegá-lo. Assim, esses dois informantes chamam de *mancha* tanto a brincadeira, quanto o ponto combinado.

(38) INQ. – ... uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado? Nessa tá todo mundo de olho aberto, mas o, tem que correr pra pegar o outro.

INF. – Também é a mehma coisa. É a da mancha.

INQ. – É?

INF. – É. Só que é de olho aberto.

INQ. – É de olho aberto essa que eu tô falando agora.

INF. – Uhn rû. É, pois é.

INQ. – Então sendo de olho aberto ou de olho fechado é o mesmo nome?

INF. – Tudo. É o mesmo nome. (mulher, faixa etária II, Araioses).

O processo metonímico observado com relação a *mancha* é também observado na forma *ganzola*, que foi registrada uma única vez em Pinheiro, por um homem da faixa etária II. Essa denominação também é utilizada para designar o ponto combinado na brincadeira em questão, como podemos observar no exemplo a seguir:

(39) INQ. – ... uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado?

INF. – Eu sei como é... antes de chegá no lugá. Rapaz, essa brincadeira eles chamo ganzola.

INQ. – ... esse ponto combinado?

INF. – Esse ponto cobinado, é porque se garra a pessoa batizô. Sei que essa brincadera eu já vi eles muito brincando. Essa aí, eu nunca brinquei ela. Agora eu sempre vi muito eles brincando era assim: Botava as veze um pau, ou onde tá esse quadro aqui, se a pessoa antes de embarra lá, aí se chega, batia na cabeça, chamava de ganzola, aí vogava

INQ. – Então, esse pau, esse quadro, eles davam algum nome, eu cheguei e...

INF. – É, as veze a pessoa chegava e ficava com a mão lá, aí o outro nem barrava nele, não vogava mais, só vogava antes de eles chega naquele lugazinho que eles marcavo. Até no rio, nois se banhado, tomano banho nois fazia essa brincadeira. Tem uns pau que ahente limpava ele bem limpinho, ficava mergulhando pra o outro garra, na hora que... se ele garrase três pessoa no caso, aí ele era vencedô de qualquer coisa, dizia né? (homem, faixa etária II, Pinheiro).

O processo metonímico é mantido com a denominação *jaú*, registrada apenas em Raposa, na fala da mulher da faixa etária II. cremos que *jaú* trata-se de uma variação fonética de *jaô*. Em nossa consulta às obras que subsidiaram nossa análise, encontramos em Vieira Filho (1979, p. 62) o verbete JAÔ!, com a seguinte definição:

Interjeição para chamar o *pegador* no brinquedo infantil com mesmo nome. Quando as crianças brincam, recitam a parlenda:

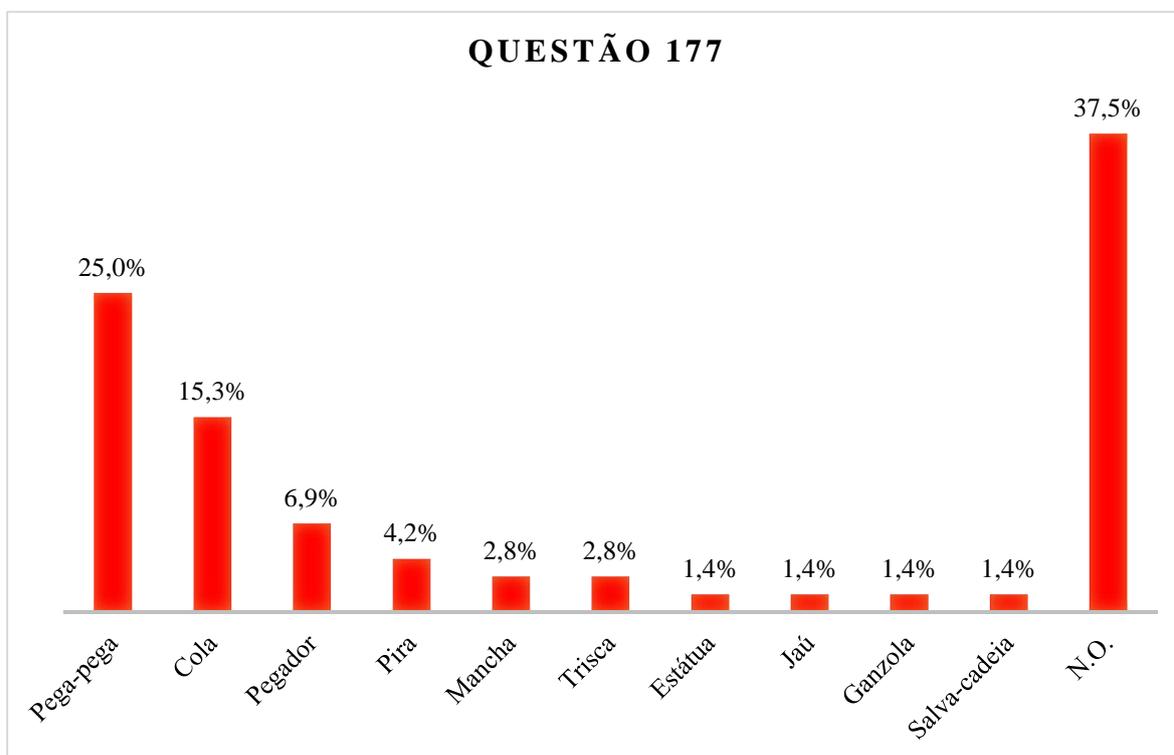
Jaô pegador
Cara de bolor!

Estatua, com apenas uma ocorrência, em Imperatriz, na fala de uma mulher da faixa etária I, pode ser entendido como uma variação da brincadeira, na qual a criança, ao ser pega por outra, deve permanecer paralisada. O informante de Carutapera (ver exemplo 34) lembra de uma variação da brincadeira chamada de *pira colou-ficou*, fazendo referência ao movimento de ficar paralisado. A informante, apesar de não detalhar a brincadeira, apresenta, na resposta para a questão 178, a denominação *mancha*, demonstrando, dessa forma, que sabe a qual brincadeira o conceito se refere. A forma *estátua* também consta nos dados analisados por Portilho (2013) e foi pela autora agrupada em *Outras*.

Salva-cadeira, também com uma única ocorrência, foi registrada em Balsas, na fala do homem da faixa etária I. Recorrendo ao trabalho de Ribeiro (2012), verificamos o registro de *salva*, no município de Valença, na Bahia, e *cadeia*, em Canto do Buriti, Piauí; em ambos os casos, as formas são usadas para designar o *ponto combinado*, que é objeto da questão 178. Não

há, porém, o registro da forma composta *salva-cadeia*, conforme registrado no município de Balsas. Os percentuais de uso das variantes para esta questão podem ser observados no gráfico, a seguir.

Gráfico 11 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 177



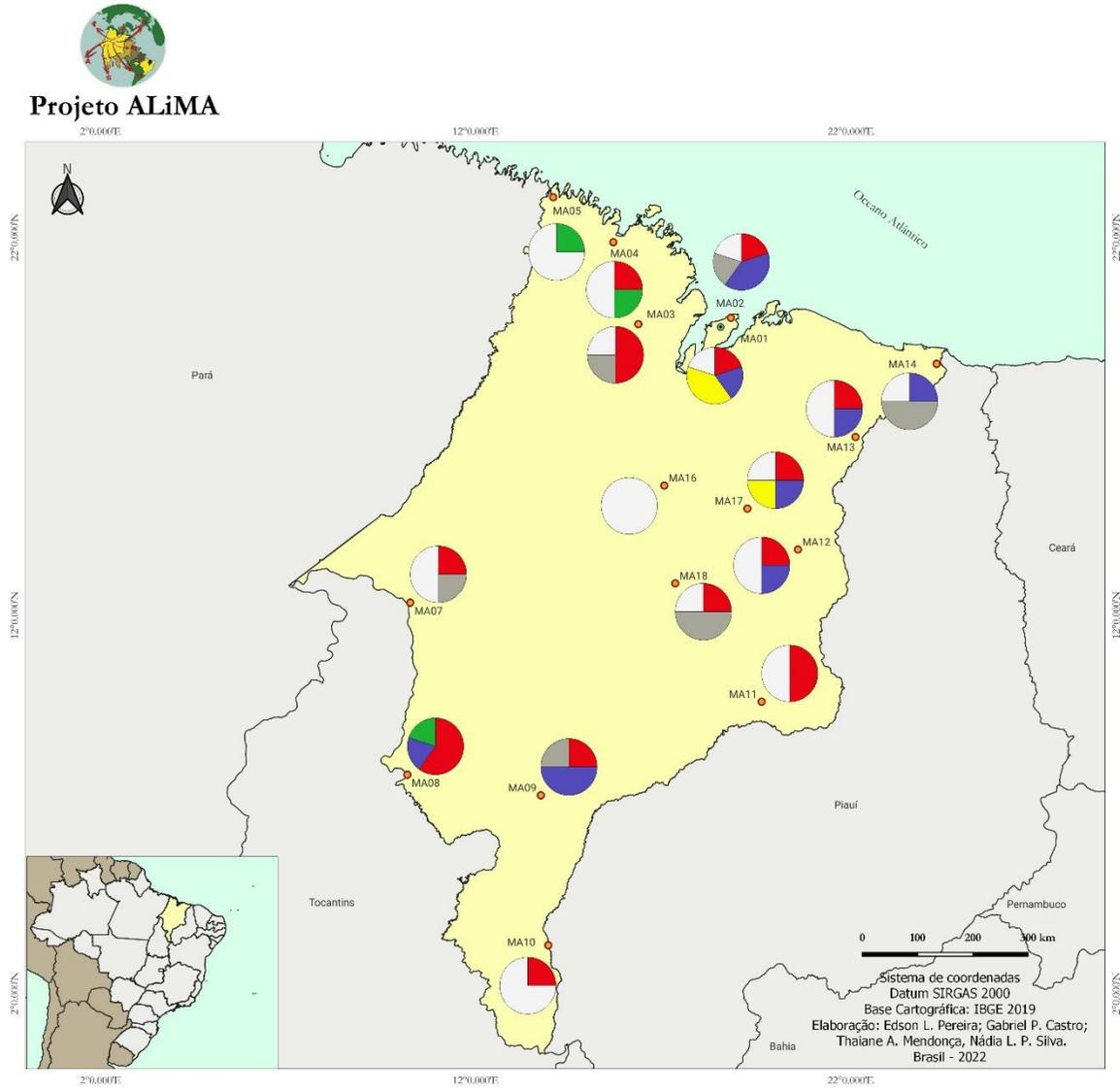
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Além das denominações consideradas válidas, como visto, registramos quatro formas que não foram válidas devido à inadequação ao conceito apresentado, levando em conta os traços semânticos que compõe a brincadeira, as formas foram *boca de forno*, *cruzadinha*, *queima* e *tô ligado*, com uma ocorrência cada. Essas denominações parecem fazer referência a outras brincadeiras. Para a não-validação da questão, foram consideradas marcas como falta de certeza do informante, ausência de descrição da brincadeira, denominações que só foram registradas uma única vez e as buscas, sem êxito, em obras lexicográficas. Além destas, não validadas, a brincadeira em questão, apresentou 23 não-obtidas, por ausência de resposta por parte do informante, ou algum problema de ordem técnicas, estas 23 se somam às quatro não-validadas. Desse modo o percentual de não-obtidas é de 27, ou, conforme o gráfico, de 37,5%, sendo um percentual maior que qualquer outra denominação, demonstrando que a maior parte dos informantes desconhece a brincadeira.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *pega-pega* acerca do povoamento do Maranhão

A questão chama atenção, para além do percentual de respostas não-obtidas, mas, ainda, pelo processo metonímico que ocorre em algumas denominações como *ganzola* e *mancha*. Com relação a nossa hipótese, notamos o registro de algumas formas que se relacionam diretamente com o processo povoador do Estado, é o caso de *salva-cadeia* e *trisca*, que foram registrados em municípios surgidos a partir do sertão de Pastos Bons e que guardam estreita relação com o Nordeste, em especial com a Bahia e o Piauí. Conforme visto ao longo dessa questão, a distribuição das denominações considerando o viés diatópico podem ser observados na Carta L11.

Carta Linguística 14 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *pega-pega*



CARTA L11

**Pega-pega
Denominações Registradas
no Maranhão**

177 - "Como se chama uma brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado?"

Realizações em %

- Pega-pega
- Cola
- Pegador
- Pira
- Outras
- Não-obtida

4.2.12 *Tem que manchar*

A questão 178 apura o conceito para o ponto combinado na brincadeira em que uma criança corre atrás das outras para tocar numa delas, antes que alcance um ponto combinado, objeto da questão 177. Por essa razão, observamos um uso compartilhado de denominações entre as questões, já que o conhecimento do ponto combinado, depende, em muito, do conhecimento da brincadeira.

Para esta questão, obtivemos 11 denominações consideradas válidas, a saber: *mancha*, *ronda*, *roda*, *ganzola*, *cancela*, *garagem*, *jáú*, *bandeira* (> *bandera*), *cola*, *pegador* (> *pegadô*) e *poste*, além de um grande número (48) de não-respostas, que reúne os casos de não lembra (NL), não sabe (NS), algum problema técnico e as respostas não validadas. As três denominações que contabilizam mais de uma ocorrência são: *mancha*, com seis usos, e *ronda* e *ganzola*, com quatro ocorrências cada. A distribuição das denominações nos municípios do Maranhão pode ser observada no quadro, a seguir.

Quadro 13 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 178

Municípios	Mancha	Ronda/Roda	Ganzola	Cancela	Garagem	Jaú	Bandera	Pegador	Poste	Cola	N.O.
São Luís	0	0	2	1	1	1	0	0	0	0	3
Raposa	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Pinheiro	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	3
Turiaçu	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3
Carutapera	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Imperatriz	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Carolina	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Balsas	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	3
Alto Parnaíba	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Tuntum	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3
Bacabal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
S. J. dos Patos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Codó	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Caxias	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Brejo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Araioses	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total	6	4	4	1	48						

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Como podemos observar, *mancha* (cf. comentário sobre essa forma na questão 175) é a denominação favorita dos maranhenses, contabilizando seis ocorrências, sendo uma em Imperatriz, uma em Carolina e uma em Brejo e três ocorrências em Araiões. Chama atenção a diferença geracional em termos do uso da denominação, ou seja, das seis ocorrências registradas, cinco foram entre informantes jovens; apenas uma, em Araiões, foi lembrada por um falante da faixa etária II. Os informantes ratificam o uso de *mancha* como ponto combinado.

(40) INQ. – ... esse ponto combinado?

INF. – Que é a mancha, onde eles pegu pra não ser colado (mulher, faixa etária I, Araiões).

Outro informante, além de usar a forma *mancha*, ilustra como a palavra pode ser usada durante a brincadeira.

(41) INQ. – ... esse ponto combinado?

INF. – É a mancha, tem que manchar.

INQ. – Mancha?

INF. – Ahn rã.

INQ. – Aí, se chegar lá, não pode

INF. – Aí num pode...

INQ. – Não pode mais pegar...

INF. – Aí “manchei” (risos). (homem, faixa etária I, Carolina).

A denominação não foi registrada nenhuma vez em municípios da mesorregião Norte, nem em Carutapera e Turiaçu, que pertencem à mesorregião Oeste Maranhense, mas que sofreram influência do processo de povoamento da Frente Litorânea. Imperatriz, apesar de pertencer a esta última mesorregião, encontra-se numa área de expansão da Frente Pastoril. Os outros registros foram na mesorregião Sul, em Carolina, que também surgiu a partir da Frente Pastoril, e na mesorregião Leste, em Araiões, onde três dos quatro informantes usaram essa designação, e em Brejo, que não apresentam relação direta com a corrente povoadora do Sertão Nordeste.

A forma *ganzola*, sobre a qual já apresentamos alguns comentários no subtópico anterior, relativo à questão 177, é mais uma denominação utilizada para definir o ponto combinado da brincadeira objeto dessa questão. Ela foi utilizada duas vezes em São Luís e duas vezes em Caxias. Com relação a sua dicionarização, tanto o Houaiss (p. 1426) como o Aurélio (p. 969) a registram como um regionalismo do Maranhão. O Houaiss a define da seguinte forma: “(...) na brincadeira de pique⁴⁵, ponto em que se está a salvo”; o Aurélio, por sua vez, faz uma remissão a pique¹, acepção número 4, em que lemos o seguinte: “*Bras. P. ext.* O local

⁴⁵ No Houaiss (p. 2220), *pique* é definido como “(...) 9 LUD B. brincadeira infantil em que uma das crianças deve correr atrás de outra(s) e pegá-la(s), o que pode ser feito em qualquer lugar, com exceção de um ponto, escolhido de comum acordo, onde se está a salvo; angapanga, bota, cerca-lourenço, pega-pega, pegador, picula”.

que os que estão brincando de pique têm de alcançar antes de serem pegados. [Sin., no MA, nesta acepç.: *ganzola* (...)]” (p. 1772).

Notamos que a variante foi registrada apenas no município de onde partiu a Frente Litorânea, isto é, São Luís, e no município onde essa Frente se encontra com a Pastoril, ou seja, em Caxias. Uma informante de Caxias reitera o uso dessa designação para o ponto combinado.

- (42) INQ. – ... esse ponto combinado?
 INF. – Ganzola.
 INQ. – Chegou lá tá salvo, né?
 INF. – É. (mulher, faixa etária I, Caxias).

As formas *ronda* e *roda* também foram agrupadas⁴⁶. Esse agrupamento apresenta quatro ocorrências: duas em Raposa, uma em Alto Parnaíba e uma em Balsas. Desses quatro registros, três ocorreram na fala dos informantes jovens e apenas um foi documentado na fala de um informante da faixa etária II. Neste caso, há mais uma vez a presença do fator diageracional influenciando o uso desta forma, como ocorreu com a forma *mancha*. Sobre essa forma, ressalta-se seu registro, segundo dados do trabalho de Ribeiro (2012, p. 627), no município de Jacobina, Bahia, assim como em outros municípios do Nordeste, como Afrânio, em Pernambuco, Corrente, no Piauí, entre outros, sempre com a mesma acepção: ponto combinado no âmbito de uma brincadeira. Isso nos é relevante, pois possivelmente trata-se de uma forma chegada ao Maranhão via Frente Pastoril. A particularidade fica por conta de Raposa, que tem influências diversas e apresenta denominações que levam o município ora a alinhar-se a São Luís, devido a sua proximidade com a capital do Estado, ora a outros estados do Nordeste. Em Raposa, as duas ocorrências foram de *roda*. Em Balsas, a informante que utilizou a denominação *ronda*, também usou a denominação *porte/ poste* para se referir ao ponto combinado.

- (43) INQ. – ... esse ponto combinado?
 INF. – Assim... Você qué brincá do cola que descola? Aí quero... Quantas coca-cola você qué...aí um diz, aí vai. Aí, por exemplo, eu quero quatro aí uma, duas, três, quatro. Aí tô fora, aí vai ser vocês.
 INQ. – Não esse que eu estou falando é assim a gente combina que tem um ponto, por exemplo, bem ali naquela porta.
 INF. – Eu sei...eu sei, é a ronda.
 INQ. – Aí tu vais tentar me pegar...se eu chegar à porta tu não podes mais me pegar.
 INF. – Eu sei, é o porte que tu pode pegar aí ninguém te cola.
 INQ. – Ninguém pode mais.
 INF. – É.
 INQ. – Aí esse chama cola?
 INF. – É.
 INQ. – E o lugar que a gente chama que...que fica lá e o outro não pode mais pegar?

⁴⁶ Para efeito deste agrupamento, baseamo-nos em Ribeiro (2012), que também reuniu os itens *ronda* e *roda* com base em critério fonético.

INF. – É o porte.
 INQ. – Poste?
 INF. – É. (mulher, faixa etária I, Balsas).

Como podemos observar, *poste* é mais uma forma utilizada para designar o ponto combinado, sendo usado uma única vez, apenas por essa informante de Balsas.

Cancela é mais uma denominação registrada apenas uma vez, em São Luís, por um informante da faixa etária I, com escolaridade fundamental. O informante ao usar essa denominação parece inseguro, mas ao fim confirma a denominação.

(44) INQ. – E como se chama esse ponto combinado? Que onde o outro chega não pode mais pegar.
 INF. – Cancela, cancela parece. É uma coisa assim, é cancela parece. O pegador chega na cancela, o pegador não pode pegar não. (homem, faixa etária I, São Luís).

Garagem é outra denominação com ocorrência única e foi registrada na fala da informante mulher, faixa etária I, de São Luís, com escolaridade Fundamental Incompleto. Como vemos no excerto de sua fala, a seguir, a informante descreve a brincadeira, demonstrando conhecimento sobre a questão

(45) INQ. – ... esse ponto combinado?
 INF. – Rá eu num sei.
 INQ. – Quando a pessoa chega lá nesse ponto combinado, o outro...
 INF. – É cola-cola. Por exemplo aí eu, aí você corre, se eu te pegar, eu te coleei, aí se tu num chegar na, na, na como é o nome? Na garage certa, aí, vai ser tu, aí rá num vou ser mais.
 INQ. – E tu falaste “não chegar na garagem certa”?
 INF. – É.
 INQ. – O que é a garagem? Aqui nessa brincadeira?
 INF. – Por exemplo nós tamo brincando aqui nós quatro, aí eu vou correr atrás de vocês, se eu lhe pegar, antes da senhora chegar lá, aí vai ser a senhora. Aí se a senhora correr atrás de mim, eu ter que chegar primeiro que a senhora, porque se eu chegar lá a senhora não pode me colar.
 INQ. – Então nesse ponto que chama de garagem?
 INF. – É. Hum rum.
 INQ. – Pode ser no quintal? O que determina aquele lugar?
 INF. – É justamente.
 INQ. – Dizer ninguém mais pode pegar.
 INF. – É.
 INQ. – Aí a gente chama da garagem?
 INF. – É. (mulher, faixa etária I, São Luís).

Já a denominação *jaú*, também com ocorrência única e também comentada no subtópico relativo à questão 177, foi registrada na fala de um dos informantes de São Luís.

(46) INQ. – ... o senhor lembra o nome desse ponto combinado?
 INF. – Jaú.
 INQ. – Era.
 INF. – É.
 INQ. – O ponto chamava de Jaú?
 INF. – Jaú. É. (homem, faixa etária II, São Luís).

Bandeira (> *bandera*), também com ocorrência única, foi registrada em Pinheiro, como exemplifica este excerto da fala da informante, que detalha como funciona o ponto combinado.

- (47) INQ. – ... e como é que chama esse ponto combinado?
 INF. – Eu sei... A gente fala mais é *bandera*, né? Assim, que tem um lugar lá que a gente deixa, eu até brinquei isso daí (risos).
 INQ. – Chama *bandeira* esse lugar que o outro não pode mais pegar?
 INF. – É, que a gente deixa lá pra bater, né? Quando chegar... chegar e bater lá e não pode mais triscar, né?!
 INQ. – O outro não pode mais triscar, né?
 INF. – É, se triscar mas não tá mais valendo, né? (mulher, faixa etária I, Pinheiro).

Com relação ao uso da designação *bandeira*, convém assinalar que no Houaiss (p. 2220-2221), no verbete *pique*⁴⁷, no campo das informações sobre sinônimos e variantes, encontramos, com a indicação referente à variação diatópica, as forma *bandeira-vogais*, *bota* (RS), *ganzola* (MA) e *voga*. cremos, portanto, que a forma *bandeira* registrada em Pinheiro seja uma simplificação da forma composta *bandeira-vogais* (> *bandeira*).

A variante *cola*, registrada apenas em Tuntum e com ocorrência única, é assim comentada pela informante:

- (48) INQ. – ... esse ponto combinado?
 INF. – É o *cola*.
 INQ. – *Cola*?
 INF. – Chega, fica no *cola* lá, no canto e num pegar mais. (mulher, faixa etária I, Tuntum).

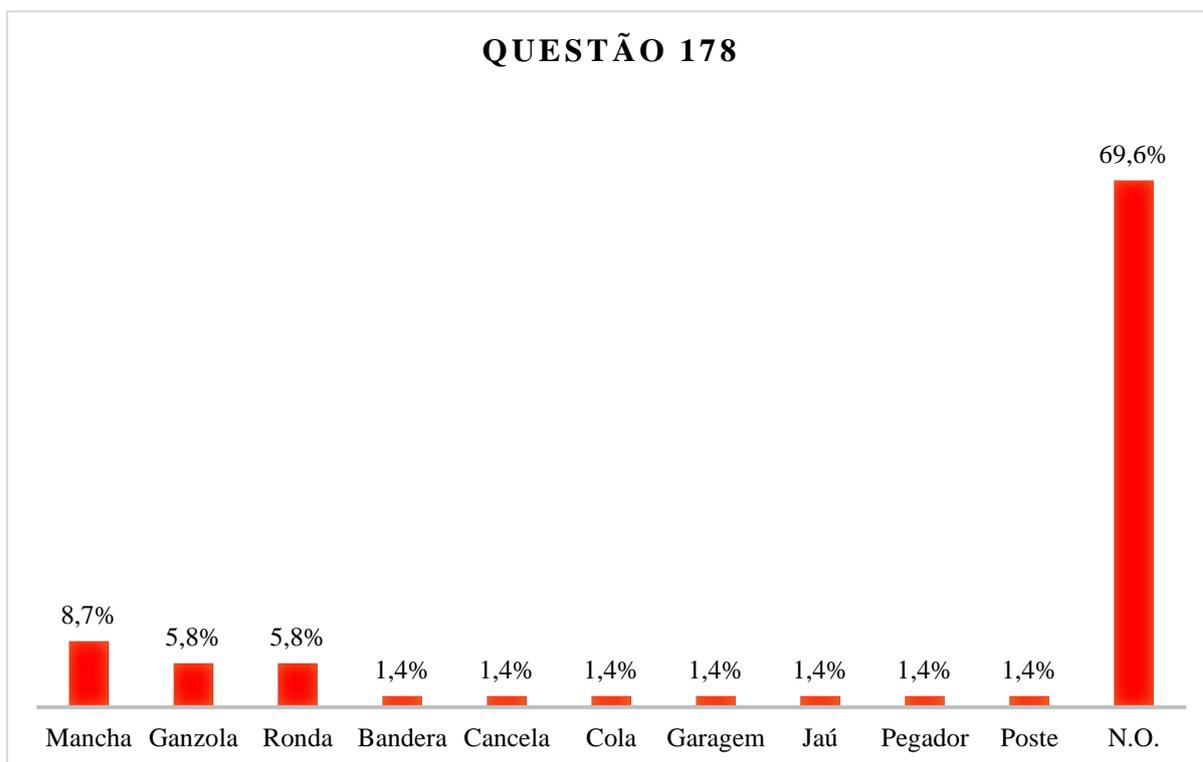
Por fim, dentre as denominações válidas registramos, ainda, *pegador* (*pegadô*), com também uma única ocorrência, e que também foi registrada como resposta para a questão 177, por vários informantes. Em se tratando da questão 178, percebemos que o nome do ponto combinado recebe o nome da brincadeira, por meio de um processo metonímico, a parte pelo todo, como mostra o exemplo a seguir:

- (49) INQ. – ... esse ponto combinado?
 INF. – *Pegadô*
 AUX. – Se ele chegar nesse ponto ele não pode mais ser colado?
 INF. – Não.
 INQ. – Esse ponto combinado tu chamas de *pegadô*?
 INF. – *Pegadô*. (mulher, faixa etária I, Turiaçu).

O gráfico, a seguir, apresenta o percentual das denominações para o ponto combinado.

⁴⁷ Cf. nota 42 no subtópico relativo à questão 178, em que apresentamos a definição de *pique*.

Gráfico 12 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 178

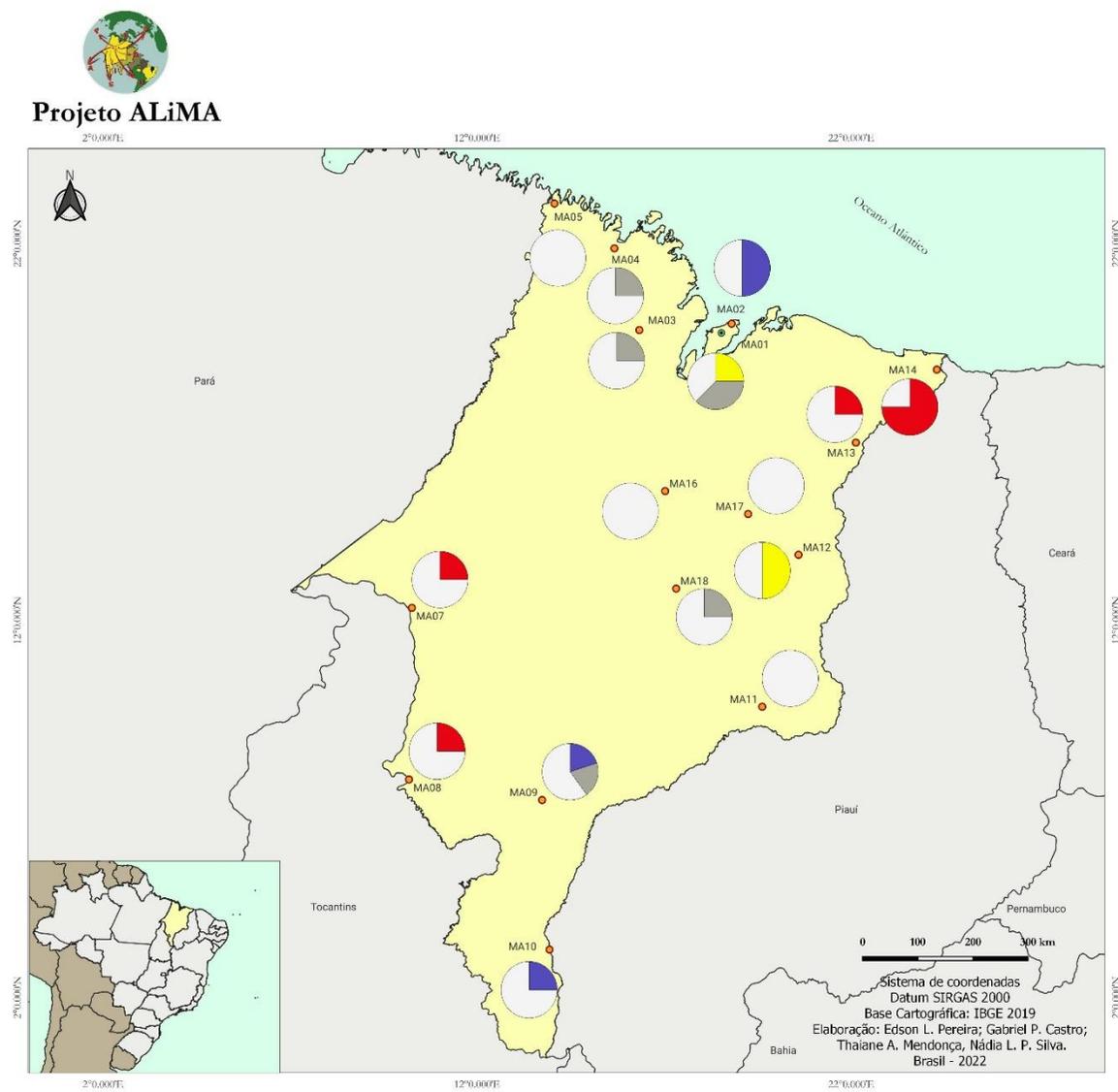


Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Conforme observado, o percentual de não-respostas é de 69,6%, superior, portanto, à soma de todas as denominações consideradas válidas. Cabe assinalar que esse percentual conta com duas denominações que não foram consideradas válidas, *a chegada* e *trinta e um*, pois, os informantes que as usaram tinham dúvidas com relação ao que responderam.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *mancha* acerca do povoamento do Maranhão

Segundo o que foi visto ao longo deste subtópico, que apresenta um grande percentual de ausência de respostas, há alguns pontos que podem relacionar-se com a hipótese que perseguimos ao longo deste estudo, são eles: *mancha* e *ronda*, denominações que, conforme explicitamos ao longo do texto, se relacionam de algum modo com o movimento povoador que ocupou a porção do Centro-Sul maranhense, isto é, a Frente Pastoril, e *ganzola*, que se apresenta como uma denominação mais relacionada à Frente Litorânea. A Carta L12, a seguir, apresenta a distribuição diatópica concernente a essa questão.

Carta Linguística 15 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *mancha*

4.2.13 Carambela, carambola e carambolar

No que concerne à questão 168, cujo foco é “a brincadeira em que se gira o corpo sobre a cabeça e acaba sentado”, obtivemos um total de oito denominações considerando todos os pontos de inquérito. De maneira geral, as quatro formas mais produtivas no Estado foram: *carambela* e suas variantes morfo-fonéticas, *carandela*, *carambola*, *carambolar*, com 36 ocorrências; *pulo-mortal*, *salto-mortal* e *mortal*, que, agrupados, totalizam 12 ocorrências; *cambalhota*, com 11 ocorrências; e (*virar*) *bunda canastra* e suas variantes morfo-fonéticas, *bunda canassa*, *buna canassa*, *bunda carnada*, que totalizam sete registros. Com menor produtividade, observamos, ainda, *tiúba*, com quatro ocorrências, e com apenas um registro as formas *virar de cambute*, *virar às avessas* e *pulitrica* (> *punutrica*). Com relação a não-respostas, destacamos que, no universo de 68 informantes, apenas três deixaram de responder à questão formulada. A seguir, observamos o quadro com a distribuição das denominações no Maranhão.

Quadro 14 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 168

Municípios	Carambela	Salto-mortal	Cambalhota	Bunda Canastra	Tiúba	Virar de Cambute	Virar às avessas	Pulitrica	N.O.
São Luís	7	0	3	0	0	0	0	0	0
Raposa	3	0	1	0	0	0	1	0	0
Pinheiro	4	1	0	0	0	0	0	0	0
Turiaçu	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Carutapera	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Imperatriz	1	0	1	2	0	0	0	0	0
Carolina	0	1	1	0	3	0	0	0	0
Balsas	0	2	1	0	1	0	0	0	1
Alto Parnaíba	0	2	1	0	0	1	0	0	0
Tuntum	0	1	0	2	0	0	0	0	1
Bacabal	3	0	1	0	0	0	0	0	0
S. J. dos Patos	0	1	0	3	0	0	0	0	0
Codó	3	2	1	0	0	0	0	0	0
Caxias	2	1	1	0	0	0	0	0	0
Brejo	2	0	0	0	0	0	0	1	1
Araioses	3	1	0	0	0	0	0	0	0
Total	36	12	11	7	4	1	1	1	3

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Como visto, a variante *carambela* é a forma com maior número de ocorrências no Estado, com registro em 11 dos 16 municípios da rede de pontos de inquérito do ALiMA. Os pontos que não registraram a forma em questão foram Carolina, Balsas, Alto Parnaíba, São João dos Patos e Tuntum, municípios que se localizam no eixo Centro-Sul maranhense e que compõem, segundo o que nos aponta Cabral (2008), o rol de municípios surgidos a partir da Frente de Povoamento Pastoril. Por consequência lógica, a maior vitalidade dessa variante acontece justamente no eixo Centro-Norte, tendo maior produtividade na Capital, com sete ocorrências, e em Turiaçu e Carutapera, onde totalizam, em cada um dos dois municípios, 100% das ocorrências, o que representa quatro ocorrências por localidade.

Ao examinar os registros documentados pelas cartas do ALiB (p. 261), neste caso a Carta L17- CAMBALHOTA, verificamos uma integração entre São Luís e as capitais do Norte, como assinala Cardoso (2016), pois a variante *carambela*, mais comum em todo o Estado e predominante em São Luís, foi documentada em todas as capitais da Região Norte.

Outro fato significativo que convém mencionar diz respeito a uma observação presente no estudo realizado por Ramos, Bezerra e Rocha (2011, p. 4286), com base no *corpus* constituído com dados do Maranhão para o ALiB. Nesse estudo, os autores verificaram que *cambalhota*, embora sendo a forma considerada padrão, amplamente conhecida no Brasil e dicionarizada, como podemos verificar nos três grandes dicionários que subsidiam nossa pesquisa, o Aurélio, o Houaiss e o Aulete, não é a mais comum no Maranhão. Nossa pesquisa vai nesse sentido e ratifica essa informação, quando chega ao mesmo resultado, considerando, agora, os 16 pontos de inquérito do ALiMA. Registramos a variante *carambela*, ainda, em Raposa, Pinheiro, Araiões, Codó e Bacabal, com três ocorrências em cada uma dessas localidades; em Brejo e Caxias, com duas ocorrências por localidade; e em Imperatriz, com apenas uma ocorrência.

A variante *carambela* não está dicionarizada, porém a encontramos registrada por Vieira Filho (1979, p. 36), para quem a forma em questão é uma variante regional de *cambalhota*. Encontramos, ainda, essa variante na Carta L55 do ALAP (p. 182), onde *carambela* consta com um percentual de 57% de realizações e registro em nove dos 10 pontos de inquérito do atlas. Portilho (2013) também evidencia a presença da variante nos estados do Amapá (Oiapoque e Macapá) e do Pará (Soure, Bragança, Santarém e Itaituba), portanto na área do *falar amazônico*, e, na área de controle, no próprio estado do Maranhão (Turiaçu e Imperatriz) no Mato Grosso (Aripuanã).

Como segunda denominação mais usual para a questão em foco, documentamos a forma *pulo-mortal*, que, como visto, está agrupada com *salto-mortal* e *mortal*, com duas ocorrências

em Alto Parnaíba, Balsas e Codó, e uma ocorrência em Pinheiro, Carolina, São João dos Patos, Caxias, Araiões e Tuntum.

Quanto à dicionarização, temos registro da forma *salto-mortal* no Aulete (p. 1234), no Aurélio (p. 1805) e no Houaiss (p. 2504), como entrada, isto é, como verbete principal. Nos três dicionários, esse salto consiste em fazer o corpo girar uma volta completa sem que as mãos toquem no chão, não sendo, portanto, especificamente o movimento corporal alvo da questão 168. Seguindo essa ideia, cremos que essa variante constitui um caso de deslizamento semântico e que, como assinala Aguilera (2006, p. 749), ao investigar as variantes de *cambalhota* em atlas estaduais⁴⁸, “[...] parece refletir uma linguagem mais inovadora”. Em nosso estudo, vale ressaltar, essa tendência se confirma, pois, das 12 ocorrências, oito foram registradas entre informantes da faixa etária I, enquanto apenas quatro foram documentadas na faixa etária II.

Ainda com relação à presença de *salto-mortal* ou de apenas *mortal* em atlas linguísticos, temos registro, para além daqueles mencionados por Aguilera (2006), como consta na nota 45, na Carta L17 do ALiB (p. 261), que traz as denominações para *cambalhota* registradas nas capitais, e em que encontramos a presença da forma *mortal* em Boa Vista, São Luís e Belo Horizonte, e também na Carta L55 do ALAP (p. 182), que cartografa a variante *mortal*, com 13% de ocorrências.

A terceira denominação mais frequente foi *cambalhota*. Em São Luís a variante se destacou com três ocorrências, das quais duas foram registradas na fala dos informantes com escolaridade universitária, o que pode ter contribuído para o conhecimento dessa forma, uma vez que se trata de uma variante considerada padrão, que está dicionarizada e mais prestigiada socialmente. Esses mesmos falantes, além da forma de prestígio (*cambalhota*), proferiram, ainda, a forma *carambela*, demonstrando conhecimento tanto da variante mais prestigiada, quanto da mais comum na região. Já em Raposa, Imperatriz, Carolina, Balsas, Alto Parnaíba, Caxias, Bacabal e Codó só foi registrada uma ocorrência em cada um dos municípios.

A quarta denominação mais popular no Maranhão é *bunda canastra*, com três registros em São João dos Patos e duas ocorrências em Imperatriz e em Tuntum. Essa variante faz parte do conjunto de formas lexicais documentadas nos municípios maranhenses surgidos a partir da Frente Pastoral, frente essa que, como vimos, parte do sertão nordestino. Voltando à carta L17 do ALiB, verificamos que essa variante foi registrada em quase todas as capitais do Nordeste,

⁴⁸ O estudo de Aguilera (2006) examina os atlas dos seguintes estados: Amazonas, Paraíba, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Paraná.

com exceção de São Luís, Aracajú e Salvador. Ramos e Bezerra (2015, p. 261) fazem o seguinte comentário a respeito da forma *canastra*, que compõem do item lexical *bunda canastra*:

Convém ressaltar que o elemento canastra, que compõe o item lexical bunda-canastra, está dicionarizado por Houaiss e Villar (2001, p. 593) e por Ferreira (1999, p. 386), como brasileirismo, com a acepção de “parte posterior do tronco humano, acima da cintura e abaixo dos ombros; costas” e “as costas, cacunda”, respectivamente.

Como visto no comentário anterior, os itens lexicais *bunda* e *canastra* que compõem a variante em questão nomeiam partes do corpo utilizadas na brincadeira infantil para realizar o movimento de girar o corpo sobre a cabeça e acabar sentado.

Com relação à variante *tiúba*, com registro de três ocorrências em Carolina (ponto MA08) e uma em Balsas (ponto MA09), é interessante observar que sua ocorrência se verifica exatamente na região maranhense limítrofe com os estados do Pará e do Tocantins. De acordo com Portilho (2013), a variante *tiúba* foi registrada tanto no Pará, como a forma mais produtiva em Marabá e com forte presença, ao lado de *cambalhota*, em Conceição do Araguaia, como no Tocantins, em Pedro Afonso, onde também concorreu, com forte presença, ao lado de *cambalhota*. Um ponto a se considerar é que se trata de uma variante com uso restrito à região sul do Maranhão, com documentação expressiva em Carolina em que, num universo de quatro informantes, três usaram a variante.

Com relação à dicionarização, convém aclarar que essa variante está registrada apenas no Aurélio (p. 1967) e no Houaiss (p. 2727), mas com uma acepção que não corresponde ao conceito presente na formulação da questão 168. Segundo esses lexicógrafos, *tiúba* é uma variante popular, informal de *cachaça*. No Aurélio, *tiúba* recebe a marca de brasileirismo do Norte. De acordo com Portilho (2013, p. 74), “pode-se levantar a hipótese de que o item lexical *tiúba* esteja relacionado ao vocábulo *aú*, golpe de capoeira, cujo movimento aproxima-se o (*sic*) conceito em foco.”. Convém destacar que a forma *aú*, como variante de *cambalhota*, está documentada no ALiB (p. 265), na Carta L17b – Denominações registradas nas capitais do Região Nordeste, com dois registros em Salvador, entre os informantes da faixa etária II.

Do grupo das variantes com ocorrências únicas, começamos nossa análise pela forma *punutrica*, com registro apenas em Brejo, por um informante homem, da faixa etária II. Cremos tratar-se de uma variante morfo-fonética de *pulitrica*. Encontramos registro de *pulitrica* na obra *A linguagem popular do Maranhão* (VIEIRA FILHO, 1979 [1953]) que, em palavras do autor, é “[...] um simples mas honesto documentário sobre a linguagem coloquial do Maranhão, sem pretensões linguísticas maiores [...] simples como a fonte de onde promanou: o povo, rude, desataviado mas sincero e lógico a mais não poder.” (VIEIRA FILHO, 1979, p. 7 [1953]). Nessa obra, encontramos o seguinte registro: “PULITRICA – Acrobacia; arte de saltimbanco” (p. 82).

No Aurélio (p. 1666), encontramos o item lexical *pulitrica* como o mesmo significado consignado na obra de Vieira Filho, *acrobacia*, acompanhado da marca *Bras*(ileirismo), com alusão ao Maranhão. O Houaiss (p. 2353) ratifica essa informação e destaca que, no Maranhão, *pulitrica* é mais usado que *acrobacia*. Informa, ainda, no campo da etimologia, que a origem da lexia é obscura. O Aulete, por sua vez, não registra a forma.

Tendo em vista essas informações, cremos que *pulitrica* > *punutrica* compartilha alguns traços semânticos com *cambalhota*, tais como *movimento com o corpo, agilidade, destreza*, que justificam/explicam o uso da variante no interior do Maranhão.

Já a forma *virar às avessas*, também com ocorrência única, registrada em Raposa, parece tratar-se de uma denominação genérica, em que o falante se vale de alguns traços comuns compartilhados por esse item lexical e pelo conceito que lhe foi apresentado, tais como movimento, mudança de posição, para, com base nisso, nomear o brinquedo. Com relação à dicionarização, convém assinalar que estão dicionarizados os elementos que compõem o sintagma verbal – *virar e avessas*, este último usado na locução *às avessas* –, mas não o bloco sintagmático como um todo.

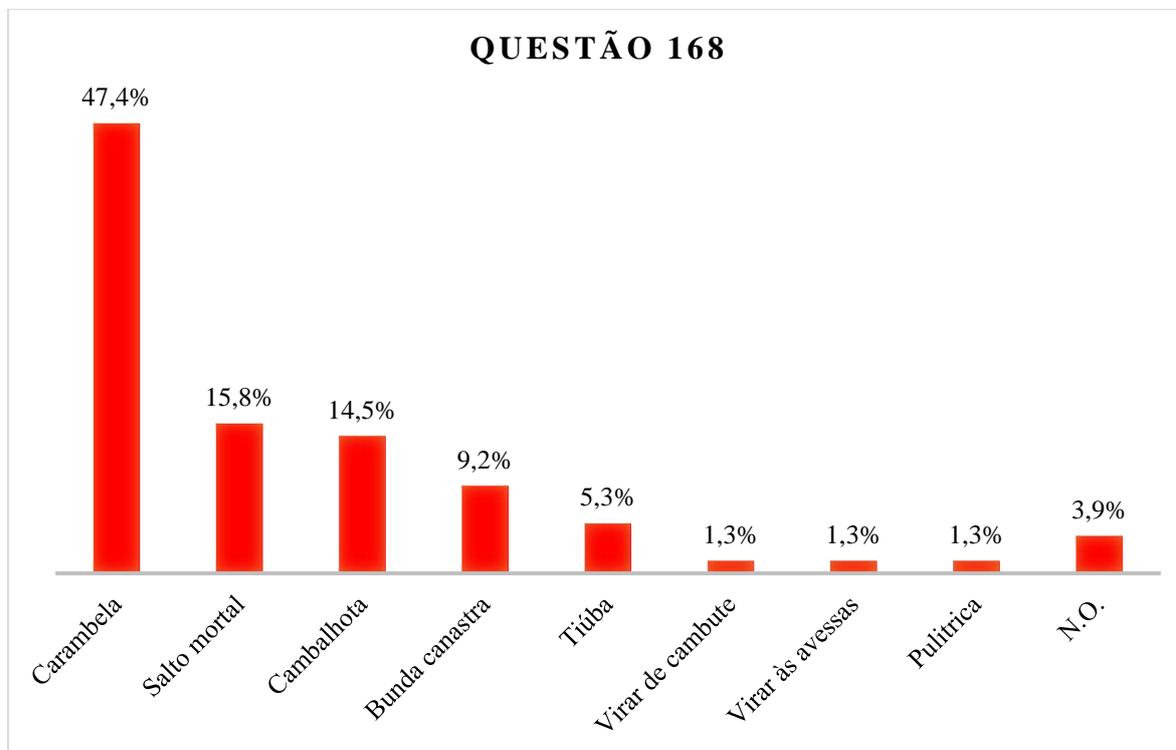
No que concerne à forma *virar de cambute*, Ramos e Bezerra (2015), ao examinarem os dados do ALiB e comentar o polimorfismo observado na denominação da brincadeira em questão na Região Sul do Maranhão, fazem o seguinte comentário acerca de *cambute*: “acreditamos ser [...] uma variante fonética da forma cambote, apresentada por Aguilera (2006), como um dos itens do conjunto das variantes da unidade lexical cambota.”⁴⁹. Considerando o estudo de Aguilera (2006)⁵⁰, Ramos e Bezerra (2015, p. 261) pontuam, ainda, que “[...] as localidades maranhenses – Alto Parnaíba e Balsas – onde a forma cambute e suas variantes foram registradas se situam exatamente na zona de ocupação/expansão que sofreu influência da Bahia.”. Assim, entendemos tratar-se de mais um caso de uma unidade léxica lusitana que chega até o Maranhão pela via pastoril. Convém assinalar que a variante não está dicionarizada e que apenas o Aurélio (p. 379) registra o item *cambute*, com outro significado, “gente desclassificada”, como um brasileiro de Alagoas.

⁴⁹ Cf. a nota 45, para maiores informações sobre o trabalho de Aguilera (2006).

⁵⁰ Aguilera (2006) crê que a forma *cambota* e suas variantes documentadas no interior da Bahia, com concentração na Zona da Chapada Diamantina e ao longo do curso do Rio São Francisco, via de penetração para bandeirantes e mineradores na segunda metade do século XVIII, é uma adequação da forma lusitana *cambote* à morfologia das palavras femininas do português brasileiro – *cambota* – que se irradiou para zonas periféricas, e que, por sua vez, seria uma redução de *cambalhota*.

O Gráfico 13, a seguir, apresenta o percentual de ocorrências de cada uma das denominações registradas em nosso estudo.

Gráfico 13 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 168



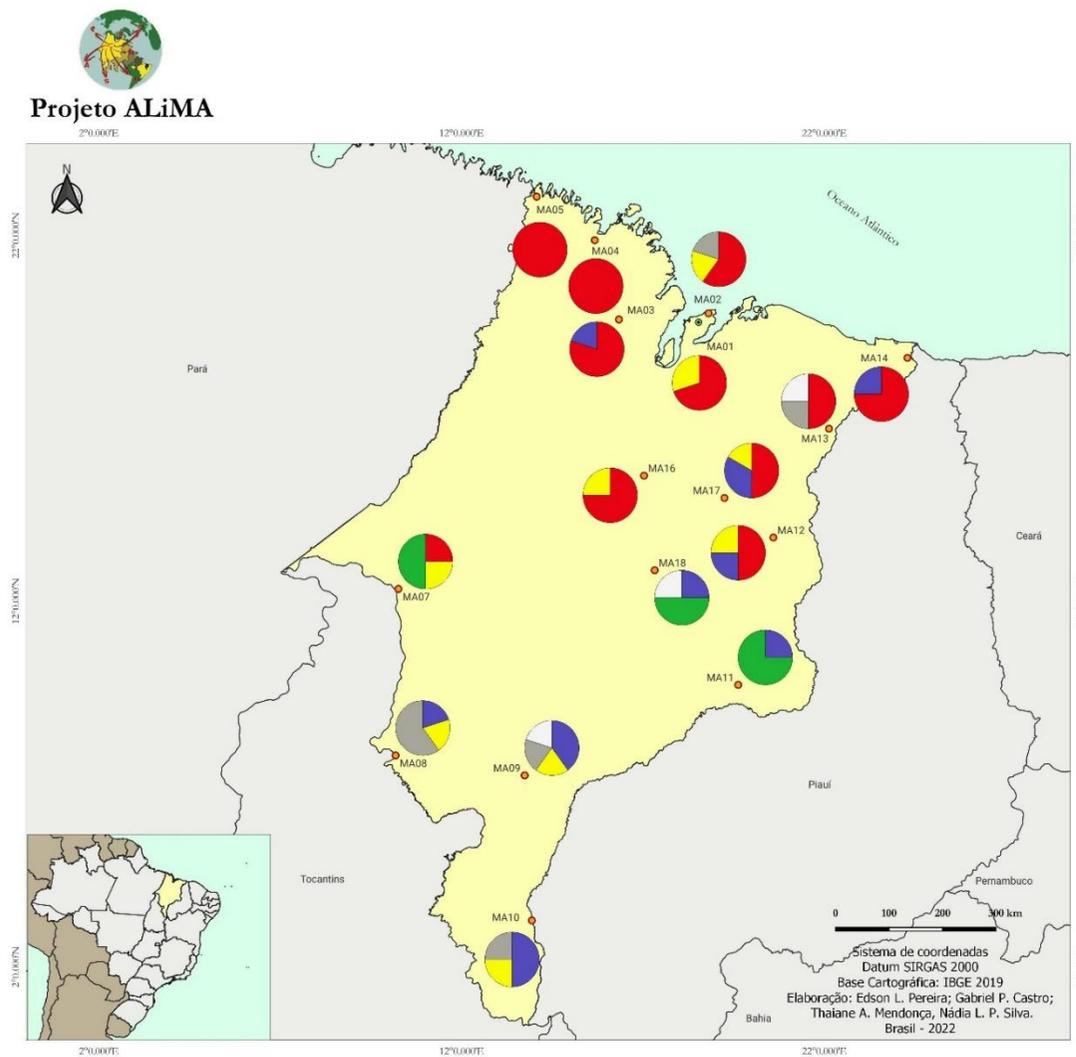
Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *cambalhota* acerca do povoamento do Maranhão

Ao cruzarmos as denominações *carambela*, *pulo mortal* e *cambalhota* em conjunto com a localização geográfica em que foram documentadas, verificamos uma pista importante, embora ainda passível de maiores investigações, sobre o processo de povoamento do Estado e seu reflexo na língua, no que diz respeito à variação lexical na área semântica foco de nosso estudo. Enquanto *carambela* é uma forma que se verifica com maior presença em municípios oriundos da Frente Litorânea, como São Luís, Pinheiro, Carutapera e Turiaçu, as formas *pulo mortal* e *cambalhota* são formas mais conhecidas pelos falantes de municípios que surgiram a partir da Frente Pastoril, a exemplo de Carolina, Balsas, Alto Parnaíba, São João dos Patos e Tuntum. Essa questão, cremos, evidencia a ideia apresentada por estudiosos da história do Maranhão, a exemplo de Cabral (2008), Trovão (2008), Ribeiro (2002), que consideram Caxias como um ponto de encontro das duas frente de povoamento. Nesse Município registramos duas ocorrências de *carambela*, uma de *pulo mortal* e uma de *cambalhota*, demonstrando, desse

modo, o reflexo das duas frentes no falar caxiense. A carta L13 apresenta a distribuição das denominações no Maranhão, considerando o fator diatópico.

Carta Linguística 16 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *cambalhota*



4.2.14 *Pata-cega vs. cobra-cega*

Para a questão 176, referente à “brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras”, obtivemos quatro denominações – *pata-cega*, *cabra-cega*, *cobra-cega* e *esconde-esconde* (esta denominação não foi validada) –, além de um total de oito não-respostas. As duas formas mais produtivas são *pata-cega* e *cobra-cega*, ambas com 23 ocorrências. Com relação à distribuição diatópica dessas variantes, como evidencia o Quadro 15⁵¹, a seguir, há um fato bastante interessante: com exceção de Codó (ponto MA17), que registra tanto *pata-cega* quanto *cobra-cega*, não verificamos coocorrência dessas duas formas nos demais pontos de inquérito do ALiMA.

Quadro 15 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 176

Municípios	Pata-cega	Cobra-cega	Cabra-cega	N.O.
São Luís	7	0	2	0
Raposa	1	0	2	1
Pinheiro	4	0	0	0
Turiaçu	3	0	0	1
Carutapera	4	0	0	0
Imperatriz	0	4	0	0
Carolina	0	4	0	0
Balsas	0	3	0	1
Alto Parnaíba	0	3	0	1
Tuntum	0	3	0	1
Bacabal	3	0	0	1
S. J. dos Patos	0	3	0	1
Codó	1	1	0	2
Caxias	0	2	2	0
Brejo	0	0	4	0
Araioses	0	0	4	0
Total	23	23	14	9

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

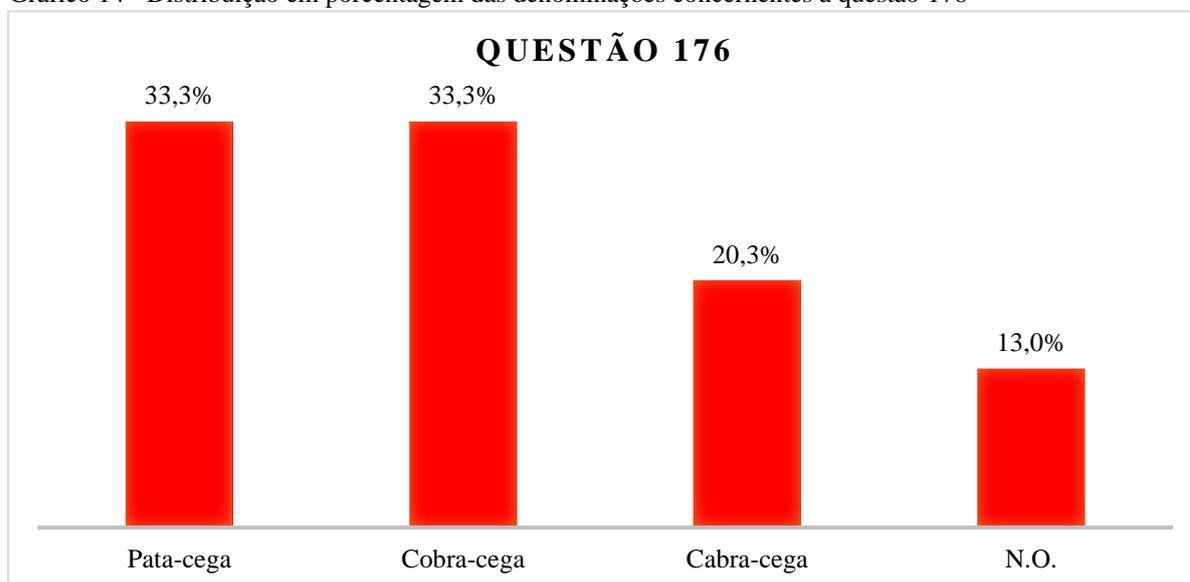
Como podemos observar no Quadro 15, parece existir uma divisão bem clara entre as denominações registradas nos municípios surgidos a partir de cada uma das frentes de povoamento. A denominação *pata-cega* foi registrada 23 vezes, com percentuais bastante expressivos na maioria dos municípios, e os usos deixam clara a divisão entre o falar do eixo Centro-Norte e o falar do eixo Centro-Sul maranhenses, uma vez que todas as ocorrências de

⁵¹ Convém esclarecer que acrescentamos, no Quadro 15, Gráfico 14 e Carta Linguística L14, a denominação *esconde-esconde* ao percentual de *não-obtidas*.

pata-cega concentram-se no eixo Centro-Norte, região fortemente influenciada pela processo povoador da Frente Litorânea.

Algo semelhante acontece com a denominação *cobra-cega*, também com 23 registros, concorrendo, portanto, com *pata-cega* pela preferência dos maranhenses. A denominação obteve registros em Imperatriz, Carolina, Balsas, Alto Paranaíba, Tuntum e São João dos Patos, Codó e Caxias, o que a torna a forma preferida dos informantes do eixo Centro-Sul maranhense, nos municípios surgidos a partir da Frente Pastoril. No Gráfico14, a seguir, explicitamos os percentuais em porcentagem das denominações registradas no Maranhão.

Gráfico 14 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 176



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Conforme fica claro no gráfico, *pata-cega* e *cobra-cega* apresentam o mesmo percentual 33,3%. Na sequência, temos *cabra-cega*, com o percentual de 20,3% da preferência dos maranhenses. Sendo registrada 14 vezes, esta denominação acompanha *pata-cega* e só apresenta registros nos municípios do eixo Centro-Norte do Estado, podendo ser entendida também como uma denominação preferida pelos falantes daqueles municípios surgidos a partir da Frente Litorânea.

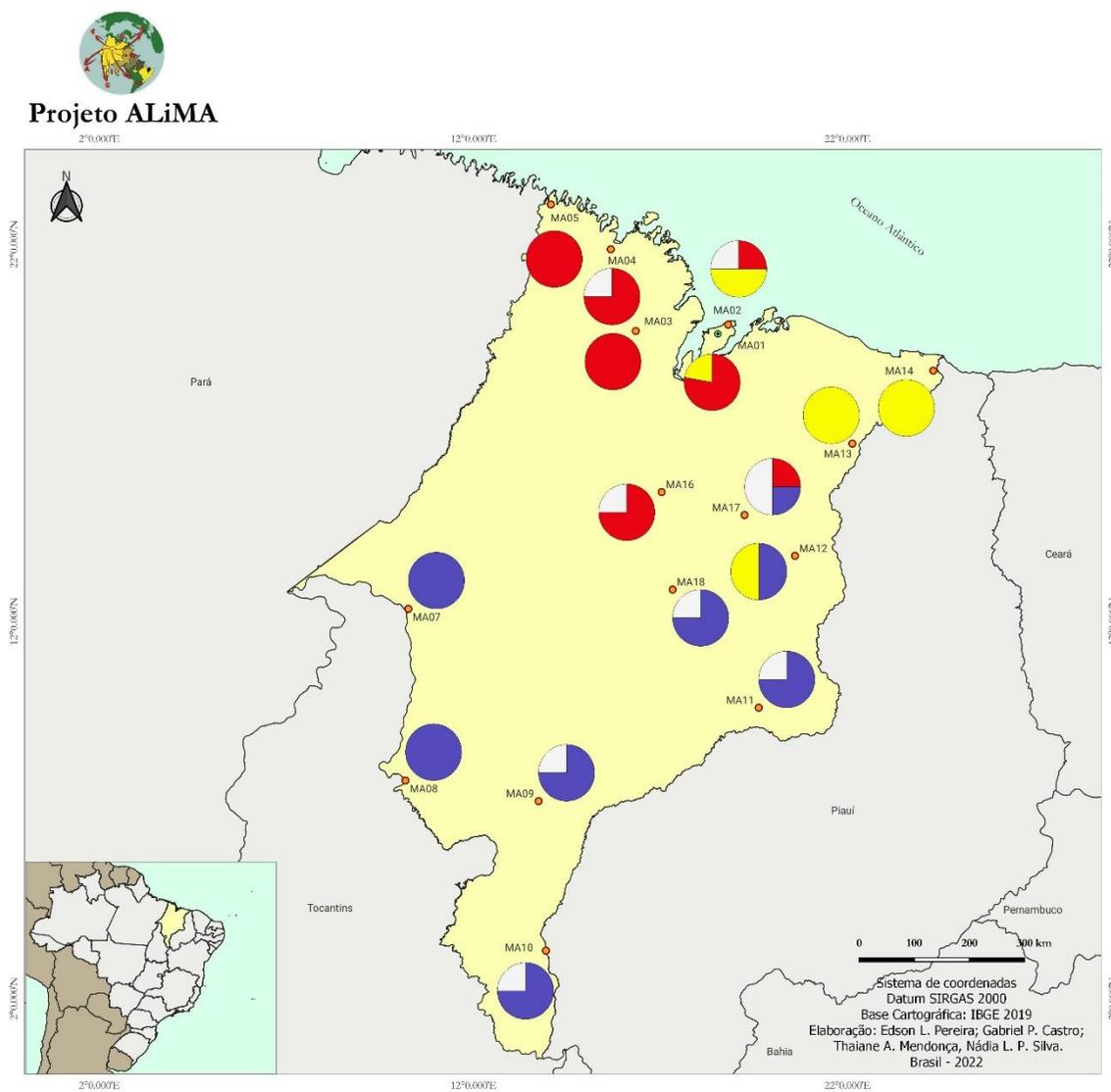
Mais uma vez, avançamos em direção a uma melhor compreensão de nossos resultados, com a observação dos dados cartografados pelo ALiB. O exame da Carta L22 – CABRA-CEGA (2014, p. 313) evidencia que: (i) nas capitais da Região Norte, com exceção de Rio Branco, *pata-cega* é a variante mais frequente, sendo seguida por *cabra-cega*; (ii) nas nove capitais da Região Nordeste, com exceção de São Luís, é *cabra-cega* que apresenta maior vitalidade,

aparecendo, como única forma documentada, em Recife e Maceió, ou dividindo o espaço com *cobra-cega*, como nas seis capitais restantes; e (iii) além das capitais da Região Norte e de São Luís, no Nordeste, a variante *pata-cega* foi registrada em Florianópolis com um percentual de realizações significativo (mais de 50%). O confronto dos registros do ALiB com os do ALiMA, sem perder de vista os dados históricos (fundação, povoamento) dos pontos de inquérito nos leva a fazer questionamentos como: (i) temos duas vias de chegada do elemento lusitano ao Maranhão, a via Litorânea e a Pastoril. Responderão, de fato, essas vias pela posição intermediária que o Maranhão ocupa entre as Regiões Norte e Nordeste? A presença açoriana no Maranhão, de alguma forma, aproxima o Maranhão e mais particularmente a capital, São Luís, de Florianópolis/Santa Catarina?⁵² São questões que merecem atenção e que podem ser objeto de estudo, em pesquisas futuras.

Chama a atenção, ainda, Caxias (ponto MA12), com dois registros de *cobra-cega*, denominação, como visto, registrada no eixo Centro-Sul, representante da Frente Pastoril, e duas ocorrências de *cabra-cega*, também só registrada no eixo Centro-Norte, representante da Frente Litorânea. Conforme explicitado no subtópico que aborda a contextualização histórico-geográfica e socioeconômica das localidades pesquisadas, Caxias foi o ponto de encontro entre a Frente Litorânea e Frente Pastoril. Desse modo, cremos que nossos dados refletem traços da sócio-história do processo de ocupação do Maranhão. Outro município próximo à Caxias, apresenta semelhante resultado, trata-se de Codó, com um registro de *cobra-cega* e um registro de *pata-cega*.

Por fim, registramos, ainda, a denominação *esconde-esconde*, item bastante registrado na questão 175, por essa razão, e pela quantidade muito pequena de registros, apenas um, por uma mulher, faixa etária II, de Balsas, não a consideramos como uma denominação válida. Na sequência, apresentamos a Carta L14 com a distribuição diatópica das denominações.

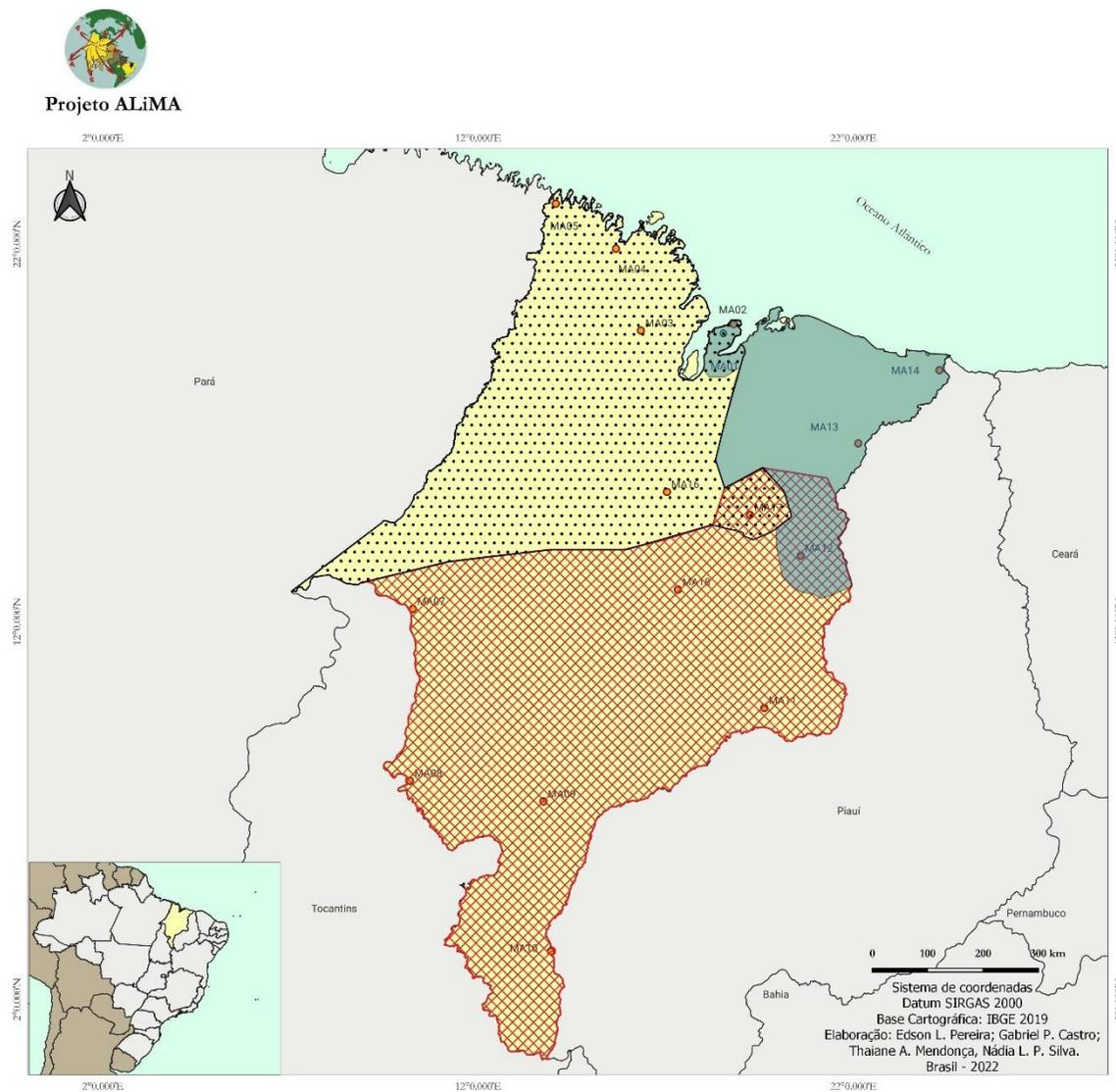
⁵² Segundo consta no *Dicionário de falares dos Açores: vocabulário regional de todas as ilhas* (BARCELOS, 2008), *pata-cega* é uma variante de *cabra-cega*. Chama-nos a atenção o fato de *pata-cega* ser a forma mais frequente tanto em São Luís como em Florianópolis.

Carta Linguística 17 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *pata-cega*

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *pata-cega* acerca do povoamento do Maranhão

Esta questão apresenta significativas considerações a respeito da hipótese de nossa pesquisa. A partir do desenvolvido durante este item, foi possível verificar uma clara divisão entre os falares da Frente Pastoril e da Frente Litorânea. Neste caso, os falantes de cada um dos municípios surgidos a partir das frentes povoadoras nomeiam a brincadeira de forma bastante específica, demonstrando uma oposição entre os movimentos povoadores em face da denominação: enquanto os falantes do eixo Centro-Norte preferem *pata-cega* e *cabra-cega*, aqueles do eixo Centro-Sul preferem *cobra-cega*. Chama atenção, ainda, o município de Caxias, que, conforme mostram os dados históricos, tem um caráter transitório, de encontro das frentes povoadoras; essa informação é ratificada a partir dos dados do ALiMA, demonstrando que no município há presença tanto do elemento oriundo da Frente Litorânea, quanto daquele elemento aqui entendido como da Frente Pastoril. Na sequência, confirmando um de nossos objetivos, apresentamos a Carta II, isoléxica, que demonstra as áreas linguísticas para essa questão bem delimitadas, de modo que ficam explícitas as áreas de influência de cada uma das frentes povoadoras do Maranhão.

Carta Linguística 18 - Carta isoléxica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *pata-cega*



CARTA I1

Pata-cega Denominações Registradas no Maranhão

176 - "Como se chama a brincadeira em que uma criança, com os olhos vendados, tenta pegar as outras?"

Realizações

-  Pata-cega
-  Cabra-cega
-  Cobra-cega

4.2.15 *Sapatinho branco*

A questão 179, que apresenta o conceito “uma brincadeira em que as crianças ficam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair”, se destacou pela grande quantidade de ausência de respostas, pois os informantes em sua grande maioria declaram não saber ou não lembrar o nome da brincadeira. Dos 68 informantes que compõem nosso estudo, apenas sete deles informaram-nos alguma resposta para essa questão, como veremos a seguir.

Ciranda, dentre as denominações, foi a que obteve mais ocorrências, duas no total, ambas por informantes mulheres da faixa etária I, já *brincar de roda*, *pandurú*, *rodinho*, *lagartixa*, *sapatinho branco* obtiveram apenas uma ocorrência. As denominações podem observar sua distribuição no Maranhão, no quadro abaixo.

Quadro 16 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 179

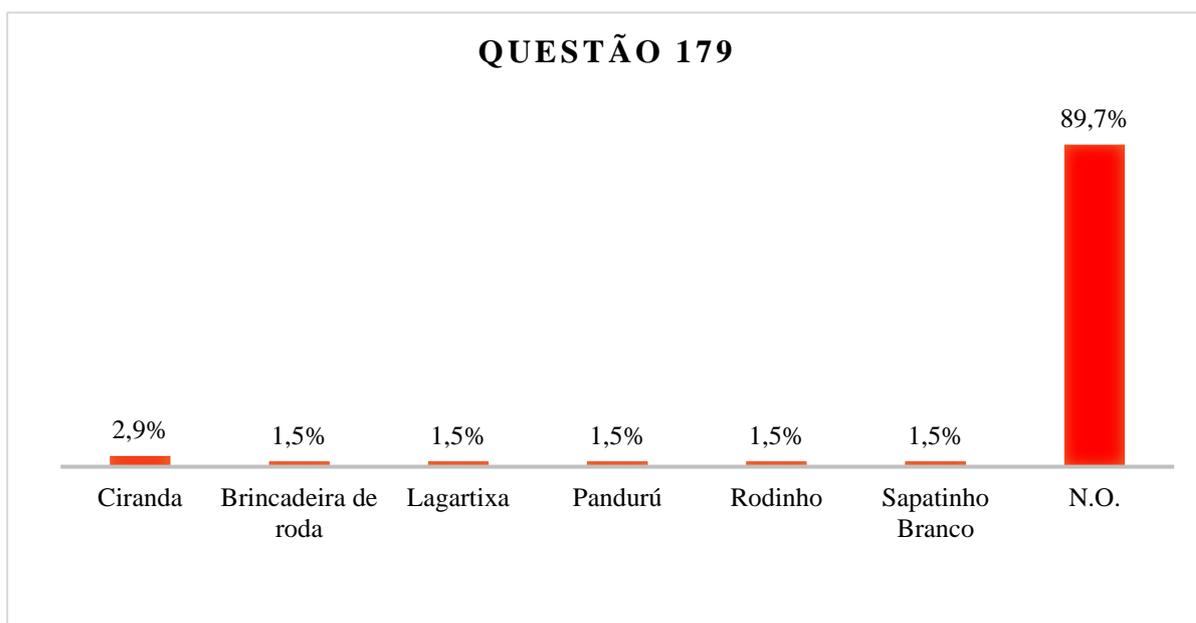
Municípios	Ciranda	Pandurú	Rodinho	Lagartixa	Sapatinho Branco	Brincadeira de roda	N.O.
São Luís	0	0	0	0	0	0	8
Raposa	0	0	0	0	0	0	4
Pinheiro	0	1	0	0	0	0	3
Turialva	0	0	1	0	0	0	3
Carutapera	0	0	0	0	0	0	4
Imperatriz	0	0	0	0	0	0	4
Carolina	0	0	0	0	0	0	4
Balsas	0	0	0	1	0	0	3
Alto Parnaíba	0	0	0	0	1	1	2
Tuntum	0	0	0	0	0	0	4
Bacabal	0	0	0	0	0	0	4
S. J. dos Patos	0	0	0	0	0	0	4
Codó	0	0	0	0	0	0	4
Caxias	0	0	0	0	0	0	4
Brejo	1	0	0	0	0	0	3
Araioses	1	0	0	0	0	0	3
Total	2	1	1	1	1	1	61

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Ciranda, com 2,9% dos registros, isto é, duas ocorrências, encontra-se registrada nos três dicionários gerais consultados, no Caldas Aulete (2011) encontramos a seguinte acepção: “1. Dança de roda infantil ou adulta, ger. acompanhada de trovas cantadas, originária de Portugal; CIRANDINHA”, a definição apresenta um traço semântico que não se faz presente no conceito da questão, trata-se de “ger. Acompanhada de trovas cantadas”; além disso, não há

qualquer menção aos outros traços semânticos presentes na brincadeira, como, por exemplo, o objeto a ser colocado atrás de um brincante, além da finalidade da brincadeira, desse modo, entendemos a denominação como um uso genérico, uma vez que a forma *ciranda* pode definir vários tipos de brincadeiras, sem ser especificamente a brincadeira objeto desta questão. Os percentuais de uso para essa questão podem ser observados no gráfico, a seguir.

Gráfico 15 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 179



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

Brincar de roda, também com apenas uma ocorrência, nos parece uma denominação genérica, tanto quanto *ciranda*, já que ambas podem ser usadas para definir vários tipos de brincadeiras que tem a roda com um dos traços semânticos.

Pandurú, com apenas um registro, em Pinheiro, por uma informante mulher, da faixa etária II, não possui registro em nenhum dos dicionários consultados, quando questionada sobre essa denominação, a informante respondeu que:

- (50) INQ. – ... uma brincadeira em que as crianças fiam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair?
 INF. – Eh a brincadêra do pega – pega, né? Eh, pega- pega, tem o pandurú.
 INQ. – Como é essa?
 INF. – É essa mesminha. O panduru, é essa mesmi...
 INQ. – Panduru, é?
 INF. – É brincando de roda, assim ó.
 INQ. – Aí deixa cair alguma coisa atrás pra todo mundo agachado, aí deixa uma coisa atrás.
 INF. – É. Agachado... é...
 INQ. – E a que, que caiu atrás dela tenta pegar.
 INF. – Ele tenta pegar. (mulher, faixa etária II, Pinheiro).

Já à forma *rodinho*, registrada uma única vez em Turiaçu, por uma Mulher, da faixa etária I, parece ser uma variação fonética de *rodinha*, traço semântico que se faz presente na formação da brincadeira em questão, entretanto, assim como *ciranda* e *brincadeira de roda*, esse parece ser o único traço que define à brincadeira, por essa razão, também cremos ser uma definição genérica.

Lagartixa, registrada apenas uma vez em Balsas, por uma mulher, da faixa etária II, faz referência à um item da fauna, em consulta a outros trabalhos que pudessem esclarecer o uso dessa denominação nesse contexto, encontramos no trabalho de Ribeiro (2012), que também faz menção a um elemento da fauna para definir a questão. Nesse caso, a denominação faz referência a *camaleão*, registrada em Santo Amaro, Bahia, por um homem, faixa etária II, ensino fundamental incompleto. Por mais que as denominações registradas em Balsas e em Santo Amaro sejam distintas, chama atenção, além da referência a um item da fauna, algumas semelhanças entre os dois animais, segundo definições do Aulete, ambos são tipos de lagartos. Quando solicitada, a informante maranhense fez a seguinte definição:

- (51) INQ. – ... uma brincadeira em que as crianças fiam em círculo, enquanto uma outra vai passando com uma pedrinha, uma varinha, um lenço que deixa cair atrás de uma delas e esta pega a pedrinha, a varinha, o lenço e sai correndo para alcançar aquela que deixou cair?
 INF. – Lagartixa, Eles tão aqui rodado, aí eles corre assim, sabe? Uma corre com a cordinha, ou qualquer papelzinho, aí chega e bota aqui perto da outra, aí a outra pega pra correr atrás dela de novo, até pegar tudo... É lagartixa...
 INQ – Lagartixa?
 INF. – É. (Mulher, Faixa Etária II, Balsas).

Já Ribeiro (2012, p. 373) registra a seguinte descrição feita pelo informante da Bahia:

- (52) INF. – Ali é... chama-se camaleão.
 INQ. – Uhn.
 INF. – Ele faz a roda, um saiu com o cipó ou com lenço e cantano: “Camaleão, o rabo ((cantarolando)), dele balança mais num cai, cachimba de ôro é de sambambã” negoço assim, aí (init) joga o pano ô o cipó, na outra vorta, se o aquele na, na, na que ele joga o cipó não tivé pêgo o cipó, ele panha o cipó e começa a lapiá aquele até dá uma volta, até voltá po mehmo lugá. (Inq. 091/03 (Santo Amaro - BA) / Inf.: homem, faixa etária 2, ensino fundamental incompleto).

Já *Sapatinho branco* foi a resposta dada pelo informante homem, faixa etária I, de Alto Parnaíba. Chama-nos atenção o fato de a forma *sapatinho atrás* estar documentada no trabalho de Ribeiro (2012, p. 633), com a mesma acepção. O fato talvez seja explicado pelas próprias características do jogo que permitem que qualquer objeto seja utilizado para auxiliar na brincadeira⁵³, assim, nada impede que seja utilizado, também, um sapato. Os constitutivos *atrás*

⁵³ O próprio conceito da brincadeira apresentado pelo ALiB/ALiMA apresenta três possibilidades: pedra, lenço, varinha.

e *branco* são os traços que diferem as denominações registradas em Irecê, na Bahia, e em Alto Parnaíba, no Maranhão, respectivamente. O baiano é facilmente explicado, uma vez que, o objeto é deixado atrás de um dos brincantes na roda. Mas e o constitutivo *branco*? Investigações futuras ainda buscarão essa resposta, o fato é que há uma grande tendência de a forma documentada em Alto Parnaíba ser uma variação da forma de Irecê, trazida ao município maranhense via Frente Pastoral.

Mesmo a questão possuindo um alto índice de não-respostas, alguns dos informantes que declararam não lembrar, conseguiram fazer uma descrição exata da brincadeira, o que pode demonstrar que a brincadeira, apesar de para muitos não ser conhecida, para outros faz/fez parte da cultura local, apenas não sendo lembrada momentaneamente. A seguir, observamos uma descrição feita por uma informante que declara não lembrar a denominação.

(53) INF. – Uma brincadeira de roda, né?

INQ. – E aí vem uma por trás e deixa cair alguma coisa, por exemplo, tivesse nós aqui nessa roda, aí eu ia passar por trás e deixava cair uma pedrinha, um lençinho atrás de Edson, aí Edson tinha que sair correndo pra tentar me pegar.

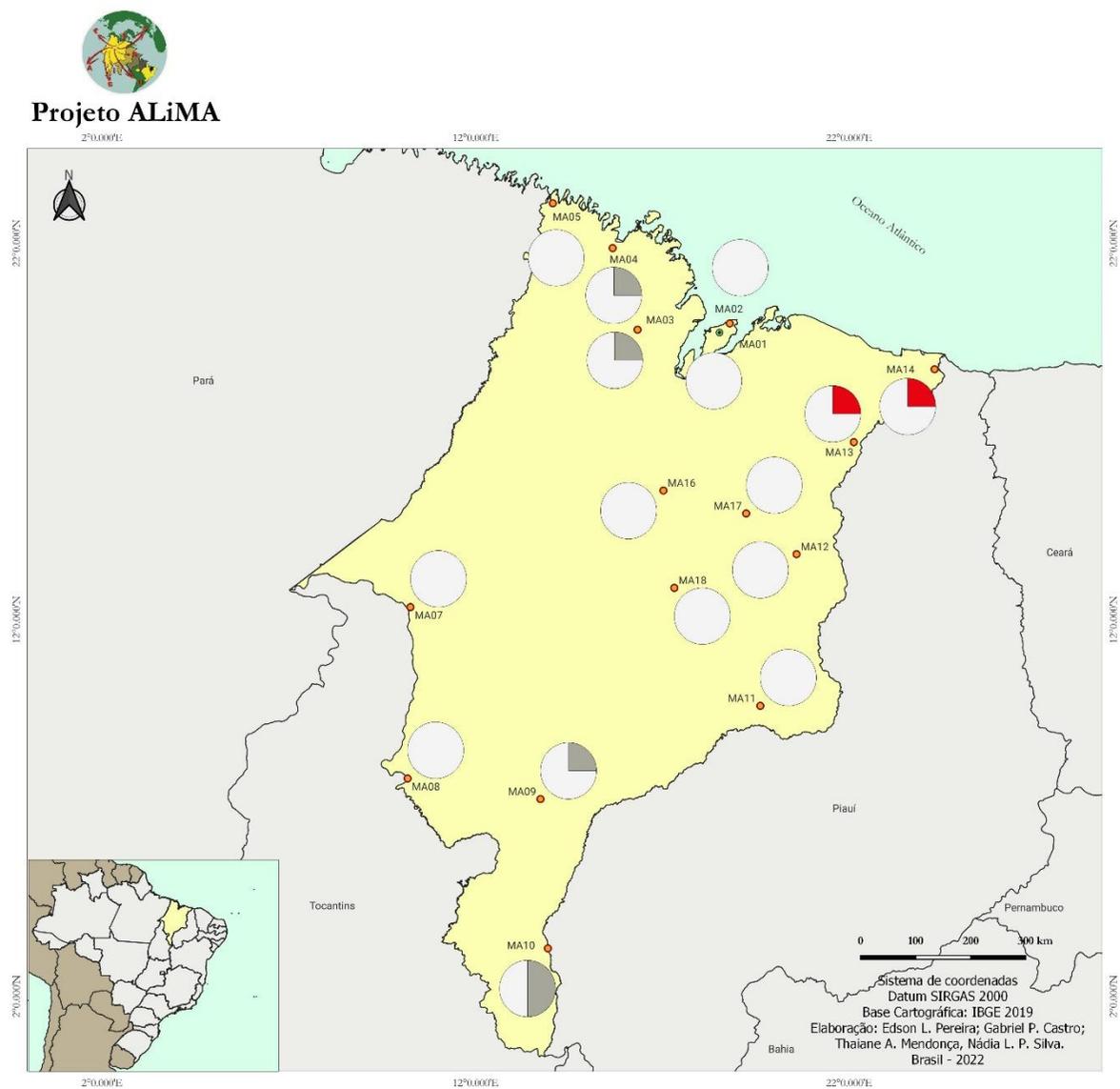
INF. – É, eu me lembro quando eu era criança, tinha assim um tipo de brincadeira assim, as pessoas fazia a roda, às vezes se acocada aqui, ficava um girando atrás assim, aí deixava, deve ser assim, deixava alguma coisa de trás daquela pessoa, aquela pessoa tinha que pegar rápido aquilo ali, aí aquela pessoa girava pra vir ficar no lugar daquela pessoa que tava.

INF. – E o senhor lembra do nome dessa brincadeira?

INQ. – Não, não lembro não. (homem, faixa etária II, Carutapera).

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *pipa* acerca do povoamento do Maranhão

A questão 179 ganha destaque pela grande quantidade de não-respostas, há algumas tendências que merecem atenção, os casos de *sapatinho branco*, que encontra registro em município da Bahia (como *sapatinho atrás*), já *lagartixa* chama atenção por uma denominação parecida também registrada na Bahia, trata-se de *camaleão*, ambos tipos de largarto, as formas registradas em solo maranhense (*sapatinho branco* e *lagartixa*) encontram-se na zona de expansão da Frente Pastoral (em Alto Parnaíba e Balsas, respectivamente) o que indica uma certa correlação entre os dados registrados aqui, com aqueles registrados na Bahia, sempre levando em conta que partiu da Bahia a frente povoadora que chegou ao Maranhão e ocupou a porção centro-sul do estado, formando o antigo território de Pastos Bons. A Carta L15, a seguir, demonstra a grande quantidade de ausência de respostas, que caracteriza esta questão.

Carta Linguística 19 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *ciranda*

4.2.16 O Centro-Norte pula *amarelinha* e o Centro-Sul, *macacão*

Para a questão 183, que investiga a denominação para o conceito “A brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha e vão pulando com uma perna só”, obtivemos, entre todos os 16 municípios investigados, um total de 20 designações: (*pular*) *cancão*, (*brincar de*) e *cancão*, que agrupadas sob o rótulo de *cancão* totalizam 18 ocorrências, sendo o agrupamento mais produtivo; (*pular*) *amarelinha* e suas variantes morfo-fonéticas *amarelia* e *amarelinho*, com 16 ocorrências; (*pular*) *macaca*, *macaco*, *macaquinho*, *macacão*, que agrupadas totalizam com nove ocorrências; (*pular*) *boneco(a)*, com cinco ocorrências; (*pular*) *quadrado*, *maria chiquinha* e *lua*, que somam duas ocorrências cada, enquanto *xadrez* teve ocorrência única.

Nessa questão o número de não-respostas foi bastante elevado: do total de 68 informantes, 22 não lembraram sequer uma denominação para a brincadeira. A distribuição das variantes no Maranhão pode ser observada no Quadro 17, a seguir.

Quadro 17 - Denominações registradas nos municípios maranhenses para a questão 183

Municípios	Cancão	Amarelinha	Macaca	Boneca	Quadrado	Maria chiquinha	Lua	Xadrez	N.O.
São Luís	3	5	0	0	0	0	0	0	3
Raposa	1	1	0	0	0	0	0	1	2
Pinheiro	2	1	0	0	0	0	0	0	2
Turiçu	0	0	0	0	1	2	0	0	1
Carutapera	0	2	1	0	0	0	0	0	1
Imperatriz	2	2	0	0	0	0	0	0	0
Carolina	0	0	4	0	0	0	0	0	0
Balsas	1	0	0	2	0	0	0	0	1
Alto Parnaíba	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Tuntum	2	1	1	0	0	0	0	0	2
Bacabal	3	0	0	0	0	0	0	0	1
S. J. dos Patos	0	0	1	0	0	0	0	0	3
Codó	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Caxias	1	3	0	0	0	0	0	0	1
Brejo	1	0	0	3	0	0	0	0	1
Araioses	0	1	0	0	1	0	2	0	1
Total	18	16	9	5	2	2	2	1	23

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

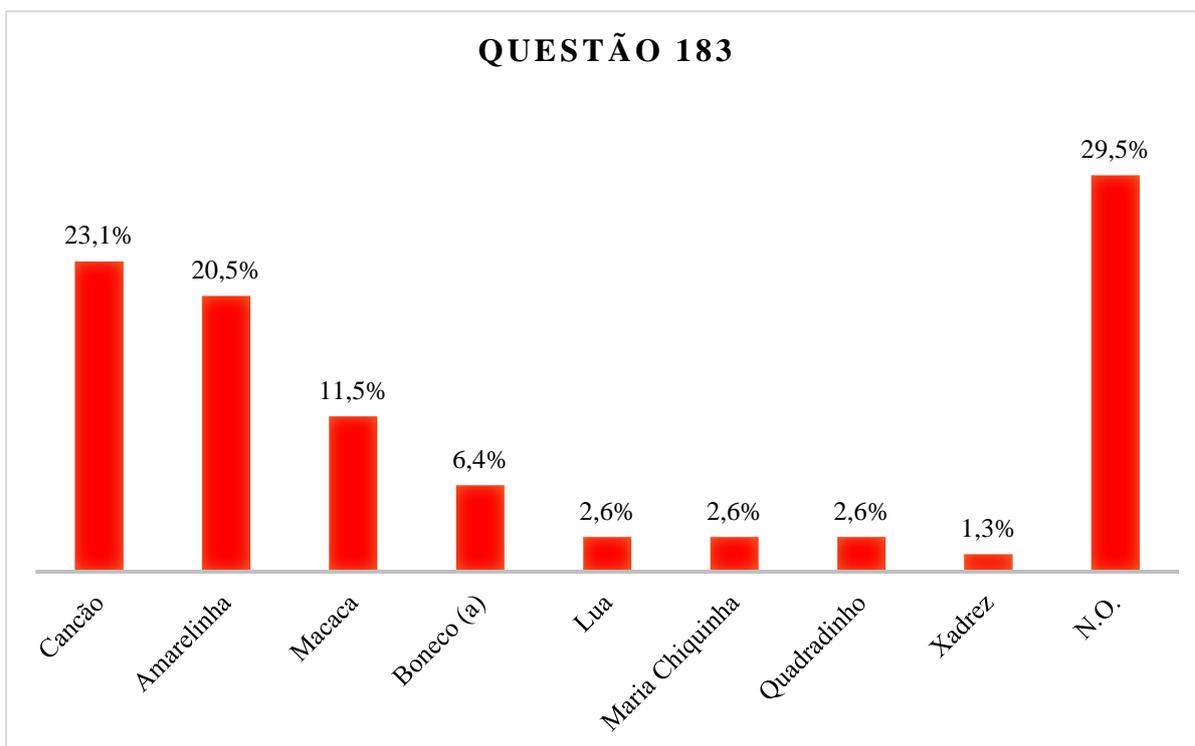
A denominação *cancão*, variante mais comum no Estado, foi documentada em São Luís, Bacabal e Pinheiro com três registros em cada uma das localidades; em Codó, Imperatriz e Tuntum, com duas ocorrências por município; e em Raposa, Balsas, Caxias e Brejo, com um registro por localidade. A forma lexical não apresenta registro nos dicionários gerais consultados; só a encontramos no *Dicionário do Nordeste: 5.000 palavras e expressões* (NAVARRO, 2004), como variante de *amarelinha*, no Piauí. Com relação a essa informação

de Navarro, convém assinalar que a Carta do ALiB L23- AMARELINHA (2014, p. 315), que reúne as denominações registradas nas 25 capitais brasileiras que integram a rede de pontos de inquérito do atlas nacional, registra a presença da variante *cancão* em apenas duas capitais, São Luís e Teresina. Nessas capitais, as variantes *cancão* e *amarelinha* aparecem lado a lado com os mesmos percentuais de ocorrência.

Amarelinha, forma considerada padrão, é a segunda denominação mais produtiva no Estado, com maior número de registo em São Luís, com cinco ocorrências, e em Caxias, com três. Carutapera e Imperatriz contam com dois registros por município, enquanto Raposa, Pinheiro, Araiões e Tuntum somam apenas um registro em cada uma das localidades. A variante encontra-se dicionarizada; o Aurélio (p. 114), por exemplo, a apresenta com a marca *Brasileirismo* e a seguinte definição: “**amarelinha** [...] Jogo infantil que consiste em pular num pé só sobre casas riscadas no chão, exceto aquela em que cai a pedra que marca a progressão do brincante”. Na abordagem do verbete, o lexicógrafo apresenta uma lista de sinônimos considerados como brasileirismos – *macaco*, *marela*, *maré*, *academia*, *sapata* – e outros como lusitanismos – *jogo-do-homem*, *macaca*, *pé-coxinho*.

A forma *macaca* foi registrada com quatro ocorrências em Carolina e duas em Alto Parnaíba, já os municípios de Carutapera, São João dos Patos e Tuntum contam com apenas uma ocorrência cada. Com exceção de Carutapera, todos os municípios onde essa forma lexical foi documentada apresentam relação direta com o processo de povoamento advindo do sertão nordestino. Em Carutapera, no entanto, a forma foi registrada como *macaquinho*, esse diminutivo não foi observado em nenhum outro município. *Macaca* (e formas aglutinadas) aparece registrada em Aracaju, conforme mostra a carta regional do ALiB (2014, p. 319), Carta L23b, que cartografa as denominações para *amarelinha* nas capitais da Região Nordeste. Nessa mesma carta estão documentadas as formas *macaca*, em Fortaleza, e *macaco*, em Salvador. O Gráfico 16, a seguir, apresenta o percentual de ocorrência de cada denominação no Maranhão.

Gráfico 16 - Distribuição em porcentagem das denominações concernentes à questão 183



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do ALiMA.

A respeito das designações *amarelinha* e *macaco*, vale destacar que Ribeiro (2012, p. 228), ao investigar a área do *falar baiano*, constata que “(...) *amarelinha* é a lexia com maior frequência em localidades (64,9%), embora não tendo sido registrada com maior frequência em número de ocorrências (31,4%)”, enquanto *macaco* é a resposta com maior frequência em número de ocorrências (39,9%). Portilho (2013, p. 130), por sua vez, ao estudar o *falar amazônico*, assinala que a variante *macaca* “(...) predominou dentre as escolhas lexicais dos informantes no conjunto geral das localidades investigadas, com 53,1% de produtividade.”

Já a forma *boneca*, dicionarizada, mas com outras acepções, aparece registrada em apenas duas localidades, Brejo, com três ocorrências, e Balsas, com duas. Sua possível motivação é explicada por Ramos e Bezerra (2015, p. 264), que afirmam que a figura que é riscada no chão, para que se inicie a brincadeira, se assemelha com a figura de um (a) boneco (a) de braços aberto e com uma perna só. No ALERS (2011, p. 714), no rol das variantes de *amarelinha*, sob o rótulo “respostas únicas”, encontramos a variante *pular boneco*, que, cremos, ser uma variante da forma documentada pelo ALiMA.

Já (*Pular*) *quadradinho* foi registrado em Turiaçu e Araiões, com um registro em cada localidade. A denominação nos remete à forma como é riscada a figura no chão, tendo sua composição feita por quadrados numerados. No ALERS (2011, p. 714), no rol das variantes de

amarelinha, sob o rótulo “respostas únicas”, encontramos também a variante *pular quadrinho*, sobra a qual temos o mesmo entendimento que apresentamos com relação a *pular boneco*.

Já a variante *lua*, registrada nos dicionários, porém com outra acepção, contabiliza dois registros em Araiões, e tem sua motivação justificada também pelo desenho que se risca no chão: após os quadrados numerados, costuma-se desenhar um *céu*⁵⁴ ou uma *lua*, local destinado ao vencedor da brincadeira. Uma das informantes que utilizou essa variante explica que em Araiões essa é a forma mais usual.

- (54) INF. – Amarelinha, lua.
 INQ. – Lua?
 INF. – Lua e amarelinha.
 INQ. – Qual é a que se usa mais aqui, lua ou amarelinha?
 INF. – Lua. (mulher, faixa etária I, Araiões).

A forma *maria chiquinha* obteve dois registros em Turiaçu e também não se encontra dicionarizada. Já a variante *xadrez*, dicionarizada, porém com outra acepção, teve ocorrência única em Raposa. Sua motivação, cremos, se justifica pelos quadradinhos numerados que se riscam no chão para iniciar a brincadeira, e que lembram o tabuleiro de xadrez. Novamente, é no ALERS (2011, p. 714) que encontramos documentada mais uma das formas que se encontram em nossos dados como variante de *amarelinha*. Nesse atlas, *xadrez* também consta como ocorrência única.

Ainda com relação à questão 183, registramos uma acentuada ausência de respostas entre os informantes homens. Dos 34 homens participantes da pesquisa, 15 deles não souberam como nomear a brincadeira, enquanto apenas sete mulheres, dentre as 34 participantes, declararam não lembrar ou não conhecer o nome da brincadeira. Esse fato corrobora a ideia, ainda vigente na sociedade, de divisão dos jogos e brincadeiras entre as crianças, em função do sexo, como evidencia a definição de *macaca* apresentada por Barros (2006, p. 231): “[...] Jogo de crianças e adolescentes, **essencialmente feminino**, que se joga com um só pé, procurando passar um pedaço de telha ou de pedra para os diferentes quadrados traçados no chão, com um único toque e sem poisar o outro pé [...]” (grifo nosso).

Essa posição é reiterada por um de nossos informantes que, ao ser perguntado sobre o sexo das pessoas que costumam brincar essa brincadeira, afirma que:

- (55) INF. – Essa daí também não ((lembro)), mexeu pro lado de mulher, eu não sei...
 INQ. – É mais as meninas que brincam?
 INF. – É mais as meninas, que homem num brinca, se vê um homem brincando disso daí... ixe... problema... (homem, faixa etária I, São João dos Patos).

⁵⁴ No ALERS (2011, p. 714), encontramos a forma *pular céu*, na lista de respostas isoladas, como variante de *amarelinha*.

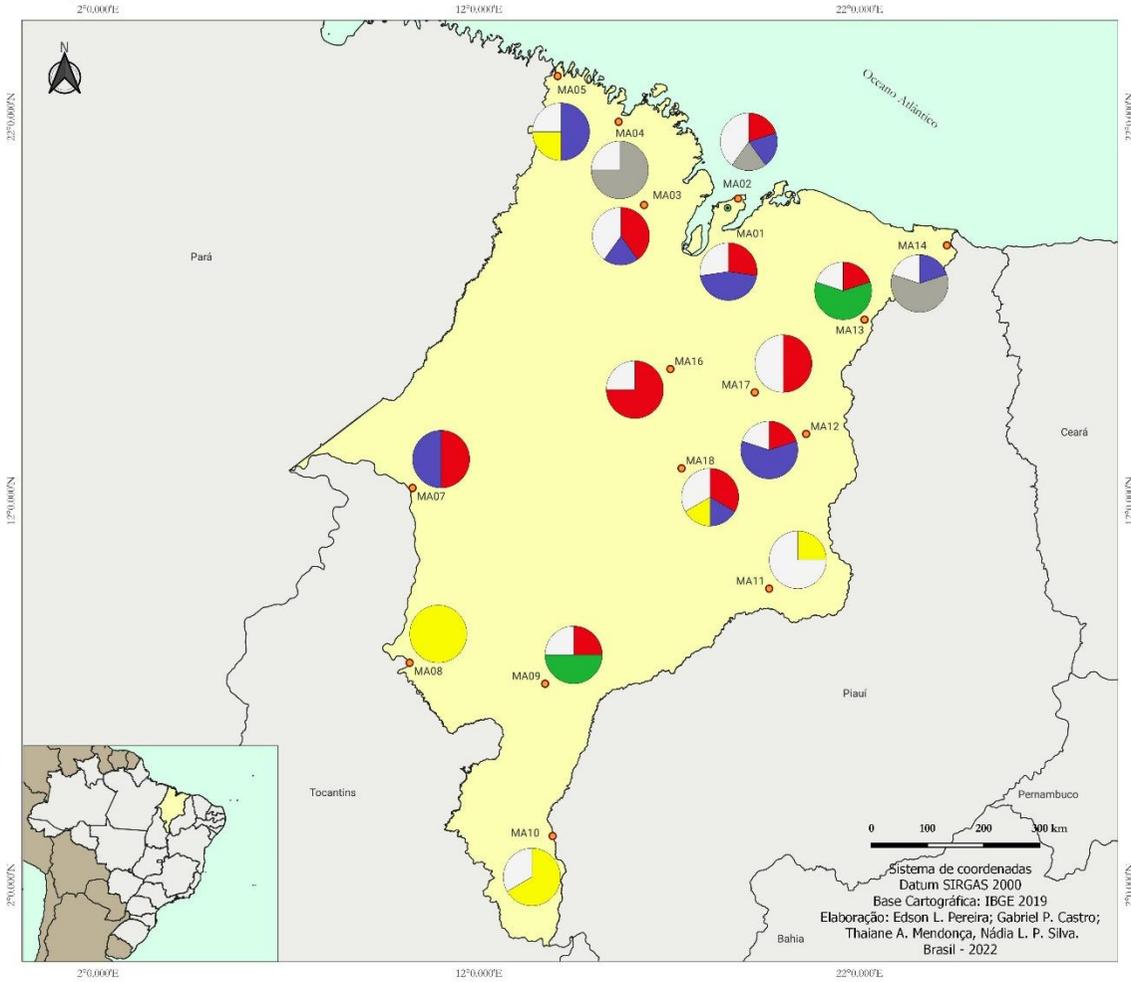
Como podemos perceber, os dados, a informação bibliográfica e a própria percepção de alguns falantes é que há, sim, um certo condicionamento diasssexual. Entretanto, há também algumas informantes, que, quando perguntadas sobre o sexo das crianças que brincam de *amarelinha*, declaram não haver distinção, a exemplo da informante da faixa etária II de Alto Parnaíba:

- (56) INF. – Aqui nós chama de macacão.
 INQ. – E brincam desse jeito que falei ou é um pouco diferente, joga a pedrinha no quadradinho...
 INF. – Desse jeito, é.
 AUX. – Quem é que brinca com esse brinquedo aqui?
 INF. – As criança.
 AUX. – Mas aí ((na gravura)) tem uma menina. Menino também brinca?
 INF. – Brinca. (mulher, faixa etária II, Alto Parnaíba).

O dado linguístico e os fatores histórico-geográficos: o que nos mostra *amarelinha* acerca do povoamento do Maranhão

Conforme observado, essa questão aponta para uma possível divisão entre os falares das localidades oriundas das duas frentes de povoamento do Maranhão. A denominação *macaca* nos explicita essa questão, uma vez que se encontra registrada quase que exclusivamente na área de localização povoada pela Frente Pastoril. Fato importante que se soma a essa discussão é o registro de *macaca*, no sertão nordestino, lugar de onde a frente povoadora teria partido em direção ao Maranhão. Entretanto, é importante não perder de vista que a variante *macaca* integra o léxico corrente das localidades nortistas, como destaca Portilho (2013). Já as denominações *amarelinha* e *cancão* são formas que apresentam maior presença no eixo Centro-Norte maranhense, como podemos observar na carta diatópica, a seguir.

Carta Linguística 20 - Carta diatópica experimental: elaborada ad hoc: denominações para *amarelinha*



CARTA L16

Amarelinha
Denominações Registradas
no Maranhão

183 - "Como se chama a brincadeira em que as crianças riscam uma figura no chão, formada por quadrados numerados, jogam uma pedrinha (mímica) e vão pulando com uma perna só?"

- Realizações em %
- Cancão
 - Amarelinha
 - Macaca
 - Boneca
 - Outras
 - Não-obtida

Síntese Conclusiva

Nesta seção apresentamos a discussão e análise de dados, de maneira geral, abordamos todas as questões concernentes aos *jogos e diversões infantis*, discutimos a presença das denominações em cada um dos municípios que compõe os pontos de inquérito do ALiMA, além de cotejarmos as variantes registradas aqui no Maranhão com aquelas registradas em outros estados, por meio de trabalhos científicos, obras bibliográficas, dentre outras. Ao fim de cada subseção de análise apresentamos cartas linguísticas diatópicas, com a finalidade de ilustrar as denominações registradas no Maranhão, para cada questão, além de elaborarmos uma carta isoléxica que atesta a possibilidade de se traçar isoglossas no Maranhão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo objetivou investigar, com base nos dados do Projeto Atlas Linguístico do Maranhão, se a distribuição diatópica das variantes lexicais reflete o processo de povoamento do Maranhão. Desse modo, conforme exposto ao longo do texto, podemos elencar algumas pistas que dizem respeito a esse objetivo:

- Os processos povoadores refletem, ainda hoje, no léxico dos *jogos e diversões infantis*, conforme foi assinalado ao longo da análise, questões como a 168, 176, 183 nos permitem observar detalhadamente essa explícita divergência entre aquelas denominações prevalentes em cada uma das frentes povoadoras do Maranhão. Em outros casos, essa oposição entre as frentes de povoamento é feita por meio de denominações específicas, a saber: *balouço, ganzola e pira se esconde*, registradas na área de expansão da Frente Litorânea; já *ronda, sapatinho branco, mancha, salva-latinha e trisca*, apresentam vínculo com a Frente Pastoril.
- Não podemos perder de vista os indícios que apontam para a posição intermediária que o Maranhão, e mais particularmente São Luís, ocupa entre as Regiões Norte e Nordeste, como demonstra, por exemplo, a análise das questões 168, 169, 171, 176, 183, explicitadas no transcorrer deste texto. Essas questões explicitam que ora há um alinhamento com as denominações comuns ao Nordeste, ora ao Norte.
- Há que se mencionar, ainda, aquelas questões em que as denominações são comuns a grande parte dos municípios investigados, como, por exemplo, as formas *pipa e papagaio, peteca e baladeira*. Por meio dessas denominações, verificamos que não há condicionamento de ordem diatópica, isto é, as denominações são amplamente conhecidas pelos maranhenses de norte a sul.
- Merece comentário a questão 179, que apresentou uma grande quantidade de deslizamentos semânticos, com denominações pouco específicas aos conceitos da questão, além de uma quantidade expressiva de ausência de respostas (89,7%), como também pode ser percebido por meio da carta L15.
- Com relação às isoglossas, ressaltamos a viabilidade de serem traçadas em questões como 169, 176 e 183. Em nosso estudo, apresentamos uma carta de isoglossa, para a questão 176, na qual as áreas linguísticas aparecem bem delimitadas, de modo que percebemos as áreas de influência das denominações, que coincidem, também, com as áreas surgidas a partir das frentes de povoamento do Estado.

- Outro fato relevante, ressaltado pelo nosso estudo, é o compartilhamento de denominações entre várias questões, como podemos perceber entre as questões 172 e 174, com as denominações *curica, pipa e papagaio*; 175, 177 e 178, com *mancha, pegador e pega-pega*; e 181 e 182, com *balanço*.
- Há também espaço para investigações futuras, como, por exemplo: como explicar o fato de *pata-cega* ser a forma mais frequente tanto em São Luís como em Florianópolis?
- Pesquisas futuras podem, ainda, enveredar por essa hipótese que atestamos aqui, mas utilizando outros campos temáticos, para além dos *jogos e diversões infantis*.

Nosso estudo junta-se aos de Ribeiro (2012), Portilho (2013), dentre outros, que, além da descrição de diversidade linguística, propuseram-se a analisar, de forma minuciosa, a forma como os aspectos concernentes aos processos históricos/geográficos contribuem para o português falado. Além das contribuições linguísticas, nossa pesquisa sistematizou fontes e estudos de ordem histórico/geográfico que podem servir como valioso material bibliográfico e repositório de tantos outros que tratam do povoamento do Maranhão, dessa forma, muitos estudos futuros podem utilizar este como mecanismo de busca bibliográfica.

Esta dissertação demonstra, mais uma vez, a grande pertinência dos atlas linguísticos para a compreensão do português brasileiro, em especial do português maranhense. Explicitando algumas dessas contribuições prestadas à sociedade, os atlas servem como forma de preservação da nossa memória linguístico/cultural, mas também, atestam a sensibilidade e pericia com que os trabalhos são elaborados, permitindo coletar, tratar e apresentar informações com grande valor científico. Mais do que isso, os atlas nos ajudam a entender aspectos históricos que, por vezes, carecem de bibliografia aprofundada.

Estes são alguns exemplos dos achados de nosso trabalho. Nossa hipótese central, a de que os municípios que se situam na porção maranhense abrangida pela frente de povoamento do sertão ou pastoril, oriunda do interior nordestino, revelam, no léxico, uma proximidade com o Piauí e a Bahia, distanciando-se, assim, dos municípios da outra porção cujo processo de povoamento se deu via frente litorânea, de fato, confirmou-se em algumas questões (conforme ressaltamos nas pistas elencadas nesta seção) em outras, no entanto, já caminhamos para maior homogeneidade. Esses fatos todos demonstram que o léxico de uma língua é dinâmico, a partir dele, revelamos mais nitidamente dados, elementos elucidadores de aspectos históricos, sociais, culturais, políticos, que, certamente, contribuem para uma melhor compreensão da sócio-história da língua de uma comunidade. O estudo de formas lexicais, como este trabalho fez,

permite, ainda, que essas denominações sejam conhecidas e que esse traço relevante de nossa memória cultural seja preservado.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Candido Mendes de. **A Carolina, ou, a definitiva fixação de limites entre as províncias do Maranhão e de Goyaz**. Rio de Janeiro: Typ. Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Ca, 1852.
- ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. O papel da geolinguística no Brasil e a sua interface com a história da formação do português brasileiro. *In*: RAMOS, Conceição de Maria de Araujo et al. (org.). **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolinguística: entrelaçando saberes e vidas – homenagem a Socorro Aragão**. São Luís: EDUFMA, 2010. p. 69-90.
- AGUILERA, Vanderci de Andrade. Um caminho para o conhecimento da história da língua portuguesa no Brasil: as brincadeiras infantis. *In*: LOBO, Tania *et al.* (org.). **Para a história do português brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2006. v. 6: Novos dados, novas análises. T. 2. p. 737-757.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Interfaces entre dialetologia e história. *In* MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Suzana Alice Marcelino (org.). **Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. **Revista de Letras Norte@mentos**, v. 6, p. 19-43, 2013.
- ALTENHOFEN, Cléo Vilson; KLASSMANN, Mário Silfredo (org.). **Atlas linguístico-etnográfico da Região Sul do Brasil: cartas semântico-lexicais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: Ed. UFSC, 2011.
- AMARAL, Amadeu. **O dialeto caipira**. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, 1976.
- ARAGÃO, Maria do Socorro Silva de; BEZERRA DE MENEZES, Cleusa P. **Atlas Lingüístico da Paraíba**. Brasília: UFPB/CNPq, Coordenação Editorial, 1984; v. 1, 2.
- AULETE, Caldas. **Novíssimo Aulete: Dicionário contemporâneo de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.
- BARCELOS, J. M. Soares de. **Dicionário de falares dos Açores: vocabulário regional de todas as ilhas**. Coimbra: Almedina, 2008.
- BARROS, Vitor Fernando. **Dicionário do falar de Trás-os-Montes e Alto Douro**. Lisboa: Âncora Editora e Edições Colibri, 2006.
- BASÍLIO, Margarida et. al. Derivação, composição e flexão no português falado: condições de produção. *In*: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). **Gramática do português falado**. Campinas: Editora da UNICAMP; São Paulo: FAPESP, 1993. v.1 As abordagens, p. 363-429.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. As ciências do léxico. *In*: OLIVEIRA, Maria Pinto Pires de; ISQUERDO, Aparecida Negri (org.). **As ciências do léxico**: lexicologia, lexicografia, terminologia. 2. ed. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2001, p. 13-22.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Léxico e vocabulário fundamental. **Alfa**, São Paulo, v. 40, p. 27-46, 1996.

BRANDÃO, Silvia Figueiredo. A história e as contribuições de um projeto na linha geolingüística. *In*: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). **A geolingüística no Brasil**: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: Eduel, 2013, p. 357-370. *E-book*. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/geolinguistica_digital.pdf. Acesso em: 19 de fev. de 2022.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. 2 ed. São Luís: EDUFMA, 2008.

CALLOU, Dinah. Quando dialetologia e sociolinguística se encontram. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Salvador: Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia, n. 41, p. 29-48, jan./jun, 2010.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva *et al.* **Atlas linguístico do Brasil**. Londrina: Eduel, 2014, v. 2.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino da Silva. Áreas dialetais do português brasileiro: o que dizem as primeiras cartas do ALiB. *In*: AGUILERA, Vanderci de Andrade; DOIRON, Maranúbia Pereira Barbosa. (org.). **Estudos geossociolingüísticos brasileiros e europeus**: uma homenagem a Michel Contini. Cascavel: EDUNIOESTE; Londrina: EDUEL, 2016. p. 33-47.

CARDOSO, Suzana Alice Marcelino. **Geolingüística**: tradição e modernidade. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

CASCUDO, Luís da Câmara. **Dicionário do folclore brasileiro**. 9 ed. rev. atual. ilustr. São Paulo: Global, 2012.

CASTRO, Gabriel Pereira; RAMOS, Conceição de Maria de Araujo Ramos. Macacão, carambola e cobra-cega: brincadeiras e diversões infantis no contexto das frentes de povoamento do Maranhão. *In*: ALVES, Cibelle Corrêa Béliche *et al.* (org.). **Estudos da linguagem**: a variação linguística em foco. São Luís: EDUFMA, 2020. v. 1, p. 137-160. *E-book*. Disponível em: <https://wp.me/pcQITI-7m.pdf>.

CASTRO, Yeda Pessoa de. **Falares africanos na Bahia**: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras: Topbooks, 2001.

CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, Peter. **La dialectología**. Madrid: Visor Libros, 1994.

COMITÊ NACIONAL DO PROJETO ALiB. **Atlas linguístico do Brasil**: questionário 2001. Londrina: Ed. UEL, 2001.

COSERIU, Eugenio. **Sentido y tareas de la dialectología**. México: Instituto de Investigaciones Filológicas, 1982.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1996.

DUARTE, José Leones Santos. **Formação histórica do município de Carutapera**. São Luís: UEMA, 1998.

ELIZAINCÍN, Adolfo. Socio y Geolinguística: nueva alianza en los estudios sobre el uso lingüístico. **Estudos Lingüísticos e Literários**, Salvador: Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura da Universidade Federal da Bahia, n. 41, p. 13-28, jan./jun, 2010.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Carlota; CARDOSO, Suzana Alice. **A dialetologia no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1994.

FURTARDO FILHO, Douglas. **Da povoação de pinheiro à princesa da baixada: história cronológica do município de Pinheiro**. São Luís: Edição do Autor, 2003.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUIZINGA, Johan. **Homo ludens: O jogo como elemento da cultura** [Tradução João Paulo Monteiro]. São Paulo: Perspectiva, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades: censo 2010**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 28 set. 2019.

KISHIMOTO, Tizuco Morshida. **Jogo, Brinquedo, Brincadeira e a Educação**. São Paulo: Cortez, 1999.

KRIEGER, Maria da Graça. **Dicionário em sala de aula: guia de estudo e exercícios**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2012.

Lago, Aderson de Carvalho. **Brejo, aldeia dos anapurus**. São Luís: Secretaria de Cultura, 1989.

LIMA, Alcides Fernandes de; RAZKY, Abdelhak Razky, OLIVEIRA, Marilucia Barros de (org.). **Estudos Geossociolinguísticos – Volume 3**. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, 2021.

MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Alice Marcelino da Silva. Para uma nova divisão dos estudos dialetais brasileiros. *In*: MOTA, Jacyra Andrade; CARDOSO, Alice Marcelino da Silva (org.). **Documentos 2: Projeto Atlas Lingüístico do Brasil**. Salvador: Quarteto, 2006. p.15-34.

NASCENTES, Antenor. **Bases para a elaboração do atlas lingüístico do Brasil**. Rio de Janeiro: MEC: Casa de Rui Barbosa, 1958. v. 1.

NASCENTES, Antenor. Etudes dialectologiques du Brésil. **ORBIS – Bulletin International de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 1, n. 1, p. 181-184, 1952.

NASCENTES, Antenor. Etudes dialectologiques du Brésil. **ORBIS – Bulletin International de Documentation Linguistique**, Louvain, t. 2, n. 2, p. 438-444, 1953.

NAVARRO, Fred. **Dicionário do Nordeste**: 5.000 palavras e expressões. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

OLIVEIRA, Luciana de Fátima. O conceito de território e o primeiro processo de territorialização do estado do maranhão e grão-pará – século XVII. **Revista Expedições: Teoria da História & Historiografia** Ano 1, N.1, Dezembro, 2010.

PERFEITO, Rodrigo Silva; CERQUEIRA, Poliane Gaspar de. Os jogos tradicionais infantis auxiliando no desenvolvimento global da criança. **Revista EFDesportes** - Buenos Aires - Ano 16 - Nº 160 - Setembro de 2011. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd160/os-jogos-tradicionais-infantisda-crianca.htm>. Acesso em: 27 mar. 2022.

PORTILHO, Danyelle Almeida Saraiva. **O falar amazônico**: uma análise da proposta de Nascentes (1953) a partir de dados do Projeto ALiB. 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagens) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 6 ed. São Paulo: Brasiliense, 1961.

RAMOS, Conceição de Maria de Araujo *et al.* O atlas lingüístico do Maranhão: os caminhos do português falado no Maranhão. *In*: AGUILERA, Vanderci de Andrade (org.). **A geolingüística no Brasil**: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: Eduel, 2005. p. 251-284.

RAMOS, Conceição de Maria de Araujo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes. Elementos da fauna e dos jogos e brincadeiras infantis no português falado no Maranhão: estudo lexical com base no *corpus* do ALiB. *In*: MOTA, Jacyra Andrade; PAIM, Marcela Moura Torres; RIBEIRO, Silvana Soares Costa. (org.). **Documentos 5**: projeto atlas lingüístico do Brasil, avaliações e perspectivas. Salvador: Quarteto, 2015. p. 255-271.

RAMOS, Conceição de Maria de Araujo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas. O ALiMA no cenário dos estudos sobre o português falado no Maranhão. *In*: RAMOS, Conceição de Maria de Araujo *et al.* (org.). **Pelos caminhos da dialetologia e da sociolingüística**: entrelaçando saberes e vida – homenagem a Socorro Aragão. São Luís: EDUFMA, 2010, p. 30-46.

RAMOS, Conceição de Maria de Araujo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes. A comunidade de Raposa revisitada. *In* RAMOS, Conceição de Maria de Araujo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas (org.). **O português falado no Maranhão**: Estudos preliminares. 2 ed. São Luís: Edufma, 2010. p. 37-49.

RAMOS, Conceição de Maria de Araujo; BEZERRA, José de Ribamar Mendes; ROCHA, Maria de Fátima Sopas. Jogos e brincadeiras infantis no Maranhão: um estudo da variação lexical. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE LA AMÉRICA LATINA, 26., 2011, Alcalá de Henares. **Actas...** Alcalá de Henares, 2011, p. 4283-4290. Disponível em: <<http://alfal2011.mundoalfal.org/#/pdf/478alfalpdf>>. Acesso em: 19 de mar. 2021.

RAZKY, Abdelhak. Geossociolinguística no Norte do Brasil: conceitos, metodologias e resultados (Conferência). **Simpósio de Estudos Dialectais e Sociolinguísticos**. jun./2021.

RAZKY, Abdelhak; RIBEIRO, Celeste; SANCHES, Romário. **Atlas linguístico do Amapá**. São Paulo: Labrador, 2017.

REIS, José Ribamar Sousa dos. **Raposa: Seu presente, sua gente, seu futuro**. São Luís: 1998.

RIBEIRO, Francisco de Paula. Descrição do território dos Pastos Bons, nos sertões do Maranhão; propriedades dos seus terrenos, suas produções, caráter dos seus habitantes colonos, e estado actual dos seus estabelecimentos. **Revista Trimensal de Historia e Geographia ou Jornal do Instituto Historico e Geographico Brasileiro**, Rio de Janeiro, t. 12, p. 41-86, jan./mar. 1849. [segunda edição 1872].

RIBEIRO, Francisco de Paula. **Memórias dos sertões maranhenses**: reunidas aos cuidados de Manoel de Jesus Barros Martins. São Paulo: Siciliano, 2002.

RIBEIRO, Silvana Soares Costa. **Brinquedos e brincadeiras infantis na área do “Falar Baiano”**. 2012. 752f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal da Bahia, Salvador. 2012.

ROSSI, Nelson. A dialectologia. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 11, 1967. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/3299>. Acesso em: 18 nov. 2022.

SANDMANN, Antônio José. **Formação de palavras no português brasileiro contemporâneo**. 2. ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1996.

SANTOS, Francisco José Silva Santos. **Araioses os 50 anos – reminiscências**. 2 ed. Revista e ampliada. Teresina: EDUFPI, 2000.

SILVA, Augusto Soares da. **O mundo dos sentidos em português**: polissemia, semântica e cognição. Coimbra: Almedina, 2006.

SILVA NETO, Serafim da. Notas sobre o balouço. **Revista Brasileira de Filologia II**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-50. 1956.

TROVÃO, José Ribamar. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.

VELHO, Otavio Guilherme. **Frente de expansão e estrutura agrária**: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VIEIRA FILHO, Domingos. **A linguagem popular do Maranhão**. 3. ed. amp. São Luís: [s.n.], 1979.

VILELA, Mário. **Estudos de lexicologia do português**. Coimbra: Almedina, 1994.

ZÁGARI, Mário Roberto Lobuglio. Os falares mineiros: esboço de um atlas lingüístico de Minas Gerais. **A geolingüística no Brasil**: trilhas seguidas, caminhos a percorrer. Londrina: Eduel, 2013, p. 45-72. *E-book*. Disponível em: http://www.uel.br/editora/portal/pages/arquivos/geolinguistica_digital.pdf. Acesso em: 22 de fev. de 2022.

ANEXOS

ANEXO 1

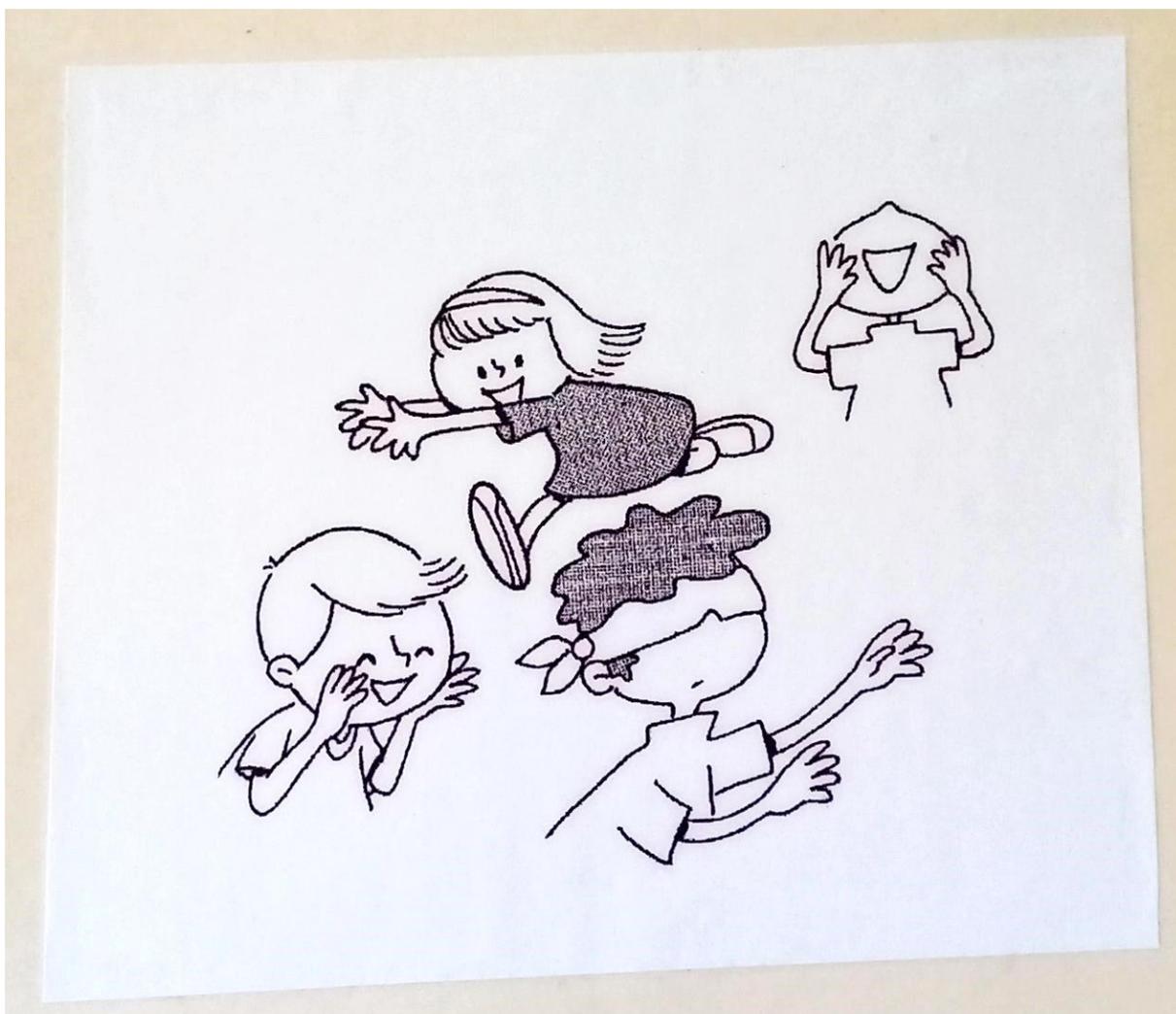
Gravura *pipa/ papagaio*

ANEXO 2

Gravura *esconde-esconde*

ANEXO 3

Gravura pata-cega

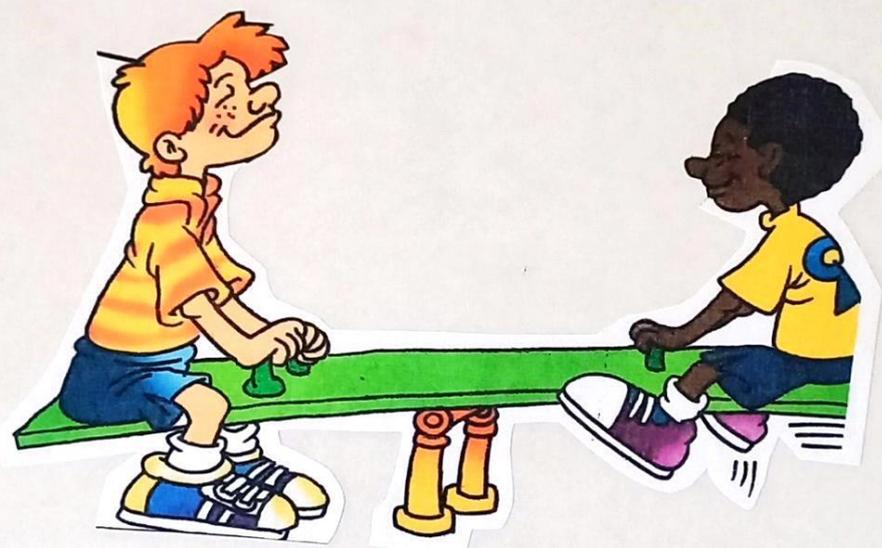


ANEXO 4

Gravura *chicote-queimado*



ANEXO 5
Gravura gangorra

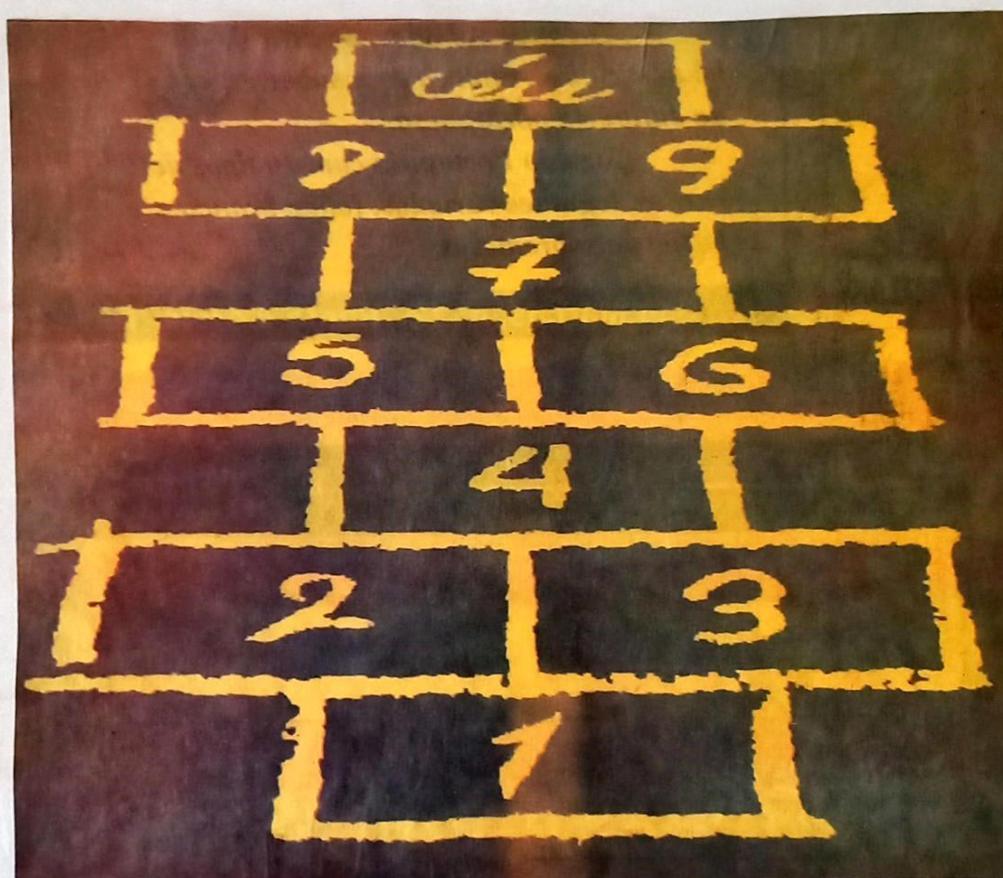


ANEXO 6
Gravura balanço



ANEXO 7

Gravura amarelinha



ANEXO 8
Realia Baladeira



ANEXO 9
Realia *Chucho*

